



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

# **OS DISCURSOS MASCULINOS SOBRE AS PRÁTICAS VIOLENTAS DE GÊNERO**

Valdonilson Barbosa dos Santos

RECIFE

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

## **OS DISCURSOS MASCULINOS SOBRE AS PRÁTICAS VIOLENTAS DE GÊNERO**

Valdonilson Barbosa dos Santos

Tese de doutorado  
apresentada como pré-  
requisito para obtenção do  
grau de doutor em  
antropologia pela UFPE, sob a  
orientação do Prof. **Dr.  
Russell Parry Scott.**

RECIFE

2013

Catálogo na fonte

S237d Santos, Valdonilson Barbosa dos.

Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero / Valdonilson Barbosa dos Santos. – Recife: O autor, 2013.

300 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2013.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Homens. 3. Violência conjugal. 4. Violência contra as mulheres. 5. Representações sociais. 6. Delegacias da mulher. I. Scott, Russel Parry (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-14)

## **BANCA EXAMINADORA**

Profº Dr. Russel Parry Scott - Orientador

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Profª Dra. Judith Chambliss Hoffnagel – Examinadora Interna

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Profª Dra. Lady Selma Albernaz – Examinadora Interna

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Profº Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca – Examinador Externo

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFPE

Profº Dra. Maria Filomena Gregori – Examinadora Externa

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNICAMP

**Valdonilson Barbosa dos Santos**

**OS DISCURSOS MASCULINOS SOBRE AS  
PRÁTICAS VIOLENTAS DE GÊNERO**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, pela banca examinadora formada pelos seguintes professores:

Profº Dr. Russel Parry Scott

Profª Dra. Judith Chambliss Hoffnagel

Profª Dra. Lady Selma Albernaz

Profº Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca

Profº Dra. Maria Filomena Gregori

Data de Aprovação: 13/03/2013.

**À não violência.**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao meu orientador Russell Parry Scott, por ter aceitado a orientação e ter contribuído em todas as etapas dessa qualificação minha no Programa de Pós-Graduação. Somado a essa capacidade de condução dos trabalhos acadêmicos, posso dizer que o convívio respeitoso também contribuiu muito no processo de orientação.

Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia por mais uma acolhida, completando mais um círculo da minha formação acadêmica. Deixo minhas sinceras considerações a todos os professores do PPGA, especialmente aos que tive a oportunidade de cursar disciplinas durante o período de doutoramento: Roberta Campos, Judith Hoffnagel, Antonio Mota, Parry Scott, Lady Selma e Marion Quadros. Além dos professores, não poderia deixar de mencionar o corpo de funcionários que com presteza e competência sempre exerceram eficazmente suas funções.

Ainda no espaço do PPGA quero mencionar o importante papel que o grupo FAGES tem proporcionado a minha vida acadêmica, especialmente me incluindo em pesquisas que paulatinamente foram lapidando minha veia de pesquisador. As experiências não se resumiram a função prática, mas também nas reflexões teóricas proporcionadas através dos encontros mensais do Núcleo que muito contribuíram para o meu amadurecimento profissional e pessoal.

Durante um certo período do doutoramento fui agraciado com uma bolsa de estudo financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, e por isso gostaria de fazer menção honrosa a esta instituição. Ser bolsista desta instituição contribuiu decisivamente no rumo do universo pesquisado, a escolha de permanecer pesquisando na Região Metropolitana do Recife, após minha ida para a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Através desse trabalho retribuo a ajuda tão necessária naquele momento.

Situado ainda em Pernambuco, quero agradecer ao corpo institucional da Secretaria de Defesa Social, do Departamento da Mulher, das DEAMs da Região Metropolitana do Recife por compreender a importância da pesquisa e dar as autorizações devidas no sentido de pesquisar nos espaços das delegacias especializadas da mulher. Nesses espaços, pude ter a colaboração preciosa dos profissionais responsáveis pelas “escutas”, que me acolheram muito bem e

possibilitaram minha circulação em espaços que foram se configurando fundamentais na coleta de dados. No âmbito das delegacias, gostaria de agradecer a todos os homens acusados que não se opuseram a minha presença, quando dos seus depoimentos e souberam entender que mais um ouvido era importante para escutá-los.

Também quero agradecer ao Centro de Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido – CDSA/UFCG, através do corpo dirigente, especialmente aos coordenadores dos Cursos de Ciências sociais e Educação do Campo e da Unidade Acadêmica pela compreensão e liberação das minhas obrigações docentes, quando necessário, para resolver assuntos referentes ao doutorado. Estendo esses agradecimentos aos meus colegas de trabalho que sempre me apoiaram na difícil e laboriosa tarefa de trabalhar e fazer uma tese.

Quero agradecer a amiga de longas datas Heleniza Saldanha não só pela fortalecida amizade, mas especialmente pelo profissionalismo e comprometimento quanto à correção ortográfica do texto dessa tese.

Agradeço imensamente aos meus pais, que mesmo não vivenciado o mundo acadêmico sempre me deram forças para findar mais esta etapa da minha vida acadêmica.

E finalmente, não poderia ser diferente, gostaria de agradecer a Mary Alves Mendes pelas orientações e afetos dedicados durante o período de doutoramento, e durante os dez anos em que estamos juntos.



*A violência é uma questão de poder.*

*As pessoas se tornam violentas  
quando se sentem impotentes.*

Andrew Schneider

## RESUMO

Este estudo investiga as relações entre os sentidos de ser homem e as práticas de violência conjugal. Demonstra a representação social masculina no contexto das delegacias quando, acusados de agressão, explicitam a sua compreensão de envolvimento em situações de violência de gênero. São discursos dos homens sobre agressões às mulheres, proferidos num ambiente em que se sentem em desvantagem e ameaçados. A tese revisa autores antropólogos e feministas sobre relações de gênero, masculinidade e poder, e violência. A pesquisa de campo abarca três Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) na Região Metropolitana do Recife, relatando detalhes de observações, entrevistas, depoimentos, conversas com mulheres, profissionais e homens acusados, configurando 32 casos com múltiplos interlocutores. Sistematiza os discursos em três grandes eixos interpretativos empregados pelos homens para explicar as suas ações, entendendo-os de forma interconectada. Os referidos eixos se ordenam em: 1) como as relações de gênero devem ser; 2) como essas relações estão sendo; e 3) quem apoia as novas relações de gênero. Desse modo, os homens fazem: 1) um apelo ao reforço da importância e do controle masculino no cumprimento das normas tradicionais de gênero; 2) um reconhecimento de uma crescente autonomia feminina que gera inconformidade masculina; e 3) um questionamento da nova aliança de setores das estruturas de poder, especialmente das políticas públicas, com as mulheres, a exemplo da legislação e da atuação das delegacias, provocando um recuo masculino. Nas interpretações, a ideia de Marilyn Strathern, que realça categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências, se fundamentam em imagens sexuais, independentes das relações de poder, permitindo a inclusão de ângulos diversos e questionando visões maniqueístas. Isto permite uma interpretação de discursos masculinos coletados em delegacias que evidenciam uma busca de inversão dos rótulos de ativo e passivo entre homens acusados de agressão, descortinando a complexidade das lógicas de relações conjugais cotidianas. Há mais de duas décadas, no Brasil, autoras como Maria Filomena Gregori e Bárbara Musumeci Soares denunciam os excessos do “vitimismo” e do conceito “violência contra a mulher”, mostrando as diferentes implicações do uso de conceitos como “violência conjugal”, guiando a problematização da leitura dos discursos masculinos em situações de violência. O jogo entre os discursos de “dominação masculina” e a reprodução de estruturas de poder desiguais, que não ocorrem plenamente, de um lado; e a produção da autonomia feminina, insubmissão e a valorização de políticas públicas que a reforçam, de outro; fazem os discursos observados no contexto das DEAMs compreensíveis pelo que Hannah Arendt identifica a violência, como a não “plena realização da dominação”, mas como a resposta a um processo que coloca em xeque a legitimidade dos que se entendem (entendiam) como dominantes.

Palavras-chave: Homens; Violência conjugal; DEAMs.

### **ABSTRACT**

This study investigates the relationship about the senses of being a man and the practices of domestic violence. It Shows the male social representation in the context of the police stations when they are accused of aggression, They explain your understanding of involvement in situations of gender violence. These are the men's speeches about men's assaults at woman, pronounced in an environment where they feel outnumbered and threatened. The thesis revises authors anthropologists and feminists about gender relations, masculinity and power, and violence. The research includes three Special Police Service to Women in Recife`s metropolitan area, reporting details of observations, interviews, statements, conversations with women, professionals and men accused by configuring 32 cases with multiple parties. Systematizes speeches in three main interpretive employed by men to explain their actions, understanding them in an interconnected way. These ways are arranged in: 1) how gender relations should be, 2) how these relationships are, and 3) those who support the new gender relationships. Thus, men's produce: 1) a bid to increase the Importance and male control in fulfilling traditional gender norms; 2) recognition of a growing female autonomy that generates unconformity male; 3) questioning the new bond coming from the sectors of power structures, especially of public policies, with women, such as the laws and actions of the police station, causing a male retreat. In the Interpretations of Marilyn Strathern's idea, highlighting people's categorizations, artifacts, events, sequences, are based on sexual images, independent of power relations, letting the inclusion of different angles and questioning manichean visions. This allows an interpretation of male testimony in police station, collected evidence that a search for labels reversal of assets and liabilities about men accused of aggression, showing the complexity of the logic of everyday marital relationships. For more than two decades in Brazil, authors like Maria Filomena Gregori and Barbara Musumeci Soares denounce the excesses of "victimhood" and the term "violence against women", showing the different implications of using of concepts such as "domestic violence", pointing the problematic reading of male speech in situations of violence. The game of the discourses of "male domination" and reproduction of unequal power structures, that don't happen not only in one side but the production of female autonomy, insubordination and appreciation of public policies that reinforce the other; they do the speeches observed in the context of the special polices service to women. understandable by Hannah Arendt identifies violence as not to "full realization of domination", but also like the answer to a process that it will determine the legitimacy of those who understand (understood) as dominant of the gender situation.

Keywords: Men, marital violence; special polices service to women.

## RÉSUMÉ

Cette étude examine la relation entre les sens de l'homme et les pratiques de la violence domestique. Démontrent la représentation sociale dans le contexte de la police masculins lorsqu'ils sont accusés de voies de fait, d'expliquer votre compréhension de l'implication dans des situations de violence de genre. Les discours sont les agressions contre les hommes aux femmes, livrées dans un environnement où ils se sentent dépassés en nombre et menacés. La thèse des auteurs et révisé les anthropologues féministes sur les relations entre les sexes, la masculinité et de la puissance et de la violence. Le domaine comprend trois agents des services de police spéciale pour les femmes (DEAM) dans la région métropolitaine de Recife, à raconter les détails des observations, des entretiens, des déclarations, des conversations avec des femmes, des professionnels et des hommes accusés par la configuration 32 cas avec de multiples parties. Systématise discours interprétatif sur trois principaux utilisés par les hommes pour expliquer leurs actions, comprendre leur façon interconnectée. Ces axes sont disposés dans: 1) la façon dont les relations de genre devrait être, 2) la façon dont ces relations sont, et 3) ceux qui soutiennent les nouvelles relations de genre. Ainsi, les hommes: 1) un appel pour renforcer l'importance et le contrôle des hommes dans l'accomplissement des normes de genre traditionnels, 2) la reconnaissance d'une autonomie croissante des femmes qui génère des hommes discordance, et 3) une remise en cause de la nouvelle alliance secteurs des structures de pouvoir, en particulier des politiques publiques, avec les femmes, tels que les lois et les actions de la police, provoquant un mâle réaction. Les interprétations de la notion de Marilyn Strathern, en soulignant les catégorisations des personnes, des objets, des événements, des séquences, sont basées sur des images sexuelles, indépendamment des relations de pouvoir, ce qui permet l'inclusion de différents angles de visions manichéennes et de questionnement. Cela permet une interprétation des discours des hommes dans la police recueilli des preuves que la recherche d'inversion des étiquettes d'actifs et de passifs entre hommes accusés de voies de fait, révélant la complexité de la logique de la vie quotidienne des relations conjugales. Depuis plus de deux décennies au Brésil, des auteurs comme Maria Filomena Gregori et Barbara Musumeci Soares dénoncer les excès de la «victime» et le terme «violence contre les femmes», montrant les différentes implications de l'utilisation de concepts tels que la «violence domestique», guidant problématiser la lecture du discours masculin dans les situations de violence. Le jeu entre les discours de «domination masculine» et de la reproduction des structures de pouvoir inégales qui ne se produisent pas entièrement, d'une part, et la production de l'autonomie des femmes, l'insubordination et l'amélioration des politiques publiques qui renforcent l'autre; faire des discours observée dans le contexte des DEAM compréhensibles que Arendt identifie la violence pour ne pas «pleine réalisation de la domination», mais comme une réponse à un processus qui remet en question la légitimité de ceux qui comprennent (compris) comme dominante.

Mots-clés: hommes, la violence conjugale; DEAM.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ANTROPOLOGIA, GÊNERO E MASCULINIDADE.....	29
2.1 Gênero na antropologia.....	29
2.2 Gênero como sistema cultural.....	43
2.3 Engendrando as masculinidades para entender as relações de gênero.....	51
3. HOMENS, MASCULINIDADES, VIOLÊNCIA.....	63
3.1 Poder, dominação e violência.....	63
3.2. Masculinidade e violência.....	73
3.3 Emaranhando conceitos para entender a complexidade da violência conjugal.....	78
4. TRILHAS METODOLÓGICAS NA COMPREENSÃO DOS DISCURSOS MASCULINOS.....	98
4.1 A etnografia na compreensão dos discursos masculinos sobre as práticas de violência.....	98
4.2 As observações diretas como instrumentos de apreensão dos discursos.....	105
4.3 O cotidiano e o ordinário na apreensão dos discursos sobre a ordem de gênero.....	115
4.4 Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher: locus de pesquisa e apreensão dos discursos masculinos.....	123
5. “QUANDO OS HOMENS ABREM AS ASAS”: ANALISANDO OS DADOS PESQUISADOS.....	140
5.1 “Se não ficar comigo não fica com mais ninguém”: mecanismos masculinos de controle, proibição e acusação no reforço das relações de gênero tradicionais.....	143

5.2 Dedos em riste e honrando as calças: empoderamento feminino e fragilização masculina.....	159
5.2.1 Reconhecimento e resistências masculinos frente à autonomia e independência feminina.....	160
5.2.2 Quando as mulheres querem assumir o comando: separação e controle feminino.....	168
5.2.3 Infidelidade, de “território masculino” para arena das fragilidades.....	175
5.3 “A mentira de uma mulher é uma verdade”: o Estado contra os homens e a nova configuração das relações de gênero.....	180
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	202
APÊNDICE.....	230
APÊNDICE - RELATOS.....	244

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de tese é um estudo sobre masculinidades. A violência de gênero entra como pano de fundo para entender como as masculinidades são experienciadas por homens acusados de agressão às suas companheiras, namoradas ou esposas, nas Delegacias da Mulher, da região metropolitana do Recife.

A temática masculinidade vem ocupando espaço nas minhas reflexões desde a graduação, quando fiz uma pesquisa sobre o jogo de bolinhas de gude com o interesse de mostrar que o referido carrega uma forte mensagem de definição das relações de gênero. Meninos perdedores recebiam adjetivos femininos como forma de inferiorização frente ao seu oponente vencedor.

No mestrado <sup>1</sup> procurei aprofundar mais a dimensão da socialização de gênero, especialmente a construção social da masculinidade, centralizando a análise em jogos e brincadeiras (futebol de rua ou “pelada”, jogo de bola de gude, entre outros) em dois bairros populares da cidade do Recife<sup>2</sup>. Fiz um estudo etnográfico com o objetivo de mostrar o quanto essas atividades estão carregadas de marcadores identitários de gênero. Nessa pesquisa, o objeto de estudo foram as atividades lúdicas infantis. Investida que, de certa forma, obteve êxito visto que empiricamente essas atividades foram confirmadas como símbolos, signos e conteúdos de explicação das relações de gênero e mais especificamente da construção social de masculinidades, expressa nas falas das crianças e adolescentes durante os jogos e brincadeiras.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. *A construção social da masculinidade sob o foco das atividades lúdicas infantis*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

<sup>2</sup> Comunidade Vila dos Milagres, no Bairro do Ibura, e Comunidade Brasilit, no Bairro da Várzea.

As falas dos meninos revelaram que as atividades lúdicas apresentavam especificidades quanto à demarcação de fronteiras (às vezes não tão rígidas) entre atividades masculinas e femininas. Constatei que a “intromissão” de uma pessoa do sexo feminino nas brincadeiras e jogos considerados, tradicionalmente, de menino, era regida por um controle social expresso através de gozações que inferiorizavam o “intromissor”, no sentido de alertá-lo do desvio cometido em relação às regras e normas de formação e estabelecimento do sistema sexo/gênero a que pertencia. As atividades lúdicas infantis não funcionam como matriz geradora dessa construção social, mas como um dos instrumentos de (re) significação das formas de conceber as diferenciações entre os gêneros, considerando que trilham um percurso anterior, mais extenso e amplo, que englobam outras esferas das relações sociais.

Continuo estudando masculinidades, agora focalizando o problema da violência contra a mulher a partir dos discursos masculinos sobre as práticas de violência. A princípio, se pode pensar que não há conexão entre brincadeiras infantis e violência de gênero, mas afirmo que sim e tal conexão permite, ainda, compreender como são construídas socialmente as masculinidades.

Para mostrar essa conexão recuo um pouco no tempo e me coloco no centro da descrição, considerando que a trajetória do cientista não pode ser desprezada, nesse sentido entendo que trabalho acadêmico e vida pessoal são indissociáveis. Sou natural de Campina Grande, na Paraíba, mas aos onze anos de idade, em 1985, passei a residir na cidade de Sossego-PB<sup>3</sup>, por decisão dos meus pais

---

<sup>3</sup> O Município de Sossego está localizado na Microrregião do Curimataú Paraibano, no meio norte do Estado, a 240 km da Capital do Estado (João Pessoa), limita-se ao norte com os municípios de Cuité e Baraúna, ao leste faz fronteira com Barra de Santa Rosa, ao sul com Cubati, Barra de Santa Rosa e Pedra Lavrada, e ao oeste Baraúna e Pedra Lavrada. Possui uma área de 154,747 km<sup>2</sup>, população de 3.169 habitantes, densidade demográfica de 20,48 hab./km<sup>2</sup>, hidrografia formada por rios temporários com cheias no período do inverno, sendo constantemente



que resolveram retornar a cidade aonde foram criados. Fiquei por lá até 1991, portanto, passei minha adolescência nessa pequena cidade. Lá passei a gozar de um “privilégio” que em Campina Grande, eu e meus irmãos, não tínhamos: podíamos brincar tranquilamente na rua, passear e estender as brincadeiras típicas daquela fase até a noite. Para se ter uma noção, não havia muros na escola e em outros estabelecimentos importantes. Tal contexto possibilitou uma maior ampliação de nossos espaços de socialização, quando comparado a Campina Grande.

Descrevo tal fato para resgatar uma brincadeira que fez parte da minha socialização e que se torna pertinente para introduzir a conexão entre masculinidades e violência, que ora discuto. Minha adolescência, vivida em Sossego, contribuiu para eu pensar sobre um modo específico de construção de masculinidade. Essa espacialidade de ares interioranos esboçava traços comuns de um tipo de masculinidade, de uma forma de *ser homem*. Minhas vivências àquela época possibilitaram repensar reflexivamente minhas próprias práticas, um exercício que implica o que Sousa Santos (2006) chamou de “proximidade crítica”, condição fundamental no processo de pesquisa, tão necessária quanto à “*distância crítica*”.

Minha memória reporta ao seguinte: quando adolescente, morando em Sossego, experimentei o mesmo que todo jovem do sexo masculino nessa faixa etária, as descobertas acerca do universo masculino.

---

castigado por secas prolongadas e abastecido por carros-pipa. O município apresenta clima tropical semiárido, economia, sobretudo, agrícola de subsistência na Zona Rural, apresentando ainda na Zona Urbana, um comércio em desenvolvimento (com feira livre e lojas em diversos ramos). O setor industrial é representado por uma padaria e uma olaria. A pecuária rural desenvolve criações de rebanho bovino e caprino. No setor social o município dispõe de um clube, ginásio de esportes, campo de futebol e canteiros arborizados nas principais ruas e avenidas da cidade. A rede de ensino é composta de oito escolas municipais, duas estaduais e uma creche que atende as crianças carentes (IBGE, 2010).

Naquela época, lembro-me que participei de uma brincadeira que estimulava o preenchimento de aspectos do modelo de masculinidade daquele contexto cultural, a brincadeira “mão no bolso”, onde uma dupla ou um grupo de meninos selava um acordo para ter a liberdade de esmurrar as costas do(s) oponente(s), quando esse(s) não tivesse(m) com a mão no bolso, o que os obrigavam a manter-se sempre com a mão no bolso em lugares públicos, caso contrário seriam surpreendidos com um estrondoso murro nas costas.

Recordo que fingíamos agir com normalidade, e até certo desdém, demonstrando que o murro não foi tão impactante e que seríamos capazes, tranquilamente, de suportá-lo. Era esperado de quem apanhava não expressar dor, chorar e nem se contorcer demonstrando fragilidade, pois tais comportamentos eram indicativos de que ainda não éramos homens plenamente. Reclamar do soco, chorar, ameaçar desistir da brincadeira, colocava em xeque o status de masculinidade diante dos pares, ao ponto da nossa imagem ficar associada a um homem feminino, nada mais desonroso e perigoso naquele contexto social. Comportar-se devidamente era crédito ganho na disputa de masculinidade e reconhecimento de que éramos, de fato, “macho”, aguentando levar murros sem choramingar e expressar fraqueza. A brincadeira nada mais era do que uma forte prova de masculinidade. Uma espécie de treinamento para nos tornamos “homens de verdade”.

Um aparente paradoxo se apresentava na brincadeira. Ao receber o murro violento, se o jovem tentasse revidar, atitude esperada na lógica masculina, seria desmoralizado porque a brincadeira tinha regras claras de que ele só levaria murros se esquecesse de colocar as mãos no bolso. Então, um homem de verdade, naquele contexto, teria que honrar o trato e controlar os impulsos, não sendo aceitável o revide, caso quisesse descontar deveria ser nos momentos em que o(s) oponente(s) esquecesse(m)

de colocar a mão no bolso. Nesse sentido, ser homem de verdade, requer suportar a dor e ao mesmo tempo saber respeitar as regras do jogo, o código de ética sob o qual aceitou submeter-se.

Hoje, com o passar do tempo e a ajuda das reflexões antropológicas, vejo que a brincadeira "*mão no bolso*" se constituía numa maneira de moldar ou socializar a nossa masculinidade. Estavam em jogo dois aspectos: alimentar nossas ações com atos violentos como naturais a própria masculinidade e testar nossa capacidade de resistir a "agressão" recebida, seria desonroso fraquejar, chorar.

Essa *brincadeira* detectava os sinais de aptidões para um modelo tradicional de masculinidade. Desse modo, cumpria a função de fortalecer em nós, meninos, o sentido "verdadeiro" de ser homem. Como afirma Da Matta (2010, p. 138): "ser homem" não era apenas ter um corpo de homem, mas mostrar-se como "masculino" e "macho" em todos os momentos". A brincadeira "*mão no bolso*" dramatizava tal condição, que jamais poderia ser esquecida, distinguia aqueles que viriam a ser meros homens dos machos, os duros dos fracos, os bravos dos covardes.

Em Sossego, àquela época, quem havia nascido homem tinha que se comportar como tal – com hombridade, consistência, firmeza e, sobretudo, certa dureza. Assim, "*mão no bolso*" revelava os aspectos ideais e valorizados na construção da masculinidade. "Um dos preços da masculinidade, portanto, era uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo" (DA MATTA, 2010, p. 138).

"*Mão no bolso*" é uma brincadeira que funciona como um rito, um marcador social que vai paulatinamente introjetando nos meninos valores configuradores do universo masculino naquele contexto. Nessa brincadeira, identifico a expressão de violência e dor que nós,

meninos, não podemos demonstrar e que devemos suportar como forma de sermos reconhecidos, valorizados e aceitos socialmente. Essa e outras brincadeiras “edificaram e edificam a personalidade dos homens e uma negação permanente de responder a estímulos sensoriais, às emoções, aos sentimentos como ficar triste, chorar, se queixar e demonstrar afeto...” (GOMEZ ETAYO, 2011, p. 21).

São inúmeros os relatos de meninos, inclusive o meu, que não choraram diante de um soco, ainda que sentindo muita dor. Essa experiência permite mostrar como meninos tornaram-se homens. Pensar o que faz um homem, “homem”. A brincadeira, instrumento socializante, não funciona como um determinante, mas como referências ou modelos de como ser masculino, especialmente em boa parte das sociedades ocidentais. É evidente que há distintos modelos de masculinidades ao nosso redor.

No contexto da minha infância e da atual pesquisa, as situações de violência estão relacionadas ao esforço empreendido pelos sujeitos para manter uma forma tradicional de ser homem. Longe de imaginar que as situações de violência sejam as únicas formas possíveis de expressão de masculinidade e, muito menos, que todos os jovens que passaram por essas formas de socialização se tornaram ou se tornarão agressores ou acionaram a força física como recurso para resolução de problemas ou demonstração de que é “macho”, ser homem envolve uma multiplicidade de situações. Mesmo os usos da força física ou do corpo variam de indivíduo para indivíduo, de cultura para cultura. Então, os sentidos dados às práticas violentas vão variar de acordo com o sujeito, a situação contextual, os pares de interação, enfim, com uma variedade de elementos que compõem o cenário.

Não é objetivo desse estudo investigar as raízes da agressividade humana, mas mostrar como se dão as relações entre os

sentidos de ser homem e as práticas de violência conjugal. Como a representação social masculina se explicita e promove o envolvimento de homens em situações de violência de gênero. Ou seja, compreender as razões das agressões masculinas atrelando-as às formas de construção da masculinidade.

A violência como parte constitutiva da identidade masculina exerce sobre os indivíduos (homens e mulheres) uma espécie de força generificada, ou seja, as relações dos homens com a violência, ora como vítima, ora como agressores, são orientadas por um modelo de masculinidade. Assim, “os homens que agridem suas parceiras sentimentais estão normatizados por padrão de educação que, inclusive hoje, é exigido socialmente.” (ETAYO, 2011, p. 16). A violência pode aparecer como exercício disciplinador, onde homens procuram *corrigir* mulheres desobedientes (MACHADO, 2010), “se os homens ‘falam’ e ‘mandam’, precisam das mulheres para ‘ouvi-los’ e ‘obedecê-los’” (DA MATTA, 1997, p. 45).

A intenção das reflexões aqui apresentadas não buscam vitimizar os homens em situações de violência, dizendo que eles se envolvem em atos violentos meramente porque respondem a um modelo de masculinidade imposto, isso implica numa desresponsabilização individual de sua ação. Não busco eximi-los de suas responsabilidades, no entanto, não implica atribuir-lhes, como sujeitos individuais, a culpa da violência masculina. Uma possibilidade de fugir de uma interpretação maniqueísta seria refletir como homens de diferentes contextos, em situações semelhantes, internalizam modelos de representação masculina que se ancoram em práticas e discursos de posse, controle e vigilância sobre o outro. Prefiro seguir como Gomez Etayo (2011, p. 25) para quem os homens não são “nem vítimas nem algozes, os homens agressores demandam perguntas e interrogações. Exigem o exercício do pensamento”.

Adoto, assim, uma perspectiva relacional para refletir e analisar as situações de violência conjugal pesquisadas, a partir da perspectiva dos homens acusados de agressão. Considero importante compreender as diferentes violências masculinas, e mais, compreender como foram construídos os vínculos dos homens acusados de agressão com as mulheres agredidas e não focar somente nos eventos violentos.

Para Moore (1994), essa violência é marcada pela relação hierárquica que há nas relações de gênero, segundo formas específicas de cada cultura. Diz a autora que homens agressores correspondem a um modelo machista e mulheres que apanham a um modelo submisso, características que estão latentes, mas que se tornam mais evidentes em momentos limites de agressão. Dessa forma, a violência seria consequência de uma crise de representação social e individual, na qual o agressor não consegue viver sua fantasia de poder e a via que encontra para resolver esta crise é através de coerção a fim de reafirmar sua natureza masculina com a cumplicidade social dos mais próximos que “compreendem” sua “natureza” violenta.

O reforço e a divulgação da hierarquia masculina nas relações de gênero, especificamente aquela referente à autoridade, foram presenciados por mim diversas vezes nas cenas cotidianas, como através de um parente da família da minha companheira, num encontro familiar em que discutíamos a popularidade das esposas em relação aos maridos, na qual o referido disse: “varão, varela e varunca”. Na configuração o *varão* é um tipo de homem que tem a centralidade de mando, poder e autoridade sobre a casa e a família, “ele manda”; o *varela* compartilha a autoridade com a mulher “*mando eu, mando ela*”, e o *varunca* não tem autoridade, “*não manda nunca*”. Quando indagado sobre as posições de mando na sua própria casa disse: “ela [a esposa] é a dona da casa, mas eu é quem mando nela”

(risos). Segundo sua esposa, ele, quando era mais novo, fez muito ela sofrer com “raparigas” e bebidas, passava de bicicleta na frente da sua casa com mulheres na garupa, vindo dos bares e cabarés. Depois que foi ser pastor é que deixou a bebida, o jogo e as “mulheres da rua” consideradas, como diz Da Matta (1993), comidas fáceis e potencialmente indigestas, porém deliciosas na sua ingestão.

Ele é conhecido na cidade onde mora<sup>4</sup> como *Vanzinho de Ivete*<sup>5</sup>. Ivete é sua esposa, vivem juntos há quarenta anos depois que ela ficou viúva. Embora afirmando sua autoridade na família e gozando de grande popularidade na cidade<sup>6</sup>, percebe-se que sua esposa compartilha com ele não só a popularidade, mas o poder na família e nos espaços mais comuns de sociabilidade, naquilo que Parry Scott (2011) chama de matrifocalidade.

Essas questões aqui descritas perpassam a discussão dessa tese, no sentido de perceber como os homens alimentam os seus modelos de masculinidades e como esses estão relacionados a práticas machistas que, na maioria das vezes, levam a práticas violentas de gênero. Esse tipo de violência, particularmente aquela praticada pelos homens contra suas companheiras, constitui-se em grave problema social, atingindo milhares de mulheres todos os dias, nas mais diversas sociedades e culturas, independente da idade, raça, etnia, religião e classe social.

Muitos avanços no que se refere à visibilidade e coibição dessa grave problemática aconteceram, ao longo do tempo, sejam através das denúncias, movimentos sociais e feministas, ONGS e instâncias

---

<sup>4</sup> O casal mora numa cidade pequena do interior do estado do Piauí, na região sudoeste, localizada a 377 km da capital Teresina, com população de aproximadamente 7.000 habitantes.

<sup>5</sup> Os nomes aqui apresentados são pseudônimos, a fim de preservar a privacidade dos sujeitos mencionados.

<sup>6</sup> Ele já foi vereador e pastor de uma igreja evangélica na cidade.

governamentais com a implementação de políticas públicas e leis direcionadas à questão como a Lei Maria da Penha, de 2006.

Esta Lei define como violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, da família, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e de orientação sexual”. Essa lei cria medidas mais severas contra os agressores, quando comparada às leis anteriores que regiam a questão, além de também propor medidas educativas.

A violência de gênero remete a desigualdades entre os sexos, não por obra da natureza, mas construídas pela tradição cultural, estruturas de poder, agentes envolvidos na trama das relações sociais (SAFFIOTI, 1999). Como se trata de relações regidas pela gramática sexual está compreendido no contexto das relações de gênero, termo que tem caráter sociocultural e aspecto relacional, o que implica dizer que essa violência faz parte de uma construção social de gênero e que a mesma pode ser perpetrada também por um homem contra outro, por uma mulher contra outra ou por um homem contra uma mulher e vice-versa. Todavia, a situação mais amplamente difundida e comum, quando se trata da violência de gênero, caminha no sentido homem contra mulher, tendo a “falocracia como caldo de cultura” como diz Saffioti (2004, p. 71).

Tanto a mídia como boa parte dos estudos acadêmicos tem tratado desse fenômeno, geralmente a partir das “vítimas”, as mulheres, sejam no que se refere às medidas de denúncia e proteção, como de visibilidade e compreensão da problemática.



Nesse sentido, há uma carência de estudos que enfatizam os discursos masculinos sobre a violência de gênero, dimensão que se entende crucial para o entendimento dos significados dos discursos e práticas que envolvem a questão, visto que os agressores são peças fundamentais desse quebra-cabeça e seus elementos constituintes. A escolha metodológica em analisar a violência contra a mulher a partir dos discursos masculinos tem a intenção de manter a compreensão da questão a partir do seu aspecto relacional, entendendo que estudar homens significa estudar mulheres, ao tempo que pretendo afastar-me de uma visão maniqueísta da questão, entendendo que não abarca a complexidade que envolve as relações de gênero.

Saber sobre os agressores e o significado dos seus discursos, no que se referem às práticas de violência, é desvelar não só as dimensões simbólicas, sociais, econômicas e culturais sobre a questão em si, mas também as formas e modelos de ser homem numa sociedade brasileira e, particularmente, nordestina. Eles, agressores ou acusados de agressão contra suas companheiras e namoradas, se constituem em fontes preciosas de informações, talvez as mais importantes, visto que são geralmente eles os protagonistas das práticas violentas.

Por que estudar os discursos masculinos sobre a violência contra a mulher? Inicialmente cabe aqui explicitar os motivos que me levaram a querer pesquisar esta temática. A familiaridade com os estudos de gênero, através da minha dissertação de mestrado que versa sobre a construção social da masculinidade via brincadeiras infantis, instigou-me a permanecer com um olhar crítico e atento para as questões que envolvem a masculinidade em suas várias dimensões. A violência de gênero é uma dessas dimensões relevantes, dado que se constitui em grave problemática social, situação de certa forma paradoxal em pleno século XXI diante da consolidação da liberação sexual, emancipação feminina e

democratização das relações familiares (SARTI, 1996; GIDDENS, 2000).

A violência sempre esteve presente em todas as sociedades. A ideia de uma sociedade sem violência, rodeada puramente por um princípio e espírito de paz parece de difícil concreção, o que não implica uma apologia à violência ou descrer do seu desaparecimento, mas pensá-la como um dado concreto da realidade social que precisa de controle e minimização da sua incidência e efeitos. Um problema que é passível de (re)leituras e atribuições de causas e significados os mais diversos possíveis.

Nolasco (2001) destaca que a violência e acidentes de trânsito são motivos que mais matam pessoas em todo mundo e os homens contribuem com aproximadamente 77% do total de mortes. Estas mortes representam gastos em despesas médicas e perda de produtividade no valor de US\$ 500 milhões/ano.

No contexto temático da violência de gênero, o que vem me chamando a atenção é a atribuição majoritária, quase que unânime, dessa violência aos homens associada a certa passividade feminina, assim como pouco tratamento analítico dado a esses como objeto de estudo no contexto de violência, quando comparado às mulheres. Estou me referindo ao fato desses autores de violência serem alvos de análise e intervenção, ainda tímida, quando comparado aos estudos de mulheres na condição de vítimas<sup>7</sup>.

Nesse estudo, proponho trazê-los a cena a partir das produções de sentidos e das práticas discursivas de masculinidade para

---

<sup>7</sup> Não me refiro à ausência absoluta de produções acerca dos homens autores de violência, nem que se deixou de colocá-los na problemática da violência de gênero. O trabalho de Gregori (1993) é pioneiro, nesse sentido, ao buscar inserir uma reflexão que incluía os homens e as mulheres como sujeitos ativos em questões de violência conjugal. Mas ainda são poucos os estudos cuja centralidade analítica são os homens tomando seus próprios discursos sobre a questão. Esta discussão está abordada com mais detalhe no capítulo 3.

entendê-los como protagonistas da violência conjugal. Em outros termos, verificar a relação existente entre os modelos de masculinidade, expressos nos depoimentos e as formas de violência praticadas contra as mulheres. Aliado aos seus discursos compartilho meus argumentos de explicação com cenas cotidianas que experienciei e que expressam os modelos de masculinidades produzidos por homens e mulheres para mostrar o quão forte e enraizada nesses discursos e práticas estão presentes os aspectos que remetem ao modelo tradicional de ser homem, aqui entendido a partir de práticas machistas, cuja associação é bem próxima das práticas violentas de gênero.

Acredito ser importante para compreender a violência de gênero, especificamente aquela praticada contra as mulheres, o ponto de vista masculino, saber o que dizem esses homens, pensam e explicam sobre suas práticas, como simbolizam sua posição no contexto familiar e a relação dessa com as práticas de violência.

Fazer uma conexão analítica entre violência e masculinidade requer, inevitavelmente, questionar os paradigmas essencialistas, operando contrariamente à ideia da sua descrição e concepção como uma disposição natural e inerente ao masculino. Parte-se, então, da premissa de que esses são processos sociais no tempo e que a masculinidade é construída histórica e socialmente.

Para isso, se faz necessário compreender como se constituem e se instituem as relações de gênero na esfera doméstica e familiar a partir da situação e práticas instaladas de violência. Dar voz aos homens permitirá não vê-los, a priori, como agressores, o que de antemão já se constituiria num processo de exclusão e marginalização desses na família e sociedade, negando-lhes a possibilidade de explicação, reparação ou inclusão num sistema ideológico alternativo (MUSZKAT, 2006).

Considerada essa uma questão multidimensional, diversas são as possibilidades de explicações para entendê-la, estando essas não só vinculadas estritamente à questão de gênero, mas também à situação de classe, posição social exercida no contexto familiar, dependência química, abuso sexual e violência sofrida na infância, problemas psicológicos<sup>8</sup>.

Diante do que foi descrito sobre as motivações e a relevância dessa temática de estudo, como problemática social se pode concluir que essa pesquisa pretende investigar os discursos masculinos (agressores) sobre o significado das práticas de violência cometida contra suas companheiras na articulação com os modos de ser *homem*. A pesquisa foi feita com homens que se encontravam na situação de agressores nas Delegacias Especializadas da Mulher, na Região Metropolitana do Recife, o lugar escolhido deve-se ao fato dessa Região e o próprio Estado de Pernambuco se destacarem, no país, com altos índices de violência contra a mulher, mesmo depois de instituída a Lei Maria da Penha<sup>9</sup>.

Visando dar conta das questões acima expostas, esta tese está assim estruturada: no primeiro capítulo trabalhei a triangulação entre antropologia, gênero e masculinidade como matrizes básicas de sustentação teórica para a compreensão das relações entre homens e mulheres, com o intuito de dar conta das relações conjugais e subsequentemente da violência conjugal. No segundo capítulo discuto, em particular, a questão da violência conjugal, a partir do tratamento dado pelos estudos de gênero e de masculinidades, já apontando a direção que escolhi para compreender os discursos dos

---

<sup>8</sup> Alguns desses fatores serão destacados, ao longo desse trabalho, buscando mostrar como as matrizes de masculinidades alimentam comportamentos ligados ao consumo de álcool, divisão sexual do trabalho, autoridade, infidelidade, aspectos que desencadeiam os conflitos conjugais.

<sup>9</sup> As Delegacias Especializadas da Mulher escolhidas foram a Primeira Delegacia da Mulher em Recife, a Segunda Delegacia da Mulher em Jaboatão dos Guararapes e a Quinta Delegacia da Mulher em Paulista.

homens acusados de ter praticado violência contra a mulher. No terceiro capítulo descrevo o objeto, os espaços institucionais e o caminho metodológico seguidos do processo da pesquisa e a feitura da escrita. No quarto capítulo relato, analiso e interpreto as informações coletadas nas delegacias e nas cenas cotidianas a respeito das representações sobre masculinidades, a fim de mostrar a construção do modelo tradicional de homem e a sua associação com o machismo e as práticas de violência. É nesse capítulo que se apresenta o tratamento analítico ou produção de dados, visando contribuir através de uma análise da masculinidade para a problemática da violência contra a mulher.

## **2 ANTROPOLOGIA, GÊNERO E MASCULINIDADE**

### **2.1 Gênero na antropologia**

Na antropologia, a distinção entre homens e mulheres sempre se apresentou como objeto central através dos sistemas de parentesco, dos mitos, dos ritos, da organização econômica, dos ciclos reprodutivos, etc. Tais distinções não eram tratadas com os refinamentos analíticos que os recentes estudos de gênero trouxeram.

Nas primeiras etnografias (MORGAN, 2005; MEAD, 2003 e 1971; MALINOWSKI, 2000; 1983; BATESON, 2008), o conceito de gênero ainda não era utilizado como categoria analítica, mas já se esboçava ali a preocupação com a ideia de construções sociais das relações entre homens e mulheres. Conforme Strathern (2006), “a posição das mulheres” foi um tópico corrente na agenda etnográfica. Isso não quer dizer que o interesse recente pelos estudos de gênero seja uma continuidade dessa agenda antropológica. Por isso, dois mitos devem ser descartados:

O de que o feminismo inventou o interesse antropológico pelas mulheres e pelo gênero como objetos de estudo; e o seu oposto, que o atual interesse e pelo feminista por esses assuntos simplesmente dá seguimento a uma antiga tradição antropológica. Ambos se apoiam numa identificação entre o feminismo como teoria e as mulheres como seu objeto de estudo (STRATHERN, 2006, p. 74).

Se como disse Strathern, nem o feminismo inventou o interesse antropológico pelas mulheres e pelo gênero como objetos de estudo, nem tampouco o interesse atual das feministas por esses assuntos dão seguimento a tradição antropológica, então desde quando e como as relações entre homens e mulheres foram estudadas pela antropologia clássica?

Lewis Morgan (2009), por exemplo, criou um esquema que procurava associar o desenvolvimento político e organizacional das sociedades antigas com os sistemas de parentesco nelas empregados. Ao pensar que as sociedades evoluíam de forma linear, do simples ao complexo, utilizou tal esquema para demonstrar que, por exemplo, a descendência pela linha materna teve uma função importante num estágio menos evoluído do progresso humano, ao passo que a linha de descendência paterna exerceu importância igual na configuração da ordem civilizada. Assim, nas sociedades mais avançadas, conforme Morgan, a organização social e do parentesco são definidas através da descendência masculina que representa um dos sinais de que a sociedade avança rumo à civilização, afirmando que o progresso da humanidade dar-se-á, entre outros fatores, da passagem do matriarcado para o patriarcado.

Para ele, o processo de mudança do matriarcado para o patriarcado foi simples e natural. Para justificar sua hipótese de que o matriarcado foi uma forma primeira de organização social e de parentesco recorre aos mitos e aos rituais para demonstrar que as mulheres possuíram e perderam o poder, por não saberem como administrá-lo. Isso o leva a afirmar que, se as mulheres algum dia irão governar, será necessário que elas se desvencilhem do mito que determina sua incapacidade de desempenhar papéis de liderança (MORGAN, 2009).

Ainda tratando das relações entre homens e mulheres, particularmente, do papel feminino na instituição matrimonial, Morgan anuncia um pressuposto que mais tarde seria trabalhado com mais acuidade por Lévi-Strauss (1982). Para Morgan, como para Lévi-Strauss, a base fundamental do casamento é a troca, ao fornecer o meio de ligação dos homens entre si. Sendo as mulheres percebidas como um presente supremo, ou seja, compreendidas entre as

alocações recíprocas em grau máximo, como outros bens, materiais e espirituais (MORGAN, 2009).

Aprofundando essa perspectiva de que as mulheres são importantes no sistema de troca, Claude Lévi-Strauss (1982) dedicou grande parte dos seus estudos aos sistemas de parentesco e seus desdobramentos nas relações entre homens e mulheres e na organização social. Para ele, a diferença homem/mulher se constitui num dos mais sublimes canais de comunicação entre grupos sociais distintos. E as trocas matrimoniais são fundamentais para garantir a aliança social dos grupos e constituição da sociedade.

A interpretação lévi-straussiana fundamenta-se na afinidade entre grupos estabelecida através da troca de mulheres por intermédio dos homens, ou seja, por meio das mulheres os homens entram em interação constituindo o universo de sociabilidade. Segundo Lévi-Strauss, a inversão dos termos manteria o sistema funcionando da mesma maneira, já que é um modelo explicativo lógico e não cultural. A questão então do gênero está inserida no sistema de parentesco e marca uma posição dominante para quem é considerado como o iniciador do sistema.

A antropóloga Gayle Rubin (1993) faz uma leitura crítica e interessante sobre os argumentos de Lévi-Strauss. No esquema analítico dele, o parentesco cumpre a função de instaurar a diferença, a oposição. Possibilitando a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico. Os sistemas de parentesco, portanto, cria uma particular divisão sexual do trabalho, levando a uma interdependência entre homens e mulheres, a uma maneira de regular socialmente a sexualidade. Assim, o parentesco e o matrimônio eram fatores determinantes na interpretação do gênero.

Gênero é uma divisão dos sexos socialmente impostos. É um produto das relações sociais da sexualidade. Os sistemas de



parentesco repousam sobre o casamento. Portanto eles transformam machos e fêmeas em 'homens' e 'mulheres', cada qual uma metade incompleta que só pode encontrar a completude quando unida à outra. Homens e mulheres são de certo diferentes. Mas eles não são tão diferentes quanto o dia e a noite, a terra e o céu, o *yin* e o *yang*, a vida e a morte. De fato, do ponto de vista da natureza, homens e mulheres são mais próximos entre si do que qualquer um dos dois em relação a uma outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si do que cada um o é de qualquer outra coisa, deve vir de algum outro lugar que não a natureza. (RUBIN, 1993, p. 11-12).

A interpretação de Lévi-Strauss, como ele mesmo aponta, é baseada num modelo lógico, daí a pouca preocupação em discutir as diferenças como construções sociais, calcada num lastro empírico. Se o empírico não se apresenta como viés interpretativo imprescindível no esquema lévi-straussiano, Bronislaw Malinowski e Gregory Bateson, na Inglaterra e Margareth Mead, nos Estados Unidos, desenvolvem parte das suas interpretações etnográficas acerca da construção do feminino e do masculino e da sexualidade humana.

Para Malinowski (1983, p. 29), a sexualidade é o objeto de estudo da Vida Sexual dos Selvagens. Para ele, “a fase erótica não pode ser desligada do estatuto legal do homem e da mulher, de suas relações domésticas e da distribuição de suas funções econômicas”. Nessa obra, sua concepção de gênero permite a inclusão do par dicotômico homem/mulher, deixando de lado as relações que se estabelecem entre homens e entre mulheres, além de não ter separado conceitualmente sexo de gênero, o que tornava qualquer tipo de relação entre homens e mulheres sexual.

O sexo não é ... uma simples questão fisiológica; ele ... torna-se o núcleo de instituições tão veneráveis como o casamento e a família [...] As instituições dos trobriandeses são feitas para permitir que a paixão brutal se purifique e se torne um amor que dure para toda a vida ... que ele se fortaleça graças aos múltiplos laços e vínculos criados pela presença dos filhos [...] pelos objetivos e interesses de que se compõe a vida da família. (MALINOWSKI, 1983, p. 21-22).

Quando interpretando as relações conjugais, Malinowski afirma que entre os trobriandeses havia um certo igualitarismo na relação marido-mulher. A mulher poderia intervir livremente nas conversas, deixar de lado seus afazeres com independência e ela daria ordens ao marido, quando precisasse da ajuda dele.

O típico lar trobriandês se baseia nos princípios da igualdade e da independência de funções: o homem é considerado o senhor, pois acha-se em sua própria aldeia e a casa lhe pertence; mas, sob outros aspectos, a mulher exerce uma influência considerável; ela e os seus parentes contribuem, em grande parte, para o abastecimento da família; certos objetos domésticos são propriedade sua; e é ela – depois de seu irmão – que a lei reconhece como chefe da família (MALINOWSKI, 1983, p. 46-47).

Malinowski ficou impressionado tamanha era a importância que os homens atribuíam às mulheres. Sempre que falavam da composição familiar exaltavam suas irmãs e as filhas delas, dando uma real importância para sua linguagem. Quando nasce uma menina há a mesma demonstração de prazer que é dada se fosse um menino, não há, portanto, diferença de receptividade de um filho do sexo masculino ou feminino, a demonstração de interesse, entusiasmo ou afeição são as mesmas.

Se as interpretações têm suas limitações quanto à noção de gênero, por ficar preso ao par dicotômico, por outro lado, suas etnografias são fartas em abordagens sobre as relações entre homens e mulheres, explorando os mais diversos aspectos dessas relações: namoro, casamento, reprodução biológica, organização econômica, etc.

Já Gregory Bateson (2008) procurou examinar a construção simbólica da feminilidade e da masculinidade entre o povo Iatmul de Nova Guiné. Na sua etnografia descreve e analisa o *Naven*, uma cerimônia na qual homens vestem-se de mulheres e mulheres vestem-se de homens, para relacionar essa conduta com a estrutura

e o ethos da cultura Iatmul. Assim, categorias e relações de gênero passam a ser objetos de estudos e o seu foco de observação. Afirmar que naquela sociedade, sob qualquer ângulo e qualquer instituição, se encontram diferenças entre a vida de homens e de mulheres, cabendo aos homens às atividades dramáticas e violentas, enquanto que para as mulheres cabem à coleta de alimentos, cozinha e criação dos filhos.

O mais importante talvez, nas interpretações de Bateson, situa-se na afirmação de que a masculinidade na cultura Iatmu não é fundada pela natureza, mas ao contrário, era definida e redefinida no interior e no âmbito de campos culturais mais amplos, constituídos de perfis, papéis e acessórios circunstanciados por ambos os sexos.

Dos antropólogos clássicos, Margaret Mead (2003, 1971) foi quem mais avançou sobre a questão das diferenças entre homens e mulheres. Pode-se dizer que a construção social do gênero e da sexualidade se constituiu como seu objeto de estudo. Na obra *Sexo e Temperamento* (2003) aponta na direção de que as diferenças entre homens e mulheres vão além da aparência biológica. Do ponto de vista empírico, compara como três sociedades primitivas desenvolveram diferentes atitudes sociais em relação ao temperamento baseando-se nas diferenças sexuais dessas sociedades. Como diz Vale de Almeida (1995, p. 104),

a partir de Mead a antropologia estava pronta para o salto qualitativo do feminismo. Assim como as sociedades ocidentais que a produzem estavam prontas para uma radical reformulação dos gêneros.

Em *Sexo e Temperamento* (2003) analisa as atitudes sociais em diversas sociedades, baseadas nas diferenças sexuais. Estudou os plácidos montanhese Arapesh, os ferozes canibais Mundugumor e os elegantes caçadores de cabeça de Tchambuli. Compara essas sociedades para demonstrar que as diferenças de sexo são produtos

de construções sociais. Parte, portanto, de uma perspectiva comparativa, transcultural que possibilita vislumbrar a construção social do masculino e do feminino.

Assim, Mead argumenta [tomando como referência as sociedades ocidentais] que entre os Arapesh o temperamento considerado ideal era aquele tido como “naturalmente feminino” para homens e mulheres, já entre os Mundugumor ocorria o inverso, ou seja, têm-se como ideal o temperamento identificado como “naturalmente masculino” para ambos os sexos. Entre os Tchambuli, têm-se dois temperamentos ideais, um para homens, outro para mulheres. Passividade e receptividade reservadas para os homens e agressividade e dominância para as mulheres, justamente o reverso da medalha das sociedades ocidentais.

Tal constatação etnográfica leva a autora dizer que os traços de personalidade identificados como masculinos e femininos não são determinados pelo sexo.

Não quero meramente documentar vividamente que povos diferentes podem modelar homens e mulheres ora para um papel, ora para outro, nem mostrar que a modelagem cabe direitinho, tal qual se dá com o treinamento na infância e comportamento adulto... Ao falar sobre homens e mulheres, estarei preocupada com as diferenças primárias entre eles, a diferença nos seus papéis na reprodução. A partir de corpos modelados para papéis complementares na perpetuação da espécie, que diferenças em funcionamento, capacidades, sensibilidades, em vulnerabilidades emergem? Até que ponto o que os homens podem fazer está relacionado ao fato de que seu papel na reprodução se reduz num único ato, e o que as mulheres fazem se relaciona com o fato de seu papel reprodutivo levar nove meses de gestação e, até recentemente, muitos meses a mais amamentando? Qual a contribuição de cada sexo, entendido em si mesmo, e não como uma versão imperfeita do outro? (MEAD, 1971, p. 59).

A antropologia clássica descreveu as diferenças de comportamento de homens e mulheres e as relações sociais estabelecidas a partir das mesmas, não como objeto de estudo *per si* ou assunto problematizado, mas como elemento classificador

universal da organização social e do parentesco (SUAREZ, 1997).

Dessa forma, pode-se afirmar que Malinowski, Bateson e Mead, na antropologia, são precursores dos estudos que problematizam a construção social do gênero e as relações que se estabelecem com base nessa construção.

As reflexões sobre gênero também fizeram parte dos comentários de Louis Dumont, mesmo sem ser o foco central de suas interpretações. Ele tem a virtude de colocar as mulheres como sujeitos sociais completos e de afirmar que elas foram “domesticadas” pelo pensamento antropológico clássico através da ideia de que o homem engloba, representa ou incorpora a mulher. Nesse sentido, o autor chama atenção para a importância das etnografias no sentido de desmistificar as interpretações ocidentais acerca das relações de gênero, como destaca Suárez (1997). Para esse antropólogo, a hierarquia é uma construção ideológica e dentre os seus elementos diferenciadores está o gênero. Dumont utilizou o mito cristão da criação para mostrar a constituição da hierarquia de gênero, ao mencionar que Deus criou Adão (homem) como representante e protótipo masculino da espécie humana e dele tirou um ser de sexo diferente, Eva (mulher). A repercussão do preconceito em relação às mulheres ou da evidência da dominação masculina está presente nas pesquisas e na produção dos textos etnográficos clássicos, enfatiza Suarez (1997) ao lembrar que os antropólogos preferiram investigar os modelos sociais masculinos e evitaram aqueles expressos pelas mulheres. Em outros termos, os etnógrafos consideraram as mulheres como “mute groups”, na expressão de Moore (1994), não só por suporem que os homens controlavam as informações, mas também por acharem que sempre as diferenças de gênero se constituem em desigualdades e subordinação feminina.

Esse breve percurso serve para ilustrar como alguns antropólogos procuraram destacar as diferenças entre homens e mulheres. No entanto, como indica Suárez (1997), os estudos clássicos da antropologia, com poucas exceções, acabaram caindo na ideologia que entende o masculino e o feminino como categorias essenciais, concebendo as diferenças de gênero como fixas. Concebê-los dessa forma impossibilita refleti-los como categoria analítica pensada como construção social para compreender as problemáticas de gênero, diante do fato de que as categorias referentes ao masculino e feminino foram percebidas como inflexíveis, ao contrário do caminho analítico aqui escolhido, que visa enxergar nos discursos de homens (e de mulheres) as flexibilidades dos modos de ser e pensar acerca das relações de gênero e da violência conjugal. Na verdade, tais categorias são percebidas como metáforas de práticas sociais que servem para alocar diferentemente comportamentos, atitudes, condutas.

Além disso, as distinções sociais entre homens e mulheres são utilizadas pelos antropólogos clássicos como elemento classificador e não como explicativo das construções de tais diferenças. Esse caráter explicativo vai ganhar força a partir da produção feminista sobre as desigualdades estruturais e de comportamento entre homens e mulheres. Posteriormente, antropólogas feministas e não feministas passaram a utilizar a categoria *gênero* para explicar as diferenças sociais entre os sexos. E, se num primeiro momento, a centralidade de tais explicações recaíram sobre os estudos de mulheres, num segundo momento o conceito de gênero veio como alternativa para dar conta do aspecto relacional. Tal aspecto, por sua vez, possibilitou a produção de estudos sobre masculinidades.

A antropologia clássica apoiava-se na ideia das representações das pessoas sobre si próprias, em seus valores e expectativas e nos

significados que elas davam a artefatos e eventos, este trabalho, assim como o de Strathern, apoia-se na exegese simbólica.

Nas etnografias clássicas, a vida coletiva visível aparece mais propriamente como um artefato masculino do que feminino. O pluralismo da antropologia permite uma diversidade de entradas na representação das sociedades humanas, em razão do que, em certa medida, estas são exteriorizadas em relação ao observador. O feminismo é admitido como uma dessas entradas.

O pensamento feminista, polifônico por necessidade política, acomoda a antropologia como 'uma outra voz'. No interior dessa epistemologia, a análise antropológica das relações homem-mulher nas sociedades não-ocidentais finalmente não pode explicar a experiência ocidental, que é também experiência pessoal, embora possa contribuir para ampliar as experiências sobre as quais as feministas precisam refletir (STRATHERN, 2006, p. 76).

O empreendimento antropológico encontra-se numa posição dicotômica com o mundo. A antropologia busca, antes, pluralizar suas relações com muitas culturas, muitas cosmologias. Nesse ponto, há no pensamento antropológico a utilização do método comparativo como forma primordial para promover o diálogo intercultural. Assim, por exemplo, as instituições sociais, papéis sociais, entre outras coisas, podem efetivamente ser comparados. Para Strathern (2006), tal premissa clássica da antropologia se aproxima com a suposição da pesquisa feminista: perguntar às mulheres se elas são dominadas pelos "homens" ou "pela sociedade". Tanto pelas premissas antropológicas como feministas, sociedades diferentes aparecem como análogas umas às outras.

É um princípio operacional do método comparativo em antropologia que as sociedades, em toda parte, realizam tarefas similares em termos da exploração do meio ambiente, da provisão de educação e da reprodução de sua organização interna. Esse princípio possibilita as orientações para a comparação entre diferentes culturas: considerar as maneiras pelas quais as sociedades são similarmente organizadas e compreender a variedade de organização como evidência dos

sistemas complexos que as pessoas inventam para si próprias (STRATHERN, 2006, p. 65-66).

Nesse sentido, há uma equivalência entre o princípio operacional do método comparativo em antropologia e o postulado feminista de subordinação das mulheres, ou seja, tanto no pensamento antropológico como feminista acredita-se que formas similares de organização social podem ser encontradas ao redor do mundo.

O análogo feminista está no pressuposto da equivalência entre os membros de um mesmo sexo independentemente de onde vivam, uma presunção que deriva seu peso simbólico da ostensiva similaridade corporal. [...] A presunção de similaridade natural entre todos os membros de um mesmo sexo vem justificar a postura ética segundo a qual, em toda parte, devem ser formuladas as mesmas perguntas sobre as suas condições: fazer menos que isso seria tratar alguns como inferiores. Ao universalizar questões sobre a subordinação das mulheres, portanto, o pensamento feminista compartilha com a antropologia clássica a ideia de que são comparáveis entre si as imensamente numerosas formas de organização social passíveis de ser encontradas através do mundo (STRATHERN, 2006, p. 66).

Está evidenciado aí que todas as sociedades são equivalentes ou igualmente merecedoras de investigação e compreensão. Por isso, não linearmente, as ideias antropológicas e feministas se entrelaçam. Muitos axiomas parecem ser compartilhados, mas com objetivos diferenciados sinalizando motivações de pesquisas distintas.

É importante deixar claro que o pensamento feminista tem autonomia em relação ao antropológico, havendo desacordo entre tais perspectivas.

A pesquisa feminista tem menos interesse na relatividade dos pontos de vistas. A meu ver, ela não busca continuamente novas conceituações sobre a vida social; busca apenas uma. Busca todas as maneiras pelas quais, para os mundos que conhecemos, faria diferença reconhecer tanto as perspectivas das mulheres como as dos homens. O conhecimento é, portanto, concebido de maneira dual e, nessa medida, espelha um conflito perpétuo (STRATHERN, 2006, p. 53-54).



Antropólogas feministas, segundo Strathern, não concordam com a premissa da proeminência universal dos homens, apenas aceitam que a tarefa da antropologia deve ser a de descobrir a presença ou a ausência de tal predominância. Isso revelaria os fundamentos das relações de gênero, nas instâncias sociais concretas, evitando a arbitrariedade. A autora alerta ainda que os pensamentos antropológicos e feministas defendem abordagens diferentes acerca da natureza e do mundo, por isso não podem ser vistos como idênticos, por apresentarem objetivos distintos. Isso não quer dizer que não possa haver comunicação entre eles, a antropologia feminista, por exemplo, busca contextualizar tanto as premissas antropológicas como feministas.

Ao formular questões pluralísticas sobre a constituição e autoria de regras, valores e modelos, os pressupostos feministas atacam simultaneamente a da antropologia como algo que se refere à análise holística da sociedade. Talvez não seja de surpreender que as antropólogas feministas que se veem como dedicadas ao tema como um todo se deparem com uma tendência a separar os estudos de mulheres do resto da disciplina (STRATHERN, 2006, p. 73).

A autora não está desqualificando ou enterrando o conjunto de pensamento e reflexões construídos pelas feministas, mas chama atenção para o fato de estarem sempre encontrando, em diferentes culturas, certas estruturas que perpetuam vantagens para os homens. "Homens e mulheres, como seres caracterizados por gênero, estão sempre diferentemente situados"(Strathern, 2006, p. 59). Ou seja, o "sistema" é visto como um produto dos interesses masculinos, onde as mulheres são colocadas numa posição dependente.

Dessa forma, argumentar que o que acontece para as mulheres como mulheres é função do que acontece para os homens como homens não significa postular que os interesses das mulheres são relativos aos dos homens ou subsumidos por estes últimos, mas que nenhum deles pode ser entendido sem compreender a relação entre ambos (STRATHERN, 2006, p. 70).

Em algumas situações específicas, como nas informações coletadas nessa pesquisa, a concepção de privilégio masculino nos espaços sociais parece modificar-se. É o caso das DEAMs que são percebidas pelos homens pesquisados como espaços privilegiados para as mulheres, que garantem os direitos delas em detrimento dos seus. Essa mudança real implica na construção de uma nova aliança que se instala na sociedade entre setores das estruturas de poder e as demandas femininas. Nesse sentido, nos espaços das DEAMs, a posição das mulheres de dependentes se inverte e agora coloca o homem na posição de dependente. Esta é uma das razões para se questionar a validade universal do pressuposto de que as assimetrias de poder estão sempre incorporadas nos mesmos sujeitos (homens dominantes e mulheres dominadas), em qualquer sociedade. Com isso, não estou afirmando que nas DEAMs as mulheres dominam, estou dizendo que as estruturas institucionais funcionam com a intenção de empoderá-las e enfraquecer o poder masculino.

Nesse sentido, os relatos etnográficos permitem afirmar que é preciso observar e descrever o que os homens realmente fazem e pensam e não só escutar o que os outros dizem, o que eles fazem e pensam, por isso a necessidade dos estudos etnográficos focados nos sujeitos concretos, especificamente os homens acusados de agressões contra suas companheiras ou esposas, quando se está estudando a violência conjugal.

Essa prerrogativa é uma condição inquestionável do fazer antropológico. Uma marca registrada que não se perde no tempo e que cada vez mais se aperfeiçoa e coloca desafios ao pesquisador. E que em muito contribuiu na feitura desta pesquisa e nas análises presente nessa tese. Se o fazer etnográfico é uma condição necessária para explicar as maneiras pelas quais os indivíduos significam seus comportamentos e práticas, ela só é possível quando se estabelece as diferenças entre o eu e o outro.

a construção de alteridades implicam na dinâmica de estabelecimento de diferenças entre eu e o outro. Segundo a proposta antropológica, reconhecer e acirrar tais diferenças são exigências para construção do distanciamento; portanto, a relação construída no encontro etnográfico se fundamenta no pressuposto da diferença, isto é, os sujeitos envolvidos no campo são a priori distintos entre si e o trabalho de campo é construído com tal prerrogativa (CUNHA, 2011, p. 99).

Tal processo de construção de alteridades se apresentou desde o primeiro momento que adentrei nas DEAMs e em diferentes momentos da pesquisa, seja nas “ouvidas”, quando o profissional responsável me apresentava como um pesquisador da Universidade, que ali estava com a autorização da Delegada, seja quando ficava na recepção para observar e ouvir os comentários que circulavam entre os usuários das DEAMs. Em alguns momentos fui indagado se eu também era um agressor e porque tinha agredido minha companheira. Essa imputação me permitia construir a alteridade desejada entre pesquisador e pesquisados, nunca tendo, nessa pesquisa, interesse de me “tornar nativo”.

O encontro com a alteridade, desta vez uma alteridade próxima (PEIRANO, 2006), permite um desvelamento do universo simbólico que sustenta as formas de ser e pensar de homens e mulheres. É justamente nas formas de ser, pensar e fazer dos homens que investiguei, a partir de uma leitura de gênero, para desvelar o conjunto de significados presente nas práticas de violência conjugal. Ou seja, como a partir das justificativas acerca de suas práticas violentas [de gênero] está presente um forte conteúdo de masculinidade que os orientam no sentido de ter certos tipos de comportamentos socialmente considerados para *homens*. Nesses discursos, os homens expressam como as relações de gênero devem ser, como essas relações estão sendo vividas pelos indivíduos e quem apoia essa nova configuração que privilegia a autonomia das mulheres.

Se os antropólogos e as antropólogas dedicam parte se duas reflexões para entender as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres como construtos sociais, outras áreas do saber também focaram suas análises para entender essas relações. Como foram pensadas tais relações de gênero nas ciências humanas?

## **2.2 Gênero como sistema cultural**

A discussão, propriamente dita, sobre o conceito de gênero aparece a partir das preocupações sociais e políticas das teóricas feministas depois da “segunda onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – quando voltaram suas atenções para as construções propriamente teóricas (AUAD, 2003; FONSECA, 1996; LOURO, 1997).

Gayle Rubin (1993), por exemplo, ao refletir sobre as questões de gênero propõe a noção de “sistema sexo/gênero” e o define da seguinte maneira: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 02).

Essa produção revelou os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, abrindo espaço para uma sinalização quanto à necessidade de estudos específicos. Evitando, assim, tendências a generalizações e premissas preestabelecidas; exaltando a observação da heterogeneidade das experiências, incorporando, assim, toda a complexidade do processo histórico, o que implica, por outro lado, aceitar as mudanças e descontinuidades históricas. Nesse sentido, os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos, analisando as transformações porque passaram e

como construíram suas práticas cotidianas (MATOS, 1997). Foi através do discurso feminista que as relações de gênero criaram corpo no debate acadêmico (OLIVEIRA, 1998). Contudo, num primeiro momento, as abordagens feministas estavam diretamente ligadas aos estudos de mulheres, descartando, nesse sentido, uma abordagem que englobasse o homem também enquanto uma categoria de gênero a ser analisada. Isso só foi possível quando os estudos de gênero incorporaram o caráter relacional, como aponta Mendes (2000, p. 21):

Na década de 80, o sentido universal e generalizado de mulher era questionado. Os estudos começaram a negar as concepções de mulher como um fato único, que poderia ser explicado em todos os lugares, sob os mesmos ângulos, e passaram a ter um caráter relacional e a serem concebidos como construção social, sendo assim, não fazia sentido a generalização e nem a busca das origens da condição feminina, pois percorrer nesse caminho era orientar-se por princípios universais.

Joan Scott (1993) se destacou nessa empreitada de compreender gênero enquanto uma categoria de análise relacional. Com isso, pretendia criar um conceito que abrangesse as relações entre homens e mulheres e por fim ao determinismo biológico que procurava explicar as relações de gênero através de traços genéticos inerentes a cada indivíduo. Ela recorre os caminhos ainda não explorados do termo gênero, afirmando que esse termo na gramática

(...) é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinção socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados (JOAN SCOTT, 1993, p. 01).

Nesse sentido, o termo gênero denota classificações entre categorias que, em sua relação, permitem distinções ou agrupamentos separados. Por sua vez, são, necessariamente, formulações de caráter sociais e nada tem a ver com traços biológicos, ou seja, o mapa genético não define o comportamento

nem os significados que são atribuídos às diferenças entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. Assim, o conceito de gênero ganha um sentido englobador das relações humanas, na medida em que dá espaço para as reflexões sobre a importância de se compreender as características do masculino como elemento fundamental para as explicações das diferenças de gênero. Entender as complexas relações de gênero implica, a partir de então, analisar tanto as diversas formas de ser homem como também de ser mulher. Daí advém a preocupação da autora em destacar que:

O termo gênero introduziu a noção relacional e o seu uso parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual' (JOAN SCOTT, 1993, p. 01).

Tomando por base o conceito de gênero como uma construção social estabelecida a partir das relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, pode-se dizer que as ações sociais tomam forma através das significações e diferenciações estabelecidas nas relações, e não que essas sejam caracteres genéticos pré-formatados pelo organismo. Pelo contrário, as leis que regem as relações de gênero nada mais são do que formulações sociais estabelecidas entre os sexos. Por sua vez, também já são vistas como tal através da elaboração humana, que se apresentam de diversas maneiras. Ao indicar que o gênero é uma criação social, Joan Scott (1993) dá relevância aos sistemas de significação, que, sem dúvida, merecem uma atenção redobrada porque, através deles, pode-se compreender a formação e as costuras das relações sociais. Por isso, torna-se indispensável emergir no mundo dos sistemas de significação porque eles nos darão o passaporte para uma interpretação mais aproximada da realidade. Isso fica claro quando Joan Scott (1993, p. 08) diz que é preciso

dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às

maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência, sem processo de significação não há sentido.

Essa forma de proceder analiticamente também faz parte das preocupações, presentes neste trabalho, na medida em que tomam por base alguns conceitos antropológicos fundamentais na corporificação de um texto etnográfico, ao tempo que foi procurado se infiltrar e emergir no processo de significação da construção social da masculinidade e através de uma investigação *in locus*, buscou-se os sentidos e os significados que são dados ao que é prescrito para homens e mulheres. Daí, ser de fundamental importância abordar o conceito de gênero enquanto um elemento decodificador das relações complexas de interação humana (JOAN SCOTT, 1993). Ou como sendo

um conjunto de relações sociais que estruturam, instituem e organizam tanto a sociedade como o modo pelo qual homens e mulheres se relacionam entre si, se inserem na sociedade e executam suas práticas (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 351).

Gênero, portanto, estabelece categorias de entendimento das relações sociais e cria uma simbólica de divisão do mundo em masculino e feminino, constituindo-se esta numa dicotomia fundamental e num princípio no qual

(...) o corpo é o lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia. E o processo de incorporação dos significados do gênero resulta como um consenso vivido (na expressão de Bourdieu) em virtude da sua aprendizagem ser permanente, não focada, não verbal e não reflectida (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 165).

Partindo, desses pressupostos se faz necessário uma reflexão que busca os sentidos e os significados de gênero para além da focagem na sexualidade, que privilegia a divisão entre masculino/feminino ou a dicotomia entre homem/mulher, e mapear também as áreas semânticas das ações relacionadas ao gênero. Esse mapeamento é possível, na medida em que a reflexão é pautada na

busca da compreensão das ações humanas, estabelecendo como foco central de análise os sistemas simbólicos que são as bases das significações. Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma categoria que extrapola o nível das ações sexuadas, pois como diz Vale de Almeida (1995, p. 166):

pensar o gênero como o estudo das relações entre homens e mulheres é, a meu ver, um obstáculo, do qual padeceram (apesar da sua inegável pertinência política) os 'estudos de mulheres' e padecem agora os 'men's studies'.

Sendo assim, as significações de gênero são mais amplas, englobam uma infinidade de conteúdos e fatores sociais, estão presentes nas coisas, instituições, pessoas, brincadeiras, e nos sistemas de relações sociais de uma forma geral. Concorde-se com Bourdieu (1999, p. 17) quando diz que:

a divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Ou, ainda, com Rocha-Coutinho (1994, p. 52) quando afirma que:

ela [a divisão entre os sexos] está também presente em toda a produção cultural: na literatura, no teatro e no cinema, através de heroínas românticas indecisas e dependentes, cujo objetivo último na vida era tão-somente encontrar e prender um homem; na poesia, com suas 'receitas de mulher'; na música popular, através da figura das tão decantadas 'Amélias'; nos modernos meios de comunicação que continuam a opor a 'boazuda', que destila sensualidade, e a 'boazinha', que faz de tudo em casa para merecer a aprovação da família.

Entende-se, pois, que a diferenciação de gênero, estabelecida entre homens e mulheres, age pela organização simbólica e prática dos usos diferenciados do corpo (mobilidade e postura) e dos ritos que efetuam a virilização dos meninos e a feminização das meninas



(BOURDIEU, 1999, p. 21).

Diante disso, buscou-se evitar as generalizações e premissas preestabelecidas, por acreditar que mulher e homem não constituem simples aglomerados, visto que elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderadas e inter cruzadas numa tentativa de desenvolvimentos mais frutíferos (MATOS, 1997).

Essas discussões sobre a problematização da diferenciação nas relações de gênero lançadas pelas teóricas feministas são importantes para as reflexões a respeito da construção social da masculinidade.

Partindo do princípio de que para se estudar homens ou mulheres é fundamental levar em conta a categoria gênero, pelo aspecto relacional que proporciona, de antemão considerar-se-á que os estudos sobre homens e masculinidades são *devedores* dos estudos de gênero. Não tendo como negar a contribuição que os estudos feministas e dos movimentos gays<sup>10</sup> tiveram na abertura de uma reflexão aprofundada sobre as relações entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres.

As ideias trabalhadas pelos autores referidos acima são importantes para a compreensão das relações de gênero, especialmente pelo destaque dado às dimensões simbólicas que o conceito de gênero carrega, aplicando-se a perspectiva seguida neste trabalho. Nesse sentido, J. SCOTT (1993) nos auxilia nessa direção.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (J. SCOTT, 1993, p. 21)

---

<sup>10</sup> Para uma maior reflexão sobre esse assunto ver Medrado, 2008.

Com todo o auxílio que J. Scott (1993) nos dá, fui, nesse trabalho, seduzido pela definição de Marilyn Strathern (2006) acerca do que é gênero:

Entendo por 'gênero' aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações. (STRATHERN, 2006, p. 20)

Não deixo de enxergar a contribuição e validade do conceito de gênero de Joan Scott, mas a escolha pela definição de Strathern deve-se ao fato dessa estudiosa abrir espaço para pensar as relações sociais como produto de lógicas simbólicas localizadas, situadas em contextos sociais particulares e livres do universalismo da condição subalterna das mulheres, assim como do caráter dominador dos homens. Quando penso numa sociedade com igualdade de gênero vejo a possibilidade de que as relações sociais possam ser pautadas por relações simétricas.

A definição de Strathern também está associada à forma como compreendo as relações de gênero. Aqui entendida como relações sociais em que estão em jogo uma infinidade de possibilidades de articulação e que não há uma fixidez ou uma concentração intransponível de poder. As relações de poder não podem ser descartadas, mas não estão dadas a priori, são construídas nas próprias relações, são reflexos das articulações dos diferentes níveis sociais que compõem cada grupo. Em outros termos, o aspecto do poder não é concentrado num agente social sem a articulação de um conjunto de fatores que compõem as relações sociais e, em especial, as relações conjugais. Nesse sentido, ter poder, autoridade, é uma prerrogativa das relações em si, e não dos sujeitos individualizados.

Na obra "O Gênero da Dádiva", Strathern busca fazer um diálogo entre as categorias ocidentais de gênero e o material

etnográfico coletado por ela nas Terras Altas da Nova Guiné, na Melanésia. Sua compreensão é de que as desigualdades de gênero não podem ser percebidas como algo *a priori*, como condição das relações entre homens e mulheres, independente da sociedade da qual se observa. Daí sua definição de gênero omitir aspectos que induzam a se introduzir relações de poder desiguais no conceito.

Strathern frisa que as relações de gênero não são nem mais nem menos autônomas do que quaisquer relações sociais, o que permite pensar que as estruturas de dominação masculina não são universais (BOURDIEU, 2002), nem ao menos autônomas de outras relações, daí ser necessário análises aprofundadas das relações de gênero em seus espaços localizados, assim como a consideração de outras dimensões sociais que delas façam parte.

Pensar porque em determinadas culturas e sociedades os homens são os sujeitos dominantes das relações é fazer a interconexão do modelo hegemônico de masculinidade com outras dimensões que contribuem para realimentar a lógica de desigualdades entre os gêneros. Nesse sentido, fazendo eco ao que diz Strathern, refletir sobre o lugar dos homens na sociedade é levar em conta o próprio fundamento da sociedade. No entanto, tal fundamento não deve partir de um princípio único, universal e válido para todos os grupos humanos. Do mesmo modo, não se pode generalizar o que é ser homem a partir de um modelo único e universal de masculinidade, mas considerar a ideia de várias masculinidades. A questão é saber como essas masculinidades se expressam e são expressões de contextos culturais específicos.

## 2.3 Engendrando as masculinidades para entender as relações de gênero

Na qualidade de significação social e representação simbólica formulada pela cultura, e em contraste com a feminilidade, a masculinidade de fato se expressa como um valor social positivo (OLIVEIRA, 2004, p. 274).

No final da década de 1970, como reflexo e desdobramento dos estudos de gênero, surgem de forma mais sistemática e intensa os estudos tematizando sobre homens e refletindo sobre masculinidade. São exemplos de produções: *The Male in Crisis* (Bednarik, 1970), *Dilemmas of Masculinity* (Komarovsky, 1976), *The Limits of Masculinity* (Tolson, 1977), *The Hazards of Being Male* (Goldberg, 1976), *The Male Machine* (Fasteau, 1974), *Free the Male Man!* (Mead, 1972). Nessas abordagens, entendia-se que o papel social determinado ao homem era muito restritivo e acabava por sufocar seu *self* íntimo, socialmente sancionado como grande vilão, visto que mantinha a estressante masculinidade tradicional. Desse modo, o homem, enquanto objeto de estudo, passa a ser colocado como vítima da imposição de um conjunto de fatores sociais e psíquicos de sedimentação de uma masculinidade tradicional, trata-se do *discurso vitimário* (OLIVEIRA, 1998).

A perspectiva vitimária levou a uma reflexão *psicologizante* das relações de gênero. Defendendo que as mulheres, na posição de mães, pelo contato frequente que mantém com os filhos, serviam como base de referência para meninos e meninas. Durante a infância, os meninos seriam dominados por figuras femininas. Com o posterior desenvolvimento das crianças, de acordo com o sexo, existiriam diferentes consequências dessa primeira identificação. No caso dos meninos, a identidade seria construída de forma mais frágil. O que faria com que lutassem para se desfazerem dela e criassem outra identificação diferente. Por estarem nessa situação de dominação inicial, os homens (adultos) necessitariam se sentir superiores às

mulheres como forma de repararem sua dependência (quando criança) às figuras femininas. Já as meninas não teriam que efetuar tal ruptura, visto que o desenvolvimento da identidade feminina se dava de forma mais natural e tranquila, evitando maiores conflitos (NOLASCO, 1993; OLIVEIRA, 1998).

Outra perspectiva acerca da masculinidade se baseava no capitalismo e na teoria dos papéis sociais. Nela, a estrutura de mercado estaria associada ao masculinismo, constituído a partir da dominação dos homens sobre outros homens, mulheres e si mesmo. Para Nolasco (1993), por exemplo, o trabalho, ao mesmo tempo em que o constitui, também solapa a sua masculinidade, ou melhor, “o trabalho tem sido utilizado pelos homens para reduzir a visão crítica sobre eles mesmos, reproduzir os valores patriarcais, alimentar as disputas e os jogos de poder” (NOLASCO, 1993, p. 56). Nas sociedades capitalistas, os homens são levados a estranharem a si mesmos e tudo aquilo que produzem. Os padrões de comportamentos que os qualificam como homens se aproximam dos exigidos para máquinas.

Na teoria dos papéis sociais - fruto de investigação funcionalista, os autores procuraram explicar as questões de gênero ligando-as ao contexto dos problemas familiares e, dessa forma, deixaram de lado outras dimensões. Os herdeiros desse legado funcionalista se ressentem de um problema de poder entre homens e mulheres (mesmo dentro do núcleo familiar). São os papéis sociais, então, os culpados pela criação dos estereótipos sobre gênero - o homem responsabilizado pela política e economia, e a mulher encarregada dos cuidados da casa e da assistência à prole - sendo esses veiculados pela mídia, cinema, artes e reforçados pelo processo de socialização na família e na escola.

Se, por um lado, a teoria dos papéis solapa as acusações biologizantes e realça a questão das expectativas sociais quanto à diferenciação dos gêneros, por outro, não se refere à estrutura de poder da qual elas emergem e nem menciona as situações de conflito geradas pelas relações de força que sustentam tais expectativas. (Oliveira, 2004, p.185).

Uma das principais críticas a esse modo de analisar a masculinidade é que a questão da estrutura de poder desaparece ou são negligenciadas. Isso acontece porque a ênfase está em demonstrar como os indivíduos desempenham funções nas redes de relações que o sistema social impõe a eles.

O *discurso crítico* se apresenta como uma perspectiva diferenciada das anteriores, ao não tratar o homem como vítima da sua condição de gênero, mas se atendo a dinâmica das relações e a estrutura de poder que as constitui, tendo como fundamento principal discutir as problemáticas masculinas envolvidas no cotidiano das relações sociais. Para essa perspectiva, as análises feministas foram e são desenvolvidas por mulheres, focalizando a problemática feminina, em primeiro plano, e apesar de teorizarem aspectos da masculinidade não as colocam como referência primordial. Enquanto as abordagens sobre masculinidade podem acrescentar novos dados sobre as relações de gênero que o feminismo não aventou. “A masculinidade pode ser vista [...] como uma região simbólica composta por um horizonte fluido, mas consistente, integrante do horizonte mais amplo que é o da região da intersubjetividade” (Oliveira, 2004, p. 250).

A *masculinidade hegemônica*, outra perspectiva que tratou de estudar os homens, estava centrada em entender como se processava a masculinidade. Para Robert Connell (1997), esse modelo é a configuração de práticas de gênero que incorpora e legitima o patriarcado, que garante (ou é tomada como garantia) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

Robert W. Connell merece menção quando se fala em estudos sobre masculinidades. Suas ideias ganharam corpo e se corporificaram nas análises de outros estudos do tema. Ele define masculinidade como: “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188). Considera que os modelos de masculinidade e feminilidade, através de contradições internas e rupturas históricas, possibilitam que haja múltiplas masculinidades, mesmo que uma ocupe um lugar de hegemonia e, por isso, possa se tornar um modelo a ser seguido nas relações de gênero. Um aspecto relevante para nossa proposta ancora-se na seguinte passagem de Connell (1995, p. 190): “Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma, a masculinidade pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres.”

Miguel Vale de Almeida procura trabalhar na perspectiva de Connell ao utilizar a noção de masculinidade hegemônica. Para Vale de Almeida, a relação entre os gêneros seria assimétrica e contextualmente hierarquizada. Assim, a diferença de gênero pode ser percebida como um princípio classificatório apto a dar sentido a qualquer ser (pessoas, objetos, atividades), como também um instrumento ideológico para legitimação da dominação masculina (de um gênero sobre o outro). Nessa perspectiva, a masculinidade hegemônica é um modelo ideal, sendo realizável parcialmente e exercendo um controle sobre o processo de constituição das identidades masculinas.

Na concepção de masculinidade hegemônica, aqueles homens que se distanciam do modelo hegemônico são considerados *diferentes*, são representados como o *outro* e, conseqüentemente, experimentam práticas de discriminação e subordinação (LOURO, 1997; VALE DE ALMEIDA 1995). Nesse sentido, o modelo hegemônico de masculinidade exerce uma função controladora das relações de

gênero não sendo, no entanto, atingível em sua plenitude. Dessa forma, em contextos diferenciados, homens diferentes procuram adaptar suas experiências de vida ao modelo hegemônico, preservando o que for possível para garantir o reconhecimento de sua masculinidade. Tal situação pode ser evidenciada nos dados etnográficos dessa pesquisa. A maioria dos homens investigados buscava expressar que suas práticas violentas eram desencadeadas pelo não cumprimento de valores ligados ao modelo hegemônico de masculinidade, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho e a provisão econômica da família.

Outro fator importante, abordado nessa perspectiva, é a ênfase na ideia de que as estruturas de poder não podem ser tomadas como definitivamente estabelecidas, mas sim ajustadas a uma dinâmica. Por isso, a masculinidade hegemônica não pode ser vista como um referencial fixo, mas como um consenso permanentemente contestável e contestado, uma relação historicamente móvel e provisória: “um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 163).

Para ter efeito controlador, a ordem masculina se inscreve nas coisas e nos corpos através de inúmeras táticas e rotinas. As “obrigações” de gênero demarcam o que é considerado território ou mais aceitável para cada um. Essas ou mais aceitáveis formas incorporadas se transformam ou podem se transformar em dominação.

Assemelhando-se ao princípio relacional que as relações de gênero possuem, Bourdieu (2002) afirma que tanto homens como mulheres são produtos do trabalho de construção diacrítica, presente tanto em nível teórico como prático. O aspecto relacional, destacado



por Bourdieu (2002) e também por Strathern (2006), ajuda a compreender porque, quando interpelados sobre os motivos da violência, os homens frisavam que as mulheres não cuidavam como deviam dos filhos ou que passavam boa parte do tempo conversando com vizinhas que poderiam servir de ponte para possíveis amantes. Portanto, a divisão sexual do trabalho é uma prerrogativa importante no cumprimento dos papéis sexuais e o não cumprimento pelas mulheres é razão suficiente para os homens “corrigi-las”.

Quando se passa a observar melhor os homens acusados de violência conjugal percebe-se aquilo que Bourdieu (2002), Nolasco (2001), Kimmel (1998), entre outros, afirmaram ao dizer que a masculinidade traz benefícios, privilégios, mas também impõe aos homens o dever de se afirmar, em toda e qualquer circunstância. A virilidade expressa através de atos violentos pode ser interpretada como uma afirmação da masculinidade. Ela é construída diante de outros homens, para outros homens e contra a feminilidade. A coragem também pode alimentar atos como matar, torturar ou violentar, quando a vontade de dominação, de exploração ou de opressão estão baseadas no medo “viril” de ser excluído do mundo dos homens (BOURDIEU, 2002).

Dessa forma, podemos afirmar que a estrutura de dominação impõe pressão tanto aos homens como às mulheres, nesse caso, nem os próprios dominantes estão imunes aos efeitos da dominação. Assim, para haver mudanças são necessárias transformações na ordem fundante do modo de pensar, das coisas, das instituições. No caso específico das desigualdades de gênero, encarnada, por exemplo, na violência conjugal, é preciso atacar as lógicas constitutivas de formação da ordem de gênero e de outras esferas da cultura que alimentam as relações assimétricas. Por isso,“(...) o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como

os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais” (LYRA; MEDRADO, 2008, p. 826).

Ilusório, entretanto, imaginar que qualquer sinal de mudança implique na homogeneidade de novas práticas. Práticas tradicionais e modernas convivem e se conflitam cotidianamente. Nesse sentido, modelos tradicionais e modernos de ser masculinos e femininos convivem normalmente.

Para Bourdieu (2002), as mudanças da condição feminina obedecem à lógica do modelo tradicional de ser homem e de ser mulher. Em outros termos, os homens continuam dominando os espaços públicos e as áreas de poder. Homens continuam ganhando mais do que as mulheres no mercado de trabalho. A mulher cotidianamente tem uma jornada de trabalho maior que a dos homens, enfim, mesmo diante de tantas conquistas das mulheres (e feministas) a estrutura de dominação masculina mantém os gêneros em desigualdades. Tal lógica se explica porque há uma incorporação, por parte dos sujeitos dos esquemas de percepção e de avaliação (diga-se o *habitus*) da ordem social considerada normal, ou mesmo natural, ou destino de cada um. Bourdieu (2002) mostra a forte influência do processo de socialização sobre os indivíduos, no que se refere ao gênero.

Pode-se afirmar que mesmo diante de tantas mudanças na ordem de gênero, permanecem estruturas que acarretam ou influenciam na manutenção da dominação masculina em alguns espaços sociais. Em outros, se podem perceber seu questionamento. Ressalta-se que a dominação masculina não se constitui como estrutura fixa e permanente ao longo do tempo, seus mecanismos de funcionamento não são eternos, apesar de apresentarem meios que visam a sua perpetuação. Não há nessa forma de pensar nenhuma incongruência com o pensamento de Strathern, na medida em que

não estou pensando esses mecanismos de perpetuação como uma garantia fixa da dominação masculina, nem tampouco que o poder expresso por essa forma de dominação se eternize nas mãos dos homens.

[...], pôr em foco os efeitos que a dominação exerce sobre os habitus masculinos não é, como alguns poderão crer, tentar desculpar os homens. É mostrar que o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas que se lhes impõem, não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la (BOURDIEU, 2002, p. 136).

A análise sobre essa tradição nos remete, assim, à necessidade de reflexões sobre a construção de masculinidades e feminilidades que vão além da vitimização de alguns (mulheres) e da culpabilização de outros (homens) [...] Ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais 'generificadas', ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero (LYRA; MEDRADO, 2008, p. 820).

Vale lembrar que quando Bourdieu (2002), Medrado e Lyra (2008) chamam atenção para essa questão não estão querendo *desresponsabilizar* os sujeitos pelos seus atos, mas chamam atenção para o reconhecimento da dimensão relacional do conceito de "gênero", permitindo compreender e interpretar a dinâmica social que hierarquiza as relações entre homens e mulheres. Qualquer ação política que almeje mudanças tem que levar em conta todos os efeitos da dominação e os sujeitos envolvidos. Quando me refiro à dimensão relacional estou pensando nas formas dialéticas que as relações assumem, a partir de processos de vias duplas, ou seja, não se pode entender a violência conjugal sem procurar entender a dinâmica constitutiva das relações conjugais.

Em consonância com essas ideias está o antropólogo português Miguel Vale de Almeida, em sua obra *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade* (1995), ao se perguntar: "até que ponto se pode falar de dominação masculina e

até que ponto os agentes dessa dominação não são eles também vítimas dela?” Assim como Connell (1995), Vale de Almeida trabalha com a noção de masculinidade hegemônica.

a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino; e que a masculinidade não é simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 17).

Partindo da premissa de que as formas de violências masculinas fazem parte dos repertórios que a masculinidade hegemônica (situada historicamente) disponibiliza, pode-se indicar que a violência conjugal, um tipo específico de violência, é acionado por alguns homens como forma de alimentar ou corresponder às expectativas geradas em torno de como deve se comportar um homem. Por isso, quando se quer estudar os homens e as masculinidades é imprescindível se perguntar o que significa “ser homem”, do ponto de vista social? E corroborando com Vale de Almeida (1995, p. 128):

[...] ‘ser homem’, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção.

Percebendo que as ideias em torno das noções de masculinidades são fundamentais na análise em discussão, ao refletir sobre a construção social das masculinidades não escolho um *lócus* privilegiado, os dados se concentram sobre os discursos de homens em situação de violência conjugal e que estão sendo acusados de agressão contra a companheira/esposa/namorada. Esse recorte não contempla a complexidade do que vem a ser as intrigantes redes de constituição das masculinidades, mas se podem situar elementos

constitutivos delas e ao mesmo tempo, demonstrar como dimensões variadas do corpo social se articulam para dar sentido as relações humanas, as coisas, as instituições.

Corroborar-se com Vale de Almeida (1995) a importância de uma teoria da prática sobre gênero para compreender as relações entre os sexos, visto que esta possibilita entender:

1. Que a estrutura não é dada mas historicamente feita; 2. Que há possibilidade de estruturar o gênero de modos diferentes, refletindo a dominância de diferentes interesses sociais; 3. Que a estruturação seria diferentemente coerente ou consistente; 4. E que isto seria o reflexo de níveis variáveis de contestação e resistência (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 144).

No terreno da violência conjugal isso pode ser observado magnificamente, porque mulheres (feministas) lutam conscientemente por uma sociedade mais justa, com igualdade de gênero, mas nem todas as mulheres compartilham conscientemente desse desejo, pois acabam por reproduzir as estruturas de dominação masculina. O mesmo se aplica aos homens. Pode-se num mesmo contexto encontrar homens mais sensíveis às demandas feministas e outros que (através de suas práticas) reproduzem (in)conscientemente as estruturas de dominação masculina. Essa ideia se distancia da noção de cultura como algo homogêneo, totalizante, em que os indivíduos compartilham igualmente dos sentidos e significados culturalmente construídos, ao mesmo tempo em que se afastam da noção de uma essência cultural.

Descartar-se-á qualquer possibilidade potencial de essencialização e demonização de grupos humanos que a noção de cultura possa levar. Por isso, é fundamental, nessa arena, entender o funcionamento do poder nessa esfera. Claro que aqui o poder não está sendo pensado como uma condição *se ne qua non* das relações

humanas, nem que ele é propriedade específica de um gênero. Mesmo assim,

Olhando pela dimensão do poder, pode-se reconhecer uma formação cultural, como um corpo de símbolos, significados, ethos e visão de mundo relativamente coerente e, ao mesmo tempo, entender tais significados como ideológicos e/ou como parte das forças e processos de dominação (Ortner, 2007, p. 383).

Formas culturais – discursos, práticas – produzem certo tipo de atitude cultural. Os discursos e práticas masculinas, vivenciadas como dominantes produzem práticas que confirmam tais formas culturais, a violência masculina perpetrada nas mulheres exemplifica bem isto. No repertório da masculinidade, a violência ocupa um lugar privilegiado, excelente prática de imposição e confirmação da dominação masculina.

a dominância masculina sempre coexiste com outros modelos de relações de gênero... a própria dominância sempre estava dividida por ambiguidades, contradições e lacunas. Isso significa, por sua vez, que a reprodução social nunca é total, é sempre imperfeita e vulnerável às pressões e às instabilidades inerentes... (ORTNER, 2007, p. 26).

Uma argumentação que visa explorar a questão da coerção deve primar por uma análise que considere o papel da agência humana e os processos que produzem e reproduzem essas coerções – as práticas sociais. Ficar preso ao poder estrutural nos afasta das práticas reais. Por isso, é fundamental buscar associar essas duas dimensões em qualquer análise da realidade social.

Segundo Ortner (2007), o pressuposto fundamental da teoria da prática é que a cultura (em seu sentido amplo) constrói as pessoas como tipos particulares de atores sociais, ao mesmo tempo em que a vivência concreta de práticas variáveis desses atores reproduz ou transforma a cultura que os fez. Por isso, o gênero deve ser pensado como construções interdependentes e como entidade em si (LYRA; MEDRADO, 2008).

Para garantir a presença do aspecto relacional do gênero “o tema da masculinidade deve ser tratado não de maneira separada, mas sempre em relação com a feminilidade e a outras dimensões sociais.” (GARCIA, 1998, p. 35).

Penso que o modo como os homens são educados, socializados, têm um peso forte na forma como eles conduzem suas práticas, especialmente nas suas relações de gênero, expressas nas interações entre homens e mulheres e entre homens e homens.

Por isso, pode-se dizer que a dominação, longe de ser natural, é constituída pelas próprias relações existentes entre homens e mulheres. E está ancorada nas representações das pessoas sobre si próprias, em seus valores e expectativas e nos significados que elas dão a artefatos e eventos (STRATHERN, 2006). Nesse sentido, as abordagens sobre masculinidades são fundamentais porque mergulham nessas representações para entender as lógicas simbólicas de constituição do que é ser *homem*.

É importante, portanto, destacar que muitos estudos sobre o universo masculino abordam o papel da socialização e os motivos que levam os homens a utilizar-se da violência nas relações não só com as mulheres, mas também com outros homens. (CONNELL, 1995; KAUFMAN, 1999; VALDÉS Y OLAVARRIA, 1997).

Tendo demonstrado como a antropologia refletiu sobre as questões de gênero, e como essa categoria foi importante na fundamentação dos estudos sobre masculinidades, procurar-se-á demonstrar a seguir, as interfaces possíveis entre gênero, masculinidade e violência.

### **3 HOMENS, MASCULINIDADES, VIOLÊNCIA**

#### **3.1 Poder, dominação e violência**

Compreender como se processa e constitui a violência de gênero, especificamente aquela do tipo conjugal, requer examinar os mecanismos sociais de reprodução das desigualdades entre os sexos. Bourdieu (2002), em seus estudos, tratou sobre as relações de gênero, destacando o processo de construção da dominação masculina estudada em contextos sociais particulares, mas reportada para pensar as referidas relações em âmbito mais geral e que também podem fornecer elementos analíticos importantes para entender os discursos dos homens acusados de violência nas DEAMs investigadas.

Para Bourdieu (2002, p. 34),

inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através das injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos).

Embora as mulheres tenham adquirido visibilidade e empoderamento ao longo do século XX, não se pode afirmar igualdade nas relações sociais entre os sexos, e a violência conjugal é um desses indicadores de desigualdade. Em outros termos, as estruturas de dominação ainda se fazem presentes atualmente, ou seja, embora sofram abalos não se pode afirmar a destruição de tais estruturas.

A implantação da Lei Maria da Penha, no Brasil, é sinal de mudança nos mecanismos institucionais de defesa e proteção às mulheres, mas não necessariamente implica correspondência direta



nas estruturas de dominação (institucional e agencial). Assim, mudanças e permanências convivem paralelamente nessa estrutura.

A permanência da violência conjugal, em particular, pode ser um sinal dessa configuração de permanências e mudanças nas relações de gênero. Mudanças na ordem social do gênero com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a liberdade sexual, a participação feminina na política, as legislações que amparam os seus direitos, as políticas públicas voltadas para empoderá-las e a maior presença em setores e profissões, consideradas antes masculinos, indicam mudanças na ordem de gênero, no entanto, o reverso através de práticas tradicionais, permanece. Mulheres ganhando menos que os homens e, principalmente, sendo vítimas de violência conjugal indicam que a estrutura de dominação masculina é algo ainda presente. Os discursos dos homens pesquisados confirmam, em geral, a presença das normas tradicionais de gênero, algumas associadas diretamente às práticas de violência, mesmo reconhecendo algumas mudanças nas relações entre homens e mulheres.

Apesar das críticas feministas a Bourdieu<sup>11</sup>, não se pode deixar de destacar as suas contribuições a respeito das estruturas de dominação nas relações de gênero. A dominação masculina, segundo ele, pode se manifestar através dos atos de violência física, sua forma mais visível e expressiva, mas também através da violência simbólica.

Na dominação simbólica (BOURDIEU, 2011), os dominados incorporam os princípios da dominação que asseguram a sua dependência como legítima. Utilizam categorias construídas pelos dominantes, fazendo com que essas sejam mais eficazes e pareçam naturais. Assim, a naturalização das relações de dominação passa por

---

<sup>11</sup> Ver por exemplo "O patriarca atacável" de Russel Parry Scott (no prelo) .

um processo de des-historicização, concretizando-se através de mecanismos sutis de incorporação da legitimidade pelos dominados da desigualdade ou da dominação.

A dominação simbólica se define como uma dominação que não supõe o recurso imediato à força, e ela se define como a incorporação dos princípios da dominação, inclusive pelos dominados (CHARTIER, 2011, p. 119).

A noção de dominação simbólica leva a formulação da ideia de violência simbólica. Um tipo de violência que se destaca pelo caráter sutil e eficaz que exerce sobre o dominado, levando-o inclusive a reproduzir e naturalizar as práticas de dominação. Para dar conta da complexidade do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha, no seu capítulo II, Art. 7º, inciso II, tipifica as formas de violência, e entre elas encontra-se a violência psicológica,

Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Lei 11.340/2006).

A definição da Lei Maria da Penha contempla a violência simbólica, descrita por Bourdieu (2002, p. 47).

... se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural.

Essa premissa até certo ponto se confirma, mas não pode ser tratada como algo absoluto em todos os tempos, lugares e sujeitos. E mesmo os discursos daqueles que indiretamente reproduzem a

violência conjugal não são lineares, nem homogêneos, apresentando traços de questionamentos da ordem social vigente que justificam, mas não legitimam tal modalidade de violência. As contradições presentes nos discursos podem ser um sinal de que a reprodução “inconsciente” de qualquer ordem social não é tão convicta e convincente. Do ponto de vista empírico, o crescente número de denúncias de violência praticada por homens, cujos alvos são as esposas, namoradas e/ou companheiras, demonstra que essa violência não é incorporada facilmente por todos como natural, ou pelo menos indica que deixou de ser.

Não somente a violência física, mas especialmente a violência simbólica, não poderia ser vencida apenas por atos conscientes e de vontade. O fracasso da consciência e da vontade nesse embate existe efetivamente porque o poder simbólico possui uma eficácia duradoura, incorporada nos corpos sob forma de predisposições (aptidões, inclinações). Por isso, “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só subordinam a ele porque o constroem como poder” (BOURDIEU, 2002, p. 52).

No mundo vivido, “o mundo que percebemos tal qual se manifesta à consciência, ou seja, mundo da totalidade de horizontes alcançados pela percepção” (GUIMARÃES, 2012, p. 33), as explicações da violência masculina contra as mulheres podem aparecer ancoradas na natureza (“ah, os homens são instintivamente violentos, não conseguem controlar seus instintos”). O descontrole masculino encontra refúgio nas obras da natureza, mas o efeito da ação, o corpo agredido e/ou ameaçado não é percebido por quem recebe a violência como plenamente normal. A noção de

*habitus* <sup>12</sup> utilizada por Bourdieu (1983) explica o processo de incorporação e legitimação da dominação simbólica e exerce a função de estrutura estruturante, fazendo com que os indivíduos possam ao mesmo tempo reproduzir e produzir práticas.

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Não se pode esquecer que os homens pesquisados [e também mulheres] nasceram e cresceram dentro de uma lógica cultural, que exige deles uma performance associada a força física, o controle das ações, o domínio sobre os outros, a potência sexual, como referenciais que encorpavam (e ainda encorpam) o *corpus* tradicional da masculinidade, delineando as características gerais das relações de gênero. Na medida em que essas características vão se perdendo no tempo e deixando paulatinamente de ser orientador único das ações, os homens acionam mecanismos de modelos de masculinidades que compõem seu modo de pensar o mundo e como esse mundo está dividido.

Diante de uma realidade modificada e se modificando a violência masculina pode ser uma tentativa de reatualização do modelo hegemônico de masculinidade, de demonstração de virilidade, força, e de domínio sobre os outros, sobretudo, sobre as mulheres.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha se constitui numa tentativa do movimento feminista e de mulheres, do Estado, da sociedade civil, e outras instituições, de abalar a cultura e mecanismos de perpetuação das desigualdades de gênero. Percebe-se que a luta contra essa situação de discriminação contra as mulheres ganhou um

---

<sup>12</sup> Para Chartier trata-se de um “sistema de esquemas de percepção, de juízo, de apreciação e de ação inscritos no corpo pelas experiências passadas e permitindo atos de conhecimento prático” (CHARTIER, 2011, p. 120)

aliado importante, o Estado. Há que se ressaltar que a marcante presença do Estado, através das políticas públicas de inclusão, da legislação de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher é motivo de queixa dos homens que reclamam o caráter discriminatório do Estado no tratamento da violência conjugal.

Descartando o princípio de universalidade que Bourdieu (2002, p. 08) julga ter a dominação masculina, concorda-se que ela é “exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado”.

Se por um lado a Lei avança, criando dispositivos jurídicos para resguardar os direitos da mulher, por outro, a estrutura simbólica de dominação masculina não deixa de estar presente nos espaços institucionais criados para resguardar tais direitos, como é o exemplo das DEAMs. O tratamento e condução da violência contra a mulher exigem profissionais qualificados na área de gênero a fim de não reproduzirem e perpetuarem as desigualdades e discriminações de gênero, mas ainda é insuficiente a qualificação desses profissionais.

As práticas violentas dos homens contra suas mulheres expressam um modelo de masculinidade que prima pelo domínio daqueles que se julgam dominados. Nesse sentido, entender a violência de gênero, particularmente a violência conjugal, requer um mergulho no universo masculino para entender como esses sujeitos se utilizam da violência como modo de navegação social. De que forma é internalizada a violência como um idioma que corporifica a masculinidade?

Observou-se nas falas de homens acusados de violência um tom de naturalização de suas práticas violentas. Uma série de fatores desencadeiam os atos violentos e servem como justificativas para tais práticas. Dentre os motivos estão o ciúme, o uso de álcool, o

“atrevimento” feminino, a infidelidade, a divisão do patrimônio, a divisão sexual do trabalho, etc., como desencadeadores de atos violentos.

Percebeu-se também que o reforço às normas tradicionais de gênero e o inconformismo diante de uma sociedade contemporânea cada vez mais individualizada e rumando em direção a igualdade de gênero, espelha os sentimentos e comportamentos dos homens acusados de agressão frente às suas companheiras. Para Bourdieu (2002), toda dominação se instala usando o recurso da violência. A dominação dos corpos e o controle dos indivíduos são expressões desse recurso. Sendo a dominação um exercício permanente do poder (Weber, 1994), a violência, seja em sua expressão física ou simbólica, é um recurso fundamental na efetivação e legitimação das relações de dominação.

A dominação dos corpos e o controle dos indivíduos são expressões importantes desse recurso, seja em sua expressão física ou simbólica, de efetivação e legitimação das relações de dominação. Nesse ponto, Bourdieu (2002) e Arendt (2009) não entram em acordo.

As noções de poder e violência em Hannah Arendt (2009) são utilizadas como conceitos opostos, mesmo que articulados. Igualmente Strathern (2006) desloca o poder das relações de gênero como uma condição *se ne qua non*. Essas categorias podem até se encontrarem, mas não se pode afirmar, antecipadamente e categoricamente, que são indissociáveis e universais.

Se para Bourdieu a violência (física ou simbólica) é a condição necessária para a dominação, para Arendt (2009, p. 71) “o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido”. Ou seja, para os homens acusados de agressão, a garantia de proteção

às mulheres, num mundo que prima cada vez por direitos iguais é percebida como sinônimo de perda de poder, sendo a violência física ou simbólica um instrumento de restabelecimento de uma ordem social questionada. Os homens sentem-se inferiorizados, perdendo poder e entendendo que as mulheres estão ganhando. A impotência frente as situações de mudanças dos padrões tradicionais de gênero os fazem reafirmar o “papel do macho”, usando, inclusive, a violência.

Dessa forma, pode-se dizer que a violência dos homens frente as suas companheiras e a propagação dela, pode ser vista como um aspecto de perda de poder masculino. Quando os homens se veem diante dessa realidade que põe em xeque seu *status quo* de macho, acabam reagindo contra essas mudanças e expondo os limites de autonomia, liberdade e individualidade feminina. Dessa forma, os instrumentos de reação são as práticas violentas, o uso da força como mecanismo de manutenção de uma ordem de dominação que paulatinamente vem se diluindo, quiza, se transformando ou mudando de mãos, como eles imaginam. Ou ainda como aponta Norbert Elias: “em todas as ocasiões em que os homens foram obrigados a renunciar à violência física, aumentou a importância social das mulheres” (ELIAS apud OLIVEIRA, 2004, p. 99).

A distinção feita por Arendt (2009) sobre os conceitos de “poder”, “força”, “autoridade” e “violência” é elucidador porque permite não confundir o ato, em si, da agressão com o sentido que a violência ganha no contexto das relações conjugais. A combinação deles é comum acontecer, mas sua forma pura é menos frequente.

O “poder” corresponde à habilidade humana de agir em comum acordo, ele jamais é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo unido e existe para tal fim. Partindo desse raciocínio, pode-se dizer que quando um homem tem poder sobre uma mulher é porque

na realidade ele está investido de poder, investidura atribuída por certo número de pessoas para atuar em seu nome (ARENDT, 2009, p. 60-61). Acrescento que não só os homens compartilham dessa ideia, mas também as mulheres, fazendo com que a dominação seja naturalizada<sup>13</sup>.

A “força” deve ser reservada para indicar a energia liberada através de movimentos físicos e sociais e não como sinônimo de violência, pensada como meio de coerção (ARENDT, 2009, p. 61). Nesse sentido, encontrei discursos masculinos indicando que as diferenças físicas entre homens e mulheres, em parte, justificam os atos de agressão e até a sua evitação. Disseram que por terem mais força e, por vezes, perderem o controle, agridem as suas mulheres, e quando evitam é porque acreditam ter mais força que elas e, portanto, sabem que são incapazes de suportar a agressão.

A “autoridade” pode ser aplicada às pessoas e a grupos, sua característica básica é o reconhecimento sem discussão por aqueles que são solicitados a obedecer, não sendo necessária nem a coerção e nem a persuasão. A autoridade é legitimada por quem manda e por quem obedece<sup>14</sup>. Nesse ponto, há uma proximidade entre esta ideia e a noção de dominação simbólica utilizada por Bourdieu (2011).

Para se conservar a autoridade é necessário o respeito pela pessoa ou pelo cargo; o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota (ARENDT, 2009, p. 62).

Quando os homens reclamam que as mulheres não os respeitam percebem que a legitimidade da sua autoridade já não goza mais de uma aceitação inquestionável.

---

<sup>13</sup> Ideia também partilhada por Pierre Bourdieu (2011 e 2010).

<sup>14</sup> “Dar ordens e ser obedecido: sem isso, não existe Poder – na sua presença nenhum outro atribuído é necessário para que exista... Aquilo sem o qual não pode existir: a sua essência é o domínio” (BERTRAND DE JOUVENEL apud OLIVEIRA, 2004).



A “violência” se diferencia dos demais conceitos (poder, força e autoridade) pelo seu caráter instrumental.

Fenomenologicamente se aproxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados com o propósito da multiplicação do vigor natural (ARENDT, 2009, p. 63).

Portanto, os homens isolados sem outros que os apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida. A violência funciona como o último recurso do poder contra os “indivíduos isolados” ou “grupos minoritários” que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria. O poder é de fato a essência de todo governo (exercer domínio sobre), e não a violência, não precisa de justificção o que precisa mesmo é de legitimidade. Assim,

a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. [...] Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato. (ARENDT, 2009, p. 68-69).

Nesse sentido, a autora afirma que

poder e a violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desapareção do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder, mas é absolutamente incapaz de criá-lo. [...] quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, a fim de compreendê-la pelo que é, teremos de examinar suas raízes e sua natureza (ARENDT, 2009, p. 73-74).

Tomando como referência essa forma de pensar, pode-se dizer que a crescente transformação em direção a uma sociedade que cada vez mais vai primando pela igualdade de gênero, mina o poder absoluto do macho, murchando, paulatinamente, o machismo, e quanto mais murcha, mais as práticas de violência se acentuam. Conforme Arendt (2009, p. 101), “A prática da violência, como toda

ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento". Por isso, a violência é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. Ela é explicável, ela não é irracional, não é natural, mas social, cultural e histórica. Assim sendo, a *violência conjugal* pode ser interpretada como uma forma de dramatizar reclamações e expor um contexto de modificação nas relações de gênero.

A superação dessa modalidade de violência não pode ser reduzida a uma simples conversão das vontades e das consciências, requer transformações profundas no mundo dos significados e das significações, nas estruturas de poder, no *modus operante* das relações de gênero. Isso porque existe uma ordem social que contribui para a existência de certos aspectos tradicionais da dominação masculina. Não implica aqui dizer que as mulheres (ou os homens) não questionem ou modifiquem aspectos dessa ordem social.

### **3.2 Masculinidade e violência**

Masculinidade e violência andam quase sempre juntas, pelo menos em vários contextos de sociedades que se têm registro. Com isso, não se quer dizer que essa combinação é algo universal, generalizável a todo e qualquer contexto de sociedade e pessoas. Porém, no contexto pesquisado, esses aspectos da vida humana se retroalimentam. Compõem a trajetória sociocultural da socialização desses homens desde a tenra idade. É comum observar que os homens, em geral, são educados para expressar suas atitudes violentas através de demonstração de força e dominação de outros (homem ou mulher).

Nesse sentido, a demonstração de força, expressa quase sempre através da violência, é um idioma de masculinidade que reforça as

desigualdades de gênero, segundo os estudos sobre homens e violência no Brasil (NOLASCO, 2001; MACHADO, 2001; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Saber sobre as formas de significações de ser homem é de grande utilidade no sentido de desvendar o fenômeno da violência, em especial da violência conjugal. Pois, como diz Nolasco (2001, p. 64), a

masculinidade e violência guardam entre si relações que vão do modo como os meninos são socializados, até a maneira como o sujeito compreende seus sentimentos como sendo de homem...

Essa combinação de masculinidade e violência aparece como um aspecto importante para explicar o fenômeno da violência conjugal, mas não é redutível em si mesma, ou seja, essa combinação é fruto de uma construção social e histórica e não obra de características genéticas específicas que fazem os homens tornarem-se mais violentos. O fato de se envolverem com mais frequência em casos de violência não implica que são naturalmente violentos, mas que esse envolvimento se pauta em prerrogativas sociais que exigem mais deles o uso da força como resolução de problemas e de construção de identidade. Não sendo, portanto, uma marca indelével dos homens, mas uma expressão das relações sociais. Ser socializado num ambiente violento não implica, necessariamente, que o indivíduo será violento. O contexto no qual foi educado e internalizou valores não pode ser tomado como caráter determinístico. Afinal, os indivíduos têm a capacidade de refletir sobre as práticas, valores e normas que lhe são disponibilizados no processo de socialização.

Nolasco (2001, p. 118-119) aponta alguns aspectos para explicar a combinação entre violência e masculinidade. A violência é vista como forma de controle comportamental das parceiras sexuais, implicando na ideia de que as mulheres são propriedades dos

homens, e preservar “sua propriedade” é uma questão de honra. Sobre este ponto, encontrei discursos de homens que justificavam seus atos violentos a partir da ideia de posse da companheira e mantê-la, então, era percebida como prova de masculinidade.

O autor ainda destaca que o homicídio “confrontacional”<sup>15</sup>, a violência decorrente de um outro crime<sup>16</sup> e a violência como ferramenta utilizada na resolução de conflitos são situações que explicam o envolvimento de homens com a violência. Se as situações são diversas, os cenários de expressão da violência também o são, não havendo um contexto privilegiado de sua manifestação.

Cechetto (2004) também estudou, no contexto das masculinidades juvenis e de jovens adultos, a questão da produção das violências como forma de sociabilidade em espaços de lazer de determinado segmento da população carioca, recusando os estereótipos que associam diretamente violência, masculinidade e pobreza ou o paradigma da sociobiologia que, segundo ele, não explica as múltiplas questões e manifestações da violência e das masculinidades.

Os principais aspectos discutidos por Cechetto (2004) são: as formas de competição masculina, músculo como atributo de culto pelo masculino, violência associada à virilidade e o culto ao corpo, a hipervalorização deste como veículo de status e de poder, mas que também revelam símbolos e significados de pertencimento, estilos e de afirmação. São aspectos importantes no mapeamento dos estilos de masculinidades em contextos específicos, mas não um espaço central nas interpretações dessa tese.

---

<sup>15</sup> “São assassinatos que começam de alguma forma entre homens a partir da disputa pela honra” (NOLASCO, 2001, p. 118).

<sup>16</sup> Envolvimento dos homens em atividades marginais que os levam a correr riscos de vida (roubo e furto) (NOLASCO, 2001, p. 119).

Já a abordagem de Machado (2001) sobre masculinidade, onde focaliza as relações entre as formas de viver a masculinidade e a cultura da violência, tendo como parâmetro a análise de valores de longa duração que estruturam a cultura ocidental patriarcal, ajuda a pensar sobre os discursos dos homens acusados de violência conjugal, na medida em que estão permeados de valores que buscam alimentar uma lógica tradicional das relações de gênero, mesmo sendo inalcançável em toda sua configuração.

Minayo (2004) também explica o fenômeno da violência analisando a masculinidade como aspecto importante para o entendimento desse fenômeno. Segundo a autora, na visão arraigada do patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Estas características se apresentaram nas práticas discursivas dos homens pesquisados e serão demonstradas no quarto capítulo desta tese. O masculino é investido significativamente na posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. É importante não reificar a posição dos homens como únicos agentes promotores da violência, o trabalho recente de Ribeiro de Oliveira (2012) mostra o envolvimento cada vez mais crescente de mulheres no universo do crime.

Para Muszkat (2006), os homens são tanto os principais agentes quanto as principais vítimas de atos violentos. Tratar somente o polo feminino como vítima reforça e perpetua a ideia de incapacidade feminina de cuidar de sua própria história e destino, aprisionando-a ao lugar de vitimizada. Sua proposta caminha na direção de romper com o caráter dualista, de tipo vítima/agressor, através da inclusão dos homens em projetos que visem facilitar a ampliação de uma rede

de sentidos diversificados. Tal posição se filia as reflexões de autores/as que estudaram e/ou estudam a questão da violência conjugal e procuram dar uma atenção também aos homens autores de violência (GREGORI, 1993a, 1993b; SOARES, 2009; MEDRADO, LEMOS & BRASILINO, 2011; MEDRADO & GRANJA, 2009; BRASILINO, 2010; GRANJA, 2008; GOMES ETAYO, 2011).

Para uma vista panorâmica sobre os estudos de gênero e violência Muszkat (2006, p. 151) aponta alguns tipos de perspectivas:

- 1) Uma perspectiva conservadora, que considera “natural” o papel de provedor e de dominância social e política masculina;
- 2) A pró-feminista, que enfatiza o caráter opressor/oprimido entre homens e mulheres;
- 3) A dos *Men's Rights*, que ressalta o aspecto danoso ao homem obrigado a corresponder o sistema hegemônico masculino, sofrendo ainda danos maiores como consequência do movimento feminista;
- 4) Uma perspectiva espiritual, que acredita que a masculinidade deriva de padrões inconscientes profundos, revelados através de rituais e mitos;
- 5) Uma de cunho social, que acredita que as diferentes masculinidades são definidas pelo tipo de trabalho exercido e pelo grau de poder e controle sobre o trabalho de outros;
- 6) A que descreve uma masculinidade universal, que contém uma diversidade, em razão das distintas experiências dos homens, e que esta diversidade estaria igualmente presente nos diferentes agrupamentos e grupos étnicos.

Estas perspectivas não conseguem, satisfatoriamente, dar conta da complexidade que envolve a violência conjugal, visto que não rompem definitivamente com o dualismo analítico.

É justamente no esforço de enfrentar esse desafio que esse trabalho de tese caminha, ou seja, pretende-se, do ponto de vista analítico, fugir da perspectiva dualista de explicação da violência conjugal e demonstrar que a visão maniqueísta dificulta perceber de forma minuciosa tal fenômeno, além do que, pode apontar soluções que reforça a própria lógica de perpetuação da violência. Nesse sentido, as análises de Strathern (2006) foram fundamentais no sentido de guiar minhas análises e interpretações sobre a questão.

Em termos de estratégia analítica volta-se para uma análise da violência conjugal baseada na ideia de que não se pode explicar o fenômeno sem focar os aspectos constitutivos da masculinidade. É necessário, portanto, explorar as diversas formas de expressão, manifestação, endoculturação dos modelos de masculinidades que permitem as vivências e práticas de ser homem, incluindo nelas a conduta violenta. Nessa pesquisa, essas condutas têm se relevado um importante aliado no sentido de expressar um tipo de masculinidade que privilegia o homem como portador de uma autoridade, domínio e controle sobre as mulheres/esposas/companheiras/namoradas, mesmo que para isso seja necessário recorrer à violência. Essa dimensão da vida social será destacada com o objetivo de demonstrar que se trata de um fenômeno complexo, multidimensional. Nesse sentido, os discursos masculinos irão mostrar que a violência é uma espécie de idioma, que permite aos indivíduos circular e significar práticas que extrapolam a prática da violência em si.

### **3.3 Emaranhando conceitos para entender a complexidade da violência conjugal**

Estudar violência conjugal requer, fundamentalmente, articular o conceito de gênero com os estudos de masculinidades, permitindo um aprofundamento sobre os motivos e os significados que compõem a cena dramática das práticas violentas masculinas contra as

mulheres. Nesse sentido, o caminho analítico seguido será de mostrar que os modelos de masculinidades incorporados e vivenciados pelos homens contribuem decisivamente na escolha de cometer atos de violência. A violência e, em especial, a violência conjugal, aparece como um mecanismo de navegação social que ritualiza a dominação masculina sobre o outro (corporificado em sujeitos masculinos e femininos).

Nesse sentido, Simone de Beauvoir (2009), Michelle Rosaldo (1979) e Joan Scott (1991) deram importantes contribuições no tocante a compreender gênero enquanto construção social e categoria de análise relacional, rompendo não só com o determinismo biológico que procurava explicar as relações de gênero através de traços genéticos inerentes a cada indivíduo, mas estudar um gênero em relação ao outro.

Assim, o conceito de gênero ganha um sentido englobador nas relações humanas, na medida em que dá espaço também para as reflexões sobre a constituição do masculino como elemento fundamental para as explicações das diferenças e desigualdades de gênero. Entender as complexas relações de gênero implica, então, analisar as diversas formas de tornar-se homem como também de tornar-se mulher. Dessa forma, direta ou indiretamente, essas autoras deram suporte para uma compreensão mais dilatada das relações de gênero, abrindo espaço para a incorporação do sujeito masculino, condição necessária para os estudos de gênero e, em particular, para os estudos entre violência e masculinidade.

Essas estudiosas, de certa forma, dão relevância aos sistemas de significação social e cultural que merecem atenção redobrada, porque através deles se podem compreender a construção e as costuras das relações sociais, especialmente aquelas que se dão entre homens e mulheres. Por isso, torna-se indispensável emergir no



mundo dos sistemas de significação, visto que fornecerão o passaporte para uma interpretação mais ampla da realidade.

Entende-se aqui, que a diferenciação de gênero, estabelecida entre homens e mulheres, age pela organização simbólica e prática dos usos diferenciados do corpo (mobilidade e postura) e dos ritos que efetuam a virilização dos homens e a feminização das mulheres (BOURDIEU, 1999; VALE DE ALMEIDA, 1995). No nível dessa efetuação, percebe-se que a violência de gênero corporifica as diferenças de gênero.

Explicar o fenômeno da violência tem exigido de muitas áreas do conhecimento um esforço analítico importante no sentido de explicar e enfrentar o problema da violência, em particular da violência conjugal. Esse esforço vem trazendo contribuições significativas quanto à explicação da violência. Vale ressaltar que essas tentativas não trazem uma explicação acabada, completa, inquestionável, mas apontam possibilidades importantes para se compreender a questão.

O trabalho de Heleieth Saffioti (2002) revelou-se como uma análise importante sobre gênero e patriarcado, ao apontar pistas interessantes para se compreender o fenômeno da violência e, em especial, a violência conjugal. Além disso, entende que a mulher não é uma vítima passiva. Para ela (2002, p. 51), a mulher atua quando e como pode, com os recursos que dispõe, sempre no sentido de minar a legitimidade da dominação. A própria denúncia da agressão masculina se apresenta como um desses recursos que visa “corrigir”, “dar susto” no companheiro. Não sendo sempre o objetivo último punir o agressor através da prisão. É evidente, que os casos de violência conjugal são diversificados e multifacetados, levando vítimas e agressores a agirem em conformidade com os recursos sociais e simbólicos que lhes convém ou estão disponíveis.

Para Saffioti (2002) e também para Amaral (2002), mesmo não sendo passivas, as mulheres parecem assumir uma inferioridade culturalmente inscrita nos corpos, sendo a violência e sua relação com os autores da violência indicador da subordinação feminina. Ou seja,

agredidas, elas estão submetidas a uma ordem de dominação masculina, são levadas a crer que o estado de ordem da violência é natural e aceitável. Em um sistema de relações sociais com estruturas androcêntricas, estas se objetificam em estruturas cognitivas e simbólicas que inscrevem nos corpos e nas mentes dos indivíduos a subordinação feminina (AMARAL, 2002, p. 133-134).

Nesse trabalho, preferi adotar o uso do conceito de violência conjugal, para evitar a atribuição antecipada de vítima ao sujeito feminino e de violento ao sujeito masculino, por isso faz-se necessário demonstrar as especificidades dos conceitos de violência contra mulher, violência de gênero, violência doméstica, violência familiar e intrafamiliar. Para isso, tomo como referência principal os trabalhos de Saffioti (2004; 1999).

Violência de gênero deve ser entendida como a categoria mais geral. Sendo esta “perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Violência familiar, por sua vez, é aquela que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Podendo ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. Já a violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu neto, pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este parente (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar, podendo atingir também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados e empregadas(os) domésticas(os) (SAFFIOTI, 2004, p. 71). Já a violência contra mulheres, mesmo apresentando pontos de sobreposição com a violência de gênero, fundamenta-se num ato considerado violento sobre o gênero feminino, indubitavelmente. Esta distinção é importante porque muitas vezes ocorrem algumas confusões quanto ao termo a ser utilizado quando se trata de violência envolvendo homens e mulheres. Essa modalidade de violência pressupõe, antecipadamente, que a vítima da violência é a mulher e o agressor o homem. Por esta razão, a noção de violência conjugal se adequa mais a perspectiva seguida nesse trabalho e de outros estudos feministas (SOARES, 2009; GREGORI, 1993a e 1993b).

Para Barbara Musumeci Soares (2009), a violência conjugal permite abarcar o caráter dinâmico das interações humanas e captar a convergência dos múltiplos fatores que contribuem para a geração de comportamentos violentos. Ela aponta para uma divisão existente entre os estudos da violência envolvendo o cenário das relações conjugais, familiares e de gênero, de um lado os estudos que utilizam a perspectiva da violência contra a mulher, e de outro, os que fazem uso do conceito de violência conjugal.

Os estudos que trabalham com a perspectiva da violência contra a mulher, implicam automaticamente em limitar os atores envolvidos, estabelecem quem são as vítimas e os algozes, diagnosticam suas causas (patriarcalismo e dominação de gênero) e, com isso, antecipam soluções, como as que têm sido preconizadas pelos movimentos de mulheres: criminalização e punição dos culpados. O foco, nesse caso, se concentra, sobretudo, nos agentes e não nas dinâmicas e relações.

Já o segundo grupo, foca-se nas dinâmicas e relações entre os parceiros envolvidos. Podendo ocorrer situações em que os conflitos sejam desencadeados por fatores que não tenham, necessariamente, na dominação de gênero o elemento determinante, ou seja, as situações específicas de conflitos conjugais vivenciadas em cada relação conjugal são reveladoras dos aspectos desencadeadores e predominantes. A forte presença da relação entre dominação masculina e violência conjugal não pode ser vista como algo determinante, porque no conjunto das relações conjugais pode haver conflitos que não sejam, necessariamente, determinados pela dominação de gênero.

Por isso, entendo que se deve abordar a violência conjugal na sua complexidade de fatores, articulando-os com a vida doméstica e comunitária, sem reduzir o problema a nenhum fator isolado. Nem tampouco na individualização do problema, o que por outro lado não implica generalizar a questão de forma universalizante.

Em consonância com a perspectiva de Soares, parto da ideia de que pressupor a violência de maneira unidirecional implica em desconsiderar a vitimização masculina, ou seja,

não se trata de negar que as mulheres são mais afetadas pela violência íntima do que seus parceiros, mas de escapar justamente da armadilha reiterativa, que se expressa na recusa em levar em conta os dois termos do casal, como se a premissa da vitimização feminina fosse suficiente para reafirmar sua prevalência (SOARES, 2009, p. 147).

A Lei Maria da Penha é fruto das perspectivas que trabalham sobre o viés da violência contra a mulher. Ela (a lei) está vinculada ao paradigma penal que implica no aumento de penas para os casos de lesão corporal, no âmbito doméstico, e da prisão em flagrante para os autores de violência doméstica contra a mulher.

Para Soares (2009, p. 153-154), as premissas que estruturaram a Lei Maria da Penha são:

- 1) A concepção de que a violência doméstica é unidirecional (ou, ao menos, de que apenas a violência dos homens contra as mulheres é relevante e merece consideração);
- 2) A noção de que o patriarcalismo, o machismo, a misoginia representam a linha de força que explica a violência intrafamiliar;
- 3) A ideia de que beneficiar exclusivamente as mulheres e excluir os homens do texto da Lei se justifica pelo princípio compensatório, dado que elas teriam sido historicamente prejudicadas por legislações que banalizam a violência e estimulavam a impunidade.
- 4) A visão de que todo o ato de agressão contra uma vítima feminina é a expressão de um mesmo e único fenômeno: a “violência contra a mulher”.

Diante isso, surge um problema de legitimidade da Lei: a mesma lesão corporal praticada por uma mulher contra seu parceiro será tratada por uma legislação (a Lei 9.099/95), enquanto aquela sofrida por ela ficará no âmbito da Lei Maria da Penha. Nesse ponto, Soares (2009) não vê problema em flexibilizar o texto da lei no sentido de abarcar homens e mulheres, sujeitos da violência conjugal. Na prática, como a maior incidência é de mulheres agredidas, a legislação estaria resguardando o direito de combate à violação do corpo feminino. Ao mesmo tempo em que possibilitaria que homens agredidos pudessem acionar uma lei específica que versa sobre violência conjugal<sup>17</sup>. Do ponto de vista teórico, a imputação

---

<sup>17</sup> “A violência conjugal pode ser entendida como uma nomeação que a descreve e qualifica enquanto ação, ou seja, qualifica-se que houve um ato violento, ocorrido na relação entre duas pessoas que mantêm (ou mantiveram) um relacionamento afetivo-sexual.” (BRASILINO, 2010, p. 32)

automática de vítimas para as mulheres e agressores para os homens seria relativizada.

A década de 1970 marcou os estudos que versavam sobre a vitimização feminina. Esses estudos sugeriam a dualidade homem algoz versus mulher vítima. A partir dos anos 1980, a violência passa a ser percebida como conflito interpessoal, minimizando a noção de algoz versus vítima. A abordagem vitimista é contestada. "A violência conjugal passou a ser relacionada também, em muitos casos, à interação violenta, conflito interpessoal e não apenas a uma questão de hierarquia de gênero" (MARQUES, 2009, p. 47).

As preocupações sociais e políticas e, sobretudo, a produção teóricafeminista, portanto, revelaram os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, abrindo espaço para uma sinalização quanto à necessidade de estudos específicos, evitando, assim, tendências a generalizações e premissas preestabelecidas; exaltando a observação da heterogeneidade das experiências e incorporando toda a complexidade do processo histórico.

Para Marilena Chauí (1985), a violência nega a autonomia à parte da relação submetida, nega-lhe a possibilidade de ser sujeito, de construir-se e constituir-se como capaz de ter autonomia na relação. A violência apresenta-se como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa; as relações de forças materializam a violência porque coisificam pessoas, os indivíduos.

Tomando por base a explicação acima, percebe-se que há uma ênfase na ideia de anulação do sujeito. Levando a crer que o lado da vítima da violência torna-se objeto de outrem, tornando-se dessa forma passiva diante da relação. Essa perspectiva não figura entre aquelas que pretendo utilizar para analisar os dados, já que procuro romper com a ideia de sujeitos passivos. Aliás, a própria noção de

sujeito implica também na noção de assujeitar-se, tal condição, a meu ver, não anula a legitimidade que se dá a tal condição.

Segundo a interpretação de Gregori (1993b, p. 147-148),

a análise [de Chauí] parte da noção de que a imagem feminina foi sendo construída, destinando o lugar da mulher ao espaço privado e doméstico. [...] Em função do poder socialmente conformador destas construções, a mulher tem uma 'subjetividade' peculiar e dramática: vive para os outros e almeja para as outras mulheres o mesmo destino [...] não há indicações de como será possível que a mulher se liberte. A dualidade autonomia/heteronomia, assim como a distinção entre poder, violência e força é elaborada de forma que não há chance de vislumbrar uma transformação. Mesmo sem intenção de culpabilizar agentes concretos, ela reduz a dominação a um conjunto de ideias/padrões falseadores manipulados pelo dominador para subjugar o dominado e levá-lo a se auto-iludir: pensar e sentir que é livre. As relações violentas são casos especiais de relações conjugais. A dominação e a discriminação da mulher existem também nas relações 'normais' e, por isso, sofisticar a compreensão da violência deve permitir apreender os variados modos pelos quais as relações de gênero se atualizam.

Tal maneira de analisar a violência conjugal leva Gregori a apontar uma série de dificuldades nos trabalhos de Azevedo (1985) e Oliveira et ali (1984):

de um lado, a definição abrangente de violência como forma de permitir uma explicação geral – como se todos os relacionamentos violentos fossem 'essencialmente' semelhantes. De outro, a construção de dualidades – como 'macho' culpado e mulher 'vítima' – para facilitar a denúncia e indignação, deixando de lado o fato de que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre os parceiros' [...] Enquanto a política feminista estiver presa aos recursos que buscam uma universalidade/generalidade de mulheres e de sua situação, e a dualidades em que os termos se relacionam através de um engate ideológico, ela não terá condições que lidar com a diferença, com a pluralidade (GREGORI, 1993b, p.148-149).

O trabalho de Gregori (1993a, 1993b) é um marco importante de explicação da violência conjugal. Ela rompe com o dualismo analítico que colocava automaticamente os homens na pecha de agressores violentos e as mulheres de vítimas passivas. Segundo ela,

para parte dos argumentos feministas, a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. Para fugir dessa armadilha, Gregori (1993a, p. 200) afirma que

para realizar uma análise mais rica sobre essas relações de poder é preciso investigar o 'lado' dos homens, não tomando o masculino como dado, mas também como uma identidade que se constitui na trajetória, na vivência.

Assim como Gregori (1993b), questiono o "vitimismo" que toma a mulher como sujeito subordinado ao julgo masculino, incapaz de reagir à dominação masculina, interpretação comum em parte das análises sobre violência contra a mulher. Tal perspectiva, ancorada no conceito de violência de Chauí (1985), compreende que a violência é a violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte da sua própria história, ou seja, a violência corresponderia à ausência de poder. Ao contrário disso, e seguindo Arendt (2009), entendo que a violência é um recurso utilizado quando há a percepção de que o poder está se esvaindo e não na ausência absoluta dele.

Pensando que as mulheres são agentes ativas nas relações conjugais pode-se afirmar que elas não são complacentes frente à dominação masculina, nem que os homens sejam exclusivamente os responsáveis por todos os atos violentos, como quer demonstrar Azevedo (1985). Por isso, é necessário fazer uma análise mais detalhada dos casos, buscando um mergulho na vida conjugal dos parceiros envolvidos em casos de violência conjugal, para evitar conclusões precipitadas e a construção automática e intransferível de categorias como vítima e agressor.

As relações violentas devem ser entendidas como relações entre pessoas que se posicionam e são posicionadas, envoltos em assimetrias de poder (GREGORI, 1993a). Quando a leitura dos casos de violência conjugal enfatiza apenas a dualidade entre algoz e



vítima, estabelece uma polaridade entre o ativo e o passivo e deixa de considerar as cenas nas quais os parceiros se veem envolvidos.

Assim, Gregori (1993a) afirma que nas relações conjugais, nem todas as cenas violentas são percebidas como violentas pelos seus atores. A construção de uma relação conjugal parece acontecer de uma forma que os parceiros são enlaçados por práticas violentas cotidianas e há dificuldade de reconhecer as violências. A própria tipificação da violência doméstica e familiar contra a mulher não é reconhecida por todos os envolvidos em situações de violência. Nem todos os homens reconhecem que cometeram algum ato de agressão com a sua companheira ou namorada quando era interpelado, por exemplo, se alguma vez tiveram relações sexuais com as companheiras sem o consentimento delas. A perplexidade dos homens ocorreria, justamente, porque no imaginário deles ter relações sexuais com as companheiras é uma obrigação social no relacionamento. Querer fazer sexo com a esposa/companheira/namorada, mesmo depois de uma recusa, não é visto pelos homens como um ato de violência. A recusa, entre outras coisas, pode ser interpretada como um indicativo de traição. Assim como outras situações cotidianas consideradas como encargo feminino, percebido por eles, a exemplo das tarefas domésticas e cuidado dos filhos.

Trata-se de uma violência psicológica e simbólica. Eles não concordam, ou não percebem, que nas relações cotidianas fazem pressão frequentemente para que a mulher cumpra um papel que eles consideram próprios para elas. Nem vivem dizendo que elas são inúteis ou coisa desse tipo. Todavia, nas denúncias, esses tipos de violências estão presentes. Quem sofre a violência a percebe, mas quem a pratica nem sempre percebe que a engendra.

Para Gregori (1993a, p. 145), parte dos trabalhos feministas aponta para uma

perspectiva de generalizar para todos os casamentos violentos um conjunto de gestos, expectativas e padrões morais por parte dos agentes. Além disso, neste conjunto de comportamentos é feita uma distinção entre os que estão associados aos homens e os das mulheres. Os homens humilham e agridem, as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas. Os homens agem, as mulheres sentem.

Assim como Gregori (1993a, 1993b), procurei afastar-me das explicações acerca da violência conjugal que primam por uma lógica dual e contrastante, reduzidos à oposição entre homens e mulheres, entre limites demarcatórios como doméstico/público e homem/mulher. Tal perspectiva deixa de apreender as ambiguidades e tensões próprias das relações de gênero. Por isso, torna-se fundamental mostrar os movimentos que instituem padrões distintos de comportamentos para homens e mulheres, isso dá conta das diferenças entre os significados que assume a violência nos diversos relacionamentos.

Concordo com Gregori (1993a, p. 146) que

a maior contribuição dessa nova abordagem é, ao meu ver, a de tomar esses relacionamentos sem criar uma dualidade redutora do tipo algoz e vítima e o que ela implica: o agressor ativo e o agredido passivo. É uma perspectiva boa para entender a relação entre padrões mais gerais que orientam a conduta e o comportamento propriamente dito como um movimento, como uma passagem que exige combinações, ambiguidades e, portanto, diversidades. Nesse movimento, não há lugar para determinações imediatas e mecânicas do plano dos padrões para o plano das condutas.

As agressões estão sujeitas a inúmeras motivações – conflitos de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, jogos eróticos, etc.- Nelas, as mulheres participam como parceiras ativas. Essas cenas revelam que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação no qual os parceiros ensejam criar novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a um acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões, mas se lançam nelas, buscando algo: prazer ou colocar-se como vítima ou ainda para recompor imagens e condutas masculinas e femininas em situações

conjugais em que elas estão desordenadas. É preciso entender o contexto no qual a violência ocorre, e o significado que assume (GREGORI, 1993a, p. 149).

É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais proveitoso seja o de alimentar a dualidade entre vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo a uma atividade destruidora e maniqueisticamente dominadora.

Os dados da pesquisa demonstram que o desejo de mando não é um atributo apenas masculino, as mulheres também desejam mandar, o jogo destes desejos muitas vezes resultam em violência conjugal. Assim como Gregori (1993a e 1993b), não considero que a responsabilidade da violência é somente dos homens, numa leitura individualizante e determinística. Para compreender melhor a violência conjugal é necessário levar em conta os diferentes matizes, nuances e diversidades e não apenas as ações gerais de comportamentos, que levam a generalizações para todos os casamentos violentos, como se eles fossem fruto das mesmas causas.

Para fugir disso é preciso apreender as ambiguidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero. Podendo a violência conjugal assumir vários significados nos diversos relacionamentos: o sadomasoquismo na sexualidade de alguns casais, a briga lúdica entre crianças, a briga passional entre mulheres na disputa de um homem (GREGORI, 1993a). Assim, os relacionamentos violentos não são essencialmente iguais, nem unívocos, já que as relações conjugais são de parcerias. Portanto, a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros (GREGORI, 1993a, 1993b).

Com a ajuda de Gregori (1993a, 1993b), de Strathern (2006), de Soares (2009) e de Arendt (2009), busquei fugir dessas armadilhas universalistas/generalizantes das relações de gênero e

das interpretações sobre violência, em particular da violência conjugal. Aquelas que atribuem, antecipadamente, a noção de sujeito passivo para o feminino e de sujeito ativo para o masculino, desembocando numa visão maniqueísta que toma os homens como agressores e as mulheres como vítimas unicamente nas relações conjugais.

Se é importante compreender os agentes envolvidos na violência conjugal, também o é saber as formas pelas quais ela se manifesta. A violência pode assumir tanto a forma física, caracterizada pela ocorrência de empurrões, tapas, murros, queimaduras, ameaças com arma mortal, cárcere privado, entre outros; como também psicológica caracterizada por humilhações que objetivam diminuir e, até acabar com a autoestima da companheira, as ameaças e as acusações de traição; sexual, quando ocorre a imposição de relações sexuais com outras pessoas, de práticas sexuais que não agradam e que colocam em risco a saúde da companheira, além de críticas ao desempenho sexual; e a violência patrimonial, quando há retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades<sup>18</sup>.

Soares (2009), em sua discussão sobre violência contra a mulher, diz que não se pode pensá-la em termos de episódios isolados e discretos, mas como um processo contínuo e repetitivo. Dessa forma, a violência apresenta-se como cíclica. O ciclo da violência, conforme apresenta a autora, é composto de três fases distintas. A primeira fase, a de construção da tensão, caracteriza-se pela ocorrência de agressões verbais, ciúmes, ameaças, destruição de objetos. Nessa fase, a mulher acredita ser capaz de controlar a

---

<sup>18</sup> Ver as formas de violência doméstica e familiar na Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06 | Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006.

situação, mostrando-se dócil, prestativa e culpada, atribuindo a si própria à responsabilidade pelos atos do marido, desenvolvendo, inconscientemente, um processo constante de autoacusação. Na segunda fase, a tensão aumenta, atingindo seu ponto máximo. Surgem, então, agressões mais agudas, os ataques tornam-se mais graves e o processo experimentado na fase anterior torna-se inadministrável. Essa fase é mais breve, sendo seguida pela terceira fase, denominada de lua de mel. Após terem cessado os ataques violentos, o agressor torna-se temeroso de perder a companheira, mostrando remorso, proferindo promessas, jurando não repetir as agressões e implorando perdão. Tem início, então, um período de calmaria, sem a tensão acumulada na primeira fase e descarregada na segunda fase. Os elementos conflitivos do dia-a-dia vão ditar o ritmo e o cume da violência perpetrada.

Para Safiotti (2002), as relações violentas tendem a obedecer a uma escalada progressiva através dos anos de relacionamento, iniciando com agressões verbais, passando para as físicas e/ou sexuais, podendo chegar à ameaça de morte e até mesmo ao homicídio. Salienta-se que o papel social de provedor do lar, atribuído tradicionalmente ao homem, constitui um pesado fardo, pois requer, geralmente, que ele seja o único ou principal provedor da família, não lhe sendo permitido falhar. Falhar é um sinal do não preenchimento dos requisitos do modelo de masculinidade (per)seguido. Apesar de ainda ser forte a provisão masculina nas famílias brasileiras, essa situação tem tomado outras configurações devido a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e da sua condição de provedoras (MENDES, 2005). Outra mudança que implica de certa forma, em autonomia feminina e que, portanto, pode ser indicativo de insatisfação e incomodação dos homens no contexto familiar.

A questão da violência conjugal não tem um ponto de partida explicativo por se tratar de um fenômeno multifatorial que implica

dimensões comportamental, simbólica e/ou estrutural. Para Loïc Wacquant (2003), por exemplo, a violência estrutural deve ser analisada a partir da combinação de dois processos sociais: a polarização de classes em razão das desigualdades sociais e a segregação racial. Estes dois elementos combinados produziriam, segundo ele, uma “dualização da metrópole”. Essa violência estrutural, por sua vez, poderia causar um processo perverso multifacetado, no qual se destacariam três eixos: desemprego crônico, estigmatização social e racial e exílio. A expressão final dessa violência teria como resultante a vulnerabilidade de um segmento que já se encontra, por questões etárias, num grau elevado de fragilidade. Aqui, as condições sociais dos sujeitos envolvidos em episódio de violência seriam definidoras. Variáveis como renda familiar, rendimentos, escolaridade, profissão, etc. são escolhidas para explicar o fenômeno.

Essa lógica de explicação pode ser estendida à violência conjugal, na medida em que esses fatores estruturais contribuem para desencadear práticas de violência. Nessa linha de pensamento destaca-se o desemprego. A falta de emprego ou subemprego dos homens no contexto familiar leva a um questionamento do exercício da masculinidade, na medida em que o papel de provedor, sempre visto como uma prerrogativa preferencialmente masculina, não é exercida. Muitas vezes, quando pressionados pelo não cumprimento da provisão econômica da família, recorrem ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas para suportarem a vergonha moral e pública (MENDES, 2005; NASCIMENTO, 1999; SARTI, 1996). Esse fator é importante porque traz à tona a configuração de uma realidade e condição social do sujeito que interfere na esfera das relações conjugais.

Mas, esse tipo de abordagem não se esgota em si mesma. Existem perspectivas outras que privilegiam a dimensão do

comportamento, do universo simbólico, da lógica interna das relações sociais.

Para Suely de Oliveira (2005), por exemplo, a violência contra a mulher tem se justificado por normas sociais que têm como base as relações de gênero, onde se reforçam o papel tradicional do masculino e do feminino. Por isso,

a violência se apresenta de forma diferente para homens e mulheres, o homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, e em geral, praticada por outro homem; a mulher sofre a violência masculina, dentro de casa, no espaço privado e seu agressor é (ou foi) o namorado, marido ou companheiro ou amante (OLIVEIRA, 2005, p. 234).

Sua proposta é englobante, na medida em que procura combater a violência envolvendo os homens – agressores ou não (uma vez que não é da natureza do homem agredir e nem é da natureza da mulher apanhar). E reforça dizendo:

é esta construção social, e não a biologia, o que faz com que desde muito cedo os meninos aprendam que a agressividade é algo a ser experimentado em seus cotidianos. E essa noção vai gradativamente sendo desenvolvida, fazendo com que 'tornar-se homem' signifique, na maioria das vezes, reprimir suas emoções e a raiva e lançar mão da violência física. Essas passam a serem formas socialmente aceitas como expressão masculinas de sentimentos (OLIVEIRA, 2005, p. 237).

Dessa forma, estudar violência conjugal requer, fundamentalmente, focar sobre a articulação do conceito de gênero com os estudos de masculinidade, permitindo um aprofundamento sobre os motivos e os significados que compõem a cena dramática das práticas violentas masculinas contra as mulheres (e vice-versa).

As pesquisas sobre homens e masculinidades passam a refletir o papel dos homens nas relações violentas, implicando dizer que, de alguma forma, eles poderiam ser vítimas de um sistema sociocultural, que impõem a dominação masculina à qual estão presos sem se darem conta.

Não se pode compreender um fenômeno tão complexo como é a violência de gênero sem investigar ou dar centralidade analítica também aos homens, suas histórias de reconstrução de gênero e suas experiências. É indispensável o trabalho com as vítimas, mas também com aqueles que geralmente a perpetram (Ramos, 2006).

Envolver os homens, autores de violência conjugal, amplia e abrem novos horizontes, assim como novos desafios para o campo da violência de gênero. Acredito ser um passo importante não tratar esse acontecimento como fazendo parte de expressões individuais, de um lado, um homem algoz e, de outro, uma mulher vítima. Ao afirmar isso, não se pretende desresponsabilizar os homens pelos atos de violência contra a mulher, mas atentar ao fato de que os homens “agressores” não existem por si sós: para existirem é necessário um conjunto de fatores sociais que os produziram e tornaram possível sua existência. São necessárias redes sociais constituídas por homens, mulheres, leis, relações de gênero, uma “cultural machista” entre tantos outros fatores, que fizeram e fazem existir e funcionar as situações de violência contra a mulher (LIMA, 2008, p. 121).

A violência é constitutiva das relações sociais. Ao invés de negá-las peremptoriamente se deveria encontrar seu lugar no dinamismo social. Albuquerque Júnior chama atenção para a faceta criativa da violência quando ela é encarada como uma forma de comunicação, visando evitar o monopólio da fala e da simbolização por uma minoria.

no lugar de reconhecê-la, integrando-a simbolicamente, encontrando o seu lugar no dinamismo social, tornando-a fonte da própria vitalidade e mudança, parte-se para sua negação, tornando a sociedade uma organização cada vez mais policiada, onde reina o discurso da segurança e formas contemporâneas enfraquecidas de felicidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, s/d. p. 07-08).



O conjunto da literatura sobre violência conjugal, discutida acima, guiou a interpretação dos dados da pesquisa de campo, especialmente os escritos de Gregori (1993a,1993b) e Soares (2009). A escolha por essas autoras se coadunam como fio condutor desta tese que pressupõe que o discurso vitimista presente em algumas abordagens de gênero e de masculinidades não são suficientes para explicar tal fenômeno. Por tratar um dos envolvidos na relação conjugal como vítima do outro, sem abrir espaço para uma compreensão mais flexível, onde a posição de algoz e vítima não está definida a priori. Tal maneira de pensar levou inclusive, a adotar o conceito de violência conjugal, por entender que ele abre um leque de possibilidades para entender as dinâmicas das relações conjugais.

Os próprios discursos dos envolvidos indicam a complexidade do fenômeno da violência conjugal. Onde o jogo de acusações revela os sentidos atribuídos às práticas violentas. Fomentando um modo de pensar que se ancora nas relações de gênero e até fora delas. Homens e mulheres construindo discursos que servem de suporte para uma visão de mundo recortada por uma multiplicidade de fatores, entre os quais, destaquei as relações de gênero.

Tais visões de mundo acerca do lugar de homens e mulheres foram interpretadas por práticas discursivas construídas nos espaços das DEAMs e que reforçam a ideia de que as relações de gênero estão se modificando. A violência conjugal aqui foi usada como expressão dessas transformações. Quando afirmo que os discursos dos homens acusados de terem praticado atos violentos expressam um certo desconforto quanto a autonomia e liberdade feminina, mostro, ao mesmo tempo, que autonomia e liberdade feminina são percebidas por eles como um sinal de que o poder masculino está se esvaindo. E perda de poder leva a violência, já que o poder deixar de ter a legitimidade que a dominação lhe garantia.

A ideia de poder, discutida no corpo desse trabalho, ganha relevância porque entendo que em nosso contexto cultural ela é constitutiva das relações de gênero. No entanto, não vejo como uma condição a priori, ou seja, é necessária a observação empírica da realidade para identificar onde se encontra o poder. Já que não se pode afirmar antecipadamente que ele se encontra nas mãos dos homens ou que ele é exclusivamente um privilégio masculino. Daí, a opção por seguir com Strathern (2006), porque ela recusa o uso descontextualizado das categorias ocidentais, a opressão feminina como algo universal. No meu caso, vou um pouco mais além, porque relativizo dentro do próprio contexto do ocidente, ao afirmar que há possibilidade de flutuação de poder nesse contexto de sociedade.

A seguir, demonstro como foram coletadas as informações, transformadas em dados e o tratamento analítico que receberam. Dessa forma, esclareço os caminhos e percalços da pesquisa de campo e a escolha analítica para interpretar os discursos dos homens acusados de violência conjugal.

## **4 TRILHAS METODOLÓGICAS NA COMPREENSÃO DOS DISCURSOS MASCULINOS.**

Esse capítulo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, vou abordar o papel que a etnografia ganhou na compreensão dos discursos masculinos sobre as práticas de violência conjugal. Posteriormente, destacar-se-á a importância das observações diretas como instrumento de apreensão desses discursos. Em seguida, será demonstrado que o ofício de pesquisador não se restringe ao espaço físico por ele escolhido para pesquisar, o cotidiano com seus aspectos ordinários foram também utilizados para apreender os discursos sobre a ordem de gênero. E finalmente, será descrito e justificado como as DEAMs foram escolhidas como locus de pesquisa e apreensão dos discursos masculinos.

### **4.1 A etnografia na compreensão dos discursos masculinos sobre as práticas de violência.**

Para apreender os significados dos discursos produzidos por homens acusados de praticarem violência contra suas mulheres no contexto das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, na Região Metropolitana do Recife, utilizei a pesquisa de natureza qualitativa. Tal escolha se justifica pelo fato desta considerar os aspectos subjetivos envolvidos na investigação, ou seja, permite buscar uma “compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (GOLDENBERG, 2000, p.19), em outros termos, captar o significado das ações dos indivíduos, homens acusados de agressão, considerando o contexto social de inserção (MINAYO, 1994, 2004; HAGUETTE, 1997; DEMO, 1995; BECKER, 1995).

Com tal propósito recorri aos procedimentos metodológicos de cunho etnográfico, resgatando a tradição antropológica na sua

vertente interpretativa. Compreendo ser esse modo de fazer pesquisa imprescindível para compreender os sistemas simbólicos imersos nos discursos aqui analisados.

A prática etnográfica possibilita a apreensão dos modos como são significadas, pensadas, ditas e vividas as experiências, representando uma leitura interpretativa dos sistemas simbólicos, decodificados nas ações das pessoas, ou seja, são interpretações acerca dos significados simbólicos da ação social. Interpretações de segunda e terceira mão que são construídas e modeladas pelo pesquisador, segundo Geertz (1989, p. 26):

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um "nativo" faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído", "algo modelado" – o sentido original de fictio – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento.

Não pretendo fazer um retrato fiel da realidade, porque acredito na sua impossibilidade, em outros termos, a "apreensão" desse retrato não é real, fiel, não é de fato a realidade, mas interpretações sobre a mesma, assim como são as informações dadas pelos homens e a visão interpretativa do pesquisador em torno desses discursos. Quero assim dizer que da mesma forma podem ser vistos os argumentos desse trabalho, considerando que os significados atribuídos às coisas e fatos se dão a partir das interpretações feitas sobre eles. Desse modo interpretativo, foram "lidos" os discursos masculinos destacando os significados simbólicos (re)produzidos sobre suas práticas.

Ao invés de tentar descobrir o que as coisas realmente são, esta pesquisa teve como foco a construção de diferentes maneiras de criar e recriar a "realidade", sendo esta considerada um conjunto de versões que, ao serem criadas, vão construindo outras "realidades".

Ou seja, a intenção não é “representar a realidade”, encontrando uma essência ou verdade, mas produzir conhecimento considerando-o como produção incessante que se ramifica sem encontrar pontos de partida ou de chegada definitivos, e sim, criando pontos de diálogos. Parto do pressuposto de que não há características mais intrínsecas do que outras, já que não há algo mais profundo, uma verdade última a ser encontrada (LIMA, 2008, p. 52).

A familiaridade com estudos de homens de camadas populares, adquirida através de uma pesquisa anterior<sup>19</sup>, tornou mais fácil a apreensão da forma como os homens acusados de agressão pensam, agem, classificam e elaboram seus sistemas simbólicos de masculinidades. Ou seja, tal familiaridade permitiu absorver com mais precisão os signos e significados da realidade estudada, tal como mostra Geertz (2001, p. 26) nas lições do trabalho de campo:

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio aos quais elas levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

O trabalho etnográfico, antes de tudo, carece de habilidade para analisar os modos de expressão das pessoas. Nesse sentido, se faz necessário entender as formas de vida no interior da comunidade, grupo social e indivíduos, para poder captar uma alusão, entender uma piada, ou qualquer outro código de expressão que traduz os sistemas simbólicos. Interpretar os estilos, os modos de fazer as coisas, traduz a(s) forma(s) que indivíduos e sociedades se definem. Essa definição obedece a um aspecto duplo, intrínseco, pois dá

---

<sup>19</sup> Trata-se da minha pesquisa de mestrado em antropologia que dissertou sobre a constituição da masculinidade através das brincadeiras infantis, cujo trabalho de campo ocorreu em uma favela do Recife.

sentido à realidade social e psicológica, modelando-se em conformidade à sociedade e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos (GEERTZ, 1989).

A necessidade de o pesquisador compreender a “linguagem nativa” presente no campo de pesquisa, atentando para suas particularidades e diferentes formas, conforme o meio pesquisado, é ressaltada também por Beaud & Weber (2007). Busco, então, mergulhar nos significados das ações (palavras e movimentos) que adquirem significado num contexto etnográfico específico (no caso as DEAMs). Compreender essa linguagem nativa foi central nessa pesquisa etnográfica, pois me ajudou a decifrar os relatos dos pesquisados e a compreender os seus sentidos. Ou seja, inteirar-me da linguagem policial, no contexto das delegacias especiais, saber sobre o seu funcionamento e procedimentos técnicos de atendimento, assim como da linguagem dos homens acusados de agressão. Tudo isso foi fundamental para compreender os discursos analisados.

O lócus dessa pesquisa, que compreendeu as DEAMs e nelas os profissionais e o público atendido, são espaços que possuem uma linguagem de ofício, um jargão próprio desse universo profissional utilizado na efetivação do trabalho. Tomar conhecimento dessa linguagem foi fundamental para eu entender como funcionavam as DEAMs, o atendimento e, particularmente, os depoimentos dos homens acusados de agressão e, assim, compreender como foram produzidos esses discursos naquele contexto.

Dessa forma, ter me apropriado da linguagem profissional no contexto da violência de gênero me fez despertar uma sensibilidade crítica nos procedimentos de observações e escutas sobre as práticas discursivas dos profissionais das DEAMs no tocante as relações de

gênero e, particularmente, sobre a violência contra a mulher<sup>20</sup>. Essa familiaridade foi utilizada por mim com cautela e vigilância para permitir o estranhamento, elemento fundamental ao objeto pesquisado.

A dimensão cultural presente nos espaços das DEAMs e nos sujeitos que lá estavam foi um campo fértil no entendimento dos significados que são dados ao que é classificado, atribuído e constituído por homens e mulheres acerca das relações de gênero e, particularmente, sobre a constituição das masculinidades. Acredita-se, então, que nenhum elemento cultural é dispensável, visto que serve como canal de entendimento dos valores que envolvem os significados dos discursos.

Para apreender os significados presentes nos discursos (profissionais, sujeitos pesquisados e situações cotidianas) foi importante examiná-los considerando os contextos e situações sob os quais os sentidos foram operacionalizados. Desse modo, os contextos e as situações nas quais os discursos sobre violência foram produzidos, apesar de terem uma base comum, a violência, têm suas especificidades, o que implica dizer que são modelados, alterados, conforme o contexto e/ou situações vividas. Ou seja, no contexto específico das delegacias especializadas, e em situações de julgamento, os discursos masculinos se adequam, na medida do possível, àquele momento de acusação em que necessitam utilizar prioritariamente estratégias de defesa se transformando em vítimas

---

<sup>20</sup> Há uma variada literatura sobre violência contra a mulher que discute o atendimento profissional nas delegacias especializadas no Brasil. Entre os assuntos geralmente discutidos estão o processo histórico de criação das DEAMs, as suas condições de infraestrutura, mudanças nos procedimentos técnicos de atendimento com o surgimento da lei Maria da Penha, e a qualidade do atendimento profissional aos usuários. Destaco sobre este último ponto alguns estudos que ressaltam atendimentos inadequados, sobretudo, no tocante à postura dos profissionais em torno das questões de gênero (DEBERT & GREGORI, 2002; RIFIOTIS, 2004; SANTOS, 2008 e 2010; STREY, WERBA, NORA, 2004; AMARAL, 2002; PRIORI, 2007).

ou culpabilizando as companheiras como algozes (homens de asas fechadas). Porém, em outras situações, como no espaço doméstico em que estão provavelmente julgando suas companheiras, os discursos mudam, lá estão na situação de mando, autoridade e controle (homens de asas abertas). Assim, o que é dito é sempre algo que está em aberto e depende dos contextos, das posições disponíveis e das histórias através das quais os sentidos da vida e das coisas se sustentam.

Há ainda que ressaltar que as histórias contadas pelos homens nas delegacias estão localizadas em discursos distintos que variam em termos da linguagem utilizada, dos conceitos, questões e julgamentos morais relevados e das posições pelas quais traduzem as relações de gênero. Dar sentido ao mundo implica posicionar-se em uma rede de relações que pertence à ordem da intersubjetividade (SPINK, 2013, 2010, 1994).

Minha intenção não é fazer o mesmo uso dos discursos que faz a esfera jurídica ao buscar a verdade dos fatos para julgar (condenar/absolver) os envolvidos. Parto da ideia de que esses discursos são fontes importantes de mapeamento das lógicas que permeiam as relações de gênero e, principalmente, da construção das masculinidades que constituem esses homens. Nesses discursos, os homens acusados de violência contra suas companheiras e/ou namoradas articulam universos de explicações para justificarem suas ações práticas. Percebo que justificam suas ações explorando as maneiras como entendem que devem agir e se comportar homens e mulheres no universo social.

Operei metodologicamente analisando os discursos masculinos proferidos nos depoimentos me abstendo da dimensão valorativa do julgamento institucional das DEAMs para compreender as práticas e os sentidos a elas atribuídos na sua associação com a construção das



masculinidades no interior das relações de gênero. Assim, o propósito era fazer a interface entre os discursos masculinos sobre as práticas de violência e a constituição da masculinidade, a fim de verificar a associação entre esta e as violências cometidas. Como os dados foram coletados a partir dos depoimentos de homens acusados de agressão, eu enquanto pesquisador estava consciente do contexto e situação específica de onde estava se processando os discursos, ou seja, ciente que por um lado havia a intencionalidade dos agentes especializados do Estado que encarnavam o poder de interpelar e apurar as acusações que caíam sobre os homens, do outro os homens buscando a defesa de tais acusações, e nesse interstício, eu pesquisador, com a intencionalidade de acessar os significados dados por esses homens as suas práticas violentas de gênero.

Considerando o contexto e os sujeitos nele inseridos foram também observadas e reveladas as posturas dos interlocutores nas cenas de campo: agentes policiais, homens acusados de agressão, mães dos acusados, mulheres na situação de vítimas, advogados e esse pesquisador. Todos cientes de suas atribuições e funções naqueles contextos.

Estive também atento às ambiguidades dos discursos (múltiplos significados), as contradições (sentidos antagônicos), inconsistências (significados instáveis), e incoerências (transgressões das regras lógicas de uma narrativa que sugere a adoção de outra narrativa). Estes aspectos foram fundamentais no tratamento dos dados. Ficar atento às ambiguidades dos discursos possibilitou notar como um mesmo discurso pode ser alocado em mais de um eixo interpretativo. Discursos que ao mesmo tempo em que buscavam reforçar os aspectos tradicionais da ordem de gênero, aceitavam e se acomodavam aos novos aspectos de uma nova ordem de gênero, com mais autonomia e liberdade para as mulheres. Então, ao invés de julgar como uma mentira as incoerências e as contradições do

discurso como era feito pelos profissionais, busquei mergulhar internamente nos sentidos implícitos que as ambiguidades, incoerências e as contradições dos discursos expressavam. Pensar dessa maneira ajudou a criar eixos interpretados flexíveis que dessem conta da complexidade e heterogeneidade dos significados das práticas discursivas.

Portanto, trabalhar com produção de sentido dos discursos implica em trabalhar com a processualidade, à luz das permanências e mudanças culturais e sociais e à luz da funcionalidade dos discursos frente ao contexto de sua produção.

#### **4.2 As observações diretas como instrumentos de apreensão dos discursos**

Com o propósito de investigar a violência contra a mulher a partir da ótica masculina, a primeira providência foi me aproximar dos sujeitos da pesquisa, os homens acusados de agressão contra suas companheiras, e os lugares mais apropriados para encontrá-los foram as delegacias especializadas de atendimento às mulheres, quando do comparecimento para prestarem seus depoimentos sobre as denúncias feitas contra eles. A imersão no campo requereu desse pesquisador cautela e cuidado no proceder junto ao contexto e aos sujeitos nele inseridos, pois como diz Beaud & Weber (2007), a pesquisa de campo, como qualquer relação social, necessita não só de habilidades do pesquisador para entrar em contato com pessoas de outros meios sociais, de negociar e permanecer no campo, mas também de saber escutar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), ter prudência, recuar quando necessário e não julgar.

A providência seguinte foi escolher de que forma a coleta das informações, junto a esses homens, se efetivaria e optei por utilizar como instrumento de coleta a *observação e a escuta* dos seus

depoimentos nas DEAMs de Recife, Jaboatão e Paulista, delegacias localizadas na região metropolitana de Recife, em Pernambuco.

No tempo que permaneci em campo (janeiro a julho de 2012), particularmente junto as DEAMs, entrei em contato com uma gama diferenciada de agentes que compõem os cenários dessas instituições, desde a fase da denúncia até o depoimento dos homens acusados de agressão. Para chegar até essas delegacias entrei com um pedido junto a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, solicitando a autorização da pesquisa nos espaços das três delegacias da mulher que ficam localizadas na região metropolitana do Recife, a saber: 1<sup>a</sup> (Recife), 2<sup>a</sup> (Jaboatão dos Guararapes) e 5<sup>a</sup> (Paulista). A escolha por essas delegacias se deveu a grande concentração de casos de violência que essas comportavam, portanto, maior facilidade de encontrar os sujeitos da pesquisa. Uma vez autorizada à pesquisa pelo Departamento da Mulher, setor responsável por gerenciar todas as delegacias especializadas no Estado, me dirigi para as respectivas DEAMs, apresentei-me as delegadas titulares e demais profissionais expondo-lhes o propósito da pesquisa naqueles espaços e fui bem acolhido por todo corpo funcional. Eu tinha autorização para circular nos espaços dessas delegacias, além da autorização para ouvir os depoimentos dos homens acusados de agressão. Na “ouvida” desses depoimentos era possível também ter acesso ao teor das denúncias e, portanto, aos discursos acusatórios das mulheres a esses homens. Vale ainda, frisar que os escrivães, profissionais responsáveis pela coleta dos depoimentos, foram muito importantes, visto que através deles tive a informação atualizada da agenda das “ouvidas”, livre acesso aos depoimentos, além dos diálogos mantidos com esses onde pude tomar conhecimento das suas práticas e discursos sobre as questões de gênero, seja na dimensão profissional ou pessoal. Ressalto que as observações sobre o atendimento desses profissionais, seus

comentários e as conversas mantidas com eles passaram a fazer parte da coleta de informações e da análise desse trabalho.

A escolha metodológica de coleta das informações se deu via escuta dos depoimentos masculinos nas DEAMs, o que possibilitou o acesso, de forma indireta, aos discursos femininos via denúncia. Em todas as ocasiões das escutas, os escrivães lia antes para o acusado a denúncia feita contra ele e o motivo do seu comparecimento àquela instituição. Nas denúncias femininas, além da acusação central, constavam os detalhes das práticas ou tentativas de agressões masculinas. Tal contexto de investigação permitiu que eu não só tivesse acesso aos discursos femininos, mas também pudesse perceber como os discursos masculinos são construídos no sentido da contraposição ou mesmo do reforço da denúncia feminina, quando essa exalta um modelo de masculinidade considerado válido.

Dessa maneira, as informações coletadas e transformadas, posteriormente em dados, possuem o aspecto relacional tão fundamental numa pesquisa de gênero (STRATHERN, 2006; SCOTT, 1989), evitando a reificação dos discursos. Considerando-os a partir do contexto em que foram produzidos e obedecendo, assim, suas espacialidades, temporalidades e relacionalidades. Quando digo relacionalidades me refiro não só ao fato de serem discursos masculinos construídos no diálogo com discursos femininos, mas também com os profissionais das DEAMs e com alguns aspectos da dimensão jurídica que fazem parte da trama processual.

A escolha pela observação e escuta como formas de apreensão das informações me pareceram as mais adequadas depois de um mês observando o atendimento e o comportamento dos homens acusados de agressão nas mencionadas delegacias. O comportamento introspectivo e não muito amistoso dos homens a conversas e algumas recusas em concederem entrevistas, o curto tempo em que

permaneciam nos espaços das delegacias, além do caráter eventual do seu comparecimento, dificultaram a operacionalização da coleta através de entrevistas e fizeram com que eu optasse em coletar as falas durante os depoimentos. O que não dispensou, embora de forma não sistemática, que eu conversasse com alguns homens e mesmo mulheres que se encontravam esperando atendimento e que se dispuseram a conversar.

A observação *in lócus* ocupou um espaço metodológico considerável no processo dessa pesquisa, sendo utilizada como estratégia de enriquecimento, complementação e captura dos “imponderáveis da vida real” nos dizeres de Malinowski (1978) e dos “interstícios da subjetividade dos sujeitos, apreendidos através dos sentimentos expostos nos semblantes, gestos e silêncios, revelando informações que vão além das próprias falas”, conforme Mendes (2005, p. 112).

Foi dessa técnica que me vali para coletar o máximo de informações possíveis que servissem de subsídios à escuta dos depoimentos dos homens, tanto no que se refere à complementação, como aprofundamento e clareza do que era dito, possibilitando assim, uma reflexão mais apurada sobre a associação entre práticas de violência e masculinidade, objetivo dessa investigação. Nesse sentido, os ensinamentos de Malinowski (1978), Perlongher (1987) e outros antropólogos que sistematizaram essa técnica de pesquisa foram de grande valia.

Nas observações sistemáticas não me ative exclusivamente nas falas e posturas dos homens que estavam depondo, mas também no que estava sendo dito e feito no entorno daquele contexto, o que incluía o processo interrogatório na fala e postura dos escrivães, as posturas e discursos dos demais funcionários no interior das DEAMs, inclusive a delegada, mas também as mulheres que lá se

encontravam aguardando atendimento e as pessoas que representavam o apoio familiar àqueles homens, no caso as suas mães exercendo a atribuição de cuidadoras e protetoras (defensoras dos homens) ao tempo que, contraditoriamente, corroboravam indiretamente com a violência contra a mulher. Nesses casos, abdicam de uma luta feminista da qual, a priori, deveria se sentir contemplada enquanto mulher, em prol da atribuição que lhe requisita prioridade moral como mãe, a proteção do filho. Assim, observar as falas, posturas e gestos que se apresentavam no entorno contextual foram suportes importantes para as interpretações sobre as práticas violentas de gênero.

O diário de campo teve um papel imprescindível de registro e organização das informações coletadas, visto que as técnicas empregadas nessa pesquisa eram basicamente a observação e a escuta. Conforme Beaud & Weber (2007, p. 65), o diário de campo “é a principal ferramenta do etnógrafo, (...) no qual, dia após dia, anotam-se em estilo telegráfico os eventos da pesquisa e o progresso da busca”, foi uma ferramenta imprescindível na coleta de informações dessa pesquisa que se pautou centralmente em observações e escutas. Nele foram registradas sistematicamente todas as informações advindas das observações e escutas feitas nas delegacias, além das conversas cotidianas de onde também extrai informações importantes sobre a construção das relações de gênero no dia a dia das pessoas comuns e que se tornaram essenciais para verificar a forte introjeção de valores sobre a construção da masculinidade no contexto dessas relações.

No que se refere especificamente aos espaços das DEAMs foi observado sistematicamente e anotado em diário de campo como se processava a dinâmica de trabalho em seus compartimentos, as funções e atividades desempenhadas pelos profissionais, o atendimento ao público, as conversas informais entre as mulheres e

dos homens que esperavam atendimento, os comentários dos escrivães sobre o trabalho que desenvolviam nas delegacias e suas impressões e comentários sobre a violência contra a mulher.

Como já mencionado, fizeram parte central das observações e escutas os depoimentos dos homens acusados de agressão, cujas anotações sistemáticas no diário de campo aconteceram em tempo real, visto que não havia permissão das Delegadas para eu gravar as referidas falas. A boa relação mantida entre esse pesquisador e os profissionais das delegacias, locus de investigação dessa pesquisa, me proporcionou a permissão para adentrar a sala de depoimentos, escutar e anotar o que estava sendo dito no recinto, o que incluía a leitura da denúncia pelo escrivão, o interrogatório dos escrivães e o depoimento dos homens acusados de agressão. A liberação concedida para a escuta e anotações dos depoimentos remete ao que Beaud & Weber (2007, p. 32) diz quando afirma que “a pesquisa joga de acordo com a norma da reciprocidade, (...) com as regras do jogo das relações pessoais”.

A observação, enquanto procedimento de pesquisa qualitativa implicou a atividade desse pesquisador de observar pessoalmente e de maneira prolongada situações e comportamentos que remetem a violência de gênero, sem reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por aqueles que vivem essas situações. Trata-se de uma técnica direta, já que há contatos com os informantes, mas trata-se também de uma análise qualitativa, uma vez que entram em jogo anotações para descrever e compreender situações e/ou sujeitos, mais do que enumerar as frequências de comportamentos. O termo “observação” pode ser empregado tanto para designar um *tipo de coleta* dos dados pelo próprio pesquisador (a observação *in situ*), como um tipo de *relação com os objetos-sujeitos pesquisados*; isto é, o de um contato mais ou menos íntimo.

Na observação se faz necessário evitar a dispersão, desse modo o observador tem que ter em mente o objetivo que ele pretende ao observar uma gama de fenômenos, por isso é importante descrever o local (lugar, objetos, ambiente), e o contexto no qual se produz um conjunto de fenômenos, os quais devem igualmente ser objeto de uma seleção; quem são os participantes (nomes, funções, características) e outros participantes que estão no local descrito e as razões formais ou oficiais de suas presenças; as ações (gestos, discursos e as interações); a duração e a frequência com que atuam (história do grupo, frequência da ação). Esses passos guia fizeram parte das minhas observações e anotações, como pode ser observado nas descrições feitas ao longo das discussões e anexos dessa pesquisa.

À medida que eu estava conhecendo e me familiarizando com o contexto e sujeitos de investigação, o foco das observações foi paulatinamente se definindo e delineando mais claramente o que realmente seria observado, considerando o objetivo geral da pesquisa. Mesmo inicialmente direcionado a ouvir os homens acusados e, a priori, definido que seria usado como técnica principal de coleta, entrevistas semiestruturadas, só durante o convívio com o cotidiano das DEAMs percebi que o melhor caminho para a coleta seria ouvir as “escutas”. Certo tempo nos espaços pesquisados me permitiu situar o campo e os sujeitos, apreender o que diziam e o que faziam. Ao me situar melhor no meio do universo observado pude readquirir a confiança necessária para a efetivação das observações e escutas, conquistada a partir do momento em que passei a ser um frequentador assíduo dessas instituições e me tornar “familiar” aos seus funcionários.

Durante os períodos de observações, visando ter uma maior proximidade e familiaridade com o campo de pesquisa, havia uma preocupação constante em fazer com que as pessoas das delegacias



(funcionários e sujeitos envolvidos no contexto de violência conjugal) me vissem com certa frequência, ao tempo que eu estabelecia uma “cartografia” geográfica e etnográfica dos lugares e sistemas simbólicos compartilhados pelos sujeitos que lá estavam.

A observação em campo não é uma atividade fácil, o observador enfrenta certos problemas que variam conforme os objetivos desejados, a natureza e teor da questão a ser investigada e as particularidades da situação e dos sujeitos observados.

Seguindo Aktouf pode-se dizer que a observação

[...] se produz com as anotações sistemáticas e uma atenção constante a tudo o que se passa e, sobretudo, um esforço regular de revisar o conjunto dos acontecimentos diários; é assim que ocorrem as associações e as relações carregadas de significações. [...] Em resumo, o método é muito exigente e penoso, tanto no plano físico quanto no afetivo (AKTOUF [1987] apud JACCOUD & MAYER, 2008, p. 271).

Cabe, então, ao pesquisador fazer uma boa revisão e seleção das informações registradas em campo e uma interpretação que tente se aproximar da realidade, sabendo que não existem “fatos, mas interpretações”. A esse respeito Goldman (2006, p. 170) diz:

A observação participante, que os antropólogos proclamam ser seu método por excelência, não consiste apenas em, de vez em quando, deixar de lado a máquina fotográfica, o lápis e o caderno para participar do que está acontecendo, ‘tomar parte no jogo dos nativos’ ou dançar com eles, como disse, creio que meio ironicamente, Malinowski (1978 [1922]: 31), o inventor do método. Na verdade, o que ele operou na antropologia foi um movimento em tudo semelhante ao de Freud na psiquiatria: em lugar de interrogar histerias ou nativos, deixá-los falar à vontade. A observação participante significa, pois, muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo. E consiste, também, no meio privilegiado para elaboração de teorias etnográficas, expressão, aliás, à primeira vista, um pouco estranha, mas que serve para solucionar o dilema do antropólogo, preso entre as ciências e a narrativa, o discurso sobre os outros e o diálogo com eles.

É importante ressaltar que o objeto desta tese impôs limites quanto ao sentido clássico da observação participante, que atribui a

ela uma experiência de convívio do grupo pesquisado. As observações feitas por mim ficaram atreladas às experiências de homens e mulheres<sup>21</sup> que por alguma razão tiveram que estar na Delegacia para buscar resolver seus conflitos conjugais. Nesse sentido, a observação direta restringiu-se aos espaços institucionais das DEAMs.

Mesmo tendo consciência que a violência contra a mulher acontece efetivamente em outros espaços, as Delegacias Especializadas da Mulher, enquanto centro catalisador de resolução dos conflitos conjugais (quando outras alternativas estão esgotadas), são espaços definidores de quem denuncia e de quem é denunciado. Por ser delegacias da mulher os denunciados são geralmente homens, essa particularidade me fez escolhê-las porque permitia a priori ter acesso direto aos homens acusados de agressão contra suas mulheres, sem passar pelo constrangimento de sair perguntando quem já teria agredido as companheiras ou até mesmo pela real dificuldade e até impossibilidade de presenciar cenas cotidianas de agressões contra as mulheres, visto que estas, geralmente, acontecem no interior do espaço doméstico e privado, portanto, inviável em termos dessa pesquisa.

Os imponderáveis dessa pesquisa de cunho qualitativo permitem afirmar que o processo de pesquisa se faz no caminhar<sup>22</sup>. Muitas vezes tive que improvisar, reelaborar estratégias, refazer perguntas, conhecer pessoas com ideias novas que pudessem gerar novos interesses e possibilidades para a pesquisa. Assim, o processo de pesquisa começa com um caminho (pretensamente) certo e com um destino indefinido. A produção de dados desta pesquisa pode ter algo de inacabado, mas são ricos em experiências e possibilidades.

---

<sup>21</sup> O contato com as mulheres aconteceu, eventualmente, nos corredores das DEAMs, quando esperavam para serem ouvidas pelas escrivãs. Apesar de não ter privilegiado analiticamente os discursos femininos, não deixei de prestar atenção aos mesmos, seja através da denúncia formalizada nos B.Os ou através das conversas informais na sala de espera.

<sup>22</sup> Parodiando o poeta Antonio Machado - "*O caminho se faz com o caminhar*".

É notório afirmar que nas pesquisas em ciências humanas, particularmente em ciências sociais, cuja metodologia é de natureza qualitativa, o pesquisador acaba por ser afetado (FRAVRET-SAADA, 2005 [1990]). Não que em minha experiência de vida eu tenha convivido com práticas de violência contra a mulher, mesmo sabendo que tais práticas não estavam tão longe assim, e até poderiam estar mais perto do que eu imaginava, como a tentativa de estupro sofrido por uma parenta bem próxima quando desenvolvia essa pesquisa e que de certa forma me afetou, provocando um misto de indignação como parente e reflexão como pesquisador acerca do episódio. Esse fato foi emocionalmente marcante para mim, e ao mesmo tempo rico de (re)descobertas e novos olhares para a violência de gênero. Até então, a violência contra a mulher era vista por mim como algo distante do meu contexto familiar, sua proximidade era percebida apenas circundando a vizinhança. Superado o choque e a indignação, procurei canalizar meus pensamentos no sentido de analisar os discursos dos homens acusados, ciente de que esse tipo de violência estava mais próximo do que eu desejava, tornando-se, ao mesmo tempo, um problema teórico e também afetivo, tomando como profissional os devidos cuidados para controlar o *quantum* de subjetividade que eu poderia transferir para minhas análises.

Quando pensado enquanto problema teórico, me vi diante de um emaranhado de informações diversas e soltas, que ao modo de um *bricoleur* deveria juntá-las de forma conectada. Ou seja, como um conjunto disforme de informações para ter sentido requeria uma recomposição no sentido de criar uma coerência discursiva, a fim de apreender os significados ali existentes. E nessa montagem das peças (discursos), o contexto se torna importante para validar, legitimar e desvendar seus significados. Por isso, fiz observações do local,

conversei com funcionários, mulheres vítimas<sup>23</sup> e, principalmente, ouvi os depoimentos dos homens acusados, formando um conjunto de ideias que fundamentaram os argumentos desses homens e também desta tese, na medida em que evidenciou traços de vivências dos modelos de masculinidades, acionado naquele contexto.

Enfim, o uso das informações constantes nos depoimentos permitiu uma exploração da perspectiva dos atores sociais, possibilitando a apreensão e compreensão das condutas sociais, como também abriu a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas por eles (POUPART, 2008).

#### **4.3 O cotidiano e o ordinário na apreensão dos discursos sobre a ordem de gênero**

Além das práticas discursivas coletadas nas delegacias, que ocorreram de forma sistemática, também foram utilizadas como suportes analíticos as práticas discursivas sobre gênero observadas no cotidiano, coletadas de forma assistemática. As leituras que fiz da literatura especializada e a imersão em campo me fizeram aguçar o olhar sobre gênero num espectro mais amplo, ou seja, para além dos sujeitos e do contexto investigado. Pude perceber então, que a construção de gênero e, particularmente, da masculinidade se fazia presente em grande parte das situações cotidianas, ocorridas nos espaços públicos e privados próximos a mim. Presenciei tais cenas discursivas no contexto familiar, nos momentos de lazer com amigos, entre colegas no ambiente de trabalho, entre pacientes na sala de espera de consultório médico, entre outros. Esses diálogos ou rápidas trocas de conversas percebidas no cotidiano, das quais, algumas participei diretamente, mostravam a forte incorporação e propagação dos discursos tradicionais de gênero que reforçavam a presença da

---

<sup>23</sup> Para saber detalhadamente sobre o acolhimento às vítimas na 1ª DEAM ver Etayo (2011).

masculinidade do tipo tradicional como expressão comum das relações de gênero. A ênfase nos aspectos tradicionais das relações de gênero indicava que tais relações não eram regidas unicamente pela tradição, mas que aspectos “modernos” se apresentavam possibilitando um contra-discurso, realçado especialmente nos discursos masculinos.

A tarefa do pesquisador não se resume em coletar informações apenas no momento formal da pesquisa, mas vai, além disso. Ele deve estar atento frequentemente ao cotidiano aproveitando as observações avulsas para complementar as interpretações dos fenômenos estudados. O material dessas observações se mostrou rico e ajudaram no fortalecimento dos argumentos e desvelamento dos significados sociais das masculinidades. Vejamos algumas dessas observações:

**Cenas cotidianas I** - Certa vez, mantive diálogo com uma mulher sobre sua relação com o ex-marido. Tal assunto surgiu porque ela queria vender sua casa e para isso tinha que ter a concordância do ex-marido, com quem ela tinha duas filhas. Ela contou que seu ex-marido é um excelente pai, mas foi um péssimo marido, sempre cuidou bem das filhas, dando carinho, atenção, amor e provendo-as, mas ao mesmo tempo não conseguiu repetir as características afetuosas com a esposa, tendo inclusive histórico de agressões na vida conjugal do casal. Mesmo depois da separação, o ex-marido ainda frequentava diariamente a casa da ex-companheira para auxiliá-la na educação e cuidados das filhas. Ele não concordava com a ideia da ex-mulher em querer vender a casa que foi projetada e efetivada pelo casal. A casa representava a formação da família, um porto seguro e um depósito de sonhos e de possível reconciliação. A vida conjugal foi desfeita, mas os vínculos entre eles não serão desfeitos totalmente em virtude dos filhos. Entre outras coisas, a casa simboliza a manutenção desse vínculo. Disse ele não suportar

ver outra pessoa morando na casa que foi projetada por ele. Projetar aqui ganha outro sentido, extrapola as paredes do prédio, implica em projetar sonhos, projetar a vida. Como a noção de projeto é algo sempre perene, no sentido de ser um *continnum*, esse projetar também deixa acesa (quem sabe!) a esperança de reconciliação. Sendo vendida a casa, a história de vida do casal deixaria de ser vista através de algo concreto.

Impedir que a companheira vendesse a casa era também uma demonstração de controle masculino sobre a família, mesmo depois da separação. O controle exercido sobre a esposa, quando moravam juntos, impedindo-a de trabalhar, estudar, mudou de configuração depois da separação. Após a separação, ela terminou um curso superior e logo em seguida passou num concurso público municipal no cargo de assistente social. No relato acima, observou-se que as relações de gênero são ou foram desiguais e conflituosas entre o casal. Também perpassa a ideia de que homens e mulheres devem ocupar lugares distintos no âmbito do contexto familiar com os homens exercendo controle e autoridade.

**Cenas cotidianas II** - Em contato com uma senhora de oitenta e nove anos de idade obtive, carinhosamente, a alcunha de “coroné”. O termo coronel já traz, em si, uma carga valorativa em torno de uma virilidade masculina que expressa poder de mando e autoridade sobre as pessoas. Mas, certa vez, a atribuição que me fora dada por essa senhora, foi abalada por um episódio que passo agora a relatar. Estávamos ao redor de uma mesa jantando, eu e um grupo de pessoas. Durante o jantar conversamos sobre várias coisas, especialmente sobre o mundo moderno e as modernas divisões sexuais do trabalho. Tratando desse assunto fui taxativo no sentido de concordar que acho justo uma divisão do trabalho igualitária entre homens e mulheres, que os homens poderiam tranquilamente dividir as tarefas domésticas com as mulheres. A senhora ouvindo aquela

conversa, imediatamente retrucou dizendo, “parece que o ‘coroné’ é barriga branca?”. Até aquele momento eu desconhecia o significado da expressão, mas pelo contexto deu para perceber que se referia aos homens que não exerciam domínio sobre as esposas e mais, eram dominados por elas. A atribuição de ser um “barriga branca” correspondia ao não cumprimento das expectativas dela acerca de como eu, enquanto homem, deveria me impor diante de certas atribuições, especialmente aquelas direcionadas a divisão sexual do trabalho.

Com isso, a alcunha de “coroné” que me fora atribuída por essa senhora sofreu um abalo. Como é possível um “coroné” que não só não manda, mas é mandado por uma mulher? Esse episódio serve para refletir como o modelo cultural de construção das masculinidades perpassa o âmbito do universo masculino e circula entre os sujeitos e a vida social em seu sentido mais amplo. Esse relato mostra que algumas mulheres, como essa do relato, corroboram a ideia de relações tradicionais de gênero e, particularmente, da expectativa em torno do modelo tradicional de masculinidade. Por outro lado, se observa que nem sempre as expectativas em torno de determinados modelos são cumpridas como se pode perceber no relato acima, o que significa que nem sempre a construção das masculinidades segue uma via de mão única, homogênea, apesar de frequentemente se encontrar práticas discursivas que alimentam a noção da figura masculina regida por valores patriarcais. Como diz Bourdieu (2004) e Lipovetsky (2000), as relações de gênero figuram entre permanências e mudanças, ou seja, por mais significativas que tenham sido as mudanças no decorrer das últimas décadas, essas não se dão a partir da extinção das velhas práticas e nem da instalação de um quadro inteiramente modificado dessas relações, o tradicional convive com o novo.

**Cenas cotidianas III** - Um senhor de sessenta anos de idade ao esperar sua mãe ser atendida em um consultório médico, para passar o tempo, conversa com outras pessoas que também esperavam sua vez de atendimento, eu era uma delas, para quem depois de certo tempo de conversa direcionava o olhar diretamente esperando interação. Durante a sua vida teve dois relacionamentos conjugais. No primeiro, casou-se bem novo, a esposa também era nova. Os dois eram do interior de um estado do nordeste. Depois de casados foram morar em Brasília, devido o trabalho dele nessa cidade, no setor da construção civil. Tiveram duas filhas. Sua vida, segundo ele, era de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Essa rotina não agradava sua, então, esposa. Esse desagrado foi crescendo até o momento em que ela pediu a separação, alegando que não aguentava mais aquela vida monótona, sem divertimento, dizendo “não quero mais viver com você, estou enjoada de você, agora quero ter uma vida independente”. Segundo ele, ela gostava muito de se divertir, de se pintar, dançar, coisa que ele diz não tirar a razão dela, justificando que ela nasceu em família pobre, não teve acesso a muita coisa e, a partir do momento que começou a ter conhecimento e acesso as coisas quis usufruir, o que ele fizera na adolescência. Reconhece que com ele a vida não poderia ser do jeito que ela um dia sonhou, porque era um homem dedicado ao trabalho, vivia para o trabalho.

Disse que não tinha vergonha de dizer a verdade, dizer que foi a ex-esposa que quis se separar, “vergonhoso é contar uma história mentirosa, vergonhoso é roubar, mas dizer a verdade, isso sim é o que todo homem deveria fazer”. Disse não sabe dizer se foi traído, mas pela descrição das características do comportamento da ex-esposa deixava a entender que a vida de casada não fazia parte das intenções dela. Disse até que uma das filhas “puxou” a mãe, no sentido de gostar de farra, de se pintar, inclusive disse que soube



que ela tinha enveredado pela vida da prostituição. Mas não culpava totalmente a ex-esposa por isso, faltou, segundo ele, a sua presença, “faltou a figura da autoridade masculina, necessária em qualquer educação dos filhos”. Inclusive a educação dos seus dois filhos, do segundo casamento, passa pela valorização do trabalho que é a válvula de saída para que os filhos se tornem homens responsáveis e impeça que entrem no mundo das drogas. “Só o trabalho faz com que um homem seja respeitado”, diz ele.

Nesse relato, é possível notar as percepções acerca do que é ser homem e suas incoerências. Mostra, ainda, a importância da presença masculina no contexto familiar, alegando que essa ausência pode causar desvios morais nos filhos. A educação voltada para o trabalho aparece como valor social importante na constituição da masculinidade, e a educação sexista também compõem os elementos constitutivos de alguns modelos de masculinidades. Vejamos outro episódio que acentua essa característica:

**Cenas cotidianas IV** - Estava eu no Detran, na hora do almoço, para resolver algumas pendências sobre emplacamento de veículo. Numa das repartições estava um grupo de funcionários que ia fazer as refeições lá mesmo no local de trabalho, a comida vinha através de quentinhas. Uma das mulheres presente estava encarregada de receber tais quentinhas e perguntava a preferência do cardápio de cada funcionário da sala e perguntou a um colega de trabalho: - “Você quer carne, peixe ou frango?”. Ele respondeu sem titubear: “Carne, é claro, eu não como frango, sou homem”.

Este episódio demonstra como uma ordem de gênero tradicional, homofóbica está presente nas mais diversas situações do cotidiano, e como é forte a necessidade que os homens têm de publicizarem e se situarem como aquele que “come”. “Come” mulheres, mas não “come” frango. Ao menos nesse espaço, os

referenciais de ser “macho”, daquele jovem, passavam pela exclusão de ter relações com outros homens. Refiro-me àquele espaço porque se podem encontrar discursos masculinos em outros contextos onde o fato de se ter relações com outros homens não representam uma diminuição da macheza, quando ele não é penetrado, a exemplo dos resultados encontrados numa pesquisa feita por Salem (2004). Outro trabalho sobre esse assunto é a etnografia “O Negócio do Michê”, de Nestor Perlongher (1987), que demonstra como jovens se prostituem com outros homens e constroem um discurso de que não são gays porque não são penetrados. Dessa forma, o sentido que é dado ao que é ser masculino vai depender do contexto onde o discurso foi construído.

**Cenas cotidianas V** - Visões contraditórias sobre a posição dos homens na sociedade coexistem. Para uma senhora de quarenta e cinco anos de idade que trabalhava como doméstica na casa de minha tia a “vida de homem é muito boa, eles só têm a obrigação de trabalhar e botar as coisas dentro de casa, o resto é com a mulher. Ela tem que cozinhar, lavar, arrumar a casa, tomar conta dos filhos e os homens ficam só esperando, esperando a comida pronta, a roupa lavada.”. Nessa fala, percebe-se a representação que essa mulher casada, de classe popular, tem acerca da divisão sexual do trabalho e das regalias masculinas frente a tal divisão. Na sua percepção, os homens gozam das melhores posições sociais. Não têm as preocupações do dia-a-dia, tendo, assim, uma vida mais confortável que as mulheres. Essa percepção contraria as teorias do discurso vitimário presente nos estudos de masculinidades, de que os homens sofrem com o modelo de masculinidade imposto a eles pela sociedade.

Fazendo alusão a uma vizinha que sofre violência do marido essa senhora associa tais práticas a alguns aspectos:

Muitos homens chegam bêbados em casa e querem descontar suas raivas na mulher. Era isso que acontecia com a minha vizinha, chegou a situação em que ele quebrou vários dentes da boca dela. Ela apanhava quase todos os dias, até chegar um dia em que ela tomou a decisão de ir embora, foi para casa da mãe dela com as cinco filhas do casal. Ao chegar em casa ele percebeu que ela tinha ido embora, e foi buscar as filhas para morar com ele e elas vieram, mas depois que o Conselho Tutelar ficou sabendo exigiu que as meninas voltassem a morar com a mãe. Para o Conselho Tutelar, é a força da lei, as crianças do sexo feminino não podem ficar com o pai, devem ficar com a mãe para evitar que aja abuso sexual. Hoje ela trabalha em casa de família, é outra pessoa.

Há também situações em que, segundo ela, a mulher é “atrevida”, o que pode motivar os conflitos conjugais, elencando assim a elas a culpa pelas práticas de violência masculina.

Muitos homens batem nas mulheres porque elas são atrevidas. Tiram a paciência deles. Vão buscar eles nos bares. Esculhambam com eles. Batem na cara deles. Tudo isso vai fazendo com que os homens percam a paciência. A partir disso, pode acontecer coisa pior, porque tem home que quando perde a cabeça, bate com o que tiver na frente, seja barra de ferro, faca, pau. Também não pode, né, quem já se viu uma mulher puder com um homem. Se o meu marido viesse me bater eu jamais reagiria porque sei que eu não sou nada na frente dele. Homem é bem mais forte que a mulher, não dá para se comparar. Quando existem casos de mulheres batendo em homem é porque elas são atrevidas e os homens são mongoloides, retardados, abestados.

No discurso dessa senhora existe uma fronteira clara e intransponível entre homens e mulheres marcada pela natureza. Naturalmente são diferentes, especialmente tomando como ponto de partida as diferenças corporais entre ambos. A natureza deu ao homem força física, que sendo exercida, permite a ele se impor fisicamente frente ao corpo feminino. Esse poder físico do homem é transformado em poder em outras dimensões da vida social e, particularmente, no espaço doméstico. Possuir superioridade física não significa estar imune de ser revidado, no caso, ela aponta a estratégia a ser utilizada em caso de necessidade extrema: *denunciar o marido a polícia*. A denúncia é a arma feminina para conter a supremacia física dos homens frente às mulheres.

Em seu discurso também ficou presente a negação ao uso da violência para resolução de conflitos conjugais:

se não tá dando certo é melhor se separar do que ficar se agredindo. Tanto é feio um homem que bate na mulher, como é feio uma mulher que apanha. E também é feio uma mulher bater num homem, como é feio um homem ter apanhado de uma mulher.

Uma vez demonstrado que através dos fragmentos do cotidiano se podem analisar as práticas discursivas de homens e mulheres sobre as relações de gênero, passo a expor como o lócus institucional de apreensão dos discursos masculinos são importantes no sentido de produção de sentidos.

#### **4.4 Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher: lócus de pesquisa e apreensão dos discursos masculinos**

A noção de práticas discursivas e a sua produção de sentido requerem evidenciar como foram construídos os discursos masculinos sobre as práticas de violência, ou seja, os contextos e situações nas quais foram realizados (SPINK, 2013, 2010 e 1994). Como dito anteriormente, coletei informações de homens acusados de violência conjugal nas DEAMs da Região Metropolitana do Recife, daí a necessidade de se fazer uma descrição sucinta desses espaços institucionais onde foi efetuada a pesquisa.

Em Pernambuco existe um Departamento da Mulher que tem a função de administrar as Delegacias Especializadas da Mulher do Estado. Foi através da Delegada responsável por esse Departamento que obtive a autorização<sup>24</sup> para efetivar a pesquisa no interior das delegacias. De posse da autorização, fui até as referidas Delegacias e apresentei o projeto de pesquisa às Delegadas Titulares de cada DEAM para inteirá-las do objetivo da pesquisa e para que pudessem autorizar o trabalho de campo nos espaços das delegacias.

---

<sup>24</sup> Ver documento em anexo.

Seguido os trâmites burocráticos de autorização da pesquisa nessas instituições de entrada no Comitê de Ética, da Universidade Federal de Pernambuco, para avaliação e julgamento e posteriormente a efetivação da pesquisa de campo. Esse processo foi demorado e ardoroso. Entre idas e vindas<sup>25</sup> o projeto foi aprovado em 28 de novembro de 2011. Essa demora modificou o planejamento que eu havia feito, visto que não poderia começar a pesquisa de campo antes da aprovação, uma das exigências do comitê de ética. Superada essas adversidades, iniciei a pesquisa de campo passando a frequentar quase que diariamente os espaços das três delegacias.

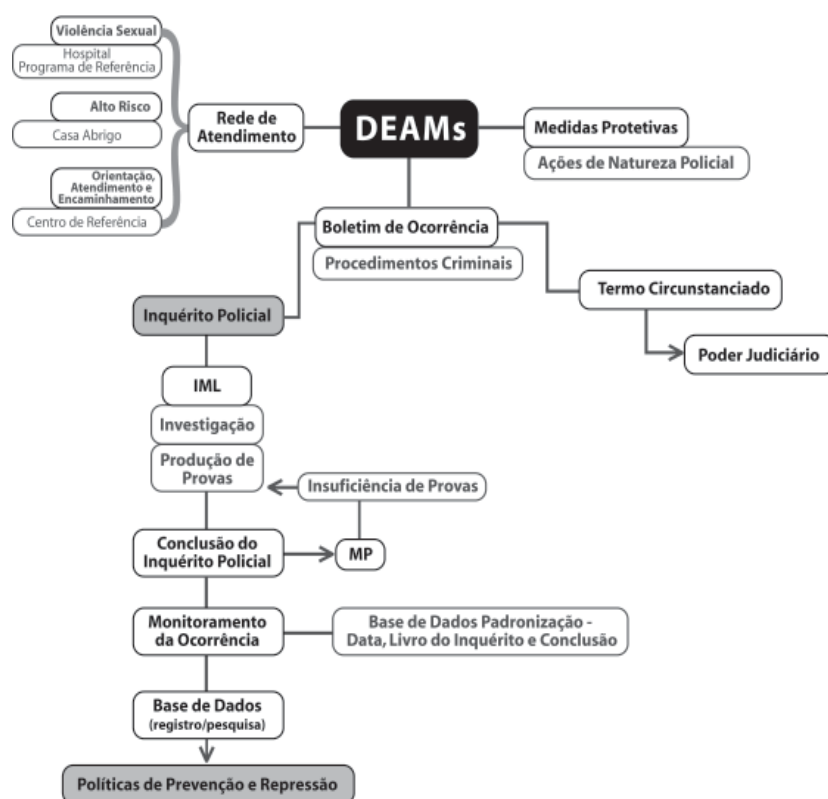
No interior das delegacias procurei me entrosar com as delegadas e os funcionários em geral, com a intenção de conhecer a sua dinâmica de funcionamento e me tornar conhecido, uma estratégia para mapear as áreas semânticas e criar um campo de interação que me possibilitasse ter acesso aos espaços necessários para a efetivação da pesquisa de campo. Essa estratégia surtiu o efeito desejado, visto que as pessoas com quem tive contato sempre se mostraram solícitas, explicavam os procedimentos internos da delegacia, apresentavam-me aos homens acusados de violência conjugal, ao tempo que se mostravam bastantes interessados na pesquisa, destacando a necessidade de um estudo aprofundado sobre os agressores. A relevância do trabalho era destacada pela escolha dos sujeitos a serem pesquisados, não que os estudos sobre as vítimas não fossem relevante, mas já existiam em maior número quando comparado com as pesquisas feitas com homens agressores.

Como todas as delegacias especializadas da mulher, no Brasil, as DEAMs, nas quais a pesquisa foi efetivada, seguem as normas

---

<sup>25</sup> Ver em anexo comprovante que demonstra as datas e o dia da aprovação da execução do projeto pelo Comitê de Ética da UFPE.

técnicas de padronização de atendimento. Abaixo o fluxo de atendimento padrão<sup>26</sup>.



Um exemplo da padronização no atendimento está no formato de como são colhidos os dados dos depoentes. O formato segue a seguinte estrutura: dados pessoais (nome, número de documento, residência, telefone, etc.), dados socioeconômicos (profissão, escolaridade, renda per capita, etc.) dados familiares (filiação, número de filhos, quantidade de relacionamentos, etc.) e a versão dos depoentes sobre as acusações a ele dirigidas. Na construção da peça do inquérito, o texto e a escuta são fundamentais e em todas as delegacias seguem mais ou menos as mesmas características. Ter acesso a essas informações foi suficiente para contemplar o objetivo dessa pesquisa.

<sup>26</sup> In: Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMS. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

Nota-se que os discursos dos homens acusados de violência conjugal são produzidos com base em informações que interessam a formalização do inquérito policial. No entanto, isso não significa dizer que a produção dos discursos fique “engessada”, porque os imponderáveis aparecem no diálogo entre profissional e depoente. Para explicar as razões ou não das agressões, os sujeitos lançam mão de ideias, jogos de palavras, metáforas, lógicas culturais, ideais de comportamentos, expressão corporal, algo que foge ao meramente formal. Mesmo assim, o depoimento constrói um discurso amarrado à estrutura formal do interrogatório, daí ser um discurso condicionado, com um objetivo específico de dialogar com a denúncia.

As “escapulidas” da formalidade dos depoimentos não se estendem muito, os profissionais deixam as explicações fluírem até certo ponto, quando percebem que há digressões por parte dos acusados tratam de trazer os depoentes para o centro da questão (defender-se das acusações). Algo parecido ao que o pesquisador faz em entrevistas semiestruturadas, trazer o entrevistado para as questões centrais do roteiro de pesquisa.

Nas DEAMs pesquisadas, as “ouvidas” são feitas por profissionais especializados. Em duas delas esse procedimento era feito por profissionais do sexo feminino, em apenas uma esse trabalho era dividido entre profissionais de ambos os sexos. Por questões estratégicas, optei em escutar as “ouvidas” feitas por três profissionais, um em cada delegacia. Destes três, duas eram mulheres e um era homem. Em geral, esses profissionais seguiam a mesma sequência quanto ao roteiro de informações que deviam constar do documento final do depoimento.

Na coleta do interrogatório há a possibilidade de variações quanto ao modo de fazer a “ouvida”. Essa variação era marcada por questões de gênero. O fato de ser um homem ouvindo outro homem

criava, muitas vezes, um clima de “solidariedade” entre eles. O profissional do sexo masculino, em muitas situações, informava aos homens acusados que os seus depoimentos ficariam registrados e, se caso a denunciante representasse a denúncia seria aberto um processo contra eles e aquele depoimento faria parte dos autos do processo. Dependendo do grau de empatia criado no momento da “ouvida”, entre profissional e acusados, as questões referentes às razões das agressões eram pontuadas detalhadamente, ou seja, não era apenas uma questão de perguntar se cometeram agressões, mas de esmiuçar as justificativas masculinas. Em alguns casos, quanto maior o poder aquisitivo do acusado mais “solidariedade” ele terá. Não só por possuir bens, mas porque é feita a leitura de que ele tem mais status social, por exemplo.

Quando as “ouvidas” eram feitas por profissionais do sexo feminino, o marcador de gênero também esteve presente. Muitos, menos com um teor de solidariedade aos homens, e mais como forma de alertá-los da iminência de uma possível prisão, caso não houvesse o respeito às normas jurídicas vigentes, se posicionavam as policiais em relação aos acusados. Também percebi que as profissionais se irritavam com maior frequência com os homens quando achavam que os acusados estavam sendo dissimulados (“aqui todos os homens são santos” – profissional da DEAM).

Se de um lado, parecia haver uma solidariedade profissional masculina com os acusados, ao ponto de alguns profissionais indicarem que a DEAM é um reduto de direitos femininos (*“Aqui uma mentira de uma mulher é uma verdade”*, ou ainda, *“uns oitenta por cento dos casos nas DEAMs são invenções das mulheres, só uns vinte por cento de fato são verídicos”* – profissionais da DEAM), por outro lado existia uma desconfiança por parte desses profissionais quanto à inocência dos referidos homens.



Confesso que a princípio eu esperava um procedimento técnico de maior imparcialidade, já que dali sairia um documento que se pressupõe ser uma “verdade jurídica”. No entanto, a partir das observações feitas fui percebendo que as condutas profissionais não eram completamente neutras e estavam entrecortadas pela história profissional e de vida dos profissionais.

Como afirmado acima, as “ouvidas” eram recortadas por questões de gênero funcionando como um marcador social que orientava a tônica de condução das “ouvidas”. Reiteradas vezes ouvi frases, conselhos e piadas que reforçavam os estereótipos de gênero, do tipo: *“cara, tu já levastes gaia e ainda queres ficar com essa mulher”*; *“Mas você, tão novinha porque ainda está com um homem tão mais velho?”*; *“quando uma relação chega a esse nível, com falta de respeito de ambas as partes o ideal é a separação”*; *“Se o senhor continuar assim, descumprindo as medidas protetivas o senhor irá direto para o presídio”*. Estas frases indicam, em geral, modos tradicionais de pensar as relações de gênero e estão carregadas de estereótipos que acabam por reforçar certas desigualdades de gênero e de geração.

Além disso, também ouvi comentários dos profissionais que indicavam que as mulheres provocavam os homens, daí a explicação por serem agredidas. Tal explicação se somava a ideia de que a causa principal da violência contra a mulher era uma questão de “falta de cultura” das classes baixas, *“veja o público que frequenta a delegacia, a maioria é gente pobre, que não tem cultura, só pode dar nisso, brigas, baixaria”* (profissional da DEAM).

Se houve por parte dos profissionais um reforço das práticas tradicionais e estereotipadas de gênero<sup>27</sup>, também houve descrições

---

<sup>27</sup> A introjeção desses valores tradicionais no modo de pensar a constituição das masculinidades e feminilidades é forte entre os profissionais das DEAMs.

de práticas que representavam o declínio das condutas pautadas numa masculinidade viril: tanto os profissionais do sexo masculino como feminino contaram que alguns homens chegaram à delegacia chorando, acanhados, humildes, representando o papel de vítimas (*"você vai ver aqui homens chorando, trazendo a mãe para protegê-los, aqui eles são uns santos"* – profissional da DEAM).

Diante de práticas profissionais que considero inadequadas, confirmo a necessidade de capacitações na área de gênero e outras áreas do conhecimento que permitam ao profissional minimizar sua gama de preconceitos. Sabe-se ser impossível uma prática regida de forma absolutamente neutra, mas se pode pensar em estratégias que inibam a reprodução de práticas que acabam também por reproduzir uma sociedade mais violenta e desigual, sobretudo, no que se refere às relações de gênero. Já que a violência não se expressa somente através de agressões físicas, mas através de um conjunto de práticas e valores que fomentam a violência e/ou poder simbólico.

Nesse sentido, os depoimentos e, conseqüentemente, os discursos produzidos por homens acusados de violência conjugal nas DEAMs, dialogavam com as percepções, as ideias, a personalidade e até o humor dos profissionais encarregados de fazer as "ouvidas". Por isso, é importante destacar que toda prática discursiva é atravessada pelo contexto onde foi produzida e pela história dos sujeitos envolvidos (SPINK, 2008).

Se do ponto de vista dos procedimentos humanos as práticas discursivas são afetadas, elas também são afetadas pelo ambiente onde são produzidas. Ou seja, tanto o dialogo criado entre depoentes e profissionais especializados, como o local onde são feitas as escutas interferem no que vai ser dito, como vai ser dito, para quem vai ser dito e para quê vai ser dito.

Em termos gerais, as DEAMs (pesquisadas) possuem uma infraestrutura razoável. São informatizadas. Duas delas funcionam em prédios novos. Estão localizadas dentro de complexos policiais, o que facilita os encaminhamentos de questões adjacentes ao caso de violência conjugal. As DEAMs de Jaboatão dos Guararapes e de Paulista possuem espaços adequados quanto ao arquivamento dos documentos, e disponibilizam maior conforto aos usuários. Nesse contexto, há uma ressalva a ser feita, a Delegacia de Recife funcionava de forma improvisada, devido às reformas do prédio sede, localizada no Bairro de Santo Amaro.

As três DEAMs da Região Metropolitana do Recife, em geral, possuem estruturas físicas razoáveis comportando no interior dos seus recintos departamentalizações com salas para a Delegada Titular e Adjunta, cartórios, “ouvidas” de vítimas e agressores, psicólogos e assistentes sociais, recepção, triagem; cadeiras nos corredores de espera; banheiros masculinos e femininos; sistema informatizado e integrado com órgãos jurídicos.

Em relação ao atendimento, essas delegacias procediam de forma que vítimas e agressores de um mesmo caso não comparecessem no mesmo dia a delegacia, ao passo que vítimas e agressores de casos distintos compareciam. Havia um agendamento prévio que impedia a presença das partes conflitantes no mesmo dia nas DEAMs.

Apesar das condições infraestruturais das delegacias serem relativamente razoáveis, os seus espaços internos poderiam ser melhores utilizados, visando maior eficácia do trabalho desenvolvido, sobretudo, no que se refere ao atendimento. Refiro-me as “ouvidas”, que são feitas numa sala que comporta mais de um profissional. Em Paulista, por exemplo, duas profissionais responsáveis pelas “ouvidas” dividem a mesma sala, acontecendo ao mesmo momento

duas “ouvidas”, havendo, dessa forma, ruídos de comunicação e o compartilhamento de informações entre os depoentes. É possível até mesmo acontecer de uma testemunha ou vítima de agressão estar prestando depoimento e um homem acusado de agressão estar sendo ouvido na mesma hora e na mesma sala, embora sendo vítima e agressor de casos distintos, não deixa de ser constrangedor. Isso geralmente acontece quando há um grande número de pessoas para serem ouvidas, já que existem três profissionais encarregadas de fazerem as “ouvidas” e duas salas disponíveis.

Além disso, há interrupções (DEAM de Recife e de Paulista) nas escutas, seja pelo fato do colega que divide a sala conversar com aquele que está responsável pela ouvida ou, ainda, pela entrada de outros colegas na sala onde estavam acontecendo as ouvidas. Essas situações também devem ser levadas em conta quando da produção das práticas discursivas dos homens acusados.

Diria, então, que os espaços internos das DEAMs não são bem divididos ou utilizados no tocante ao atendimento, gerando falta de privacidade e de isolamento para vítimas e agressores, causando-lhes certo desconforto e tensão e afetando as suas práticas discursivas. O contexto institucional das DEAMs funciona para os homens, na situação de agressores, como espaços de denúncia e de acusação, o que implica tensão que pode ser acentuada quando seus depoimentos são expostos e sofrem interrupções no interior daqueles recintos, não lhes resguardando certa privacidade. O mesmo vale para as mulheres que se encontram na situação de vítimas.

As DEAMs são também espaços de punição para esses homens, aonde nunca parecem ter razão, não ter vez, aonde já chegam em desvantagem e são vistos de forma negativa. Espaços de combate ao preconceito e desigualdade de gênero, mas também aonde certos preconceitos e visões tradicionais de gênero se fazem presentes e se

manifestam institucionalmente algumas vezes através de alguns profissionais. São, ainda, espaços de certa morosidade processual, de falta de instrumentos técnicos de trabalho apropriados para execução dos serviços de forma otimizada e eficaz. Mas, também espaços de desistências das representações que possibilitariam a abertura de inquérito policial contra os acusados, além de espaços de concessão de medidas protetivas.

Em relação a escolha dos sujeitos informantes segui a agenda de “ouvidas” nas delegacias escolhidas. Por se tratar de um tema delicado, considerado como assunto privado e íntimo, previa as dificuldades e resistências em recrutar informantes, as quais se concretizaram nas investidas que fiz junto aos homens acusados que compareciam as delegacias. Debrucei-me sobre o campo de pesquisa (DEAMs), me detendo na sua dinâmica e funcionamento de trabalho, particularmente do atendimento aos homens acusados, apostando que o próprio campo apontaria as estratégias possíveis de abordagem e sensibilização quanto ao recrutamento de informantes para a pesquisa.

A permissão das delegadas para eu assistir os depoimentos dos homens acusados somado à receptividade dos escrivães nas salas de ouvidas foi fundamental para eu considerar a possibilidade dos depoimentos como informações a respeito das práticas de violência masculina. Então, passei a escutar os depoimentos nas três delegacias com o objetivo de compreender os sentidos dados pelos homens às práticas de violência cometidas contra suas mulheres ou companheiras. Sempre que iniciava um depoimento o(a) escrivão(a) comunicava ao depoente sobre a autorização da minha presença e o objetivo da mesma naquele espaço numa espécie de curta apresentação e ao mesmo tempo justificativa. Não houve resistência dos homens sobre a minha presença nos seus depoimentos. A liberação oral das delegadas e dos depoentes em relação a minha

participação nas escutas fez com que eu abdicasse da exigência de solicitar aos informantes a assinatura do termo de consentimento da fala. No entanto, o sigilo das identidades e privacidade dos informantes foi preservado utilizando nomes fictícios. Abaixo segue uma caracterização geral dos homens acusados de violência conjugal cujos depoimentos foram utilizados nessa pesquisa. Tal caracterização foi feita a partir do interrogatório feito pelos(as) escrivães(as) na ocasião das ouvidas.

A dinâmica da pesquisa indicou o número suficiente de homens “ouvidos”, sendo a saturação dos discursos o critério utilizado para findar a quantidade de informantes. Nessa pesquisa foram escutados 32 (trinta e dois) depoimentos de homens acusados de agressão. Coletar as informações através das “ouvidas” nos espaços institucionais das delegacias com a permissão oral das delegadas, dos(as) escrivães(as) acusados, antes de iniciar os depoimentos.

## QUADRO GERAL DE CARACTERIZAÇÃO DOS HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Nome	Idade	Cor	Religião	Filhos	Escolaridade	Situação conjugal	Ocupação	Rendimentos	DEAM	ACUSAÇÃO	DENUNCIANTE	
											NOME	GRAU RELACIONAMENTO
<b>Valdomiro</b>	20	Branca	Católico	01	Ensino médio incompleto	Solteiro	Autônomo	2/1 salários	1ª	Agressão física	Fabiana	Ex-companheira
<b>Vianney</b>	28	Pardo	Católico	-	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Ajudante de pedreiro	Até 1 salário	1ª	Ameaça de morte	Josélia	Ex-companheira
<b>Vidal</b>	40	Pardo	Católico	01	Ensino médio completo	Casado	Administrador da Casa Cultura	3 salários	1ª	Agressão física	Mariana	Esposa
<b>Valentim</b>	42	Branco	Não tem	03	Ensino médio incompleto	Separado	Entregador de remédios	2 salários	5ª	Agressão física e ameaça	Elisabete	Ex-esposa
<b>Venâncio</b>	25	Pardo	Católico	-	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Biscateiro	1 salário	5ª	Ameaça	Marta	Ex-companheira
<b>Valdemar</b>	42	Negro	Católico	01	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Mecânico de refrigeração	2 salários	2ª	Ameaça e agressão física	Nina	Ex-companheira
<b>Valmor</b>	33	Branco	Evangélico	02	Ensino fundamental incompleto	União estável	"caseiro"	1 salário	2ª	Ameaça de morte	Conceição	Ex-companheira
<b>Valderi</b>	38	Branco	Católico	02	Ensino superior incompleto	Casado	Encarregado de empresa	3 salário	1ª	Agressão física e ameaça	Jussara	Esposa
<b>Valdizio</b>	40	Branco	Católico	01	Semianalfabeto	União estável	Biscateiro	1 salário	2ª	Agressão física e moral	Irene	Companheira
<b>Vitório</b>	21	Branco	Católico	-	Ensino médio incompleto	Solteiro	Auxiliar de eletricista	1 salário	1ª	Ameaça e agressão moral	Angélica	Ex-namorada
<b>Veto</b>	21	Pardo	Católico	01	Ensino médio incompleto	Solteiro	Autônomo	2 salário	5ª	Agressão física e moral	Estelita	Ex-companheira
<b>Vanderlei</b>	28	Negro	Não tem	03	Semianalfabeto	Solteiro	Ajudante de pedreiro	1 salário	5ª	Ameaça e invasão à domicílio	Clotilde	Ex-companheira
<b>Vinicius</b>	28	Branco	Católico	01	Ensino fundamental incompleto	União estável	Servente de pedreiro	1 salário	2ª	Agressão física	Ana Célia	Ex-companheira
<b>Valdemir</b>	44	Pardo	Católico	03	Ensino básico	Casado	Motorista de Kombi	2 salários	5ª	Agressão física	Joana D'Arc	Esposa
<b>Vamberto</b>	43	Pardo	Católico	01	Ensino médio completo	Solteiro	Vigilante	2 salários	5ª	Ameaça de morte e agressão física	Verônica	Ex-companheira
<b>Virgulino</b>	22	Pardo	Católico	-	Ensino médio incompleto	Divorciado	Autônomo	2 salários	1ª	Agressão física	Kátia	Ex-namorada
<b>Vinício</b>	21	Branco	Católico	01	Ensino médio completo	Solteiro	Garçom	2 salários	2ª	Agressão física	Analuzia	Ex-companheira
<b>Valarico</b>	27	Pardo	Católico	03	Ensino fundamental completo	Solteiro	Mecânico de refrigeração	Desempregado	5ª	Agressão física e ameaça	Neusa	Ex-companheira
<b>Valdo</b>	46	Branco	Evangélico	03	Ensino fundamental completo	Divorciado	Funcionário em farmácia	2 salários	5ª	Ameaça	Marisa	Ex-esposa

<b>Valdemaro</b>	20	Branco	Católico	01	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Servente de pedreiro	1 salário	5ª	Agressão física e moral	Maria	Companheira
<b>Valério</b>	24	Negro	Não tem	01	Ensino médio completo	Solteiro	Servente de pedreiro	1 salário	2ª	Ameaça	Silvana	Ex-companheira
<b>Vítor</b>	45	Pardo	Católico	08	Ensino médio completo	Divorciado	Vigilante	2 salários	1ª	Agressão física e não pagamento de pensão	Margarida	Ex-companheira
<b>Vambast</b>	30	Pardo	Católico	02	Ensino médio incompleto	Casado	Autônomo	2 salários	1ª	Agressão física	Antônia	Esposa
<b>Vasco</b>	35	Pardo	Não tem	01	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Ambulante	1 salário	1ª	Ameaça de morte	Angelita	Companheira
<b>Vespasiano</b>	21	Branco	Católico	01	Ensino médio completo	Solteiro	Garçon	2 salários	1ª	Agressão física	Jacilene	Companheira
<b>Viriato</b>	36	Pardo	Católico	02	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Servente de pedreiro	1 salário	5ª	Agressão física	Rosemary	Companheira
<b>Valeriano</b>	36	Branco	Evangélico	03	Ensino fundamental incompleto	Divorciado	Carpinteiro	2 salários	2ª	Violência sexual	Fátima	Companheira
<b>Vladimir</b>	66	Branco	Católico	03	Ensino médio completo	Divorciado	Empresário	+ 10 salários	1ª	Ameaça de morte	Glauca	Ex-companheira
<b>Valfrido</b>	29	Pardo	Evangélico	01	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Biscateiro	1 salário	5ª	Agressão moral, calúnia	Aparecida	Ex-companheira
<b>Vagner</b>	30	Pardo	Católico	02	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Vigilante	2 salários	2ª	Agressão física	Carmelita	Companheira
<b>Valter</b>	36	Negro	Católico	02	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	Servente de pedreiro	1 salário	1ª	Agressão física e ameaça	Tamara	Companheira
<b>Vander</b>	23	Branco	Católico	00	Ensino médio incompleto	Solteiro	Autônomo (camelô)	2 salários	1ª	Ameaça e depredação do patrimônio particular	Shirley	Namorada



O quadro acima demonstra um perfil resumido dos homens acusados<sup>28</sup> de violência. Dos trinta e dois pesquisados a faixa etária compreendia entre 20 a 66 anos de idade. A maioria apresentada de cor da pele parda, sendo a minoria de cor branca. A religião predominante foi católica, sendo que nenhum deles associou a outras religiões, só apenas a igreja católica e a evangélica. O número de filhos varia entre um a oito filhos, sendo que nem sempre o filho é da mulher que o acusou, esse fato pode ou não coincidir. Em termos de escolaridades possuem baixa escolaridade, apenas um tendo curso superior completo. É importante frisar que o baixo número de homens com nível de escolaridade corresponde a uma lacuna importante na pesquisa: nem todas as “escutas” tive acesso, entre outras coisas porque aqueles que tinham maior poder aquisitivo me foi proibido assistir ao depoimento, geralmente eles iam acompanhados pelos seus advogados que orientavam no sentido da não participação de pessoas alheias. A baixa escolaridade reflete diretamente na ocupação e na renda desses homens. A maioria tem trabalhos precarizados e vivem com renda em média de um e meio salário mínimo. Quanto à situação conjugal, a maioria denominou-se solteiros, no entanto, não quer dizer que não tenham companheiras ou namoradas. Como lhes eram perguntados sobre o estado civil, só se diziam casados quantos havia casado no civil. A conjugalidade é um aspecto interessante e importante porque quando se olha para quem o acusou, geralmente é um ex (ou ex-esposa, ex-companheira ou ex-namorada). Isto indica que por muitos fatores, entre eles a presença de filhos, o vínculo entre os querelantes ainda perdura, mesmo que de maneira conflituosa.

Exploradas as dimensões metodológicas, a seguir será feita as análises das práticas discursivas de homens acusados e dos

---

<sup>28</sup> É importante dizer que todos os nomes usados para se referir aos sujeitos pesquisados são fictícios, para garantir a não identificação das pessoas envolvidas.

profissionais das DEAMs. As análises feitas retomam muito dos pontos aqui destacados no corpo desse trabalho, desde a noção das ambiguidades dos discursos, passando pela polarização estante entre vítimas e agressores e assim por diante. Optei por criar eixos interpretativos que incorporassem a maioria dos aspectos presentes nos depoimentos, principalmente, procurando destacar os aspectos que oscilavam entre os modos de pensar e agir regidos por uma lógica tradicional de gênero e também o inverso da moeda, os aspectos das mudanças na ordem de gênero. Essas mudanças, sendo reconhecidas pelos homens e desencadeando reações diversas, entre elas os atos violentos.

Como dito anteriormente, o objetivo geral deste estudo é analisar a violência de gênero, particularmente a violência conjugal, através dos discursos dos homens acusados de agressão a fim de verificar como os modelos de masculinidades são vivenciados nesse contexto, partindo do pressuposto de que boa parte das masculinidades é composta de elementos como, virilidade, força, controle, autoridade e machismo. Em outros termos, quais elementos estão associados as suas masculinidades e presentes nas práticas de violência de gênero? Refletir a partir dessa dimensão analítica (masculinidades) ajudaria na compreensão de tão grave problema social?

Em meio a essas reflexões, percebi que uma área ainda pouco explorada trata da investigação dos discursos dos homens acusados de agressão no contexto de violência doméstica, quando comparado aos estudos dos discursos das mulheres que se encontram na situação de vítimas (GRANJA, 2008)<sup>29</sup>. Há, no entanto, que se

---

<sup>29</sup> Conforme Granja (2008, p. 123), "O levantamento bibliográfico feito para uma pesquisa anterior (MEDRADO, 2008), sinaliza uma quantidade relevante de obras voltadas para o tema da violência de gênero. Entretanto, entre as 5.492 obras localizadas, a parte que considera os homens, sobretudo no que se refere à proposição de serviços voltados para os autores de violência, ainda é bastante

destacar os valiosos esforços de pesquisadores em mostrar a importância desses personagens (homens) nas reflexões de gênero e violência, nesse sentido, um trabalho pioneiro e relevante foi desenvolvido por Gregori (1993), que aponta para a necessidade de se compreender a questão da violência contra a mulher na relação da vítima com o agressor, procurando demonstrar que o par dicotômico vítima/agressor, muitas vezes, empobrece a análise e não dá conta da real problemática da violência conjugal. A autora chama atenção ao rótulo de “vítima” e “agressor” não poder ser uma condição dada aprioristicamente, sem antes fazer uma análise pormenorizada das relações conjugais em seu contexto e situação de ocorrência, desse modo o caráter de passividade atribuído, na maioria das vezes, as mulheres é questionado. Gregori (1993a) não pretende desresponsabilizar os homens pelos atos de violência cometidos, mas ressaltar que para se compreender de forma mais profunda a questão é necessário o exercício pleno do aspecto relacional de gênero.

Soares (2009), em direção semelhante, questiona o uso da terminologia “violência contra a mulher”, visto que essa pressupõe antecipadamente quem são as vítimas e os agressores. Acredita que a substituição do termo “violência contra a mulher” por “violência conjugal” seria mais adequada, visto que este não definiria, a priori, condições determinadas para os sujeitos envolvidos e nem impossibilitaria a existência de uma legislação específica para tratar da violência entre parceiros íntimos. Como os casos de violência conjugal têm maior incidência de mulheres agredidas, a Lei resguardaria inevitavelmente os direitos das mulheres. Outro ponto levantado pela estudiosa é a afirmação de que a “Lei Maria da Penha” institui uma desigualdade penal, um homem agredindo sua companheira recebe uma pena mais grave do que o inverso, ou seja,

---

reduzida. Tal constatação parece ratificar a ideia de que as produções científicas sobre o tema tendem a apresentar uma leitura unilateral, ainda direcionando o olhar quase exclusivamente para as mulheres”.

uma mulher que tenha agredido o marido será julgada por outra lei, menos punitiva.

Essas reflexões me fizeram questionar o imaginário popular, mas também alguns discursos feministas militantes e acadêmicos que comportam em suas análises certa unilateralidade e condição comportamental cativa dos sujeitos no contexto da violência de gênero. Parto do princípio, assim como Gomes Etayo (2011), que os homens não são anjos nem demônios, daí a necessidade de mergulhar no seu universo e ouvir seus discursos para entender as lógicas internas que possibilitam e desencadeiam as práticas de violência conjugal, desvelando o universo simbólico que sustentam tais práticas, averiguando os modelos de masculinidades que circulam entre esses homens, assim como identificar discursos que se propõem atestar uma “verdade dos fatos”, construídos com o propósito de se defenderem e ao mesmo tempo não se acusarem. Segue agora as análises.

## **5 QUANDO OS HOMENS ABREM E FECHAM AS ASAS: INTERPRETANDO AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DE GÊNERO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA**

Em geral, observa-se que a reprodução dos valores tradicionais de gênero está presente nos sujeitos investigados nessa pesquisa, o que inclui não somente os homens que se encontram na situação de acusados de agressão, mas também as mulheres na situação de vítimas e os profissionais de segurança que lidam com esse tipo de violência. As mulheres, em particular, são partes integrantes na constituição das relações de gênero e não só resistem aos valores e práticas tradicionais de gênero, mas também corroboram na sua manutenção (BOURDIEU, 2010).

Acredita-se que esses valores são constituídos e sedimentados em suas personalidades como reflexo de um longo e duradouro processo de socialização e sociabilidades adquirido nas suas trajetórias de vida. O que não significa, por outro lado, se afirmar que tais processos são determinísticos e exclusivos na constituição desses sujeitos ou que eles sejam manipulados e dominados pelas estruturas sociais e pela cultura, mas que são fortes indicadores de suas identidades e, conseqüentemente, de suas ações e comportamentos.

Acredita-se que os modos como esses valores são introjetados em suas histórias de vida e as formas como os internalizam, como *habitus*, dependem das situações e contextos vividos, assim como das formas com que (re)significam tais valores, podendo, pois, manifestar-se de forma mais ou menos clara ou velada, intensa ou fraca, frequente ou rara em suas práticas e comportamentos cotidianos.

Não se pode desconhecer a força desses valores socioculturais na constituição das relações de gênero, dos sujeitos que as

engendram, e que se constituem nas bases referenciais das práticas violentas. Por outro lado, não se pode afirmar que os valores tradicionais de gênero, especialmente aqueles traduzidos pelo modelo tradicional (hegemônico) de masculinidade, se apresentem em suas características puras e integrais no perfil ou identidade de todos os homens aqui pesquisados, haja vista se perceber que alguns transitam entre modelos diferentes de masculinidade, ou seja, possuem características que demarcam práticas tradicionais e ao mesmo tempo incorporam outras que escapam delas.

É possível notar, por exemplo, num mesmo homem que se mostra violento, que briga, agride, fala mal da ex-companheira, um homem que também nutre a esperança de uma reconciliação com a mesma, declarar que ama para outros homens, mesmo sabendo que foi traído, ou que ela já tem novo namorado, ou seja, não fica preso ao modelo exclusivo de homem viril, machista, mas também se mostra sensível, amável e que utiliza o diálogo para resolução de conflitos. Incorpora, pois, facetas diversas do que vem a ser homem, não se preocupando em ser ridicularizado perante outros homens ao expressar seus sentimentos e desejo de reconciliação, mesmo nas circunstâncias de traição. Observa-se nesses casos, que a traição feminina é, algumas vezes, atenuada por eles, sendo considerado um simples ato de vingança em relação à infidelidade masculina cometida anteriormente, como diz Vianney, acusado de agressão, "*mulher é bicho vingativo*", que ao mesmo tempo confessa naturalmente que fez uso de violência física contra a ex-companheira.

Apesar de na maioria dos discursos dos homens haver um reforço ao modelo tradicional de gênero, eles não deixam de perceber e acatar de bom grado algumas mudanças que vêm ocorrendo na esfera das relações entre homens e mulheres. Reconhecem que hoje as mulheres ocupam espaços até exclusivos para os homens, que cada vez mais estão se inserindo no mercado de trabalho, estudando

mais, etc., portanto, reconhecendo mais autonomia, liberdade e individualidade feminina, no entanto, tais características não são traduzidas como um tipo de dominação feminina, ou seja, mulher independente não quer dizer que vai controlar o homem. E mesmo quando há qualquer sinal de perda de poder por parte deles, utilizam-se da violência como forma de “correção” da ordem social de gênero.

Dessa forma, tratar as práticas discursivas de gênero, especialmente dos homens acusados de agressores, não é objeto simples de análise, dada a complexidade que envolve as questões de gênero, pois embora se saiba que as bases referenciais dos discursos masculinos são tradicionais e machistas, esse fato não legitima todas as falas ao ponto de transformá-las num quadro unificador. Nesse contexto discursivo que, a primeira vista, parece uma mesmice de práticas e motivos sobre violência, aparece uma diversificação de situações e de ações que se tentou compreendê-las construindo eixos e sub-eixos interpretativos, como forma de apreender os significados dos discursos masculinos acerca das práticas violentas de gênero.

Sendo assim, o olhar antropológico direcionado aos sujeitos investigados, enxergou-os, em seus discursos, a partir de três eixos interpretativos: 1) como as relações de gênero devem ser, 2) como essas relações estão sendo e 3) quem apoia as novas relações de gênero. Deste jeito, os homens: 1) fazem um apelo ao reforço da importância do controle masculino no cumprimento das normas dos papéis tradicionais de gênero; 2) reconhecem um crescimento na autonomia feminina, mas gerando inconformismo neles; e 3) questionam a nova aliança de setores das estruturas de poder, especialmente das políticas públicas para as mulheres exemplificadas pela legislação e atuação nas delegacias que privilegiam as mulheres e provocam um recuo masculino.

### **5.1 “Senão ficar comigo não fica com mais ninguém”: mecanismos masculinos de controle, proibição e acusação no reforço das relações de gênero tradicionais**

Nos discursos dos homens nas DEAMs havia uma forte tendência para preservar as normas tradicionais das relações de gênero. Sendo eles os porta-vozes dessa preservação, os defensores do modelo tradicional. Muitas vezes justificavam o fato de estarem na delegacia porque discutiram com a parceira ou ex-parceira que tinha deixado de cumprir alguma coisa que socialmente estava estabelecido nas normas de gênero. Com isso, questionavam o propósito de serem obrigados a depor na DEAM, já que estão cientes que nada fizeram. O que fizeram nada mais foi do que resguardar os valores morais que homens e mulheres deveriam cumprir. Nesse sentido, eles percebem que são cumpridores desses valores quando exigem que as mulheres cuidem bem da casa, dos filhos e do marido, quando exigem que seja mantida a divisão sexual do trabalho. A provisão da família é uma das características apresentadas pelos homens no sentido de resguardar as normas tradicionais de gênero.

A provisão econômica é um elemento importante de autoridade e controle dos homens sobre as mulheres, estejam elas na condição de atuais companheiras ou ex-companheiras. As práticas violentas são secundarizadas diante do cumprimento desse atributo importante de masculinidade. Vidal, por exemplo, ressalta o fato de ter sido um provedor exemplar, de nunca ter deixado faltar nada em casa, de ter deixado duas casas para a ex-esposa e ainda assim ela teve coragem de denunciá-lo, ou seja, imperdoável “denunciar um homem de bem, que nunca foi numa delegacia, que vive do fruto do seu trabalho”. Sustentar a família é um dos atributos centrais do modelo tradicional de masculinidade, como se orgulha Valdemar ao dizer “eu sempre fui um homem que nunca deixou faltar nada em casa, quando eu pedi a ela para não ir trabalhar foi para que ela ficasse cuidando da nossa filha”. Perceba que no discurso de Valdemar está implícito que não há



taxativamente uma proibição do trabalho feminino fora da casa, mas que não aceita porque vai impedir que ela cuide dos filhos. É preciso deixar claro aqui que o discurso de Valdemar possui suas ambiguidades. Em determinados momentos do seu depoimento ele diz que não é contra o fato da sua então esposa trabalhar e estudar, apenas não via sentido naquele momento da vida conjugal do casal, já que tinham uma filha pequena e que, se caso ela saísse para trabalhar, seria necessário a contratação de babá, no entanto, em outros momentos, diz não entender o fato de a mulher rejeitar um homem que nunca deixou faltar nada em casa. Como os espaços das DEAMs são vistos pelos homens como um espaço de defesa das mulheres e acusação dos homens, explica a ambiguidade no discurso dele. Por ser um espaço inimigo, estrategicamente há a construção de um discurso de homem compreensivo, que não é contra em definitivo a liberdade e autonomia feminina, desde que isso não desarrume a organização doméstica.

Observa-se, pois, que a afirmação do que é ser homem passa pelo sustento da família, seja como provedores principais ou únicos da família. Serem responsáveis pelos recursos financeiros da família os faz proprietários dos bens e dos membros da família, incluindo principalmente suas mulheres. Nas brigas conjugais é frequente a alegação de que são os verdadeiros proprietários de todos os bens ali presentes, inclusive da própria casa que habita a família, uma forma de humilhar as companheiras, mostrando-lhes o lugar de dependentes no contexto familiar. Como dependentes, cabe-lhes obediência e respeito àquele que é seu marido e lhe sustenta<sup>30</sup>.

Geralmente discordam de mudanças nas atribuições tradicionais de gênero, confirmando o modelo tradicional da divisão sexual do

---

<sup>30</sup> “Uma pesquisa revelou que 78% dos maridos (ou companheiros) que batiam em suas mulheres alegavam como motivo para a agressão o fato de elas não executarem adequadamente seus afazeres em casa.” (OLIVEIRA, 2004, p. 184).

trabalho no âmbito doméstico, mulheres cuidando da casa e dos filhos e homens responsáveis pela provisão da família. Cumprir o papel de provedor que nunca deixou faltar nada em casa, já é algo que por si só justifica a esposa ficar em casa cuidando do lar e dos filhos, não havendo necessidade, portanto, de trabalharem fora.

A provisão masculina como forma de controle de mulheres também aparece através dos filhos, particularmente no pagamento da pensão alimentícia, quando separados de suas companheiras. Trata-se de uma forma de controle feminino à distância. Novamente os recursos financeiros são utilizados como arma estratégica para controlar as ações e comportamentos das ex-companheiras. Tal estratégia visa evitar que a referida pensão seja desviada para gastos pessoais com a ex-mulher e/ou com futuros namorados/companheiros que venha a ter. Por esse motivo, alguns homens recusam-se a entregar as ex-companheiras o dinheiro em espécie para gasto com o filho optando em transformá-lo em gêneros alimentícios: “o que a criança precisa eu dou, mas dinheiro eu não dou...” (*Veto*). Nessa escolha ainda tomam o cuidado de comprar alimentos exclusivos para crianças, impedindo que as mães se utilizem da alimentação do filho: “Se eu der dinheiro pra ela, ela gasta tudo com futilidade, roupas, etc.” (*Valarico*). Tal situação se torna ainda mais problemática quando a ex-companheira já tem novo namorado ou companheiro, cabendo também a ele o impedimento de usufruir dos recursos direcionados ao filho.

Ele considera inconcebível que ela usufrua (juntamente com outro macho) dos objetos que fora comprado com o fruto do *seu suor*. Como forma de impedir o uso inapropriado de certos objetos resolve quebrá-los. Por ter comprado as coisas, se considera portador do direito de fazer o que quiser, até quebrá-los. Ainda como tentativa de exercer algum controle dela, Valaricose recusa a contribuir com as despesas dos filhos através de dinheiro, preferindo, ele mesmo, fazer

as compras para suprir as necessidades básicas de sua prole: “se eu der dinheiro pra ela, ela gasta tudo com futilidade, roupas, etc.”. Fazendo isso, impede ou tenta impedir uma possível autonomia de sua ex-companheira. Claro que sua justificativa é de que ela é fútil, não destinaria o dinheiro para comprar o estritamente necessário para os filhos. Indicando que não é uma boa mãe, não pensa nos filhos. No seu entendimento, uma boa mãe, entre outras coisas, garante o bem-estar da família, gerindo adequadamente os recursos financeiros da família. Ele acrescenta, para confirmar seu posicionamento, que ela deixou de levar um dos filhos para UPA<sup>31</sup> sobre o pretexto de que iria se divertir na balada, “como pode uma mãe de família deixar suas obrigações para ir a uma festa?” Não passa pela cabeça dele que isso possa ter sido uma estratégia feminina para dividir as obrigações, ela diz “Te vira aí, tu não é pai não...” (Ex-companheira de Valarico). Na visão de mundo de Valarico trata-se do não cumprimento de uma norma tácita de que as mulheres devem sempre estar de prontidão para cuidar dos filhos, em qualquer que seja a situação.

Nesse sentido, os filhos são as pontes que ligam as práticas ou a vontade de controlar as ex-companheiras, consideradas por eles como “descontroladas”. A atribuição de descontrole às mulheres está associada a forte carga emotiva, a fragilidade que carregam e as decisões impensadas que tomam. As situações consideradas como descontrole feminino podem significar escândalo público cometido por elas diante do conhecimento de que foram traídas, a decisão de separar, a criação desregrada dos filhos na condição de separadas e escapulidas femininas. Nessas situações, cabem a eles tentativas intermitentes de controle das ex-companheiras, mesmo a distância, visando restaurar a ordem desfeita com a separação, sobretudo, as

---

<sup>31</sup> Unidade de Pronto Atendimento.

consequências danosas dessa decisão que é a ausência masculina no domicílio (SARTI, 1996).

Com fim do nosso relacionamento quem sai perdendo é ela, por que agora quem vai sustentá-la, pagar pelo seu luxo? Agora só tenho responsabilidade com os meus filhos e nada mais. [...] Olhe que eu ganho bem, não entendo porque ela fez isso... (Valderi).

Outros homens presentes na vida delas e dos seus filhos é motivo de vigilância dobrada sobre as formas de criação e cuidados dos menores. Percebe-se haver frequentemente calúnias e ameaças endereçadas a elas alegando serem mães desnaturadas, irresponsáveis ou imorais que deixam os filhos largados, além de despudoradas ao trocar carícias com os namorados na frente dos filhos. Desse modo, justificam as práticas violentas endereçadas às ex-companheiras e seus namorados alegando estar defendendo a honra dos filhos, culpabilizando-as de depravarem o lar ao colocar outro homem em casa e namorar na frente dos filhos, o que é interpretado como mau exemplo e comportamento de *puta*.

Algumas vezes, deixam subentendido ou claramente verbalizado, que os namorados ou novos companheiros de suas ex-mulheres não são homens de verdade, mas “moleques”, “vagabundos”, visto que não cumprem a função verdadeira de um homem que está assumindo uma família, sendo o seu provedor, mesmo quando a prole não é sua. Quando reclamações desse tipo são feitas diretamente ao namorado da ex-companheira, mostra que assuntos como esses se resolvem de homem para homem, provando, assim, quem é mais homem, quem respeita quem, quem amedronta quem, quem é digno de gozar da prerrogativa de ser considerado *homem de verdade*. Mostrando que ela fez uma besteira ao trocar de parceiro.

Um dos aspectos centrais que move os conflitos familiares gira principalmente em torno da criação dos filhos. Cada qual buscando

exigir do outro a melhor forma de cumprir seu papel de pai ou de mãe. Cabendo a mulher a função de ficar com a criança em caso de separação, como geralmente acontece. Raros são os casos em que o homem fica com a guarda dos filhos. Ser pai é um dos pré-requisitos para ser um *homem de verdade*. Garante ao homem/pai o estatuto de um homem viril, capaz de engravidar uma mulher. Mas ser pai também traz consigo uma série de atribuições, de deveres que coadunam com o que se espera de homem pai de família, capaz de educar os filhos e prover a família. Mesmo em casos de separação, essas atribuições e deveres paternos não desaparecem e, nesse caso específico, são resgatados no sentido de construir uma imagem de gênero que se espera. Nesse sentido, ter pouca atenção com os filhos, se atrasar nos dias de visitá-los, deixar de ficar com eles para ir beber são falhas apontadas pelas mulheres que explicitam quais expectativas são esperadas de um homem pai de família. Na medida em que tais expectativas não são preenchidas vai haver um questionamento sobre o modo tradicional de masculinidade, como diz a ex-parceira de Valério: “você não cumpre seu papel de pai”. Por outro lado, ele diz que seu direito de participar ativamente da criação da filha está sendo tolhido, ao não ser permitido vê-la crescer, dar muito amor, educação e tudo que um pai dedicado e carinhoso dá ao filho. A presença efetiva dele é impossibilitada não só porque o casal se separou, mas também porque ele trabalha em Paulista-PE, município que fica uns 40 km de distância da sua residência e da residência da sua ex-companheira e da sua filha. Essa distância impede que ele retorne diariamente para sua casa, passando a semana no local de trabalho, e consequentemente que acompanhe a criação da filha. Mesmo assim, mediante suas possibilidades não deixa faltar nada para a filha. Esse aspecto de não deixar faltar nada para filha é dito com muito orgulho, afinal em sua concepção, cabe ao pai o sustento da família, no seu caso particular, da sua filha. Esse

provimento o torna um homem pai digno, cumpridor de uma das obrigações do ser homem pai de família.

#### Trechos dos comentários de Valério:

- "fico irritado, cabuloso com o que ela faz com a nossa filha. Ela deixa a filha ir para a praia com outras pessoas sem a autorização dela".

- "Ela age como uma criança..."; "eu vou tomar ela (a filha) de você...".

- "ela foi para a casa da avó por causa do meu atraso e eu decidi ir para a casa do meu cunhado. Ela retornou pra casa umas dezenove e vinte. Ao ver minha filha doente perguntei por que ela tinha saído sabendo que ela estava doentinha. Você precisa cuidar melhor da menina".

- "deixe eu ficar uns vinte minutinhos, eu estou com saudade dela. Eu quero ver a menina crescer, dar amor... com isso ela fez um escândalo, a menina começou a chorar... Quantas vezes ela já desligou o celular só para não falar comigo e para não dar notícias da minha filha".

Pode-se notar que o controle sobre o dinheiro ganha uma proporção significativa. Veto se diz um cumpridor das obrigações de pai, mas se nega a contribuir em espécie, prefere fazer compras e escolher o que deve ser comprado: "o que a criança precisa eu dou, mas dinheiro eu não dou...". Esse procedimento indica que Veto procura uma forma de punição para sua ex-esposa, como agora não convive com ela busca alternativas para exercer alguma forma de controle. No entanto, o fato de não contribuir em dinheiro para as despesas do filho não o faz um homem descompromissado, no seu entender. O controle sobre sua esposa se dá através da vigilância sobre as ligações e mensagens que recebe através do aparelho celular, alegado como desencadeador das agressões. Nesse sentido, a tecnologia aparece como dispositivo de controle e disciplinamento dos corpos (Foucault, 1995), do comportamento das mulheres.

A criação dos filhos sempre está no centro do jogo de negociação das relações conjugais, sendo regido pela ordem de

gênero: “eu pedia para ela cuidar dos afazeres domésticos direito, exigia que ela cuidasse dos meninos” (Vítor). O não cumprimento das tarefas domésticas, como cuidar da casa e dos filhos, são apontados por alguns homens para justificar casos de separações, discussões e agressões, justamente por desviar o rumo natural das coisas. Quando as mulheres não cumprem a divisão sexual do trabalho tradicional, deixando de fazer as tarefas domésticas e/ou traindo o marido, cabe ao homem agir, de alguma forma, para proteger a ordem de gênero tradicional, como maneira de garantir uma vida conjugal adequada aos princípios de tal ordem.

A presença de um filho que não é do casal é, também, apontado, em alguns casos, como um dos problemas da relação conjugal. *Viriato* não tem autoridade perante o filho de sua companheira. A ausência dessa autoridade o deixa incomodado porque ele não exerce um atributo importante: a autoridade. Autoridade esta que, na sua visão, deveria se estender a todos os membros da casa. Seu papel de chefe da casa vai se esvaindo na medida em que não consegue acionar a lógica da dominação. Essa perda de autoridade é expressa através da queixa de que a companheira deixa de fazer as tarefas domésticas para ficar conversando com as amigas. Quando reclamada, ela questiona sua autoridade. Tal questionamento é possibilitado pela posse da residência. Mesmo tendo ele contribuído para reformar a casa, isso não o dava direito de propriedade, sendo usado por ela como mecanismo de equalizar as relações de poder. Se por um lado, ele era o provedor da casa, por outro, ela era a proprietária da casa.

No caso de Vladimir, o aspecto que se destaca nos conflitos conjugais é a divisão dos bens. Em seu depoimento, ele afirma que sua ex-esposa fez a denúncia para prejudicá-lo no processo de divisão do patrimônio constituído durante o período em que foram casados e que corre na justiça. A noção de que está sendo

prejudicado não é exclusividade no discurso de Vladimir, em outro caso, essa lógica se repete, vamos ao trecho das falas da mulher e do homem em conflito conjugal:

- “depois se nos mudamos, ele se mostrou quem era, me batia, me agredia e mim ameaçava de morte... ele batia muito em mim, por isso nos separamos. No dia do ocorrido ele estava muito bêbado e começou a me bater do nada, levei pontapé por todo corpo, nos seios, até perder o fôlego, depois disso ele não foi mais lá em casa, ficou só me ameaçando” (Tamara).

“tudo não passa de invenção dela. Ela quer me prejudicar. Ela não aguenta um pontapé não. De qualquer forma, é melhor assim mesmo, ela prá lá e eu pra cá. Não vou querer uma mulher quem não dá valor ao que tem” (Valtér).

Mesmo sendo de origem e seguimento sociais diferentes, Valtér e Vladimir compartilham do mesmo modo de pensar, que as mulheres estão mais interessadas em criar situações que venham prejudicá-los, seja porque não aceitam a formação de um novo grupo familiar, seja porque a mulher queria forçar a separação.

Voltando ao caso de Vladimir, recai sobre ele a acusação de ameaça de morte: “ele me ameaçou dizendo que iria me dar um tiro...”. Ele nega veementemente a acusação e diz: “você acha que eu com essa idade iria cometer um crime dessa natureza” (Vladimir). Ele é um senhor de 66 anos de idade e foi acompanhado com um amigo que fez o papel de advogado durante o depoimento. De todos os homens que foram até a 1ª DEAM, Vladimir era o que possuía o maior poder aquisitivo, era empresário, e foi o único que foi acompanhado com um advogado e que pude ouvir seu depoimento <sup>32</sup>. Ele já constituiu uma nova família, tem filho dessa nova relação. Esses fatores acirraram os conflitos com o grupo familiar inicial, a ex-

---

<sup>32</sup>Em outros casos de homens com maior poder aquisitivo havia a presença de advogados e nessas situações me foi vetado a assistir o depoimento. Isso revela que nas DEAMs ter um poder aquisitivo favorável é convertido em maior grau de proteção e sigilo dos fatos.



esposa e os filhos do casal não aprovam tal situação e alegam que a segunda esposa casou-se com ele por puro interesse financeiro.

A construção do seu patrimônio é atribuída ao esforço individual dele como um empresário de sucesso. Não há nenhuma menção da co-participação da ex-esposa, nem mesmo o fato dela ter dedicado parte da sua vida para criar os filhos e administrar a casa é percebido como algo que possibilitou o crescimento do patrimônio da família. Esse caso apresenta características diferenciadas quanto ao perfil dos sujeitos envolvidos nos conflitos conjugais, mas apresenta aspectos comuns aos demais quando analisados a partir das relações de gênero e de geração. A figura do homem empreendedor e a mulher dona de casa que assume a responsabilidade das tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho, portanto, é um aspecto interessante e perpassa os conflitos conjugais. Tal divisão obedece às "*ordens lógicas*" que um grupo ou determinados grupos entendem como certas. Para muitos homens, o fato das parceiras conjugais trabalharem fora de casa contraria essas ordens lógicas. Para muitos, cabe ainda ao homem o papel de provedor, não havendo necessidade do trabalho feminino. Sendo este necessário apenas quando a renda do trabalho masculino for insuficiente para o sustento da família.

Se por um lado, a divisão sexual do trabalho, em seu modo tradicional, é apresentada como desencadeador de práticas violentas, por outro lado, as separações ganham coloridos fortes nesse *metier* de práticas violentas. Notou-se que as separações estão relacionadas a suspeita de traição feminina ou ainda quando a mulher decide<sup>33</sup> por elas, porque não aguenta mais os comportamentos masculinos: viver bêbado, ser muito mulherengo, ser descuidado com a manutenção da ordem moral e econômica da família, etc. Os exemplos a seguir

---

<sup>33</sup> No eixo interpretativo sobre a crescente autonomia feminina e o conformismo masculino será discutido como os homens lidam com a separação frente ao empoderamento feminino.

mostram a associação entre a dificuldade masculina de lidar com a separação e sua justificativa no sentido de reforçar as normas tradicionais de gênero. Mostram que eles entendem que estão corretos quando a manutenção dessas normas, e como as mulheres estão erradas por se distanciarem, algumas vezes, delas.

Vitório, por exemplo, não ficou satisfeito com a separação porque achou que o relacionamento iria perdurar por tempo a fio pelo simples fato de sustentar a namorada e a mãe. Via no provimento uma garantia da manutenção da relação. Como houve a dissolução da relação, disse que se sentiu usado por elas. Vejam que a ideia de sustentar alguém conduz a noção de dependência, uma dívida que liga o endividado ao credor até quando este último bem entender. Ele não aceita o término do namoro porque essa decisão não cabe ao dependente, mas a quem sustenta a casa. Como permitir que o dependente rompa com a lógica da dívida? A desigualdade instaurada cria um vínculo intrínseco entre o doador e o dependente. “Quando vocês tinham o bem bom não mandavam eu ir embora, mas como agora tem outro otário na parada, né?” (Vitório).

Quando a separação é uma decisão feminina os homens interpretam que eles estão perdendo o poder de decisão. E aí se coloca o limite da aceitação masculina frente à autonomia e liberdade feminina, essas coisas não podem pôr em xeque a legitimidade do poder masculino, por isso a produção da violência não é a plena realização da dominação, mas a iminente perda de poder. O sentimento de posse toma conta e a consequente perda dela leva muitos homens a agirem de forma violenta, chegando até a assassinar suas companheiras. Durante a pesquisa de campo na DEAM de Jaboatão ocorreu um episódio dessa natureza. Ao chegar cedo à delegacia, os funcionários, profissionais e a delegada titular estavam consternados porque uma das mulheres que tinha ido naquela instituição denunciar o ex-marido (um policial militar) tinha

sido assassinada por ele. O fato ocorreu num domingo à noite, tarde da noite, na casa da vítima. Ele chegou à surdina, entrou na residência e esfaqueou a ex-esposa no banheiro. A mãe da vítima que se encontrava no recinto nada pode fazer vendo sua filha agonizando. Na manhã do dia seguinte, todos na delegacia ficaram apreensivos e procuravam saber mais notícias do caso. A delegada titular lamentava o atraso na execução das medidas protetivas, responsabilizando a justiça por não ter expedido, em caráter de urgência, o pedido. E ventilando certa cumplicidade de alguns policiais militar com o agressor. Ouvi comentários que diziam que alguns colegas de trabalho do assassino garantiram sua fuga para livrá-lo do flagrante. Cabe ainda dizer que a vítima já tinha alertado que o ex-marido tinha feito ameaças de morte. Referente a esse caso, não tive contato com nenhum dos envolvidos (nem a vítima, nem o agressor). Essas observações de campo centravam-se no tratamento do caso dados pelos profissionais e funcionários na delegacia.

Quando a tônica do relacionamento é pautada por agressões físicas, bater na esposa está vinculado ao modo de expressar sua virilidade. A separação é a saída: “Não vou querer uma mulher que não dar valor ao que tem” (Valter). Quem ordena também obedece. O conteúdo das ordens está fixado pelo modelo de dominação masculina. Nesse caso, obedece a uma estrutura de dominação masculina que tende a naturalizar as relações sociais. No entanto, percebe-se que o poder do macho está sendo destituído e deslegitimado por uma nova ordem social que valoriza os princípios da igualdade de gênero. A dominação masculina, no entanto, não se trata de uma continuidade decorrente do funcionamento do sistema social já dado, nem do exercício de um consenso geral, mas de uma persistência *problemática* que envolve o confronto de interesses e a possibilidade sempre presente de ruptura por abandono, pelos dominados, da crença da legitimidade dos mandatos.

No corolário que fortalece as normas tradicionais de gênero, presente nos discursos dos homens pesquisados, está a ideia do domínio sobre a casa do cônjuge e até mesmo, algumas vezes, sobre a casa da ex-companheira. Esse domínio se configura como um atributo importante no sentido de demonstrar que a dominação masculina ainda persiste.

A entrada na casa de uma ex-companheira pode não se configurar como uma invasão de domicílio, para o homem invasor, porque além de se considerar proprietário da casa e provedor dos filhos, através da pensão alimentícia, ainda acredita que os laços entre o casal não estão desfeitos por completo, dando-lhe o direito de ir e vir quando quiser na justificativa de que está indo visitar ou pegar os filhos, ou deixar a pensão ou um presente. Esse direito de ir e vir lhe parece “natural” de quem ainda tem autoridade sobre o domicílio e a família, por se considerar ainda o provedor.

A violação do espaço doméstico é uma estratégia masculina de afastamento de outros homens, sobretudo, a figura intrusa do namorado/companheiro culpado por ter tirado a harmonia do lar, afrontado o seu domínio e controle sobre a mulher e a prole, se existir. A presença recente de outro homem na casa, depois da separação, torna-se uma afronta diante de um relacionamento que mal acabou criando a suspeita de que no curso normal da relação a companheira possa ter se interessado por esse outro homem, configurando numa traição: “já botasse outro macho na minha casa” (Vianney). Entende, pois, que continua sendo o proprietário da casa e, assim, pode entrar e sair quando bem entender, afinal como disse “é minha casa”. Quanto a Vianney, sua ex-companheira o denunciou por ameaça de morte, teria dito ele: “se não ficar comigo não fica com mais ninguém”. Ele nega que tenha feito ameaça de morte a ela, confirma que houve discussão, que se exaltou ao ver outro cara na “casa dele”, mas considera natural haver xingamentos recíprocos,

troca de insultos e até mesmo empurra-empurra. Analisando esse caso, percebe-se que diante da perda de poder Vianney aciona a estratégia masculina: o uso da violência como recurso último para resgatar a realização da dominação masculina no âmbito conjugal.

Mais uma vez se repete o modo como alguns homens veem a questão da posse, tanto dos objetos como das pessoas. O fato de ter comprado objetos para casa, para a namorada, esposa, companheira parece mais ser uma espécie de concessão. Elas não detêm a posse definitiva dos bens, porque em momentos cruciais dos conflitos conjugais eles quebram e tomam para si esses objetos. Como foi comprado com o “suor” do seu trabalho creem que a qualquer momento podem destituir a posse desses objetos. Na verdade, essa prática reforça o modelo machista de comportamento, porque os objetos são usados como instrumentos de controle sobre as pessoas, no caso, sobre as companheiras e até ex-companheiras. O domínio sobre elas atravessa vários níveis da relação conjugal, desde o controle dos objetos, passando pelas pressões psicológicas e indo até a violência explícita.

Se há o reconhecimento dos homens de que as relações de gênero estão mudando<sup>34</sup>, existe um aspecto que parece intocável, trata-se da sexualidade. A sexualidade parece apontar para o limite masculino quanto à liberdade feminina. Por isso, as relações sexuais se apresentam como desencadeadoras das práticas violentas. No plano dessas relações, os homens pesquisados não entendem que seja algo a ser negociável entre o casal, mas uma obrigação natural estabelecida com a união. Para Valeriano, por exemplo, a mulher tem a obrigação, como esposa, de ter relações sexuais com o marido. Nesse caso particular, ele usa as relações sexuais para impor sua vontade, seja forçando-a a ter relações sexuais, seja chantageando-a

---

<sup>34</sup> Esse assunto será tratado mais apropriadamente no próximo item deste capítulo.

através do sexo: “Se você não fizer sexo comigo todo dia eu não saio da casa...”. O casal já vinha brigando e a separação está por acontecer. A casa onde morava era de propriedade dela, mas ele tinha uma participação porque foram feitas algumas reformas e ele quem patrocinou. Diante das brigas, sua companheira insistia para que ele saísse da residência, diante de tanta insistência se anuncia que sua saída do lar está vinculada a condição dela ter relações sexuais todos os dias durante certo período de tempo. Sua companheira ainda reforça que ele teve relações sexuais com ela sem a sua vontade, causando até desmaio. Depois de desmaiar, ele ainda teria dito que transaria com ela assim mesmo.

Valeriano negou as acusações e disse ser incapaz de cometer tal ato. Sequer entende a razão de ter sido denunciado, porque vem dormindo normalmente com a companheira, dividindo a mesma cama e ao mesmo tempo e trocando juras de amor. Um componente importante entra na fala dele, disse ser evangélico. A autoafirmação religiosa torna-se pra ele algo importante porque põe em dúvida a denúncia ou ao menos coloca sob suspeita<sup>35</sup>.

#### Trechos das falas de Valeriano e sua companheira:

- “Se você não fizer sexo comigo todo dia eu não saio da casa... ele me forçando a fazer sexo e eu chorando até que desmaiei quando ele tentava fazer sexo comigo e quando eu tornei ele disse: - ‘se você desmaiar de novo irei te possuir desacordada mesmo. Vá me denunciar, vá...” (Fátima).

- “fiz uma reforma na casa com o meu dinheiro, depois vendi a casa, com o consentimento dela, vendi por oito mil reais, comprei outro imóvel por nove mil reais, para completar fiz um empréstimo de hum mil reais” (Valeriano).

---

<sup>35</sup> No último item desse capítulo será trabalhado esse aspecto muito corrente no comportamento dos homens nas DEAMs. É frequente a criação de imagem de bom homem que trabalha, é respeitador, é religioso. Essa imagem está relacionada a um mecanismo de autodefesa já que os homens interpretam que a delegacia da mulher é um campo inimigo, um espaço contra eles. Como estão acuados, presenciam criar estratégias de fortalecer seus argumentos e suas justificativas.

- “se fosse verdade ela não estaria na cama comigo até hoje...” (Valeriano).

- “Na verdade as agressões morais partem dela, a família dela é quem tem o costume de chamar um ou outro de pistoleiro” (Valeriano).

- “porque você foi fazer isso minha filha, você sabe que tudo isso é mentira. Ela até me convidou para ir a São Paulo fazer uma viagem romântica e deixasse a casa fechada. Não entendo porque ela veio aqui me denunciar, eu gosto dela, não tenho vergonha de dizer” (Valeriano).

Os casos interpretados aqui mostram como nos discursos dos homens acusados de violência conjugal há uma referência ao modelo tradicional de gênero, reproduzindo uma gama de expectativas normativas de como as relações de gênero devem ser: divisão sexual do trabalho, sendo preferencialmente o homem o provedor e a mulher a responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos. A gramática de masculinidade desses homens é guiada por estas normas tradicionais de gênero. Por isso, quando as mulheres se “desviam” do que eles acham serem ações corretas, buscam impor a elas as normatividades desse modelo, mesmo que seja na base da violência. Na verdade, o recurso à violência é um artifício utilizado quando eles percebem que a fuga a essa normatividade já tem minado seu poder nas relações conjugais. Sua dominação não é mais considerada legítima, já que a autoridade é incompatível com a utilização de meios externos de coerção – “onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou”(ARENDT, 2009, p. 44). Há um decréscimo de poder,

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder (Idem, *ibid.*).

Mesmo assim, ainda continuam tendo uma fantasia de poder (MOORE, 2000), procurando exercer alguma forma de controle sobre a parceira ou ex-parceira.

Nas DEAMs, os homens tentam reproduzir seus conhecimentos sobre as relações tradicionais de gênero e enfatizam o não respeito das mulheres as normatividades dessas relações. Mostram-se, então, como porta-vozes do comportamento correto de gênero, que deveria ser seguido tanto pelos homens como pelas mulheres. Por isso, mecanismos de controle, acusação, proibição são mecanismos masculinos de fazer com que as mulheres trilhem por caminhos tradicionais de gênero.

Enfim, os discursos dos homens pesquisados indicam para uma legitimação do controle masculino e a divisão sexual do trabalho, ficando para as mulheres os cuidados e a responsabilidade pela casa, a não necessidade de ter rendimentos fora, de eles serem os proprietários dos bens (e não elas), de cobrar fidelidade feminina e alertar para o perigo com a vizinhança etc., tudo isso demonstra que algumas coisas estão mudando, mas eles apelam por uma visão naturalizada da divisão entre os sexos. No próximo item será abordado como são percebidas de maneira diferente o modelo de gênero e como isso reflete nas ações dos homens.

## **5.2 Dedos em riste e honrando as calças: empoderamento feminino e fragilização masculina.**

"o que a delegada ou delegado, os policiais, você iriam pensar de mim? Iriam olhar pra mim e pensar logo: - 'olha um homem que apanha da mulher', um homem que não honra as calças que veste..." (Valderi).

Os discursos aqui interpretados circulam em torno da ideia de estar havendo mudanças significativas na ordem tradicional de gênero e que até certo ponto os homens reconhecem o crescimento da autonomia, liberdade e individualidade feminina. As mulheres estão conseguindo mais empregos, têm mais apoios institucionais e não institucionais. Eles aparentam aceitar e até apoiar, mas ficam incomodados com os excessos desse crescimento, é isso que eles buscam controlar, não querem ser fragilizados, por isso estouram.



Diante de tal cenário, os homens procuram achar estratégias para conviverem com essas transformações onde parecem ser as mulheres mais depositárias de direitos e eles alvos do direito penal fortalecido com a Lei Maria da Penha. O tratamento igualitário ainda é percebido como tolerável, mas rebaixá-los é inaceitável. Não aceitam ser mandados, não deixaram de ser macho, ainda honram as calças que vestem, por isso recorrem à violência. Para eles, a autonomia feminina não pode ser à custa dos homens, não pode ser uma invasão do poder masculino.

Nas DEAMs, os homens acusados de violência utilizam como recurso discursivo, um discurso favorável aos avanços femininos, à promoção da igualdade de gênero, mas a reação deles pressupõe um incômodo em relação à perda de poder.

### **5.2.1 Reconhecimento e Resistências masculinos frente à autonomia e independência feminina**

Um fator perturbador da lógica de dominação masculina são as mudanças de comportamento feminino, de certa forma, reflexo das lutas feministas que levaram as mulheres a atuarem em esferas e atividades tradicionalmente endereçadas aos homens. Essas mudanças, reconhecidas por eles como parte da hora histórica, dos tempos de hoje, refletem nas relações de gênero no cotidiano e diante delas os homens parecem confusos, perdidos e resistentes. Como, por exemplo, se pode observar no depoimento de um homem que se mostrava indignado pelo fato da ex-companheira colocar, em público, o dedo em riste no seu rosto, atitude inadmissível de ser suportada por um homem. Tal postura evidencia a coragem feminina de enfrentá-lo, ao tempo que expõe as fragilidades de uma dominação masculina. Um dedo na cara simboliza uma das maiores afrontas no mundo masculino, principalmente quando vem de uma mulher-esposa ou mulher de família, da qual esperam obediência, conformação e postura conservadora, diferentemente da mulher-da-

rua (DAMATTA, 1999). Na medida em que tais expectativas não são atendidas, implica no reconhecimento da existência de uma certa autonomia feminina. Elas se impõem, enfrentam, põem o dedo em riste na cara do marido demonstrando que não são passivas nas relações conjugais.

Para reafirmar a masculinidade questionada, acionam práticas de violência junto às companheiras/esposas como forma de minimizar a desonra sofrida pela afronta (ARENDT, 2009; WEBER, 1994). Pensando a partir de Arendt, o uso da violência é um recurso utilizado quando não há realização total ou parcial da dominação, sendo, portanto, um dos últimos recursos usados no sentido de restabelecer a legitimidade da dominação já em vias de desaparecer. Assim, a perda da autoridade masculina, em várias esferas da vida social, pode ser um indicador da permanência da violência como instrumento de restauração de uma ordem de gênero tradicional pautada na dominação masculina.

As conquistas femininas nas mais diversas esferas da sociedade e, particularmente, na vida conjugal de homens e mulheres pesquisados, denotam uma mudança de comportamento refletida na condução das relações afetivas e no modo com as relações de gênero são vivenciadas por eles. O reconhecimento por parte dos homens, que as mulheres estão galgando cada vez mais conquistas importantes que permitem a elas ter mais liberdade e autonomia, não quer dizer automaticamente que eles queiram perder inteiramente o domínio sobre suas ações e, em alguns momentos, da sua parceira. Em outras palavras, a aceitação do avanço dos direitos das mulheres não implica dizer que eles devam, a partir de agora, ser dominados por elas. Qualquer sinal de perda de poder, de ser visto como dominado precipita os atos violentos.

Os excessos da autonomia, liberdade e individualidade feminina são percebidos como provocações. Querer mandar no companheiro, ousar ir até o bar para exigir que ele vá para casa, interferir na rotina de trabalho dos homens, querer trabalhar fora e “abandonar” o marido, os filhos e a casa, querer estudar e deixar que os estudos interfiram na relação conjugal, tudo isso é interpretado como excessos do moderno comportamento de algumas mulheres e percebido, muitas vezes, como provocação.

Provocação, portanto, é quando a mulher ultrapassa os limites. Há em alguns discursos a aceitação da autonomia feminina, mas ela os provoca, invadindo os espaços masculinos, fazendo-os perceber que estão perdendo poder. Ganho de poder é permitido desde que os homens não percam poder. Assim, as provocações são quando a compreensão da autonomia, da liberdade e individualidade feminina os faz perderem poder, ou seja, é quando ela quer mandar no homem, “invadindo” os limites de aceitação da autonomia feminina. Autonomia sim, mandar nele nem pensar.

Valdemir, por exemplo, fica incomodado quando a mulher procura interferir publicamente nas suas rotinas de homosociabilidades. Essa “invasão” leva a uma inversão nas ordens de gênero: afinal, quem deve controlar? Homens ou mulheres? Ou as relações devem ser iguais?. De acordo com as normas tradicionais de gênero, a função de exercer alguma forma de controle sobre o outro foi destinado ao homem. Claro, que controlar nem sempre é sinônimo de domínio. A esposa de Valdemir, por exemplo, busca formas de controlar o marido, no entanto, através de agressões (verbais ou físicas) impede que seja mandado. Sabedor que sua esposa não se comporta passivamente na relação procura estratégias para não ser um *varunca*. Lembrando que esta noção implica em dizer que o homem não manda nunca, ou seja, a ênfase é na ausência do mando masculino e não numa afirmação positiva do mando feminino. Nesse

sentido, a dominação masculina, mesmo questionada, parece ser tratada de maneira naturalizada.

Nota-se também, que um desencadeador dos conflitos é a mudança de comportamento feminino no curso da vida conjugal. As mulheres estão estudando mais do que os homens, boa parte delas estudam e trabalham e esse cenário está sendo aceito por muitos homens, no entanto, tem horas que isso tudo é entendido como provocação.

O discurso de Valdemar apresentou uma dubiedade. Primeiramente afirmou não ser contrário ao fato das mulheres trabalharem fora<sup>36</sup>, que é até interessante as transformações que vêm ocorrendo no mundo das mulheres. Quando voltado diretamente para a sua relação conjugal, seu discurso vai paulatinamente mudando de tom. Não acha necessário que sua então esposa trabalhe fora, porque *"não tem sentido ela trabalhar e a gente ter que contratar uma babá..."* (Valdemar). A presença de uma criança pequena é utilizada como argumento para a posição contrária ao desejo da esposa trabalhar. Estudar e trabalhar são "permitidos" desde que não prejudiquem as responsabilidades domésticas, centradas no cuidado com o marido, os filhos e a casa.

Há implicitamente um medo de uma autonomia absoluta da mulher. No caso de Valdemar, sua ex-esposa estudava (fazia um curso técnico em segurança do trabalho) e trabalhava (era estagiária em segurança no trabalho), tinham uma filha de seis anos de idade e foram casados por sete anos. Tendo se separado porque ela não suportou as ameaças e as agressões físicas e decidiu sair de casa. Foi com a filha morar em casa de parentes em Paulista-PE, distante uns 40 km do Curado, bairro situado no município de Jaboatão dos Guararapes.

---

<sup>36</sup> É interessante lembrar que foi uma profissional quem ouviu o depoimento dele.

Não foi a primeira vez que ela denunciou o ex-marido. Na primeira vez decidiu não levar a frente à queixa porque a família dele pediu e ela mantinha uma situação de dependência financeira em relação a ele. Nesta última vez, resolveu não só denunciá-lo como abandonou a relação conjugal. Em sua queixa, afirma que Valdemar era machista e não deixava que ela fizesse algumas coisas: “antes era mais difícil, eu não trabalhava, mas agora que eu trabalho e posso sustentar minha filha, não tem porque continuar no sofrimento” (Nina, ex-esposa de Valdemar).

Ele nega as acusações e diz:

“eu realmente fui à escola que ela estuda para conversar e saber onde ela estava com a minha filha, eu preciso ver minha filha, ela [Nina] saiu de casa e eu não sei para onde elas foram, mas não tive a intenção de persegui-la ou ameaçá-la [...] eu sempre fui um homem que nunca deixou faltar nada em casa, quando eu pedi a ela para não ir trabalhar foi para que ela ficasse cuidando da nossa filha” (Valdemar).

Se num primeiro momento ele diz aceitar o trabalho feminino, em outro, deixa claro que sua aceitação tem um limite posto. Qualquer tipo de atividade externa ao domicílio não pode interferir no andamento da dinâmica das relações domésticas.

A atitude de Nina, ao sair de casa, foi percebida como um sinal de autonomia, de mudança em seu comportamento. O mais problemático na visão de Valdemar é que essa mudança afetou diretamente a vida conjugal, ultrapassando o limite estipulado como tolerável à autonomia e liberdade da então esposa. Isso é possível porque, mesmo ciente das transformações na ordem de gênero, ainda tem como referência o modelo tradicional, esse modelo orienta suas práticas masculinas. Por isso, é difícil para Valdemar entender porque a mulher resolveu deixá-lo mesmo sendo um provedor exemplar: “como pode uma mulher recusar a oferta de um homem que vive para o trabalho, para sustentar a família?”. Nesse momento, a aceitação

das transformações da ordem de gênero é repensada, deixando entender que as mulheres até deveriam buscar mais liberdade e autonomia, mas se não tivesse uma “alternativa confortável”.

Mas não é o que pensa Nina, que mostra não ter motivos para permanecer morando com ele, visto que é considerado por ela um homem violento, possessivo e dominador. A decisão de separar foi uma espécie de libertação de uma vida de aprisionamento e maus-tratos que levava ao lado do companheiro. A percepção dela sinaliza que está consciente das estruturas que a oprimem.

Nota-se que um desencadeador dos conflitos é a mudança de comportamento feminino. O fato de a esposa estudar e trabalhar fora de casa, ter autonomia financeira podem representar ganhos de poder para ela e perda para ele. Ainda mais se ela capitanear tais ganhos no sentido de impor suas vontades e minar cada vez mais o poder dele. Somado a isso, tem-se que levar em conta que Nina tem apenas vinte e cinco anos e Valdemar tem quarenta e dois anos. A diferença geracional também coloca os dois em expectativas e projetos diferenciados.

Estudar e trabalhar fora são indicadores de uma possível autonomia feminina e enfrentamento junto às práticas e comportamentos de violência no relacionamento conjugal. Nesses espaços, há possibilidades de obterem informações e conhecerem novas pessoas, nesse sentido uma ameaça ao domínio e controle masculino. Para evitar tal situação, um dos caminhos é impedir que sua esposa frequente esses *lugares perigosos*, evitando que ela adquira mais conhecimento, que experimente o sabor de decidir sobre os seus próprios gastos, mantendo-a sob seu julgo. A estratégia utilizada por Valdemar é a perseguição, a vigilância sobre as ações e comportamentos da então esposa. Intimidar antes mesmo de

acontecer algo, antevendo que qualquer mudança de comportamento pode desmoronar os pilares de seu domínio.

O desencadeamento das práticas violentas obedece a uma via de mão dupla: as práticas violentas ocorrem quando existe provocação, entendida como comportamento feminino de invasão dos espaços masculinos, elas aparecem, então, para reforçar a masculinidade, dizer quem manda e quem obedece. É possível encontrar relatos de mulheres que diziam que apanhavam do marido, mas desconheciam os motivos latentes. Entende-se que numa situação de conflitos conjugais os motivos podem ser latentes e/ou adjacentes (que se manifestam inconscientemente), motivos estes levam ao reforço de uma estrutura de dominação, encarnada na violência contra a mulher. Efetivamente, essa violência marca os corpos femininos e os modelos de masculinidade. Ao marcar um modelo, demarca as fronteiras de gênero. Na violência conjugal, especificamente as vítimas (mulheres), não são totalmente passivas diante das práticas e situações de violência sofrida, elas reagem de diversas maneiras e em alguns casos podem ser as *agressoras*. Percebeu-se que as acusações de agressão foram mútuas. Vítimas e agressores se misturam desmistificando a tese da natureza violenta do gênero masculino. A violência é um tema complexo, exigindo se afastar das interpretações simplificadoras e maniqueístas que pouco aprofunda o âmago da questão. Assim, as análises sobre violência exigem um olhar acurado, sofisticado, que evitem as dualidades estanques (sim/não, agressor/vítima, etc.). Os dados revelam que se deve ir além dessa forma de analisar o fenômeno da violência conjugal. Homens e mulheres, portanto, são protagonistas e também vítimas de uma estrutura de dominação introjetada fortemente desde suas infâncias que acaba por sedimentar modelos de gênero, tendo como consequência uma dominação sentida e praticada de forma naturalizada e simbólica (BOURDIEU, 2002; VALE DE ALMEIDA, 2000;

OLIVEIRA, 2004). É importante ainda frisar, que as práticas violentas contras as mulheres/esposas/companheiras podem ser percebidas como fruto do mero acaso, de um acidente natural, num ato de defesa, reflexo de uma reação, sendo o ato em si da violência interpretado como involuntários: “apenas a empurrei... não sei como ela se machucou”. O próprio comportamento da mulher (“ela é muito ciumenta”) é utilizado como situação provocadora, que faz o homem perder a paciência e recorrer aos empurrões. Os empurrões, no seu entender, não pressupõem um ato de agressão, um espancamento, mas uma estratégia de evitar o pior. A relação vítima/agressor se mistura. Aquela que fora vítima passa a ser a provocadora, e aquele que fora acusado de agressão, passa a ser vítima das provocações.

Como demonstrado anteriormente, em muitas situações os homens aceitam as conquistas femininas, não rejeitam em definitivo a inserção de suas parceiras no mercado de trabalho, especialmente quando a renda familiar tende a aumentar, mesmo ciente do risco de que nessa situação a autonomia feminina é algo bem presente. Além disso, o fato da parceira estudar nem sempre é visto como um complicador das relações conjugais, claro que levando-se em conta alguns fatores internos da relação, como por exemplo, a presença de filhos pequenos.

Portanto, a aceitação da autonomia feminina não é algo distante nos tipos de relações conjugais pesquisados, no entanto, quando identificado os excessos há uma reação masculina quando ao crescente nível de autonomia e liberdade feminina, é o que vai ser demonstrado a seguir.



### **5.2.2 Quando as mulheres querem assumir o comando: separação e controle feminino**

“ela não admite que eu saia com meus amigos, ela não aceita, aí rola discussão” (Valdemaro).

Percebe-se que um dos aspectos presentes nos conflitos conjugais está relacionado à separação do casal. Como em boa parte das separações, aqui pesquisadas, os homens parecem não reagir bem a essa situação, ainda mais quando nutrem algum sentimento pela companheira ou quando a decisão da separação é tomada por ela. A decisão feminina de separar é de certa forma, um indicador de liberdade e autonomia feminina, o fortalecimento disso pode levar a perdas de poder masculino e quando isso acontece, muitas vezes, é a violência física ou simbólica contra a (ex) companheira, um instrumento pelo qual se busca o restabelecimento da ordem tradicional de gênero no contexto conjugal, guiada por valores culturais que conduzem suas práticas e percepções sobre a relação conjugal, cujo papel feminino é de submissão e conformação.

- “ele é muito ciumento e não aceita a separação, quando invadiu minha casa só não me espancou mais porque a vizinhança e o meu namorado impediram” [...] foi aí que ele disse: ‘se não ficar comigo não fica com mais ninguém’” (Josélia, ex-companheira de Vianney).

- “quem não aceita o fim do relacionamento é mais ela do que eu...” (Vianney).

A desqualificação da ex-mulher é a estratégia de defesa utilizada para enfrentar a dura ou quase certeza do fim do relacionamento. Na medida em que não aceitam a separação, a tentativa de desmoralizá-las frente à comunidade e colegas de trabalho é a saída para justificar a incapacidade de ter deixado a mulher escapar, uma notória demonstração de sua fragilidade e ineficácia de ter o controle sobre as ações da companheira.

- “tinha ciúme de tudo... eu não podia vestir um vestido que se ele achasse que era curto pronto já vinha àquela arenga... ele me esculhamba no meio da rua, até no meu trabalho ele

vai, não aguento mais. Ele não aceita a separação..." (Marta, ex-companheira de Venâncio).

Essa demonstração pública de controle feminino é visualizada também no caso de Valdemir, ele usa a profissão como estratégia para contrapor o controle feminino. Trabalhar com transporte alternativo exige simpatia com o público, uma atenção aos passageiros e horários incertos para chegar em casa. O que ele questiona é o abuso feminino de interferir no trabalho masculino, ainda por cima na frente dos colegas de trabalho. Deixar passar isso incólume é assinar um atestado de que a esposa está com as rédeas da dominação. Nesse sentido, a violência é a revelação pública da falta de autoridade, abrindo fissuras nas relações conjugais.

"não posso sair pra beber com meus amigos... Como trabalho com transporte alternativo, não tenho horário fixo para terminar as viagens, se precisar fazer uma viagem a gente vamos, mas daí se chego tarde em casa é confusão. Ela diz que sou mulherengo... O que acontece é o seguinte, eu lido com público, tenho que ser simpático, faz parte da minha profissão..." (Valdemir).

No geral, os discursos apontam que mesmo homens e mulheres buscam estratégias de controle. Deixar que a mulher tome as rédeas absolutas das ações aponta para um aspecto desqualificador do que vem a ser homem, ferindo assim uma prerrogativa masculina de ser dono do seu próprio domínio e dos outros e não o contrário. Por isso, reiterando, qualquer movimento no sentido de garantir as mulheres mais autonomia e liberdade e, conseqüentemente, mais ganhos de poder para elas e cada vez menos poder concentrado nos homens, a percepção de que esse movimento produz mais violência, instrumento que serve para dramatizar as queixas e trazer à tona o processo de deslegitimação daqueles que se entendem (entendiam) como dominante.

Como já analisado anteriormente, mas por outro prisma, a separação, a partir desse eixo interpretativo, se apresenta como uma

situação de desconforto para os homens, especialmente, quando a (ex) esposa/companheira/namorada decide se separar e logo em seguida encontra outra pessoa: “ele é tão ciumento que amassou o tanque da moto do meu atual namorado. Ele não concorda que o namoro chegou ao fim...” (Kátia, ex-namorada de Virgulino). A existência de “*outro*” possibilita dois caminhos interpretativos: 1. mais poder de decisão concentrado na mão feminina, já que ela decidiu pelo fim do relacionamento e 2. o interesse dela por esse outro pode ter acontecido quando ainda estava na relação com o homem acusado de agressão.

No primeiro caminho, a literatura mostra que quando o assunto é separação quase sempre a decisão final recai sobre a mulher, os homens quase sempre procuram protelar tal decisão porque estão numa situação mais cômoda na relação conjugal, especialmente quando a divisão sexual do trabalho é regida pelos ditames das normas tradicionais de gênero.

No segundo caminho, cresce a suspeita de que ela possa ter sido infiel durante o relacionamento. E nesse campo, o do controle sobre a sexualidade feminina, os aspectos relacionados à autonomia e liberdade feminina se apresentam como ponto dos mais problemáticos de aceitação por parte dos homens. Se, como foi dito, há por parte dos homens pesquisados, o reconhecimento e até, às vezes, a aceitação das mudanças na ordem tradicional de gênero parece ser na esfera da escolha do parceiro sexual da mulher o ponto nevrálgico, inegociável, onde os homens querem ter o poder de decisão e controle da sexualidade feminina.

Sobre a formação de novas relações conjugais havia poucas referências à qualidade dos novos parceiros, era um assunto evitado, especialmente pelas mulheres. Falar abertamente pode ser um sinal de suspeição de seus princípios morais, abrindo espaço para o

fortalecimento do argumento masculino de que ela não vinha se comportando como manda as normas tradicionais de gênero. Quando esse assunto se apresentava era porque os ex-companheiros(as) ou ex-namorados(as) não aceitavam tal situação. Nesse ponto, percebe-se que o conteúdo da argumentação muda. Para as mulheres, o assunto vem à tona para explicar a qualidade possessiva do ex, ou para mostrar que a nova relação foi construída após a separação, e para os homens, o assunto aparece para desqualificar moralmente a mulher, colocando em suspeita a fidelidade feminina. Essa formação discursiva se explica, em parte, porque as DEAMs são consideradas espaços de demonização dos homens (discursos femininos) e espaços de “inquisição” e opressão aos homens (discursos masculinos).

Tentar de alguma forma exercer publicamente o controle sobre o homem é interpretado como provocação: “onde já se viu a esposa ir ao bar onde o marido se encontra com seus amigos e ordenar que ele vá pra casa” (Valdizio). Entende que o bar é o espaço público mais masculino. Daí a ideia da mulher/esposa merecer uma correção: quer mandar no marido e não cuidar da casa e da filha, atributos considerados femininos. As alegações masculinas circulam em torno de desqualificar o comportamento feminino como mecanismo de justificar suas práticas violentas. Essas informações nos permitem demonstrar como não só as práticas violentas, mas também suas justificativas são fortemente marcadas pelas relações de gênero. Os discursos masculinos sobre suas práticas violentas indicam uma visão de mundo recortada por gênero.

A presença excessiva de comportamentos femininos fora dos padrões tradicionais faz com que os homens se mostrem desconfortáveis, buscando reparar a normatividade esperada através de práticas violentas. Em seus discursos, quando assumem que cometeram algum tipo de agressão, é para mostrar que estavam certos, e que foram provocados. A exposição do ciúme feminino e a

tentativa de impedir que eles frequentem alguns locais com os amigos, que controlem os horários, quando devem chegar em casa são percebidos como tentativas de mando feminino. Ser dominado (um “barriga branca”) representa que o poder mudou de mão. Mas, ainda se veem como macho, o suficiente para reivindicar o mando. Acreditam ser natural um homem sair a qualquer hora para beber e conversar com os amigos. De preferência sem a presença da esposa, que frequenta com ele outros ambientes considerados propícios a presença de mulheres de família, porque são vistos como lugares impuros e inapropriados para elas. A gramática dos espaços de sociabilidades masculinas e femininas possui características e conteúdos distintos. Assim, cada gramática tem uma ordem moral e lógica peculiar, demarcando os espaços e as coisas tidas como masculinas e femininas.

Um argumento muito presente nas falas dos homens é a tentativa feminina de querer prejudicá-los: *“Tudo que ela quer é me processar criminalmente...”* (Vagner). Independentemente da veracidade dos fatos, uma questão é importante de ser refletida. Em nenhum caso as mulheres são colocadas como sujeitos passivos. Indicando que numa relação conjugal, os conflitos são desencadeados por que o casal age e pensa relacionalmente. Os argumentos são feitos através de contraposições:

- “nunca houve agressões físicas, nem morais, nem tampouco ameaça de morte. Eu hoje sou evangélico, me converti, porque vou mentir... ao me tornar evangélico deixei de beber. Hoje quem bebe é ela. Ela é quem está me perseguindo, que vive me ligando. Até já ando meio assombrado. Desde que a gente separamos não vejo a cara dela. Como poderia ameaçá-la de morte, não sou homem de está ameaçando ninguém, meus pais me deram educação...” (Valfrido).

- “se eu tivesse jogado aquelas duas tijoladas nela, hoje eu estaria no presídio... Ela é quem é agressiva. Quando ela bebe bate nos filhos, fica agressiva. Já me ameaçou dizendo: - ‘cuidado na sua vida, se eu não faço, tem quem faça...’.” (Vagner)

- "expulsei Ana Célia de casa porque ela era muito ciumenta. Quanto aos empurrões apenas me defendi das agressões físicas dela. Apenas a empurrei e ela caiu. Não sei dizer como ela machucou a boca. Ela quem me mordeu...". (Vinicius)

Essa construção de uma imagem de mulher violenta ajuda a enfrentar o crescimento do poder feminino. Essa imagem de mulher violenta ou que fica bêbada e não respeita o parceiro é usado como forma de questionamento do comportamento feminino. O homem pode até ficar num bar e não ser perturbado pela mulher, já a autonomia feminina para fazer uso de bebida alcoólica ultrapassa os limites de autonomia permitida de acordo com as relações de gênero, porque inverte a situação.

Não se está negando que as mulheres também reagem e até usam de práticas violentas, quando falo em imagem não implica dizer que tal imagem esteja descolada do mundo vivido. Mas utilizo esse argumento para reforçar a percepção dos homens de que no mundo contemporâneo está aumentando o empoderamento feminino, ao ponto de enfrentá-los publicamente (com o dedo em riste, mandá-los para casa, etc.).

Quando são agredidos pelas esposas, companheiras ou namoradas dificilmente vão a delegacia prestar queixa. Até relatam o fato quando estão sendo "ouvidos" na DEAM, mas discursam negativamente o sentido de usar os meios jurídicos para denunciá-las. Ao serem questionados porque não usaram os meios legais dizem que seria ridículo um homem assumir que apanhou da mulher. O discurso de Valderi é construído no sentido de demonstrar o quanto seria vergonhoso assumir tal situação. Principalmente, quando a mulher a que se está referindo é a própria esposa, aquela que supostamente o marido deveria dominar. "O que as pessoas iriam pensar?", reflete ele. No seu entender, iriam pensar que seria um fraco, adjetivo que na lógica masculina não combina com as características de ser um *homem de verdade*.

Quando perguntei sobre sua reação no momento da agressão sofrida, ele falou que não revidou porque sabe que naturalmente o homem é mais forte, tendo todas as condições físicas de feri-la gravemente se assim quisesse, não fez porque ser homem é, antes de tudo, ter um comportamento respeitoso com a esposa. Muito curioso acerca desse acontecimento, perguntei se ele não pensou em chamar a polícia ou mesmo prestar queixa contra Jussara, ao que ele me respondeu: “você acha que me passaria por esse papel? Imagine o que a delegada, as pessoas da delegacia, você iria pensar de mim? Que tipo de homem iriam pensar que eu sou – ‘um homem que apanha da mulher’”. Isso demonstra que seu comportamento naquele momento foi guiado por uma lógica de gênero que coloca os homens como mais “fortes”, mas nem sempre capazes de impor sua vontade. Na medida em que ela bate, grita e não deixa ele sair com o carro, não está cumprindo os ditames tradicionais do modelo de gênero, algo espera por ele. Diferente de outros homens que discursaram no sentido de usar a violência para conter a fuga das mulheres desse modelo, Valderi se diz vítima de violência perpetrada por sua esposa. Em seu discurso, percebe-se uma ambiguidade presente: ao mesmo tempo em que não tem coragem de expor suas fragilidades de homem denunciando a esposa, se encoraja, no seu depoimento (enquanto acusado), que foi vítima de violência conjugal. De qualquer forma, ainda notam-se elementos que reforçam a tradicionalidade das relações de gênero e, ao mesmo tempo, sinalizam em direção a um discurso vitimista, que não só foi vítima da violência feminina, como é vítima do modelo de masculinidade imperante que impede ou freia algumas tomadas de decisões, como por exemplo, denunciar a esposa.

Segue abaixo outro aspecto importante que reflete esse cenário de transformações e que está relacionado como os homens lidam com as atividades sexuais e a exclusividade delas.

### **5.2.3 Infidelidade, de “território masculino” para arena das fragilidades.**

Nos discursos masculinos, percebe-se que são construídos para atenuar a acusação, é um discurso que visa defender-se, construído para tal fim. Para se alcançar tal propósito são acionados elementos relacionais e até aqueles que a princípio desvalorizam ou ferem o modelo tradicional de masculinidade. A traição feminina é um recurso discursivo instrumentalizado para inverter a lógica da acusação: de culpado a vítima<sup>37</sup>. Quando me refiro à desvalorização do modelo tradicional de masculino é porque a traição feminina pode ser vista como uma incapacidade masculina de controle sobre a mulher e de mantê-la realizada sexualmente e maritalmente.

Em sendo efetivada a traição feminina, implica dizer que ela quebrou um código importante das normas tradicionais de gênero: o código monogâmico. Código que exerce sobre as mulheres uma coerção maior do que sobre os homens e sendo uma vez quebrado tem o poder de desqualificar moralmente o sujeito infiel, especialmente, quando esse sujeito é do gênero feminino. Os homens, pela naturalização das relações desiguais de gênero, podem até viver situações mais “poligâmicas”.

A infidelidade, principalmente feminina, é a arena que escancara os limites admissíveis pelos homens quanto à autonomia feminina. As condições das relações conjugais em casa podem até dar autonomia e liberdade às mulheres (estudando e trabalhando, por exemplo), mas isso não implica que elas devam “dar” para outros homens. A Liberdade de escolha feminina dos parceiros não encontra nenhum espaço de aceitação, é o lugar onde não se podem demonstrar os avanços, por isso, muitas vezes, geram mais castigos do que

---

<sup>37</sup> No próximo item será discutido como discursivamente os homens constroem uma imagem de vítima.



tentativas de restabelecer controle sobre elas. Daí, discursivamente, existir uma raridade de recomposição das uniões<sup>38</sup>. Dos casos pesquisados, apenas duas situações mostraram que os homens aceitaram voltar para a mulher: Valderi, que afirmou que fora traído pela mulher e ao saber se separou, mas pouco tempo depois a perdoou porque a amava e aos filhos. Na segunda ocasião, (agora uma suspeita de traição) gerou a briga que o levou para a DEAM de Paulista-PE para prestar depoimento. Referente a essa última ocasião não dá para saber se houve uma nova reconciliação; outro caso foi o de Vianney. Ele afirmou em depoimento que aceita a ex-companheira novamente, que a traição dela ocorreu porque ela buscou se vingar dele. Insinuando que durante o relacionamento dos dois ele fora infiel e ela cansou disso e retribuiu na mesma moeda.

Para uma melhor compreensão, segue o detalhamento do primeiro caso:

Lembro-me quando Valderi chegou até a 5ª DEAM, tive a oportunidade de fazer uma entrevista informal com ele e depois ouvir seu depoimento. Ele destoava da maioria dos outros homens que frequentavam a Delegacia, seu perfil socioeconômico indicava pertencer a um estrato social diferente da maioria dos outros homens acusados. No entanto, algo me chamou atenção: um forte conteúdo de gênero pautado no modelo tradicional. Comparado com outros homens, Valderi possuía uma retórica eloquente, o conteúdo dela, porém não se distanciava tanto dos discursos dos homens pesquisados. Primeiro, se considerava um exemplo de “marido”, porque provinha à família, não deixando faltar nada, os meninos estudam em boa escola, os membros da família tinham plano de saúde, a casa era bem arrumada, bastante confortável, ele era

---

<sup>38</sup> Acerca da recomposição das uniões não se pode ter mais detalhes porque a pesquisa de campo não se propunha a acompanhar a vida do casal envolvido nas relações conjugais.

carinhoso com os filhos e com a esposa, mesmo assim não evitou a traição dela. Tal episódio, como relato anteriormente, levou a separação temporária do casal. Voltaram a conviver, mas sob a desconfiança permanente dele. A vigilância sobre as mensagens e as ligações recebidas vão se somando e configurando os conflitos conjugais. O aparelho celular se apresenta como uma espécie de testemunha que depõe acusatoriamente contra a vítima da vigilância. Trocas de mensagens e imagens indevidas levaram ao desencadeamento de uma relação repleta de conflitos, de desconfianças.

No diálogo entre Valderie o suposto “amante”, é lançado um conjunto de vocábulos que nos levam a interpretar a forma como são pensadas as lógicas masculinas, as disputas internas, a provocação, o desafiar outro homem. O ato de covardia, de não “assumir-se” como amante da esposa, de negar tudo e ainda por cima descaradamente (“foi engano, não conheço nenhuma Jussara”) coloca o suposto amante em condição de inferioridade: é um covarde. Ser homem é assumir o que se faz, é não ter medo de outro homem, mesmo em situações complicadas.

“engano o que seu cabra safado, tenha vergonha na cara seu mentiroso, como pode ser engano se seu número está gravado no celular dela? Vá diga o que você quer com ela? Seja homem, assuma quem é você. Você é o amante dela, né? Se eu te pegar você vai ver” (Valderi).

Nesse sentido, a literatura especializada em violência contra a mulher aponta para um ciclo da violência (SOARES, 2009), começando com pequenas discussões e se agravando com o decorrer dos conflitos. Há assim, uma naturalização dos conflitos e das cenas de brigas e discussões na visão de Valderi. Para ele, é normal que um casal brigue uma vez ou outra. O problema está naquilo que desencadeou as brigas e as discussões. Sendo a traição feminina um

desencadeador forte que fere o universo masculino e põe em xeque o domínio masculino sobre o feminino.

A infidelidade feminina ameaça um território tido como masculino, ao inverterem-se as relações de gênero (ela é ativa, desejante, e ele passivo submetido ao desejo dela). O programa de pós-graduação em Antropologia tem produzido trabalhos interessantes na Região Metropolitana do Recife sobre infidelidade e mais especificamente sobre como os homens reagem diante do fato de terem sido traídos (AQUINO, 2009).

Em casos como esse, que o homem tem a certeza que foi traído, obtendo provas inquestionáveis, faz uso em seu depoimento como forma de minimizar qualquer ato violento que cometeu, atribuindo tal ato ao fato de não suportar ser traído. Claro que, como em tudo, há exceções e o caso de Valderi sinaliza pra isso, ao ficar ressignificado diante da reincidência da traição da esposa e decide abandonar o lar. Pelos seus relatos, as agressões verbais recíprocas e físicas por parte dela aconteceram porque ele anunciou a separação e estava saindo de casa.

Há, no entanto, outros casos em que a ex-companheira, tendo encontrado outro parceiro, não é suficiente para os homens acreditarem no fim do relacionamento, afinal ela pode ter feito isso para se vingar, porque intimamente ela ainda o quer. Nesse caso, a infidelidade feminina é encarada como prática vingativa: “Esse negócio de traição é porque mulher é bicho vingativo. Ela me disse que não tem outro namorado e só faz aquilo na hora da raiva” (Vanderlei). Nesse caso, a traição feminina é atenuada porque foi praticada como resposta, não sendo um mero desejo natural de trair ou muito menos um exercício de escolha e liberdade.

Nesse processo, podem insinuar que um sim pode ser um não (MACHADO, 1998)<sup>39</sup>, ao interpretar que as mulheres podem até explicitar não querê-lo mais, mas implicitamente ainda guardam uma reserva de desejo por ele. A presença de um suposto namorado na residência de Clotilde, por exemplo, ainda não parece ser o fim do relacionamento para Vanderlei. Isto é possível porque na percepção masculina a decisão final cabe ao homem, mais um território considerado tipicamente masculino: *tomar decisão*.

Para Valdo, por exemplo, quando a mulher o chamou de corno nada mais fez do que confirmar que ela não é “mulher direita”, agora não passa de uma amante. Se ele foi corno, assim o foi, no seu entendimento, porque a mulher é quem não presta, ele foi quem foi vítima da infidelidade feminina. Não é a toa que Marisa, sua ex-esposa, relata que numa das discussões Valdoteria a chamado de rapariga, de vadia. O tratamento com a ex-esposa é carregado de adjetivos que servem para desqualificá-la e colocá-la no lugar das mulheres que não merecem respeito, visto não ser mais ela depositaria do rótulo de “mulher direita”.

Os dados relacionados aos casos de infidelidade feminina ou suspeita dela indicam a dificuldade masculina de lidar com a ideia da liberdade sexual feminina, do direito dela escolher seu parceiro sexual. Esta é a arena onde autonomia e liberdade feminina não se coadunam. As mulheres até podem sair para estudar e trabalhar, ganhar mais autonomia e liberdade, mas nas relações conjugais a esfera da sexualidade parece ser inquestionável.

Podem-se encontrar homens que até reclamam do fato da esposa passar grande parte do tempo trabalhando e se qualificando para o mercado de trabalho, mas reconhecem que isso seja um

---

<sup>39</sup> A pesquisa de Machado (1998) sobre as construções da virilidade reflete sobre os discursos de homens que cometeram estupros e que justificavam suas práticas indicando que um “*não*” de uma mulher pode ser um “*sim*”.

aspecto importante da vida da mulher e até na construção do patrimônio do casal, obviamente que ela não poderá abandonar os cuidados com os filhos, o marido e a casa. Por isso, a literatura feminista (MENDES, 2006; TESTONI & TONELLI, 2006).

Se acima se encontrou discursos que ficavam inquietos frente às transformações na ordem de gênero, com maior autonomia, liberdade e individualidade feminina, abaixo será demonstrado como os discursos dos homens acusados nas DEAMs pesquisadas constroem uma interpretação de que o Estado e as instituições estão contra os homens.

### **5.3 “A mentira de uma mulher é uma verdade”: o Estado contra os homens e a nova configuração das relações de gênero.**

As transformações na ordem de gênero não são apenas encontradas nos comportamentos das pessoas, também podem ser visualizadas nas legislações e instituições. Nas DEAMs, os homens compreendem que são espaços apropriados para defender as mulheres. Nelas, eles são acusados de terem aberto as asas, mas lá ficam de asas fechadas.

Certa vez, na 5ª DEAM, eu estava sentado no corredor que servia como sala de espera. Naquele dia, no mesmo corredor, encontravam-se eu e mais três pessoas. Um homem que estava lá para ser ouvido e mais duas mulheres, uma que tinha sido vítima de agressão e outra que a acompanhava para ser testemunha do caso. Nesse corredor tinham dois bancos para sentar-se, cada um de um lado. Do lado esquerdo de quem entrava, a porta principal do corredor estava eu e Valdízio e do outro lado estavam sentadas as mulheres.

Eu e Valdízio temos um corpo franzino e contido e aparentávamos timidez. Mesmo com toda timidez procurei puxar assunto com ele, ao mesmo tempo em que estava atento a conversa das mulheres. Foi quando ouvi uma delas dizer: “mulher quem imaginaria que esses homens batem nas mulheres, aqui eles ficam assim de asas fechadas, mas em casa eles abrem as asas”. A representação que nosso corpo deixava transparecer era que éramos homens “santos” na delegacia, acima de qualquer suspeita. O critério de identificação do agressor era a presença na DEAM, com exceção dos homens profissionais.

A imagem de que os homens estão de asas fechadas representa, entre outras coisas, que a delegacia é um espaço institucional contra os homens. É entendido como um espaço onde só o discurso feminino é verdadeiro, “a mentira de mulher aqui é uma verdade”. Tem essa característica, cabe aos homens construir uma imagem positiva de si mesmo na intenção de inverter a ordem acusatória. As práticas discursivas demonstram que eles querem dizer que estão certos, mesmo numa instituição que o rotula de errado. É ele quem segue os códigos tradicionais de gênero e a mulher não, como foi demonstrado no item anterior.

Já o relato de violência doméstica suscita uma reação cautelosa condenando a ação do agressor, mas, marcada pela cumplicidade masculina e pela desconfiança da ação da justiça. Mitiga a culpa do homem e revela pouca expectativa positiva da justiça, que é percebida como operando contra os homens, resultando no julgamento das potencialmente nefastas consequências de uma denúncia que poderia ser subvertida pela mulher (P. SCOTT, 2011, p. 154).

Nesse sentido, o Estado, as instituições que apoiam a demanda feminista, as políticas públicas, as legislações são hoje construídas para beneficiarem as mulheres e diminuírem os direitos dos homens, é assim que eles enxergam. As mulheres fizeram uma aliança com o Estado, antes visto como androcêntrico, hoje percebido pelos homens

como aliado delas. Um exemplo mais contemporâneo disso é a Lei Maria da Penha.

Na busca dum patriarca para atacar trilham-se muitos caminhos que se interpõem e se articulam. De patriarca rural fundador duma nação desigual, para camadas médias altas que tornam visíveis as práticas de violência e mostram a dificuldade dos itinerários jurídicos da punição, passou-se para pequenos patriarcas que são plenamente atacáveis institucional e judicialmente. Muito do que faz a Lei Maria da Penha um sucesso simbólico se deve a esta alteração do alvo das ações e das políticas. (P. SCOTT, prelo, p. 9)

Essa nova aliança tem incomodado muitos homens. Os dados da pesquisa demonstram como eles reagem diante de uma legislação específica para cuidar dos direitos da mulher. Na opinião dos homens acusados de violência de gênero e dos homens que trabalham nas DEAMs, a Lei Maria da Penha deixa de observar um dos lados da relação, quando escolhe a mulher como a única vítima. Para Vidal, por exemplo, “não tem homem que aguento levar um dedo na cara. Isso a Lei não enxerga, isso é um tipo de agressão, mas cadê...”. Quando a Lei Maria da Penha generaliza, deixando de olhar o específico, atribuindo como grave os casos “menores”, isso traz um dano irreparável para o casal, a dissolução do matrimônio e o aumento do número de agressões são exemplos disso, pensa Vidal. Para ele(s), as Delegacias, especialmente as Delegacias da Mulher, expõem homens honestos, evidenciam e publicizam os conflitos conjugais e a incapacidade de resolução negociável, a evidente desobediência feminina e o fracasso masculino em controlar as esposas/namoradas/companheiras.

“eu um pai de família, trabalhador passando por essa humilhação, isso é o que questiono nessa Lei Maria da Penha, eu que fui a vítima da história é quem estou aqui tendo que me defender. Veja meus braços ainda tem as marcas das unhas dela, o agredido aqui fui eu... Não quero dizer que sou totalmente contra a Lei Maria da Penha, mas sou contra o excesso, a desigualdade que se cria, não se pode deixar de olhar o outro lado...” (Valderi).

Na aliança entre Estado e Mulher pode-se constatar um paradoxo. O Estado que sempre foi acusado de ser androcêntrico, hoje é acusado pelos homens pesquisados de ser defensor das mulheres e negligenciador dos direitos deles.

As reclamações constantes de homens exibem outro paradoxo. Hoje os homens, nas DEAMs, reclamam que seus direitos são alijados. Esse tipo de reclamação ficou muito associado ao feminino porque por muito tempo os direitos das mulheres ficaram em segundo plano. Uma diferença básica é que, de fato, historicamente os direitos das mulheres foram negligenciados, já para os homens parece-me que a prerrogativa de terem seus direitos garantidos fez com que eles os vissem como algo natural, e quando se viram diante de reformulações legais sentiram-se prejudicados.

Algumas falas dos homens nas DEAMs refletem o temor e revolta dessa nova aliança: “homens na delegacia da mulher não têm vez, mas vou buscar meus direitos...” (Valdo). A noção de que homem não tem vez na delegacia é reforçado pela fala de um profissional da 5ª DEAM ao afirmar que: “digo sem medo de errar, oitenta por cento dos casos notificados aqui são tudo mentira, invenção das mulheres, os outros vinte por cento realmente aconteceram”. Tal afirmação coloca em suspeita a maioria das queixas femininas, e corrobora com o pensamento da maioria dos homens acusados de que as DEAMs foram criadas para resguardar apenas os direitos das mulheres, mesmo em situações onde elas estão erradas ou mentindo e os homens certos e falando a verdade.

“eu um pai de família, trabalhador passando por essa humilhação, isso é o que questiono nessa Lei Maria da Penha, eu que fui a vítima da história é quem estou aqui tendo que me defender. Veja meus braços ainda tem as marcas das unhas dela, o agredido aqui fui eu... Não quero dizer que sou totalmente contra a Lei Maria da Penha, mas sou contra o excesso, a desigualdade que se cria, não se pode deixar de olhar o outro lado... Quanto ao meu relacionamento com Jussara ela quem sai perdendo porque a agora quem vai



sustentá-la, pagar pelo luxo dela, só tenho responsabilidade com os meus filhos e nada mais. Olhe, eu ganho bem, não entendo porque ela fez isso..." (Valderi).

Ainda dentro da Lei Maria da Penha há um questionamento das consequências das medidas protetivas. Eles procuram demonstrar que não são culpados, que não cometeram agressão, mas mesmo assim seus apelos são desprezados diante da força da lei e do poder feminino de dar andamento a queixa (se ela ou o ministério público representar a denúncia será aberto um processo na esfera jurídica).

"realmente fui à casa dela, mas não a agredi. Quanto ao que ela diz que vivo atrás dela, ligando pra ela, não é verdade, ela é quem vive ligando pra mim, domingo mesmo ela me ligou, tá aqui a prova [mostra dados da ligação no celular]" (Vamberto).

Diante dessa afirmação, a profissional da DEAM diz o seguinte: "é melhor o Sr. se afastar da sua ex-esposa porque se não for obedecida as medidas protetivas o Sr. vai preso".

Valentin passou pela mesma situação. Na DEAM, uma profissional disse a ele que em caso de reincidência no descumprimento das medidas protetivas ele seria encaminhado para o COTEL<sup>40</sup>. Ele então retruca dizendo: "ela vive me ligando e passando em frente ao meu trabalho, inclusive já chegou até ir à farmácia para pedir remédios para os meninos".

A revolta aumenta quando as medidas protetivas impedem que eles vejam os filhos, independente de hora marcada, "eu não tenho direito de ver meus filhos? Que lei é essa?". Tais indagações reforçam a ideia da unilateralidade das legislações que resguardam os direitos da mulher e da família.

As reclamações referentes à Lei Maria da Penha, não ficaram restritas as falas dos homens, também foram compartilhadas por

---

<sup>40</sup> Centro de Observação e Triagem Prof. Everardo Luna (Abreu e Lima).

algumas mulheres, poucas claro. Uma delas foi Dona Josefa (60 anos de idade), que estava na 2ª DEAM acompanhando seu filho (26 anos de idade), acusado de cometer agressão contra sua ex-companheira (mãe da filha dele). Ela estava revoltada com a situação que passava o filho e ao mesmo tempo revoltada contra as mulheres que vão as DEAMs para denunciar maridos e/ou namorados. “esse tipo de mulher são todas safadas, mulher honesta não anda em delegacias. Se elas sabem que eles não prestam porque ficam com eles, elas sabem quem são eles porque insistem em ficar com eles” (Josefa). Sua revolta se estendia a Lei Maria da Penha por achá-la injusta e só proteger as mulheres (“safadas”). Esse discurso, como todos aqui analisados, tem que ser interpretados a partir do contexto e da história que os possibilitam. No caso de Dona Josefa, seu discurso leva em conta o fato de ser mãe de um acusado e discordar com as transformações no comportamento feminino, como por exemplo, ter a liberdade e autonomia de ir a delegacia denunciar o companheiro. Isso é possível porque o conjunto de referências da maioria das mulheres é o mesmo que o dos homens acusados de violência conjugal.

Nessa seara, não só a Lei Maria da Penha, mas outras legislações estão a serviço da nova aliança formada entre mulher e Estado. A lei sobre a pensão alimentícia é outro exemplo que deixa o homem acuado e obrigado a seguir uma legislação que a seu ver privilegia as mulheres. Quando um diz, “eu sou obrigado a pagar pensão, mas não sei para onde vai o dinheiro”, ou ainda, “se eu der dinheiro pra ela, ela gasta tudo com futilidade, roupas, etc.” e, finalmente, “ela tá fazendo poupança com o meu dinheiro”, essas falas expõem a insatisfação masculina num conjunto de leis e instituições que não permitem que ele fiscalize o destino da pensão alimentícia. Nesse sentido, a fiscalização e o controle sobre o dinheiro ganha uma

proporção significativa e questionador implícito da aliança entre Estado e Mulher.

Nas práticas discursivas dos homens acusados de violência conjugal há um forte apelo à noção de que são vítimas:

- Das armações e agressões das mulheres;
- Das legislações que acobertam os erros femininos;
- Do Estado que fomenta políticas públicas direcionadas exclusivamente para as mulheres, deixando a mercê os homens;
- Da dependência química que o faz tornar-se agressivo<sup>41</sup>;
- Dos padrões tradicionais de gênero que o impele a seguir no sentido de demonstrar força, atitude, virilidade e saber administrar o poder que exerce ou deveria exercer sobre os outros.

A autodesignação de vítima corrobora com a perspectiva que tomavam os homens como vítimas dos condicionantes de gênero, fazendo com que se sentissem culpados dos problemas enfrentados pelas mulheres. Assim, eles não só possibilitariam sofrimento aos outros, como eles próprios sofreriam diante do pesado fardo imposto pelo sistema de gênero.

Na percepção dos homens analisados, a noção de vítima extrapola a ideia de sistema de gênero sufocante, para eles, ser vítima implica, antes de tudo, dizer que foram agredidos pelas mulheres, que caíram nas armadilhas femininas ou em circunstâncias extemporâneas, somado a isso ainda figura a percepção de que são vítimas do Estado que cada vez cria mecanismos punitivos para os homens, renegando, em parte, a possibilidade de direitos iguais.

---

<sup>41</sup> "De fato agredi minha esposa, me arrependi do que fiz, ela é uma mulher que todo homem gostaria de ter, uma boa dona de casa, trabalhadeira, mas infelizmente quando bebo fico assim violento. Até já procurei ajuda, um amigo meu me indicou um psicólogo para fazer um tratamento" (Vambast).

Claro que analisando a Lei Maria da Penha nota-se que há um reconhecimento da inclusão dos homens em ações que visem erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esse reconhecimento, no entanto, precisa ganhar força efetiva no cotidiano dos homens acusados de violência conjugal para promover mudanças culturais significativas e não se restringir a um dispositivo meramente punitivo, como é sentido por esses homens.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência conjugal não se configura num problema analítico simples, é, de antemão, um fenômeno que envolve relações sociais com toda a complexidade que é própria do que se denomina de social, intrínseca e extrinsecamente falando. Ademais, quando se trata das relações sociais de gênero que se apresentam mais difíceis de desvelamento, dada às contradições e desalinhos que metamorfoseiam suas estruturas e práticas. No emaranhado em que se expressam e se constituem essas relações, buscar os significados das práticas, reveladas nos discursos masculinos, requereu prioritariamente considerar o aspecto relacional como um ponto de partida e de chegada na análise da violência.

Tal postura metodológica teve implicações para além da análise e construção dos dados, refletiu também nas orientações e posicionamentos teóricos fazendo escolhas por autores(as) que refletiram as relações humanas de maneira relacional sob diversos aspectos, visto que os dados revelados colocou desafios de lidar com discursos que não se ajustavam facilmente a um só ângulo das relações sociais na qual estavam imersos. Tratou de discursos fluídos, contraditórios, mas ricos na dimensão simbólica e sentidos implícitos que suscitavam ao explicitar práticas num contexto de violência doméstica.

Ao decifrar essas práticas, a discussão de gênero se fez importante e foi utilizada como suporte teórico analítico para compreender a construção da masculinidade e da sua relação com a violência. Nessa discussão, uma diversidade de assuntos como sexualidade, divisão sexual do trabalho, corpo, natureza e cultura, poder e dominação ganham realce. Todavia, essa heterogeneidade discursiva, que tem como pano de fundo as relações de gênero, possui algo em comum, a ideia de que as relações de gênero

expressam relações de poder que, por sua vez, aparecem como premissa universal, apriorística, no conceito de gênero. Mais problemático do que o preceito universalista é a indicação de que o poder está centrado no sujeito (homens) e não permeando as relações (homens e mulheres). A afirmação de que as relações de poder permeiam as relações humanas requer uma verificação in lócus, não pode ser condição dada aprioristicamente. Nesse sentido, a concepção relacional e relativista de Marilyn Strathern (2006) a respeito de gênero foi elucidativa para a construção do argumento em torno dessa questão.

Os dados dessa pesquisa confirmam o que foi mencionado acima, ou seja, revelam que as relações do poder ou o exercício de poder está presente, mas não como algo a priori e concentrado unicamente em um sujeito da relação, os homens, que supostamente o exercitam ao bel prazer. O poder masculino circula, é fato, mas essa circulação sinaliza que a dominação masculina é abalável ou sempre foi. Os discursos masculinos também mostram que mesmo num contexto de violência conjugal onde, muitas vezes, são autores da violência, a dominação masculina não tem plena realização, não reina absoluta. Nesse sentido, Hannah Arendt (2009) foi de grande valor argumentativo, ao permitir enxergar a violência não como ausência de poder, mas como perda de poder. Quem domina não precisa fazer uso de um recurso que representa a derrocada da legitimidade da dominação.

Nos discursos masculinos se podem perceber fortes apelos ao cumprimento das normas tradicionais de gênero imputadas às mulheres, mas também se pode perceber que tais reivindicações se tornavam mais fortes à medida que ocorria um crescimento da autonomia e liberdade feminina, ou seja, quando se sentiam ameaçados. Tais investidas se apresentam nos discursos, através das ambiguidades, contradições e incoerências, provavelmente

estratégias que demonstram não lidarem bem com as novas situações que se lhes apresentam através das posturas e comportamentos femininos. Notando que a divisão requerida pelas mulheres era por autonomia e liberdade, os homens passavam habilidosamente a ter posturas ambíguas. Ao tempo que reconheciam as conquistas e direitos femininos adquiridos, impunham-lhes limites, controle no comportamento.

Sendo assim, situações como o desejo da esposa trabalhar fora e de estudar requeriam longas e cansativas discussões entre o casal, já que tal decisão interferia diretamente na rotina da família, principalmente se haviam filhos pequenos. Nesses casos, era necessário, as mulheres investirem num forte campo de negociação junto aos companheiros, que nem sempre chegava a um consenso. Situações do tipo: “não faz sentido você trabalhar e a gente pagar uma babá”, mostrava a restrita compreensão masculina sobre o desejo feminino de trabalhar, associando esse a um caro investimento, o custo de sair de casa e ter que arranjar substituta remunerada para os cuidados da filha (babá). Permitiu, então, perceber que os homens se postam ambigualmente diante das mudanças relativas às estruturas de gênero.

Quando as negociações se esgotam e os homens se veem em situações que pressupõem que não mandam, como se entendia que mandavam outrora, podem recorrer a violência. Essa recorrência é ainda mais acentuada quando pressupõem ou percebem tentativas de inversão da ordem de dominação. Quando supõem que as mulheres querem mandar neles a reação não é nada amistosa. A exemplo do episódio em que a mulher vai até o bar onde o companheiro está bebendo e ordena que ele vá para casa e pare de beber. Há, nesse exemplo, uma demonstração de que a mulher está mandando no homem, algo ainda pouco aceitável no mundo masculino, demonstração da forte presença de uma estrutura de dominação

enraizada nas relações de gênero respaldando as desigualdades, discutida pela lente de Bourdieu (2010). Essas situações fazem com que os “parceiros de copos” passem a ridicularizar e duvidar do poder de controle masculino exercido sobre a casa e os membros da família, como revelou em seu estudo Cynthia Sarti (1996).

As nuances presentes nessas conjugualidades conflituosas investigadas, reforço, permitiu escolher um conjunto de vozes teóricas que não levassem a esquemas fechados e dicotômicos. Nesse sentido, a perspectiva de gênero utilizada por Marilyn Strathern (2006) se adequou à forma como enxergo as leituras de gênero e de masculinidade. Entre tantas coisas ditas por essa teórica, me foi simpática a ideia de não partir com formulações conceituais prontas e acabadas, como se tais formulações tivessem um alcance geográfico e epistemológico universal.

O conceito de gênero forjado pelo ocidente pressupõe a existência de relações de poder nas relações entre homens e mulheres, como condição inexorável e concentrada em mãos masculinas (BOURDIEU, 2010). A leitura feita a partir de Strathern (2006) permite ampliar a visão sobre a questão, faz imaginar a possibilidade de flutuação do poder e a impossibilidade de antever sua presença nas relações sociais. Não dá para afirmar antecipadamente se há poder nas relações e, em caso de existência, não dá para indicar aprioristicamente como se configura, através de que, quem e como. Assim, não se pode indicar antecipadamente e taxativamente que todos os tipos de relações e configurações da ordem de gênero sejam regidas por uma lógica que destinem sempre a um sujeito específico o domínio sobre o outro, sem que haja formas de resistências ou modificação nos modos de relações regidas por algum grau de dominação.



O modo de pensar de Strathern (2006) se aproxima com a forma de pensar as relações de gênero de Gregori (1993a e 1993b) que propõe uma análise sobre o complexo da violência conjugal a partir de uma perspectiva dialética onde os sujeitos e as relações que os envolvem não sejam tomadas a partir do par dicotômico mulher vítima-passiva e homem agressor-ativo, da qual compartilho. Não se pode privilegiar esse tipo de polarização porque além de não dar conta da complexidade das relações de gênero, ainda impõe uma visão reducionista sobre os sujeitos, elegendo de um lado um sujeito passivo, submisso, preso ao seu destino histórico, e de outro lado um sujeito viril, ativo, poderoso e dominador.

Embora reconhecendo que no contexto das delegacias os discursos masculinos foram construídos sob condições que os colocavam numa postura de defesa diante da pressão e tensão sofrida pela situação de acusados e agressores, nos discursos desses homens notou-se o reforço à ideia de mulheres que não são passivas, que reagem, agridem, mentem e traem. Ou seja, não as reconheciam como sexo frágil e vítimas. Partindo dessa interpretação ou leitura localizada e específica, mas que se constitui como uma forma de perceber e vivenciar as relações de gênero e que não pode deixar de ser considerada importante para entender as relações conflituosas de gênero, não se pode afirmar que homens sempre dominam e que mulheres sempre aceitam passivamente a dominação.

Procurando fugir da perspectiva vitimista, o propósito foi entender o comportamento dos homens, através de seus discursos, utilizando como recurso analítico a ideia de jogos de negociação e estratégia nas relações conjugais. Pensar assim implica dizer que nem homens nem mulheres são sujeitos passivos, mesmo quando os próprios homens se dizem vítimas das agressões femininas, da nova aliança realizada entre as mulheres e o Estado, do tratamento recebido nas delegacias especializadas da mulher que, segundo eles,

não respeitam suas opiniões e explicações sobre as acusações. Acredito que quando eles usam discursivamente a noção de vítima estão articulando significados que explicitam as mudanças na ordem de gênero e, portanto, interpretando o mundo, as relações e as coisas a partir do modo peculiar como pensam, sendo assim sujeitos da sua própria história.

Foi importante sedimentar os argumentos científicos fazendo uma conexão analítica com os discursos do mundo da vida, do cotidiano e perceber como estes últimos reforçam as estruturas práticas e discursos presentes nas relações de gênero e, particularmente, na construção da masculinidade e da sua associação com a violência, em alguns elementos comumente presentes nesses discursos, a exemplo de virilidade, machismo, provisão econômica, heterossexualidade entre outros (OLIVEIRA, 2004; CONNEL, 1997; VALE DE ALMEIDA, 1995).

Não se pode deixar de considerar que parte das reflexões teóricas feministas pautam-se por discussões que, geralmente, elegem as mulheres como vítimas dos homens, da dominação masculina e de um sistema de dominação que se estende as coisas, instituições, as pessoas e suas relações e que tem implicações no modo como se analisam e se discutem as relações de gênero e as práticas de violência.

Por outro lado, ainda no contexto das discussões teóricas, particularmente sobre masculinidades, teve proeminência entre alguns ciclos intelectuais o discurso vitimário afirmando que os homens sofrem em decorrência das consequências dos condicionantes de gênero e, portanto, não são totalmente responsáveis pelo que fazem, e sim resultado das influências de gênero. As vivências e experiências masculinas tornavam-se um fardo imposto por um sistema que não só prejudicava as mulheres, mas também aos

homens, quando cobravam deles o desempenho de certas atribuições difíceis de serem exequíveis na prática cotidiana. Percebe-se, então, nesses exemplos dados sobre abordagens de gênero e de masculinidade, a ideia de vítima-passiva. Os homens pesquisados também recorrem a esse conceito para construir discursos de desresponsabilização do ato violento ou ao menos indicarem parte da culpa. Dessa forma, parece que esses homens articularam melhor a noção de que os sujeitos não são passivos, porque a autoatribuição de vítima é uma prática discursiva que visa minimizar da acusação e responsabilização dos atos os sujeitos envolvidos. Aqui percebo um jogo de acusação que leva a interpretar que a atribuição de vítimas utilizadas por mulheres e homens se reverte em discursos acusatórios que exaltam o caráter ativo de sujeito vitimado, ou seja, a “vítima” se torna “algoz” e vice-versa, e nesse jogo os sujeitos tornam-se ativos, implicantes nas relações violentas.

O tipo de análise desenvolvida pelos integrantes desses grupos via na condição do gênero masculino um foco de problemas para a socialização dos varões, em consequência dos ideais de força, coragem, autonomia, etc., que deviam estar refletidos nas práticas comportamentais masculinas. [...] Nessa linha de raciocínio, durante todo o processo de socialização, a maioria dos homens acabava sendo vítima das próprias expectativas criadas em torno do ideal social de masculinidade, diretriz fundamental para os agentes que buscavam uma identidade masculina à altura daquela tida como legítima (OLIVEIRA, 2004, p. 172).

Essa discussão traz a tona outra concepção indicada por Soares (2009), que é o conceito de *violência contra a mulher* que indica automaticamente quem é a vítima e quem é o agressor na relação, sem abrir espaço para uma reflexão mais aprofundada das relações conjugais. O conceito, dessa forma, cria uma fixidez analítica não flexibilizando a possibilidade de perceber o homem como vítima da violência conjugal e a mulher como agressora. A alternativa, então, para um conceito relativamente mais neutro seria violência conjugal por este abarcar a dinamicidade dessa modalidade de violência, do

qual compartilho para pensar as relações conflituosas de gênero em discussão.

A crítica ao conceito de violência contra a mulher se estende na análise da própria Lei Maria da Penha que, segundo Soares (2009), além de atribuir antecipadamente quem é vítima e agressor, cria uma desigualdade jurídica ao punir diferentemente homens e mulheres que praticam o mesmo ato violento. Os discursos dos homens investigados parecem concordar de certa forma, com a autora, ao dizerem que a referida lei comete uma injustiça ao só olhar e defender um lado da relação (“é uma lei injusta, só vê o lado das mulheres”). Não só para os homens acusados, mas também para alguns profissionais as delegacias são redutos de proteção exclusiva às mulheres contra os homens, a exemplo do que disse certo funcionário “a mentira de uma mulher aqui é uma verdade”. Estas expressões indicam que essas delegacias se configuram como espaços meramente de punição e não de compreensão mais ampla e resolução mais efetiva desses conflitos. Criando, algumas vezes, desse modo, brechas para acentuar os conflitos já existentes. Ainda se percebeu nos discursos informais de alguns profissionais dessas delegacias os preconceitos e visões tradicionais de gênero, o que também reforçam as posturas hierárquicas e as desigualdades de gênero na sua forma profissional e institucionalizada, também discutida em outros estudos que trataram do atendimento nas delegacias (MENDES, 2009; STREY, WERBA, NORA, 2004).

Na medida em que os dados foram permitindo apreender as lógicas internas dos discursos dos sujeitos envolvidos pude, então, criar os eixos interpretativos dessa tese percebendo que nos discursos dos homens acusados havia um apelo em reforçar como as relações de gênero deveriam ser através do cumprimento das normas tradicionais, reflexo do reconhecimento e da inconformidade pela

presença de autonomia feminina, possibilidade de ameaça do poder engendrado pelos homens.

O fato das mulheres estarem mais autônomas e com mais liberdade não é fruto apenas de um empreendimento individual feminino, mas de uma rede institucional que busca transformar as estruturas de poder. Essa aliança entre setores ligados às mulheres e o setores estatais não é vista positivamente pelos homens porque tomam como base a Lei Maria da Penha, representando o máximo dessa aliança e ao mesmo tempo construindo um novo campo de desigualdades - "homens nas delegacias não têm vez..." (MENDES, 2009, 2008; RIOFIOTIS, 2008, 2006, 2004).

O fato das mulheres irem às DEAM fazerem uma denúncia pressupõe a percepção de que possuem "certos direitos", enquanto para os homens irem à DEAM é interpretado como usurpação dos seus direitos, porque lá, mesmo estando calados, estão errados. Essa característica se apresentou nos dados, como em outras pesquisas sobre violência contra a mulher (MENDES, 2009).

Esse trabalho se propôs a estudar a violência conjugal através dos discursos de homens acusados de agressão a fim de verificar a relação entre as práticas violentas e os referenciais de masculinidades seguidos e almejados por eles. Tal proposta não afirma como estável e imutável as categorias mulher-vítima e homem-algoz.

A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais (MEDRADO & LYRA, 2008, p. 826).

O reforço ao ideal de homem provedor, que mesmo diante de todas as dificuldades, consegue sustentar a família, ainda perpassa os discursos masculinos. É exaltado, muitas vezes, com teor saudosista que remete àqueles tempos onde cabia ao varão ser o chefe de família, em todos os sentidos que a palavra carrega (reserva moral, autoridade incontestável e provedor financeiro da família). Isso acontece ao se constatar que o mundo vem se transformando e nesse processo de mudança existem os aspectos reservados as relações de gênero que põem em xeque a dominação masculina, e destina às mulheres espaços sociais que tempos a fio foram reservados aos homens.

A acalentada ideia do pai provedor é outra criação com pouco tempo de existência histórica, ainda que tenha conquistado foros de legitimidade semicientífica, seja no funcionalismo parsoniano ou, mais recentemente, nos tratados de sociobiologia. Mesmo nos dias atuais, o pai provedor nunca vingou de modo eficiente nos segmentos mais pobres, onde o orçamento familiar demanda o trabalho de outros membros da família, incluindo mães e filhos (OLIVEIRA, 2004, p. 51).

Os homens pesquisados reconhecem esse processo de transformação e sentem cotidianamente seus reflexos. Mudança de comportamento feminino frente às práticas de gênero, como inserção no mercado de trabalho, melhor qualificação, autonomia e liberdade para decidir sobre o curso das relações conjugais. Tais mudanças não exterminam, por completo, aspectos dos modelos tradicionais das masculinidades<sup>42</sup>. Um exemplo é quando a tomada de decisão para se

---

<sup>42</sup> "A análise sobre essa tradição nos remete, assim, à necessidade de reflexões sobre a construção de masculinidades e feminilidades que vão além da vitimização de alguns (mulheres) e da culpabilização de outros (homens) [...] Ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais 'generificadas', ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero [...] Isso não implica processo de *desresponsabilização* individual, mas reconhecer que as análises que agregam a dimensão relacional do conceito de 'gênero' permitem compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino e não apenas entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres" (LYRA; MEDRADO, 2008, p. 820).

separar é feita pelas mulheres e grande parte dos homens não aceitam esse fato porque entendem que o papel de decidir, ainda, está reservado a eles. Há, nesse sentido, um questionamento dessas mudanças através do reforço às práticas tradicionais de gênero.

Observou-se, então, que as atitudes e comportamentos desses homens, sobre suas companheiras ou esposas, pautavam-se na concepção de posse e de propriedade destas. As relações de gênero no cotidiano dessas famílias eram processadas dentro de uma lógica, ainda, machista (SAFFIOTTI, 2004). Criar empecilhos para não deixar a esposa ter um trabalho remunerado alegando que em primeiro lugar estão os afazeres domésticos, como por exemplo, cuidar do filho pequeno, indica que a lógica tradicional de divisão sexual do trabalho, ainda, permeia o imaginário de alguns homens. Assim, podem ter a família sob controle, o que inclui a casa e as companheiras (SCOTT, 1990). As reclamações de que a comida não havia sido feita, estava ruim, fria, ou que os filhos estavam largados e a casa suja, evidenciavam a requisição masculina dos papéis tradicionais de gênero, cabendo às mulheres o trabalho doméstico (improdutivo) e aos homens o trabalho na esfera pública (produtivo). Improdutivo porque é percebido como aquele que não traz o sustento do grupo doméstico e produtivo por caber a eles cumprir tal tarefa.

Ao serem desafiados, os companheiros reagem através da força física, uma forma descontrolada de manter a situação sob controle e sob domínio masculino. Ou seja, lembrando Arendt, a violência torna-se o recurso último para impor uma vontade que já foi destronada pela deslegitimação da dominação.

É diante desse quadro geral que se forma grande parte, da violência impetrada contra as mulheres que, por sua vez, não são passivas (GREGORI, 1993a, 1993b; SOARES, 2009) e nem cúmplices nesse contexto, respondem de diversas formas à situação de

violência, indo desde reações mais conservadoras de ocultação, até reações do tipo moderadas e radicais. Outras reações femininas frente às situações de violência se apresentam como decisão de separação, abstinência sexual e traição (MENDES, 2009). Esta última, aparecendo em bem menor escala, devido à própria forma de socialização das mulheres que são orientadas para serem fiéis (BOURDIEU, 2002).

No conjunto do grupo pesquisado existia grande número de relações afetivas desfeitas, algumas delas apontadas por motivos de traição. Alguns homens expuseram suas insatisfações e acusações ao comportamento infiel das ex-companheiras. A suposta traição, apontada por eles, figura entre os aspectos desencadeadores da violência conjugal. Raro foram os casos em que os homens aceitaram continuar a união conjugal, depois da desconfiança de traição. Num dos casos, a tentativa de reconciliação era explicada pelo fato de que, geralmente a mulher não trai, se vinga do homem ("mulher é um bicho vingativo"). O fato de ela devolver na mesma moeda contemporiza seu comportamento, porque sua traição fora ocasionada por fatores externos (a traição masculina), enquanto que a traição masculina é explicada através do descontrole natural no homem, advindo das pulsões sexuais que carrega (SALEM, 2004; MACHADO, 2010)

A complexidade dessa problemática faz com que eu a conceba como um emaranhado de fatores que não se encaminham em via única, linear e progressiva, mas em rotas contraditórias e ambíguas dentro de um quadro de permanências e mudanças ou de mudanças que se fazem com permanências e que atravessam a um só tempo micro e macro poderes nas suas formas positivas e negativas, daí o desafio da sua interpretação (MENDES, 2005; LIPOVETSKY, 2000; BOURDIEU, 2002). O episódio em que a ex-esposa "obriga" o ex-marido a ficar com os filhos para que ela vá para a balada ilustra bem



sinais de mudanças, mas a reação masculina realça o apelo ao modelo tradicional (“como pode uma mãe deixar os filhos doente em casa e sair para a balada?”), aqui o reclamante, o ex-marido, não interpreta o comportamento da ex-esposa como uma maneira de dividir os cuidados com os filhos.

Outra ideia fundante para as discussões empreendidas neste trabalho é a noção de que as identidades não são fixas, imutáveis. Esse pressuposto indica como homens em posições diferentes podem acionar modos diferenciados de ser. Inclusive, podendo ser violento em casa e “dócil” na delegacia. O próprio corpo masculino, pelo menos de alguns homens, reflete isso. No espaço da Delegacia, a expressão corporal é contida, introspectiva, encolhida representando um estado de fragilidade, daí a ideia de homens com as “asas fechadas”, expressão essa, parodiada por uma mulher presente na DEAM, em Jabotão dos Guararapes, que afirmou que, quando os homens estão na delegacia ficam “uns santos”, ao ponto de ninguém imaginar que são agressores, no entanto, em casa se transformam, “abrem as asas”. A partir daí, se pode dizer que os modos operantes de ser variam de acordo com a situação, com o momento, possibilitando uma fluidez nos comportamentos e nos modos de atuar socialmente. Por isso, fica difícil trabalhar com a noção de identidades fixas, imutáveis, coesas, coerentes.

Ainda é importante reforçar que a noção de práticas discursivas (SPINK, 2010 e 1994) confirma a ideia de flexibilidade de comportamento e da fabricação dos discursos, a partir de contextos sociais produtores de sentidos. Assim, se faz necessário interpretar um discurso, concomitantemente, considerando o contexto na produção de tais práticas discursivas. Por isso, é fundamental pensar que os discursos são construções situacionais. Os homens constroem seus discursos na delegacia a partir do discurso do “outro” (nesse caso “outra”), mesmo que em seu discurso encontrem-se

divergências e contradições que, na verdade, são expressões de maneiras de construir as mediações entre as relações de gênero.

Em se tratando de violência conjugal, reforço aqui ser fundamental trabalhar com os homens, uma vez que são eles majoritariamente os agressores. Fazendo isso, certamente poderá se chegar mais próximo de explicações mais eficazes e concretas sobre tal fenômeno. De acordo com Medrado e Lyra (2011, 2008, 2002), para compreender a violência de homens contra as mulheres é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinas e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual esses são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, formas geralmente aceita como marcas ou provas de masculinidade.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. **Gênero e masculinidades**: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal / Luiz Henrique Machado de Aguiar, orientadora Gláucia Ribeiro Starling Diniz. Brasília, DF: o Autor, 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, 2009.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Quem é frouxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino, **Projeto História**, São Paulo, Vol.19, pp.173-188, 1999.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. 1ª ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1998.

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática** – 2005, 7(2): 171-206.

AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e Feminino**: a construção social da diferença. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1994.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. Violência em Delegacias da Mulher no Nordeste. In: CORRÊA, Mariza... [et al]. **Gênero e Cidadania**. Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

AQUINO, F. Luciana de. **Homens "cornos", mulheres "gaieiras"**: infidelidade conjugal, honra, humor, e fofoca num bairro popular do Recife-PE. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MARTINS, Edna Julia Scombatti; SANTOS, Ana Lúcia dos. Violência de gênero e violência contra a mulher. In.: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 113-135, jan./abr. 2008.

BADINTER, Elizabeth. XY - **Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

\_\_\_\_\_. **Um é o outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARKER, Gary T. **Homens na linha de fogo**: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

BATESON, Gregory. **Naven**: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo – volume único. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEIRAS, Adriano; MORAES, Maristela; ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; CANTERA, Leonor M. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**; 24 (1), 36-45, 2012.

BEIRAS, Adriano; RIED, Juliana. TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Políticas públicas e programas de atendimento: homens autores de violência contra a mulher**. Disponível em: <[http://www.cime2011.org/home/panel2/cime2011\\_P2\\_AdrianoBeiras\\_JulianaReid.pdf](http://www.cime2011.org/home/panel2/cime2011_P2_AdrianoBeiras_JulianaReid.pdf)> Acesso em 14 de Fev de 2013.

BIANCARELLI, Aurelino. **Assassinatos de mulheres em Pernambuco: violência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo**. São Paulo: Publisher Brasil: Instituto Patrícia Galvão, 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O Sociólogo e Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Ensaio Geral; 3).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Esboço de autoanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Sociologia.** (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic. **Réponses** – Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seil, 1992.

BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. **Masculinidades no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher:** performances em cena. 2010, 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CAMPOS, Carmen Hein. Justiça consensual, violência doméstica e direitos humanos. In.: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CASARES, Aurelia Martín. Antropología del género: culturas, mitos y estereótipos sexuales. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades:** a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas do início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CAVICCHIOLI, Marina R. Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina. In: **Sexo e violência**: realidades antigas e questões contemporâneas / Organização de Geraldo Costa Filho, Renata Senna Garrafoli e Pedro Paulo Abreu Funari. São Paulo: Annablume, 2011.

CECHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4** – sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONNEL, Robert W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Ed.). **Masculidades**: poder e crisis. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997. p. 31-48.

CORRÊA, Tiago Matheus; MEDRADO, Benedito. Homens e violência contra a mulher: uma leitura crítica sobre produção bibliográfica. In: **XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE**, de 29 a 31 de outubro de 2007.

COSTA, Marcia Regina; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

COSTA, Rosely Gomes. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In. **Gênero em matizes** / [coordenação de] Heloisa Buarque de Almeida; Rosely Gomes Costa; Martha Celia Ramirez; Érica Renata de Souza. Bragança Paulista, 2002. 412p. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

COUTO, Márcia Thereza. **(Re) definindo espaços:** mulheres, ação política e relações de Gênero. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

CUNHA, Flávia Melo da. Da investigação policial à investigação antropológica: implicações da proximidade e do distanciamento na pesquisa antropológica. In: **Etnografia, etnografias:** ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico / Organização de Daniela Feriani, Flávia Melo da Cunha e Iracema Dulley. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica:** Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio:** mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DA MATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dario (org.) **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

\_\_\_\_\_. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro. Revista Enfoques, volume 9, número 1, agosto 2010.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, fevereiro 2008.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. As Delegacias Especiais de Polícia e o Projeto Gênero e Cidadania. In: CORRÊA, Mariza... [et al.]. **Gênero e Cidadania**. Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.



DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". **Cadernos Pagu (29)**, julho-dezembro de 2007: 305-337.

DEL PRIORE. Mary. **Matar para não morrer**: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira... [et. al.]. **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos em representações sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

DIÓGENES. Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume, 2008.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. "O Cotidiano Sexuado de Meninos e Meninas em Situação de Pobreza". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem Mandou nas Nascer Mulher?** Estudos sobre criança e adolescentes pobres no Brasil. - Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1997.

ESPINAR RUIZ, Eva. **Violência de género y procesos de empobrecimiento**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2006.

FALCKE, Denise; OLIVEIRA, Denise Zagonel de; ROSA, Larissa Wolff da; BENTANCUR, Maria. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, vol. 2, n. 2, julho/dezembro, 2009.

FERIANI, Daniela Moreno. Escolhas metodológicas e etnografia em um campo de interlocução entre Antropologia e Direito. In: **Etnografia, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico** / Organização de Daniela Feriani, Flávia Melo da Cunha e Iracema Dulley. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FERREIRA, Verônica. Violência contra a mulher em Pernambuco: a difícil tarefa de entender o contexto. In: **Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar**. Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira (organizadoras). Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005.

FONSECA, Cláudia. Uma Genealogia do Gênero. In.: SCOTT, Russell Parry (org.) Pesquisando Gênero e Família. **Revista de Antropologia. Série Família e Gênero** vol.1, no 2. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**. À vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GALINKIN, Ana Lúcia. A (des)construção da pessoa e da violência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira... [et. al.]. **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **O Saber Local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2003.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):47-57, 2005.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Nardilene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; CAMARGO, Climene Laura de; SILVA, Marieve Pereira da. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS) 2012 jun; 33(2): 109-116.

GOMES, Nardilene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire. Homens desvelando as formas da violência conjugal. In: **Acta Paul Enferm** 2008; 21(2): 262-267.

GOMES, Nardilene Pereira; FREIRE, Normélia Maria. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2005, mar-abr; 58(2): 176-179.

GÓMEZ ETAYO, Elizabeth. **Nem anjos nem demônios:** homens comuns: narrativas sobre masculinidades e violência de gênero. Campinas, SP: [s.n.], 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GONÇALVES, Marcos Antonio. **Traduzir o outro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GRANJA, Edna Mirtes dos Santos; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**; 21 (1): 25-34, 2009.

GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. **Entre crimes e castigos**: matriz de (im)possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero / Edna Mirtes dos Santos Granja. Recife: O Autor, 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 51, n. 2 2008.

\_\_\_\_\_. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, N.1/93. Pág. 143 a 149. (1993a)

\_\_\_\_\_. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993. (1993b)

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza & RIAL, Carmem (orgs). "Entrevista com Joan Wallach Scott". In.: **Revista Estudos Feministas**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, 1998.

GROSSI, Patrícia Krieger; CASANOVA, Maria de Fátima; STAROSTA, Michele. Grupos para homens que exercem violência conjugal: um desafio no enfrentamento da violência de gênero. In.: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. O conceito de mundo da vida. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-150, abr./set. 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1 – julho de 2009. Issn: 2175-3423.

HEILBORN, Maria Luiza. De que gênero estamos falando? In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**, 2012.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 4, v. 9, p. 103-117, 1998.

KOSOVSKI, Ester. Corpo: posse e propriedade. In: **Que corpo é esse?** Novas perspectivas / organizadores, Nízia Villaça, Fred Góes, Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

LEAL, Ondina F.; BOFF, Adriane M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 119-135.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Família, origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Marta, 1980.

LIMA, Daniel Costa. **Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades** / Daniel Costa Lima; orientadora Fátima Büchele. – Florianópolis, 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, Gênero e violência contra a mulher. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.2, p.69-81, 2008.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **Homens no cenário da Lei Maria da Penha: entre (des)naturalizações, punições e perversões**. 2008. 145 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Pará, 2008.

LIPSET, David. O que faz um homem? Relendo Naven e The Gender of the Gift. **Cadernos PAGU** (33), julho-dezembro de 2009:57-81.

LOURO, Guacira Lopes. "Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças". In.: **Coletânea Gênero Plural** / organizadores: Miriam Adelman, Celsi Brönstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LYPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Danusa de Almeida; ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência de gênero: quando o homem é a vítima. In.: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MALINOWSKI, B. **Sexo e repressão sexual na sociedade selvagem**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARQUES, Cristiane Gomes. Homens "autores de violência conjugal": modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MATOS, Maria Izilda S. de. "Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades". In.: **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Rachel, Matos, Maria Izilda S. de Matos (orgs.) et alli. São Paulo: EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. "História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas". In.: **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1996. V.3 N 1/2.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Macho e fêmea**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1971.

MEDRADO DANTAS, Benedito. **O masculino na mídia**. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. São Paulo, Programa de Pós- graduação em Psicologia Social. PUC/São Paulo, 1997. (Dissertação de Mestrado).

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**, vol. 16, núm. 3, julio-septiembre, 2011, pp. 471-478. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=287122139013>. Acesso em: 10 de Dez de 2012.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 809-840, setembro-dezembro/2008.

\_\_\_\_\_. Teorias feministas para estudos com e sobre homens e masculinidades. [2011] Disponível em: <[http://acobol.org.bo/acobol/images/coloquio\\_internacional.pdf#page=85](http://acobol.org.bo/acobol/images/coloquio_internacional.pdf#page=85)> Acesso em 13 de Fev de 2013.

\_\_\_\_\_. "Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade". In.: **Coletânea Gênero Plural** / organizadores: Miriam Adelman, Celsi Brönstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

MÉLLO, Ricardo Pimental; MEDRADO, Benedito; BERNARDES, Jefferson. Dispositivo legal como tecnologia de governo da vida: usos e efeitos da Lei Maria da Penha. In: **Tecnologias em modos de ser no contemporâneo**. Disponível



em: <<http://hdl.handle.net/123456789/2772>> Acesso em: 07 de Nov de 2012.

MENDES, Mary Alves. **Violência de gênero:** uma análise dos discursos masculinos e femininos sobre as práticas. 2009. Disponível em:

<[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=203&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=203&Itemid=171)> Acesso em 13 de Fev de 2013.

\_\_\_\_\_. **Violência doméstica na vida das chefes de família em camadas pobres:** marcas, tolerâncias e reações femininas. 2008. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_1842.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1842.pdf)> Acesso em 13 de Fev de 2013.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Chefes de Família em áreas ZEIS:** gênero, poder e trabalho. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no PREZEIS.** Conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero. Recife-PE, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFPE/Recife, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely et al. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos PAGU** (14) 2000: pp. 13-44.

MORAES, Aparecida Fonseca; GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. In: **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer / textos selecionados, apresentação e revisão: Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MUSZKAT, Malvina. Violência e intervenção. In: CORRÊA, Mariza... [et al.]. **Gênero e Cidadania**. Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

MUSZKAT, Susana. **Violência e masculinidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Violência e masculinidade**: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero. São Paulo-SP, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2006. (Dissertação de Mestrado).

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4): 1115-1157, 2009.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes. **Não-provedores**: gênero, desemprego e alcoolismo masculino em comunidade de baixa renda.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/naci/documentos/texto-pedro-premiocnpq-spm.pdf>> Acesso em 09 de Fev de 2013.

\_\_\_\_\_. **"Ser homem ou nada"**: diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe, PE. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

\_\_\_\_\_. "Um 'Homem de Verdade'". In: CALDAS, Dario (org.) **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

\_\_\_\_\_. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

**Normas Técnicas de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres** – DEAMS (Edição atualizada 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

ODALIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos; 85).

OLIVEIRA, Elisa Rezende. Identificando os protagonistas de um problema social: o perfil dos usuários do juizado especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher do Estado de São Paulo. **Revista LEVS/UNESP-Marília**, Ano 2012 – Edição 10, Dezembro/2012 – ISSN 1983-2192.

OLIVEIRA, Kátia Lenz César de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise dos estudos brasileiros. **Ciências & Saúde Coletiva**, 16(5): 2401-2413, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. "Discursos sobre a Masculinidade". In: **Revistas Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, Vol. 6 N. 1, 1998. p. 91-112.

OLIVEIRA, Rosiska, I3ARSTED, Leila e P AIV A, Miguel. **Violência Doméstica**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

OLIVEIRA, Suely de. Nem homem gosta de bater, nem mulher de apanhar: fortalecendo a rede de proteção. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: **Reunião Brasileira de Antropologia** (2ª: Goiania: 2006) Conferências e práticas antropológicas / textos de Bárbara Glowczewski, [...] (et.alli.); organizadores Miriam Pilar Grossi, Cornélia Eckert, Peter Henry Fry. – Blumenau: Nova Letra, 2007.

PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. In.: **Coletânea Gênero Plural** / organizadores: Miriam Adelman, Celsi Brönstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha:** valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O Negócio do Michê:** a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIMENTEL, Adelma. Violência doméstica praticada por homens detidos na Delegacia da Mulher de Belém. **Revista da Abordagem Gestáltica** – XVI(2): 148-156, jul-dez, 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Jóias de família:** gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. "Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feminista". In: **Gênero e Ciências Humanas:** desafios às Ciências desde as perspectivas das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Record – Rosa dos Tempos (Coleção Gênero), 1997.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência:** do conceito às representações. Brasília: Brasília: Verbaná Editora, 2010.

PRIORI, Claudia. **Retratos da violência de gênero:** denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996). Maringá: Eduem, 2007.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M. Recife, 2012. **Crime é "coisa de mulher":** identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, jul/dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Nos campos da violência:** diferença e positividade. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/visrj.htm>> Acesso em 13 de Nov de 2006.

\_\_\_\_\_. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a "judicialização" dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, jan./jun. 2004.

ROAZZI, Antonio, TEIXEIRA C. Adriana, CORDEIRO, Carlos José A. A Representação da participação Masculina no Âmbito Doméstico: investigação sobre a distribuição de atividades domésticas entre casais em famílias de nível sócio- econômico baixo. **XXV Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia**. Ribeirão Preto – SP, outubro de 1995. Mimeo.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da "violência conjugal" no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

ROSA, Antonio Gomes; BOING, Antonio Fernando; BÜCHELE, Fátima; OLIVEIRA, Walter Pereira de; COELHO, Elza Berger Salema. A violência conjugal contra a mulher a partir ótica do homem autor de violência. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.3, p. 152-160, 2008.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

RUIZ, Josiane Machado; MATTIOLI, Olga Ceciliato. Violência psicológica e violência doméstica. In.: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Orgs.). **Gênero e Violência.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In.: **Coletânea Gênero Plural/** organizadores: Miriam Adelman, Celsi Brönstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SADENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia de Queiroz. **Feminismo e políticas públicas:** monitorando a implementação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/26851.pdf>> Acesso em: 13 de Nov de 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza... [et al.]. **Gênero e Cidadania.** Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos PAGU**. Desdobramentos do feminismo. n.16, p. 115-136, Campinas, SP, 2001.

\_\_\_\_\_. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva. **Revista da Fundação SEADE**, v. 13, n.4, p.82-91, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder de macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALEM, Tania. "Homem... já viu, né?" Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 15-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: por uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, Junho 2010: 153-170.

\_\_\_\_\_. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do Centro de Estudos Sociais** nº 301, Portugal: Coimbra, março de 2008.

SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. **A construção social da masculinidade sob o foco das atividades lúdicas infantis**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.



SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; FRANÇA JÚNIOR, Ivan. Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano, 2005. **Revista Saúde Pública** 2008; 42(Supl. 1): 127-137.

SCHRAIBER, Lilia B. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. Interface: **Comunicação, Saúde, Educação**, v.3, n.5, 1999.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS/CORPO, 1993.

SCOTT, Russel Parry. Homens, Domesticidade e políticas públicas na saúde reprodutiva. In: **Homens e Masculinidades:** práticas de intimidade e políticas públicas/ organizado por Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jullyane Brasilino – Recife: Instituto PAPAI, 2010.

\_\_\_\_\_. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. In: **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero; nº 14).

\_\_\_\_\_. Patriarcalismo e ideias salvacionistas. In: **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero; nº 14).

\_\_\_\_\_. Família, moralidade e as novas leis. In: **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero; nº 14).

\_\_\_\_\_. Relatos de violência e a masculinidade juvenil. In: **Homens e dinâmicas culturais:** saúde reprodutiva, relações raciais e violência. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero; nº 13).

\_\_\_\_\_. **o patriarca atacável:** simbologia, poder e movimentos no combate à violência contra mulheres. Recife: No prelo, 2012.

SEGATA, Jean. **A “vítima” é a parte mais frágil da relação?** A antropologia e violência conjugal. Disponível em: <[www.revistadireito.unidavi.edu.br/.../DIREITOJEAN\\_Publicado.pdf](http://www.revistadireito.unidavi.edu.br/.../DIREITOJEAN_Publicado.pdf)> Acesso em 08 de Jan de 2013.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela.** Brasília: Série Antropologia, 236, 1998.

SILVA, Sérgio Gomes da. “Masculinidades na história: a construção cultural da diferença entre os sexos”. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2000, 20 (3), 8-15.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia:** trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mulheres invisíveis:** violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Barbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: a vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOUZA, Luiz Antônio; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Método, 2008.

SPINK, Mary Jane. **O discurso como produção de sentido**. Disponível em: <http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n10a004.pdf> - Acesso em 9 de Jan de 2013.

\_\_\_\_\_. **Os métodos da pesquisa como linguagem social**. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v2n2/artigos/artigo1.html> - Acesso em: 9 de Jan de 2013.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e produção de sentidos**. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

\_\_\_\_\_. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 19 (1): 7-14; jan/abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. **Athenea Digital** - num. 4 otoño 2003.

SPINK, Mary Jane; GIMENES, Maria da Gloria G.. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde soc. [online]**. 1994, vol.3, n.2, pp. 149-171. ISSN 0104-1290.

STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. São Paulo: Contexto, 2007.

STRATHERN, Marilyn. A Antropologia e o advento da Fertilização In Vitro no Reino Unido: uma história curta. **Cad. Pagu [online]**. 2009, n.33, pp. 9-55. ISSN 0104-8333.

\_\_\_\_\_. **O gênero da dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. No limite de uma certa linguagem (entrevista). **Mana** 5(2): 157-175, 1999.

\_\_\_\_\_. Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné. **Mana** 4(1): 109-139, 1998.

\_\_\_\_\_. Necessidade de pais, necessidades de mães. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, 1995.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

STREY, Marlene Neves; WERBA, Graziela C.; NORA, Thais Cardoso. "Outra vez essa mulher?": processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas delegacias da mulher do RS. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SUÁREZ, Mireya. **A problematização das diferenças de gênero e a antropologia**. In: **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1997.

TAUBE, Maria José. Quebrando silêncios, construindo mudanças: o SOS/Ação Mulher. In: CORRÊA, Mariza et alii. **Gênero e Cidadania**. Campinas, SP, PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher?** São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos; 314).

TESTONI, Raquel Jaqueline Freiburger; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. In: **Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 40-48; jan/abr. 2006.

TOLSON, Andrew. **Os limites da masculinidade**. Lisboa, Portugal: Assírio e Alvim, 1983.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. "Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal". In: **Anuário Antropológico-95**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Senhores de si** - Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. PP. 345-374.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade** (vol 1). Brasília: UNB, 1994.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.).

**Masculinidades.** São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 107-128.

WOORTMANN, Klaas. **A ideia de família em Malinowski.** Campos. 2:7-32, 2002.

XAVIER, Ivonete Batista. "Gênero, trabalho e lazer". In.: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, IX, 1994, v. 03, p. 393-406. Brasília. Anais. Brasília: ABEP 1994. CD-Rom.

# APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa como voluntário. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que tiver. Esta pesquisa está sendo conduzida pelo Doutorando VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS. Após ser **esclarecido (a)** sobre as informações a seguir, no caso de participar deste estudo, assine este documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco pelo telefone (081) 2126.8588.

**ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA:**

Título do Projeto: **Discursos Masculinos sobre suas práticas violentas de gênero**

Pesquisador Responsável: VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, CFCH – Departamento de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Telefone para contato: (081) 2126.8286/ (83) 9644.1140

Pesquisador participante: Valdonilson Barbosa dos Santos (83) 9644.1140 ou (83) 3353.1297

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os discursos masculinos dos agressores a respeito das práticas de violência impetrada contra as suas companheiras com a finalidade de saber desses agentes (homens) os significados e motivos da violência praticada proporcionando, assim, um mergulho no universo simbólico, social e



cultural dos homens agressores visando compreender sobre a questão da violência de gênero.

- ♦ Ressalta-se que a presente pesquisa não trará riscos, prejuízos, desconfortos, lesões, formas de indenização, nem ressarcimento de despesas

- ♦ Não há benefícios diretos para os participantes. Ao final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício associado aos resultados encontrados.

- ♦ Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O investigador da pesquisa é Valdonilson Barbosa dos Santos, que pode ser encontrado no endereço: Rua Paulo Duarte, 274, Renascer, Sumé-PB, CEP: 58.540-000. Telefones(s) (83) 3353.1297 / 9644.1140. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, telefones: (81) 2126.8286 / 2126.8282. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Av. Prof. Moraes Rêgo, s/n – 1º andar, Cidade Universitária, CEP: 50.670-901, Recife-PE, Brasil, pelo telefone (81)2126.8588, email [cepccs@ufpe.br](mailto:cepccs@ufpe.br), web: <http://www.ufpe.br/ccs>

- ♦ O período de participação está estimado entre fevereiro/2012 a junho de 2012, o participante terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

---

Valdonilson Barbosa dos Santos

**CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar dessa pesquisa. Tive pleno conhecimento das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a ser realizados, a ausência de riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso à pesquisa. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo. A retirada do consentimento da participação no estudo não acarretará penalidades ou prejuízos nessa Instituição ou Serviço.

Recife,        de                      de 2012.

\_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimento sobre a pesquisa e aceite do consentimento

Testemunhas (não ligadas ao pesquisador):

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Observações Complementares:

## **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**Título do projeto:** Discursos Masculinos sobre suas práticas violentas de gênero

**Pesquisador responsável:** Valdonilson Barbosa dos Santos

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-Graduação em Antropologia

**Telefone para contato:** (81) 2126.8286 / (83) 9644.1140

**Local da coleta de dados:** Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de entrevistas gravadas. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do pesquisador Valdonilson Barbosa dos Santos.

Recife, de                      de 2012

.....

*Valdonilson Barbosa dos Santos*  
CPF.: 930.102.304-00

## Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa

### 1. Dados Gerais

Nome do projeto: **Discursos Masculinos sobre suas práticas violentas de gênero**

Descrição: O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os discursos masculinos dos agressores a respeito das práticas de violência perpetrada contra as suas companheiras com a finalidade de saber desses agentes (homens) os significados e motivos da violência praticada proporcionando, assim, um mergulho no universo simbólico, social e cultural dos homens agressores visando compreender as questões concernentes à violência conjugal.

Palavras-chave: **violência, masculinidade, gênero, poder**

Área de conhecimento do projeto: **antropologia**

Vinculação do projeto: **Programa de Pós-Graduação em Antropologia.**

Situação: **encerrada**

Ano do início: **2012**

Ano do término: **2012**

Natureza: **Pesquisa**

Número de alunos envolvidos no projeto: **01**

Graduação:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado: **01**

### 2. Financiamento/cooperação

Instituição: **não**

Natureza: **não**

Valor: **não**

### 3. Equipe:

Pesquisador: **Valdonilson Barbosa dos Santos**

Telefone: **(83) 3353.1257 / 9644.1140**

e-mail:

[valdonilson@ufcg.edu.br](mailto:valdonilson@ufcg.edu.br) / [Valdonilson.santos@uol.com.br](mailto:Valdonilson.santos@uol.com.br)

### 4. Orientações:

### 5. Produções

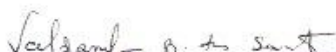
### 6. Informações complementares:

## Documentos de autorização da pesquisa

### REQUERIMENTO

Eu, **Valdonilson Barbosa dos Santos**, RG.: 1.798.800 SSP/PB, CPF: 930.102.304-00, residente na rua Prof. Antônio Coelho, 530/203, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50.740-020, fones: (81) 3062.0194 / (81) 8848.3248, venho, através do presente, solicitar o fornecimento de dados referentes a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, assim como a autorização para efetuar entrevistas e aplicar questionários nas Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher - DEAMS, na região metropolitana, com os sujeitos envolvidos na problemática (agressores, vítimas e profissionais das DEAM'S), objetivando consubstanciar informações para a pesquisa intitulada **Discursos Masculinos sobre as práticas violentas de gênero**, de autoria do requerente, aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, segue em anexo cópia do projeto de pesquisa, que teve financiamento parcial da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE (financiamento suspenso em decorrência da minha nomeação para professor assistente em antropologia na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG).

Recife, 14 de fevereiro de 2011.

  
Valdonilson Barbosa dos Santos

Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Fui por  
GAF 17/02  
3183-5061/5062  
Procurado 4001769-0/2011

17:39 14/02/2011 (002613) 95 PROT 3183-5019

Valdonilson Barbosa dos Santos  
Sociedade - Matr. 20180-L

humano

31835051/5052 (Depoimento de mulher)  
4001769-0/2011 procura

3183 5046  
nº 4

**REQUERIMENTO**

Eu, **Valdonilson Barbosa dos Santos**, RG: 1.798.800 SSP/PB, CPF: 930.102.304-00, residente na rua Prof. Antônio Coelho, 530/203, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50.740-020, fones (81) 3062.0194 / (81) 8848.3248, venho através do presente, solicitar autorização para efetuar entrevistas e aplicar questionários nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMS, na Região Metropolitana do Recife, com os sujeitos envolvidos na problemática da violência doméstica e intrafamiliar (homens autores de violência, vítimas e profissionais das DEAMS), objetivando consubstanciar informações para a pesquisa intitulada **Discursos Masculinos sobre as práticas violentas de gênero**, de autoria do requerente, aluno de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, segue em anexo cópia do projeto de pesquisa, que teve financiamento parcial da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE (financiamento suspenso em decorrência da minha nomeação para professor assistente em antropologia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG).

Recife, 15 de março de 2011.

  
Valdonilson Barbosa dos Santos

## Documento emitido pela gerência de assuntos jurídicos



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A EACE  
Acolho o pronunciamento  
Processam-se as formalidades legais  
Em 18/03/2011  
Wilson Sales Cavalcão  
Secretário de Defesa Social

ENCAMINHAMENTO N. 088/2011 – GGAJ  
SG NET nº 4001769-0/2011

Em 03 de março de 2011, chega a esta Gerência Geral de Assuntos Jurídicos, o requerimento do Projeto de Pesquisa Acadêmica a ser desenvolvido por VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS, portadora de Identidade Civil nº 1.798.800 SSP-PB e CPF nº 930.102.304-00, aluno de Doutorado devidamente matriculado no Programa de Pós Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, solicitando o fornecimento de dados estatísticos por parte desta Secretaria de Defesa Social.

O objetivo da referida solicitação é consubstanciar a pesquisa intitulada “**Discursos Masculinos sobre as práticas violentas do gênero**”, que está sendo orientado pelo Professor Dr. , RUSSELL PARRY SCOTT, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Antropologia, necessitando para tanto dos dados sobre a violência doméstica e intrafamiliar contra mulher.

Após examinar o pleito do solicitante, verifica-se que o mesmo encontra-se em consonância com os termos da Portaria GAB/SDS Nº 213 de 05/02/2010, que disciplina o acesso a informações estatísticas para uso acadêmico ou de pesquisa.

Assim, sem efetivar análise de mérito relativa à conveniência e oportunidade do pleito ora em comento, sugere-se por parte desta GGAJ o deferimento do pedido por parte desta Secretaria de Defesa Social.

Recife, 14 de março de 2011.

Renata Falcão Toscano  
Mat. 273.797-3

De acordo  
Em 14/03/2011  
  
Osmar Tavares de Melo  
Gerente Geral de Assuntos Jurídicos - GGAJ

## Assinaturas das Delegadas das DEAMs

As Delegadas Titulares  
da 1ª DEAM - Leite,  
2ª DEAM - Gasvato  
e 5ª DEAM - Paulita  
para manifestar a  
solicitação do representante.

DEAM, 15/03/2011



Lenise Valentim da Silva  
Delegada de Polícia  
Mat. 191.743-9

RH

Ciente

Rec, 29/03/11  
Fumanteiro

RH

Ciente

Rec, 29/03/11

Beatriz  
Dra. Beatriz C. Fakh Leite  
Delegada de Polícia  
Mat. 272.556-8



## Carta de anuência assinada por uma das delegadas

### CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito, **Valdonilson Barbosa dos Santos**, doutorando em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, a desenvolver sua pesquisa intitulada, **Discursos Masculinos sobre as práticas violentas de gênero**, sob orientação do Professor Titular Doutor Russell Parry Scott.

Ciente dos objetivos e metodologia da pesquisa acima citada, e que me são assegurados os requisitos abaixo,

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 196/96 CNS/MS,
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa,
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa,
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma,

Concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento.

Recife, 15 de março de 2011.

Delegada Titular da 2ª Delegacia de Polícia da Mulher – 2ª DEMUL

*[Assinatura]*  
D.ª Jucilene M. dos S. Carneiro  
Delegada de Polícia  
Mat. 87.177-3

# Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos – CONEP

Folha de Rosto

[http://portal2.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/folha\\_rosto.cfm?vco...](http://portal2.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/folha_rosto.cfm?vco...)

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Conselho Nacional de Saúde  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS					FR - 402781	
Projeto de Pesquisa Discursos Masculinos sobre as práticas violentas de gênero Área de Conhecimento 7.09 - Ciências Humanas - 7.03 - Antropologia Área(s) Temática(s) Especial(is)						
				Grupo	Grupo II	Nível
				Fase		
				Não se Aplica		
Uniformes Violência, gênero, masculinidade						
Sujeitos na Pesquisa						
Nº de Sujeitos no Centro 20	Total Brasil 20	Nº de Sujeitos Total 20	Grupos Especiais Pessoas numa relação de dependência como presidiários, militares, alunos, funcionários, etc.			
Placebo NÃO	Medicamentos HIV / AIDS NÃO	Wash-out NÃO	Sem Tratamento Específico NÃO		Banco de Materiais Biológicos NÃO	
Pesquisador Responsável						
Pesquisador Responsável Valdonilson Barbosa dos Santos			CPF 930 102 304-00		Identidade 1798800 SSP/PB	
Área de Especialização ANTROPOLOGIA			Maior Titulação MESTRE		Nacionalidade BRASILEIRA	
Endereço RUA PROFESSOR ANTONIO COELHO, 530 APTO 203			Bairro VÁRZEA		Cidade RECIFE - PE	
Código Postal			Telefone (81)30620194		Email valdonilson@ufcg.edu.br	
Termo de Compromisso Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. <u>Valdonilson - B. dos Santos</u> Data: <u>14/02/2011</u> Assinatura						
Instituição Proponente						
Nome Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE			CNPJ 24.134.488/0001-08		Nacional/Internacional Nacional	
Unidade/Órgão Programa de Pós-Graduação em Antropologia			Participação Estrangeira NÃO		Projeto Multicêntrico NÃO	
Endereço Av. Prof. Moraes Rego, s/n			Bairro Cidade Universitária		Cidade Recife - PE	
Código Postal 50670-901			Telefone 81 21268588		Email cepccs@ufpe.br	
Termo de Compromisso Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Nome: <u>MARILYN TEODOSIO DE OLIVEIRA</u> Data: <u>14/02/2011</u> <u>M. Teodósio de Oliveira</u> Via Coordenadora PPGA SAE - SAE-3130677						

O Projeto deverá ser entregue ao CEP em até 30 dias a partir de 14/02/2011. Não é enviado a entrega  
 (Assinatura do(a) representante da Instituição Proponente)

[Voltar](#)
[IMPRIMIR](#)

## Comprovante do comitê de ética

[illegible]

## Documento do CONEP



Andamento do projeto - CAAE - 0065.0.172.000-11

### Título do Projeto de Pesquisa

Discursos Masculinos sobre as práticas violentas de gênero

Situação	Data Inicial no CEP	Data Final no CEP	Data Inicial na CONEP	Data Final na CONEP
----------	---------------------	-------------------	-----------------------	---------------------

Aprovado no CEP 14/03/2011 11:52:38 28/11/2011 10:21:25

Descrição	Data	Documento	No do Doc	Origem
3 - Protocolo Pendente no CEP	12/04/2011 15:39:00	Folha de Rosto	090/11	CEP
1 - Envio da Folha de Rosto pela Internet	14/02/2011 02:14:32	Folha de Rosto	FR402791	Pesquisador
2 - Recebimento de Protocolo pelo CEP (Check-List)	14/03/2011 11:52:38	Folha de Rosto	0065.0.172.000-11	CEP
4 - Protocolo Aprovado no CEP	28/11/2011 10:21:25	Folha de Rosto	090/11	CEP

# **APÊNDICES - RELATOS**

<b>RELATO 1:</b> VALDOMIRO	<b>DEPOIMENTO:</b> 14/02/2012	<b>DELEGACIA:</b> 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Conviveu durante dois anos e oito meses com Fabiana e desse relacionamento tiveram uma filha, hoje, com um ano de idade. Durante o convívio houve histórico de agressões físicas e morais, de ambas as partes. Em 11/2010, ela o agrediu com uma tesoura, motivo que o levou a prestar queixa na delegacia. Segundo ele, as brigas, geralmente, eram motivadas por ciúmes que ela sentia dele. Depois de dois anos, o relacionamento chegou ao fim. Estão separados há oito meses. Segundo ele, após a separação os conflitos não findaram, ao contrário, aumentaram porque ela não aceita a separação. Suspeitando que Fabiana vem ligando para a sua atual namorada, foi até a residência dela tomar satisfação e acusá-la. Frente a isso, houve forte discussão, desembocando em empurra-empurra. Mas, conforme a denúncia, ele teria dado um tapa no seu rosto, fato negado por ele em seu depoimento. Na separação, assumiu as despesas com a filha, mas se negou a dar dinheiro em espécie alegando que poderia haver desvio de gastos pela ex-companheira, caso ele venha entregar dinheiro em espécie. Até o presente momento do depoimento, Fabiana não havia ido à justiça solicitar pensão alimentícia para a filha.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>Percebe-se que a centralidade dos conflitos conjugais ocorreu por motivo da separação do casal. Como em boa parte das separações, aqui pesquisadas, os homens parecem não reagir bem a essa situação, ainda mais quando nutrem algum sentimento pela companheira ou quando a decisão da separação</p>		

é tomada pela mulher. A decisão feminina de separar é um indicador de perda de controle e autoridade masculina cuja reação, muitas vezes, é a violência física ou simbólica, uma tentativa de restabelecimento da ordem no contexto conjugal, guiada por valores culturais que conduzem suas práticas e norteiam sua percepção sobre a relação conjugal e o papel de submissão e conformação que a companheira deveria ter nesse contexto. A questão financeira e o poder de decidir a forma como os recursos serão gastos é outro indicador de controle e domínio masculino à distância. O dinheiro é utilizado como arma estratégica para controlar as ações, perdida com a separação. Essa estratégia também visa evitar que o possível uso do dinheiro seja desviado para gastos com a ex-mulher e/ou com futuros namorados.

<b>RELATO 2:</b> VIANNEY	<b>DEPOIMENTO:</b> 16/02/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA		
<p>Conviveu com Josélia por dois anos e sete meses e estão separados há um mês. A relação foi pautada por desavenças e infidelidade de ambas as partes. Segundo informações do B.O. <i>"ele é muito ciumento e não aceita a separação, quando invadiu minha casa só não me espancou mais porque a vizinhança e o meu namorado impediram"</i>; <i>"se não ficar comigo não fica com mais ninguém"</i>. Mesmo sabendo que foi traído (<i>"mulher é bicho vingativo"</i>), ele deixa aberta a possibilidade de reatar o relacionamento. Confessa que realmente invadiu a casa dela porque compreendia que ainda estavam juntos, porém soube que ela estava com outro, e ao encontrar o namorado atual dela na residência ficou furioso (<i>"já botasse outro macho na minha</i></p>		

*casa”), mesmo assim nega que tenha agredido fisicamente a vítima, reconhece que houve discussão, xingamentos, agressões morais e que no calor da discussão tinha ameaçado Josélia de morte, mas em nenhum momento disse que iria comprar um revólver. Em outro momento, já deu uns tapas e empurrões nela. Ele diz ainda: “quem não aceita o fim do relacionamento é mais ela do que eu...”. Ao final do depoimento o escrivão procurou aconselhá-lo dizendo: “Cara tu já levasse gaia dessa mulher e ainda queres voltar pra ela? Isso é que é gostar de levar gaia...”.*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Percebe-se que os conflitos conjugais são constantes entre o casal. Esse depoimento apresenta uma ambiguidade interessante. Primeiro, a reprodução dos valores masculinos ao se enfatizar a *infidelidade feminina*. Segundo, o interesse do escrivão em fazer com que o relacionamento findasse, pondo fim aos conflitos conjugais. Esse caso traz a tona características de um homem que se mostra violento, que briga, agride, fala mal da ex-companheira, mas ao mesmo tempo nutre a esperança de ficar com ela, porque a ama. O fato de ela estar com outro namorado não impede de sonhar com a reconciliação, fato este que mexeu bastante com os valores de quem o interrogava. Na visão de Cláudio (um homem, - “*homem de verdade*”, não deve admitir ser traído e ainda por cima rogar pela reconciliação) não figura entre os atributos masculinos a prerrogativa de perdoar uma traição feminina, de lamentar a perda da mulher amada, tudo isso parece construir um modo de *homem* que não condiz com as tradições do que é ser *homem de verdade*. Vianney transita facilmente entre modelos de masculinidades, não fica preso ao constructo de modelo arcaico de ser *homem*, também não é um *novo homem*, sensível, amável, que se utiliza do diálogo para resolução de conflitos. Sua fala incorpora faceta



diversa do que vem a ser *homem*. Não se preocupa em ser "*ridicularizado*" perante outros homens ao expressar seu desejo de reconciliação, mesmo depois de ser traído. Traição atenuada por ter sido um ato de vingança ("*mulher é bicho vingativo*"), como também não tem medo de confessar que fez uso de violência física contra a ex-companheira. O ciúme, o domínio da casa, são atributos importantes na busca pela dominação. Ele acredita que sua entrada na casa não se configura como uma invasão, porque os laços entre os dois ainda não tinham sido desfeitos, dando o direito de ir e vir sem permissão. A permissão deve ser pedida a quem tem autoridade sobre o domicílio, no caso, ele enquanto *homem* da casa e provedor. A violação do espaço doméstico deu-se pela presença de outra figura intrusa, que tirara a harmonia do lar, que afrontara seu domínio e controle sobre as coisas e a ex-mulher. A presença de outro homem pareceu-lhe ser uma afronta, porque o relacionamento mal acabou, nem a certeza do seu fim existia e "*já botasse outro macho na minha casa*". Entende que é o proprietário da casa e, portanto, entra quando bem entender (afinal, é "*minha casa*") e quanto a Josélia (sua outra "*propriedade*") diz: "*se não ficar comigo não fica com mais ninguém*".

<b>RELATO 3:</b> VIDAL	<b>DEPOIMENTO:</b> 17/02/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO		
A denúncia partiu de Mariana, sua ex-esposa, com quem tem um filho de sete anos. Ele é administrador da Casa da Cultura e tem um estabelecimento comercial na mesma. Na sua loja trabalha uma vendedora, pivô do ciúme da ex-esposa e da separação do casal (que ocorrera em janeiro). O motivo da separação foi		

porque Mariana não aceitou a contratação de uma moça. Uma vez sendo negado o pedido, ela foi até a loja e armou um "barraco" e disse: *"vai ficar com a tua neguinha..."*. No final de janeiro, ele saiu da Casa da Cultura, comeu um churrasquinho, tomou uma cerveja e pegou um ônibus ao lado dos Correios. Ao entrar no ônibus se deparou com a esposa. No transcorrer da viagem começaram a discutir, foi quando ela colocou o dedo em riste no rosto dele, essa atitude foi suficiente para ele desferir um soco nos *"peitos"* dela. Duas paradas depois ele desceu para evitar maiores confusões e ela foi até a delegacia prestar queixa e fazer exame de corpo delito. Segundo ele, esse exame não acusou nada. A Lei Maria da Penha, no seu entender, só complica as relações porque os casos são homogeneizados, deixando de lado as especificidades, os casos "menores" são tratados como graves: *"não tem homem que aguento levar um dedo na cara. Isso a Lei não enxerga, isso é um tipo de agressão, mas cadê..."*. E mais, impede que aja reconciliação na medida em que encoraja a mulher a fazer a denúncia. Para retaliar, disse que vai rever a partilha dos bens, reavendo duas casas que teria deixado para ela: *"ela não merece"*.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

As crises excessivas de ciúmes são interpretadas como um fator perturbador da lógica masculina, na medida em que expõe a faceta inversa: *o controle feminino*. O fato de a esposa ter colocado, em público, o dedo em riste no seu rosto, evidenciou a coragem feminina de enfrentar um homem, expondo as fragilidades da dominação masculina. Um dedo em riste simboliza uma das maiores afrontas no mundo masculino, principalmente quando vem de uma mulher, e de uma *mulher/esposa*. A reafirmação da sua masculinidade, posta em xeque, passou pelo acionamento da violência, como forma de minimizar a desonra da

situação. Outra estratégia "*tipicamente masculina*", frente aos confrontos conjugais, é a fuga, enfrentar pode levar ao agravamento dos fatos mediante a perda do controle. As práticas violentas são justificadas quando há excesso de provocação, quando não há mais nada para ser feito ou quando a violência é o único caminho para se impor, para dizer que se tem controle de algo ou de alguém. Vidal ressalta o fato de ter sido um provedor exemplar, de nunca ter deixado faltar nada em casa, de ter deixado duas casas para a ex-esposa. A afirmação da masculinidade também passa pelo domínio dos bens e pelo poder de decidir para quem vai deixá-los. Como sua ex-esposa, no seu entendimento, não se comportou bem, não o respeitou e ainda por cima procurou a delegacia para denunciá-lo, "*denunciar um homem de bem, que nunca fora numa delegacia, que vive do fruto do seu trabalho*", isso é imperdoável, como é imperdoável a Lei Maria da Penha (segundo ótica de Vidal), que generaliza, deixa de olhar o específico, aquilo que ele considera *menor*, acarretando na dissolução do matrimônio e aumentando o número de agressões: "*não tem homem que aguento levar um dedo na cara. Isso a Lei não enxerga, isso é um tipo de agressão, mas cadê...*". Muitos homens reclamaram que nas DEAMs homens não têm vez, sendo compartilhado por profissionais (homens) que trabalham nas DEAMs: "*aqui uma mentira de uma mulher torna-se uma verdade*", ou então: "*Digo sem medo de errar. Oitenta por cento dos casos notificados aqui são tudo mentira, invenção das mulheres, os outros vinte por cento realmente aconteceram*". Em casos menos graves, a resolução de conflitos deve ser algo da esfera privada, segundo Vidal. As Delegacias, especialmente as Delegacias da Mulher, expõem homens honestos, evidenciam e publicizam os conflitos conjugais, a incapacidade de resolução negociável, a evidente

desobediência feminina e o fracasso masculino em controlar as esposas/namoradas/companheiras.

<b>RELATO 4:</b> VALENTIM	<b>DEPOIMENTO:</b> 05/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO, AMEAÇAS E DESRESPEITO AS MEDIDAS PROTETIVAS		
<p>Teve um relacionamento de quinze anos com Elisabete. Viviam relativamente bem, até o momento em que encontrou no celular dela uma foto comprometedora. Na foto, ela estava nua com outro homem. Um alemão que viera ao Brasil e fixara residência na Região Metropolitana do Recife. Tal fato foi estopim para a separação do casal. A separação do casal não foi suficiente para cada um tomar seu rumo, porque ele, segundo informações da vítima, continua importunando sua vida e do seu atual namorado. As acusações que recaem sobre ele são de agressão física, ameaças e desrespeito às medidas protetivas. No dia desse depoimento, era a segunda vez que <i>Valentim</i> estava indo a Delegacia, justamente porque desrespeitara as medidas protetivas. A escrivã deixou claro que se ele continuasse desobedecendo a Lei, ele iria ser encaminhado para o COTEL. Ao ouvir a escrivã e ficar ciente dos fatos, ele retruca dizendo que na verdade quem anda descumprindo as medidas protetivas é ela: <i>"ela vive me ligando e passando em frente ao meu trabalho, inclusive já chegou até ir à farmácia para pedir remédios para os meninos"</i>. Sobre a conversa que teve com o namorado da ex-esposa, disse que se encontrou com ele em frente a um mercadinho e teve uma conversa de <i>homem pra homem</i>. Pediu a ele que cuidasse dos filhos, pois se acontecesse algo com eles as coisas iriam se complicar, porque ele é capaz de tudo pelos</p>		

filhos. Foi quando ela chegou e fez um escândalo. O próprio namorado dela pode servir de testemunha, porque na hora da discussão ele dizia: "*apenas conversando, apenas conversando...*".

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Percebe-se que os filhos são a ponte que liga a vontade de ainda ter algum tipo de controle sobre a ex-esposa. Nega que tenha cometido qualquer tipo de agressão e ainda afirma que sua ex-esposa é quem é descontrolada. (Des)controlada pode significar simbolicamente que realmente ele não controla mais *Elisabete*. Isso o deixa insatisfeito porque sobre ela o controle deixou de existir ou de fato nunca existiu plenamente mediante o que ele próprio falou que fora traído pela ex-esposa e que a traição fora comprovada através de imagens do próprio celular dela. Além disso, o controle, a educação dos filhos tem que ser dividido com o namorado da ex-esposa, algo que deixa *Valentim* bastante desconfortável. Outro homem presente na vida da ex-esposa e também dos filhos. Essa preocupação com os filhos e com a presença de outro homem acentua as práticas violentas. Muitas vezes os homens justificam tais práticas alegando que estão defendendo a honra dos seus filhos. Sendo a mulher responsabilizada por depravar o lar ao colocar outro homem em casa, de namorar na frente dos filhos, tudo isso interpretado por alguns homens como um mau exemplo, como comportamento de *puta*. Dessa forma, mesmo não estando mais presente na casa, controlando as ações da mulher e dos filhos, ainda procuram estratégias para exercer alguma forma de controle. Outro fato interessante nesse relato é que o provimento pode ser interpretado como uma luz de esperança de uma possível reconciliação. No entendimento de *Valentim*, o fato de sua ex-esposa e de sua ex-sogra ainda o procurarem para pedir algum

tipo de ajuda, seja através de dinheiro ou de remédios, configura um sinal de que o relacionamento ainda não teve seu fim. Fica subentendido que o atual namorado dela não cumpre tal função, portanto, não preenche um requisito básico de um homem dono de casa – prover a família, mesmo quando a prole não é dele. Para *Valentim*, homens resolvem seus problemas entre eles. Conversas de homens para homens servem justamente para isso. Na verdade, para provar quem é mais homem, quem respeita quem, quem amedronta quem, quem é digno de gozar da prerrogativa de ser considerado *homem de verdade*.

<b>RELATO 5:</b> VENÂNCIO	<b>DEPOIMENTO:</b> 13/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA		
<p>Teve um relacionamento de três anos com Marta. Um relacionamento problemático porque ele era muito ciumento: <i>"tinha ciúme de tudo... eu não podia vestir um vestido, se ele achasse que era curto, pronto já vinha àquela arenga"</i>. Separam-se há três meses. A separação ocorreu por conta do ciúme e da bebedeira. Depois disso, ele passou a viver ameaçando e difamando Marta: <i>"se você não ficar comigo Marta, você não vai ficar com mais ninguém. Quero mesmo vê se você vai ter coragem de ficar com outro macho na minha frente, sua rapariga safada, puta nojenta, gaeira"</i>. Marta diz: <i>"ele me esculhamba no meio da rua, até no meu trabalho ele vai, não aguento mais. Ele não aceita a separação..."</i>. Ele nega todas as acusações: <i>"nunca fui no trabalho dizer nadinha contra ela, mesmo sabendo quem ela é"</i>. Na versão dele, essas acusações de Marta são para prejudicá-lo: <i>"ela é quem não aceita a separação, veve me ligando..."</i>.</p>		

## IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Muitas vezes a inversão da acusação serve como justificativa para culpabilizar a mulher e atribuir a ela o fracasso da relação. A alegação de que ela vive ligando para ele indica duas leituras: uma, que ela ainda não o esqueceu e que a reconciliação pode ser uma questão de tempo; e outra, é que as ligações podem ser para prejudicá-lo, para forjar o não cumprimento das medidas protetivas. A desqualificação da ex-mulher é a estratégia utilizada por *Venâncio* para enfrentar a dura *quase* certeza do fim do relacionamento. Na medida em que ele não aceita a separação, a tentativa de desmoralizá-la frente à comunidade, aos colegas de trabalho passa a ser a saída para justificar a incapacidade de ter deixado a mulher sair do seu auge. Uma notória demonstração de sua fragilidade, de sua ineficácia de ter o controle sobre as ações de sua outrora esposa/mulher.

<b>RELATO 6:</b> VALDEMAR	<b>DEPOIMENTO:</b> 27/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA E AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Conviveu com Nina (vinte e cinco anos de idade) por sete anos, o casal teve uma filha que tem hoje seis anos de idade. Estão separados há dois meses. Atualmente, Nina estuda, faz um curso técnico e é estagiária em segurança do trabalho. Não agrada ao companheiro essa guinada na vida dela. Depois que ela passou a estagiar ele mudou o comportamento, ficando com ciúme, implicando e culminando em ameaças diretas no local de trabalho e agressões físicas em casa. Não foi a primeira vez que Nina foi à delegacia prestar queixa do companheiro, em 2009 ele a agrediu. Naquele momento, a dependência financeira impediu que ela levasse à frente a queixa, resolveu perdoar o companheiro e dar</p>		

continuidade a vida conjugal. Hoje, trabalhando, e mais uma vez espancada, resolveu sair de casa com a filha e está morando em casa de parentes. Numa das vezes que esteve na 2ª DEMUL, foi para pedir ajuda ao corpo policial para retirar seus pertences da casa do casal, casa esta adquirida 3 anos após início do relacionamento, mesmo assim, pensando na sua segurança, preferiu sair e recomeçar nova vida. Segundo ela, *"o machismo dele impede que eu faça algumas coisas. Ele foi até o meu trabalho e disse: - 'eu vou te pegar'".* Como agora ela trabalha isso torna mais fácil se desprender da dependência do companheiro: *"antes era mais difícil, eu não trabalhava, mas agora que eu trabalho e posso sustentar minha filha, não tem porque continuar no sofrimento".* Como ele tinha conhecimento do local onde ela estuda e chegou a ir até lá, isso a deixou com receio que ele fizesse algo de mal para ela, chegando a faltar algumas aulas. Ele vive ligando pra ela. A última vez que ele falou com a filha do casal, ela disse que ele teria dito a menina: - *"Mãe tirou você de papai"* (informações do B. O). Ele nega as acusações e diz: *"eu sempre fui um homem que nunca deixou faltar nada em casa, quando eu pedi a ela para não ir trabalhar foi para que ela ficasse cuidando da nossa filha".* Quanto à ida à escola que ela estuda, explica dizendo: *"eu realmente fui à escola que ela estuda para conversar e saber onde ela estava com a minha filha, eu preciso ver minha filha, ela [Nina] saiu de casa e eu não sei para onde elas foram, mas não tive a intenção de persegui-la ou ameaçá-la".* Um fato interessante ocorreu quando Nina esteve na 2ª DEMUL para pedir uma guarda policial para retirar seus pertences. Naquele dia, ela chegou acompanhada de um amigo policial civil. Após mostrar a ordem judicial e a escrivã encaminhar tudo, foi feito o seguinte comentário: *"mulher sai de vez desse homem, ele é bem mais*



*velho que você, você é uma menina nova, bonita, procure alguém da sua idade, alguém que você ame de verdade, ficar com alguém por pura dependência financeira não traz felicidade". Isso foi reforçado para Valdemar: "deixe ela em paz, procure ficar com alguém que realmente goste do senhor, não adianta querer ficar com alguém só por compensação financeira, o senhor sabe que ela estava com o senhor porque dependia financeiramente do senhor..."*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Nota-se que um desencadeador dos conflitos é a mudança de comportamento feminino. O fato de a esposa estudar e trabalhar fora de casa, ter autonomia financeira perturbou *Valdemar*, porque põe em xeque a dominação masculina. Alega que não concorda que ela estude e trabalhe fora porque impede o cuidado com a filha do casal: *"não tem sentido ela trabalhar e a gente ter que contratar uma babá..."*. Discorda da mudança nas atribuições de gênero, procurando confirmar o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho. No seu entendimento, sempre cumpriu o papel de homem/esposo provedor, que nunca deixou faltar nada em casa, algo que por si só já justifica o fato da esposa ficar em casa cuidando do lar e da filha, não havendo necessidade dela ir trabalhar fora. Estudar e trabalhar são vistos como sinônimos de autonomia feminina e na possibilidade de separação ou, quiçá, encontrar alguém nos locais de trabalho ou estudo. Para evitar tal situação, um dos caminhos é impedir que sua esposa frequente esses *lugares perigosos*, evitando que ela adquira mais conhecimento, que experimente o sabor de decidir sobre os seus próprios gastos, mantendo-a sob seu julgo. A estratégia utilizada por *Valdemar* é a perseguição, a vigilância sobre as ações e comportamentos da então esposa. Intimidar antes mesmo de acontecer algo, antevendo que qualquer mudança de

comportamento pode desmoronar os pilares de seu domínio. Outro fator importante que foi alertado pela escritã é a diferença de idade. Aos olhos do social, uma diferença grande de idade entre parceiros pode ser interpretada como um dos pares ter algum interesse financeiro. Para *Valdemar*, pouco importa a diferença de idade ou ele ser sozinho o provedor da família, aliás, ser o provedor e mais velho do que a esposa pode representar mais autoridade, mais respeito e mais controle. Sustentar a família é dos atributos centrais do modelo hegemônico de masculinidade. Em tempos atuais, nem sempre esse desejo se concretiza levando às configurações familiares das mais diversas possíveis, desde o crescente número de domicílios chefiados por mulheres, até de chefia compartilhadas, etc. No entanto, situações específicas, em contextos específicos levam a permanência desse modelo de família que tem o homem *pai de família* como a autoridade e provedor do lar. O discurso “romântico” da escritã que buscava alertá-lo que Nina estava com ele por puro interesse econômico e que isso “*não traz felicidade*”, pouco atingia a visão masculina dele, porque essa dependência financeira, junto com a diferença de idade somava-se no sentido de manutenção de uma ordem social de gênero que o mantinha controlando sua esposa, reforçando assim o ideal de masculinidade que serve de norteador de seu comportamento e das tomadas de decisões. Quando *Nina* resolve sair de casa, sem deixar vestígios de seu paradeiro e da sua filha, isso representou um sinal de mudança de comportamento e a iminente ameaça de perder a esposa. As armas para reverter tal situação foram: a ameaça, a vigilância, o jogo psicológico que visa fragilizar a vítima e chamar atenção para os *perigos* que uma vida sem um homem pai de família pode acarretar. “*Como pode uma mulher recusar a oferta de um homem que vive para o trabalho, para*

*sustentar a família?” Pergunta esta que permeia a cabeça dele e se justifica pelo modelo que tem do que vem a ser *homem*.*

<b>RELATO 7:</b> VALMOR	<b>DEPOIMENTO:</b> 10/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA DE MORTE		
<p>Durante o período que conviveu com Conceição sempre foi ciumento, buscava controlá-la de todas as formas. Ela o denunciou porque ele a teria ameaçado de morte, por não aceitar a separação. Ao insistir várias vezes para ele sair de casa, ele começou a ameaçá-la de morte, daí sua decisão de ir a 2ª DEMUL. Segunda ela, ele disse: <i>"se você não morar comigo não mora com homem nenhum mais. Ele vive me perturbando no meu emprego, vive me ligando para mim ameaçar, tirar meu juízo. Mim chama de porra, caralho"</i>. Apesar da ameaça de morte, nunca bateu nela. Moravam em casa alugada. Ontem ele abandonou o lar, saiu com os pertences dele, foi morar numa casa na mesma rua onde reside Conceição. Na versão dele, as acusações são inverídicas. Disse que nunca foi na lanchonete onde ela trabalha para perturbá-la. Reconhece que antes de se tornar evangélico bebia e vivia se descontrolando: <i>"depois que me converti ao protestantismo deixei de beber e de perder o controle, xingar Conceição ou seja lá quem for, hoje sou um homem diferente..."</i>. Comparando as informações com o depoimento dele, a escrivã não se convenceu que Valmor tinha se convertido e parado de beber. Ela acredita que seja uma estratégia para atenuar a denúncia.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>Primeiro, o fato de atribuir ao consumo de álcool a alteração do seu comportamento. Fazer uso excessivo de bebidas alcoólicas é</p>		

utilizado como justificativa do mau comportamento. Para "*corrigir*" o problema, o segundo aspecto entra em cena: a religião. Tornar-se evangélico parece ser a saída para evitar o descontrole com as bebidas e ao mesmo tempo resgatar o *ethos* masculino perdido através de práticas que não coadunam com o que vem a ser *um homem de verdade*. A religião, em seu discurso, o faz ser um *homem diferente, um homem respeitador, que não xinga mais sua ex-companheira*. Mesmo tendo sido colocado em suspeita (por parte da escritã) o discurso da conversão nos permite interpretar que valores são acionados no sentido de construir um *homem de verdade*. Notou-se que os homens não digerem bem o fator de serem abandonados por suas esposas/namoradas/companheiras. Ser abandonado expressa claramente que a decisão não partiu do homem e sim da mulher. Uma demonstração de ausência de um domínio absoluto sobre o outro.

<b>RELATO 8:</b> VALDERI	<b>DEPOIMENTO:</b> 17/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO E AMEAÇA		
<p>Casado com Jussara. Já houve uma separação entre eles anteriormente, mas resolveram voltar o relacionamento. O que ocasionou a primeira separação foi o ciúme dele, motivado por uma traição dela, descoberta através de mensagens e fotos comprometedoras dela com outro homem. Tendo reavaliado, decide dar mais uma chance ao relacionamento, até porque confessa que gostava muito dela e também não queria ficar separado dos filhos (um adolescente e um na pré-adolescência). Depois da reconciliação, não tinham tido discussões sérias, "<i>uma discussãozinha aqui outra ali, mas nada de grave</i>". Mas, no</p>		

carnaval do corrente ano, quando retornava de Itamaracá, ele, a esposa e os filhos, um episódio desencadeou as discussões e brigas, tendo levado Jussara a tomar a decisão de denunciá-lo. No percurso de volta, o celular dela tocou, ela não atendeu e isso o deixou desconfiado. O celular toca novamente, aí ele diz: - *"vá atenda..."*. Ela responde negativamente, dizendo que não iria atender porque o número era desconhecido. Ele resolve parar o carro e toma o celular da mão dela, liga para o número que insistia em falar com ela, e ao ser atendido diz: *"diga o que você quer com Jussara"*. Do outro lado da linha um rapaz diz: - *"desculpe-me, mas não conheço nenhuma Jussara, deve ter sido engano"*. Valderi, bastante irritado diz: - *"engano o que seu cabra safado, tenha vergonha na cara seu mentiroso, como pode ser engano se seu número está gravado no celular dela? Vá diga o que você quer com ela? Seja homem, assuma quem é você. Você é o amante dela, né? Se eu te pegar você vai ver"*. Depois dessa cena retornam para casa. Discutiram o caminho todo. Ao chegar a casa, a discussão continua e ele decide ir embora, foi até o quarto arrumou a mala e quando estava para sair da residência ela o agarrou, quis tomar a mala, tentou impedi-lo de ir embora, mas ele continuou saindo e seguiu para a garagem onde se encontrava o veículo, ela então o agarrou, o arranhou todo e disse: - *"você não vai sair com o carro"*. Na tentativa de se defender, ela acabou ficando com alguns hematomas. Ela chama a polícia. Quando os policiais chegaram, ele ainda se encontrava na residência do casal, ouviram os dois e pediram para ele sair da casa para evitar maiores problemas. Naquele mesmo momento foi orientado a prestar queixa contra ela, se ele assim o quisesse. Resolveu não fazer tal procedimento, porque seria uma desonra: *"o que a delegada ou delegado, os policiais, você iriam pensar de mim? Iriam olhar pra mim e pensar logo: -*

*'olha um homem que apanha da mulher', um homem que não honra as calças que veste...". No B. O. consta que Jussara o acusa de agressões morais e ameaças. No mesmo documento consta que ela pediu medidas protetivas. Isso o impediu de ver os filhos. Mesmo assim, disse que os encontra no shopping ou perto da escola, só para matar a saudade. Ele foi orientado para não fazer mais isso, pode se prejudicar por conta de tais medidas. Ele nega que tenha feito ameaça a ela e diz que as agressões morais foram de ambas as partes. Toda briga entre casal tem xingamentos de ambas as partes. Agora veja: "eu um pai de família, trabalhador passando por essa humilhação, isso é o que questiono nessa Lei Maria da Penha, eu que fui a vítima da história é quem estou aqui tendo que me defender. Veja meus braços ainda tem as marcas das unhas dela, o agredido aqui fui eu... Não quero dizer que sou totalmente contra a Lei Maria da Penha, mas sou contra o excesso, a desigualdade que se cria, não se pode deixar de olhar o outro lado... Quanto ao meu relacionamento com Jussara ela quem sai perdendo porque agora quem vai sustentá-la, pagar pelo luxo dela, só tenho responsabilidade com os meus filhos e nada mais. Olhe, eu ganho bem, não entendo porque ela fez isso..."*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Lembro-me quando Valderi chegou até a 5ª DEMUL, tive a oportunidade de fazer uma entrevista informal com ele e depois ouvir seu depoimento. Ele destoava da maioria dos outros homens que frequentavam a Delegacia, seu perfil socioeconômico já indicava uma posição em outra classe social. Mesmo tendo curso superior incompleto, um poder aquisitivo maior que a maioria dos outros acusados de agressão, algo no discurso dele era comum aos demais. A eloquência poderia ser outra, mas tinha algo comum que trespassava os discursos dos homens

pesquisados. Primeiro, ele se considerava um exemplo de “marido”, porque provinha à família, não deixando faltar nada, os meninos estudam em boa escola, os membros da família tinham plano de saúde, a casa era bem arrumada, bastante confortável, ele era carinhoso com os filhos e com a esposa, mesmo assim não evitou que fosse traído por ela. Uma vez traído, o casal se separou, mas a saudade da família o fez repensar e perdoar a esposa. Voltam a conviver como uma família, mas a desconfiança também convive junto. A vigilância sobre as mensagens e as ligações recebidas vão se somando e configurando os conflitos conjugais. O aparelho celular se apresenta como uma espécie de testemunha que depõe acusatoriamente contra a vítima da vigilância. Trocas de mensagens e imagens indevidas levaram ao desencadeamento de uma relação repleta de conflitos, de desconfianças. No diálogo entre *Valderi* e o suposto “*amante*” é lançado um conjunto de vocábulos que nos levam a interpretar a forma que, como são pensadas as lógicas masculinas, as disputas internas, a provocação, o desafiar outro homem. O ato de covardia, de não “assumir-se” como amante da esposa, de negar tudo e ainda por cima de forma descarada (“*foi engano, não conheço nenhuma Jussara*”) coloca o suposto amante em condição de inferioridade: *é um covarde*. Ser homem é assumir o que se faz, é não ter medo de outro homem, mesmo em situações complicadas. Sempre houve discussões, mas nada de grave. Nesse sentido, a literatura especializada em violência contra a mulher aponta para um ciclo da violência, começando com pequenas discussões e se agravando com o decorrer dos conflitos. Há assim, uma naturalização dos conflitos e das cenas de brigas e discussões na visão de *Valderi*. Nada anormal que um casal brigue uma vez ou outra. O problema está naquilo que desencadeou as brigas, as discussões. Sendo traição, mesmo

podendo ser perdoada, um desencadeador forte que fere o universo masculino e põe em xeque o domínio masculino sobre o feminino. A infidelidade feminina ameaça um território tido como masculino, ao inverterem-se as relações de gênero (ela é ativa, desejante, e ele passivo submetido ao desejo dela). O programa de pós-graduação em Antropologia tem produzido trabalhos interessantes na Região Metropolitana do Recife sobre infidelidade e mais especificamente sobre como os homens reagem diante do fato de terem sido traídos. Outro aspecto que chama atenção é o fato de se dizer que fora vítima não só da situação, mas da agressão física por parte da esposa. Ao ser questionado pelo fato de não ter ido a Delegacia fazer uma denúncia, seu discurso reforça aquilo que Bourdieu já chamara atenção, o peso da socialização que se transforma numa segunda natureza. Senão vejamos: o argumento de *Valderi* é construído no sentido de demonstrar que seria vergonhoso um homem assumir que apanhou da mulher, não sendo nesse caso, qualquer mulher, mas sua esposa, aquela que supostamente o marido deveria dominá-la. *O que as pessoas iriam pensar*, reflete ele. No seu entender, iriam pensar que seria um fraco, adjetivo que na lógica masculina não combina com as características de ser um *homem de verdade*.

<b>RELATO 9:</b> VALDIZIO	<b>DEPOIMENTO:</b> 30/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA E MORAL		
O relacionamento com Irene sempre teve atritos. Estes atritos tinham e têm como causas principais: a bebedeira dele, a ausência dela do lar, a tentativa de controle de um e de outro. Ela o acusa de agressão física e moral. Bateu nela porque ela foi		



até o bar onde se encontrava e o chamou para ir pra casa, ele disse que iria ficar mais um pouco com os amigos, mas ela ordenou que ele deixasse de beber e fosse para casa. Ao chegar em casa bateu nela e disse que não gostava de ser humilhado na frente dos amigos. Para ele, a causa dos desentendimentos reside no fato dela ser muito controladora, quer privá-lo de sair com os amigos, mas vive na casa das amigas, deixando tudo por fazer em casa, inclusive cuidando muito mal da criação da filha: *"ela veve tentando me controlar, não quer que eu saia com meus amigos para tomar umas cachaçazinhas, e mais, quer que eu venda a casa e divida o dinheiro com ela, e depois alugue uma casa para morarmos, mas não vou fazer isso, não vou fazer isso porque não vou alugar casa alguma para depois ela colocar os 'machos' dela na casa. Eu não sou besta..."*.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A companheira fez algo vergonhoso, que extrapola os níveis de tolerância do universo masculino. *"Onde já se viu a esposa ir ao bar onde o marido se encontra com seus amigos e ordenar que ele vá pra casa?"* Entende que o bar é o espaço público mais masculino. Daí a ideia da mulher/esposa merecer uma correção: quer mandar no marido e não cuidar da casa e da filha, atributos considerados femininos. As alegações masculinas circulam em torno de desqualificar o comportamento feminino como mecanismo de justificativas para suas práticas violentas. Essas informações nos permitem demonstrar como, não só as práticas violentas, mas suas justificativas são fortemente marcadas pelas relações de gênero. Os discursos masculinos sobre suas práticas violentas indicam uma visão de mundo recortada por gênero. As vizinhas podem ser um perigo no sentido de desvirtuar uma *boa dona de casa*. Não sendo aceito o fato de se deixar os afazeres domésticos para ficar jogando conversa fora. Se a vizinha for

solteira, isso se torna um agravante porque ela pode estar fazendo a cabeça da esposa para arrumar *macho*. Ficar em casa parece ser um antídoto. Ele se recusa a aceitar a proposta de vender a casa dos dois, sob a alegação de que ela vai fazer uso indevido do dinheiro e futuramente irá encher a casa deles de *machos*.

<b>RELATO 10:</b> VITÓRIO	<b>DEPOIMENTO:</b> 07/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA E AGRESSÃO MORAL		
<p>Namorou Angélica por quase cinco anos. O namoro acabou há dois meses. Não chegaram a morar juntos. Ela o acusa de ameaça e agressões morais. Ele estava na praia jogando bola e viu Angélica com outro rapaz, deixando-o enciumado. Para evitar qualquer confusão, ela foi pra casa. Logo em seguida, ele foi até a residência dela para tomar satisfação: <i>"por que você fez aquilo comigo, ficar com outro... bem que me avisaram que você andava me traindo"</i>. Além de se achar traído, a revolta maior foi porque o tempo todo em que namorou, custeou as despesas dela e da mãe dela. Ele insistiu em querer falar com a ex-namorada, ligou várias vezes para o seu celular, mas ela não quis atender, ele continuou tentando até que a mãe dela atendeu o celular e o aconselhou a seguir a vida dele, aí ele disse: <i>"Quando vocês tinham o bem bom não mandavam eu ir embora, mas como agora tem outro otário na parada, né?"</i>. Nega que tenha feito alguma ameaça, mas reconhece que no calor da discussão disse uns palavrões, coisa comum em qualquer discussão.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>Vitório não ficou satisfeito com a separação porque achou que o relacionamento iria perdurar por tempo a fio pelo simples fato de</p>		

sustentar a namorada e a mãe. Via o provimento como uma garantia da manutenção da relação. Como houve a dissolução da relação, disse que se sentiu usado por elas. Vejam que a ideia de sustentar alguém conduz a noção de dependência, uma dívida que liga o endividado ao credor até quando este último bem entender. Ele não aceita o término do namoro porque essa decisão não cabe ao dependente, mas a quem sustenta a casa. Como permitir que o dependente rompesse com a lógica da dádiva? A desigualdade instaurada cria um vínculo intrínseco entre o doador e o dependente. Outra dificuldade masculina constatada aqui e que perpassa alguns outros discursos é aceitação da separação, principalmente quando a tomada de decisão é por parte da *mulher/esposa/companheira*. O sentimento de posse toma conta e a consequente perda dela leva muitos homens a agirem de forma violenta, chegando até a assassinar suas companheiras.

<b>RELATO 11:VETO</b>	<b>DEPOIMENTO:</b> 14/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÕES FÍSICA E MORAL		
<p>Conviveu por dois anos com Estelita, tiveram um filho que está com um ano de idade. Estão separados há oito meses. Estelita o acusa de ter dado um soco no rosto dela. O motivo que o levou a agredi-la foi porque desconfiou que ela estivesse ligando para a atual namorada dele. Ele foi até a residência dela para confirmar a estória, com a negativa de Estelita começaram a discutir, e houve troca de empurrões. Ele nega a agressão física. Em novembro de dois mil e dez ela o agrediu com uma tesoura. Ele prestou queixa dela na delegacia. No carnaval de dois mil e onze Estelita o agrediu novamente e disse que se pegasse ele com</p>		

uma namorada, iria bater nela. Na versão de Veto, a ex não aceita a separação, daí a razão para tanto conflito. Ele disse que é cumpridor das obrigações de pai: *"o que a criança precisa eu dou, mas dinheiro eu não dou..."*.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Pode-se notar que o controle sobre o dinheiro ganha uma proporção significativa. Veto se diz um cumpridor das obrigações de pai, mas se nega a contribuir em espécie, prefere fazer compras e escolher o que deve ser comprado. Esse procedimento indica que Veto procura uma forma de punição para sua ex-esposa. Como agora não convive com ela busca alternativas para exercer alguma forma de controle. No entanto, o fato de não contribuir em dinheiro para as despesas do filho não o faz um homem descompromissado, no seu entender. O controle sobre sua esposa se dá através da vigilância sobre as ligações e mensagens que recebe através do aparelho celular, alegado como desencadeador das agressões. Nesse sentido, a tecnologia aparece como dispositivo de controle e disciplinamento dos corpos, do comportamento das mulheres.

<b>RELATO 12:</b> VANDERLEI	<b>DEPOIMENTO:</b> 15/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA E INAVASAO A DOMICILIO		
<p>A ex-companheira, Clotilde, o acusa de ameaçá-la e ter invadido o seu domicilio. Conviveram dois anos e sete meses e estão separados acerca de um mês. Mas, ele não aceita a separação. Bebe e fica violento. É muito ciumento: <i>"ele me disse que se eu não ficar com ele não fico com mais ninguém"</i>. Certo dia invadiu a residência dela. Quando houve a invasão, ela ficou calada e de cabeça baixa, ele então passou a ameaçá-la de morte. Além da</p>		

ameaça, ele já deu tapas e empurrões nela. Liga para ela insistentemente, pedindo pra voltar. Vamos a versão dele: tem uma casa herdada do pai, alugou para ajudar nas despesas. Na casa que o casal morava, a despesa com aluguel era dividida entre eles. Confessa que invadiu a casa dela porque acreditava que ainda estava com ela, mas ao entrar na residência a encontrou com um suposto namorado, deixando-o chateado. Discutiram, mas não houve agressão física, segundo ele, houve apenas agressões morais. Ele acredita que Clotilde quer voltar pra ele: *"é uma mulher safada... ela não aceita o fim do relacionamento. Esse negócio de traição é porque mulher é bicho vingativo. Ela me disse que não tem outro namorado e só faz aquilo na hora da raiva"*. Bebe aos finais de semana e nega que fique agressivo.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Para ele, nem mesmo a suposta nova relação da ex-companheira é indicativo que o relacionamento chegou ao fim, afinal ela faz isso para se vingar, no fundo ela ainda o quer, assim pensa ele. Isso me faz lembrar a pesquisa de Machado (1998) sobre as construções da virilidade, onde reflete sobre os discursos de homens que cometeram estupros e que justificavam suas práticas indicando que o *"não"* de uma mulher pode ser um *"sim"*. A presença de um suposto namorado na residência de Clotilde ainda não parece ser o fim do relacionamento, levando a crer que a decisão final cabe ao homem, mais um território considerado tipicamente masculino: *tomar decisão*. Está tão ciente que ainda exerce algum domínio sobre a ex-companheira e sobre a casa, que *"invade"* a residência, outrora do casal. Coloco aqui entre aspas o termo *"invade"* porque na concepção dele o direito de ir e vir naquele espaço ainda não foi completamente destituído. Apesar de que o recurso à violência possa ser

interpretado como a perda paulatina da autoridade sobre as pessoas e as coisas.

<b>RELATO 13:</b> VINICIUS	<b>DEPOIMENTO:</b> 21/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Tem uma união estável com Ana Célia, com quem tem uma filha. Conviveram por três anos. Relação conturbada, com cenas de ciúme de ambas as partes. Ela o acusa de ter dado uns empurrões e expulsado ela de casa. Segundo ele: <i>"expulsei Ana Célia de casa porque ela era muito ciumenta. Quanto aos empurrões apenas me defendi das agressões físicas dela. Apenas a empurrei e ela caiu. Não sei dizer como ela machucou a boca. Ela quem me mordeu..."</i>. Disse que nunca duvidou da paternidade, apesar da suspeita da sua mãe. Num determinado momento também a trancou dentro de casa e ligou para a polícia porque ela estava transtornada, furiosa e muito agressiva, no entanto, na hora da ligação, em decorrência da agitação, ficou confuso ao dizer o nome da rua. Ele disse que não fuma, não toma remédios controlados e não é usuário de drogas, apenas toma umas cervejinhas nos finais de semana.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>O desencadeamento das práticas violentas obedece a uma via de mão dupla: a agressão ocorreu sem a necessidade de provocação, mas para reforçar a masculinidade: dizer quem manda e quem obedece. É possível encontrar relatos de mulheres que diziam que apanhavam do marido, mas desconheciam os motivos latentes. Entende-se que numa situação de conflitos conjugais os motivos podem ser latentes e/ou adjacentes (que se manifestam inconscientemente), motivos estes que levam ao</p>		

reforço de uma estrutura de dominação, encarnada na violência contra a mulher. Efetivamente essa violência marca os corpos femininos e os modelos de masculinidade. Ao marcar um modelo, demarca as fronteiras de gênero. Na violência conjugal, especificamente, as vítimas (mulheres), não são totalmente passivas diante das práticas e situações de violência sofrida, elas reagem de diversas maneiras e em alguns casos podem ser as *agressoras*. Percebeu-se que as acusações de agressão foram mútuas. Vítimas e agressores se misturam desmistificando a tese da natureza violenta do gênero masculino. A violência é um tema complexo, exigindo se afastar das interpretações simplificadoras e maniqueístas que pouco aprofundam o âmago da questão. Assim, as análises sobre violência exigem um olhar acurado, sofisticado, que evitem as dualidades estanques (sim/não, agressor/vítima, etc.). Os dados revelam que se deve ir além dessa forma de analisar o fenômeno da violência conjugal. Homens e mulheres, portanto, são protagonistas e também vítimas de uma estrutura de dominação introjetada fortemente desde suas infâncias que acaba por sedimentar modelos de gênero, tendo como consequência uma dominação sentida e praticada de forma naturalizada e simbólica (BOURDIEU, 2002; VALE DE ALMEIDA, 2000; OLIVEIRA, 2004). É importante ainda frisar, que as práticas violentas contras as mulheres/esposas/companheiras podem ser percebidas como fruto do mero acaso, de um acidente natural, num ato de defesa, reflexo de uma reação, sendo o ato em si da violência interpretado como involuntários: "*apenas a empurrei... não sei como ela se machucou*". O próprio comportamento da mulher ("*ela é muito ciumenta*") é utilizado como situação provocadora, que faz o homem perder a paciência e recorrer aos empurrões. Os empurrões, no seu entender, não pressupõe um ato de

agressão, um espancamento, mas uma estratégia de evitar o pior. A relação vítima/agressor se mistura aquela que fora vítima passa a ser a provocadora e aquele que fora acusado de agressão passa a ser vítima das provocações.

<b>RELATO 14:</b> VALDEMIR	<b>DEPOIMENTO:</b> 28/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Valdemir e Joana D'Arc convivem maritalmente há vinte anos, têm três filhos. Segundo ele, a relação entre os dois é difícil porque ela é muito ciumenta: <i>"não posso sair pra beber com meus amigos... Como trabalho com transporte alternativo, não tenho horário fixo para terminar as viagens, se precisar fazer uma viagem a gente vamos, mas daí se chego tarde em casa é confusão. Ela diz que sou mulherengo... O que acontece é o seguinte, eu lido com público, tenho que ser simpático, faz parte da minha profissão..."</i>. Nega as agressões físicas, mas reconhece que houve xingamentos, de ambas as partes, normal no calor das discussões: <i>"qual casal não xinga o outro quando se estar discutindo..."</i>.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>A profissão é utilizada como estratégia para contrapor o controle feminino. Trabalhar com transporte alternativo exige simpatia com o público, uma atenção aos passageiros. Esse jeito simpático de <i>Valdemir</i> é visto por Joana como uma estratégia masculina para seduzir outras mulheres, daí o adjetivo de <i>mulherengo</i>. A profissão flexibiliza os horários para chegar em casa, aumentando os níveis de desconfiança da esposa. Ser chamado de <i>mulherengo</i> reforça sua masculinidade: o <i>homem pegador</i>. A tentativa de controle feminino o incomoda porque interfere nas</p>		



rotinas de homosocialibilidades. Essa "invasão" leva a uma inversão nas ordens de gênero: *afinal, quem deve controlar?* Pelos aspectos gerais da socialização generificada cabe ao homem o papel de ser controlador, é evidente que controlar nem sempre é sinônimo de domínio. Joana até pode buscar formas de controle, no entanto, através da agressão (seja verbal ou física) *Valdemir* procura colocar sua esposa no papel de mulher, ou naquilo que ele espera de uma mulher (passiva e condescendente).

<b>RELATO 15:</b> VAMBERTO	<b>DEPOIMENTO:</b> 28/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA DE MORTE E AGRESSÃO FÍSICA		
Conviveu com Verônica por nove meses. Estão separados há dois. Segundo ele, foi um relacionamento intenso, de muitas brigas. Entretanto, nega que tenha agredido fisicamente e ameaçado de morte a ex-companheira: <i>"realmente fui à casa dela, mas não a agredi. Quanto ao que ela diz que vivo atrás dela, ligando pra ela, não é verdade, ela é quem vive ligando pra mim, domingo mesmo ela me ligou, tá aqui a prova [mostra dados da ligação no celular]"</i> .		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
O aparelho celular ocupa um lugar de destaque na confirmação dos seus argumentos. Faz questão de mostrar que sua ex-namorada vive ligando pra ele. Ora mostra as mensagens, ora as ligações recebidas e as mensagens de voz para mostrar que ela é quem o procura, descumprindo as medidas protetivas, quando foram solicitadas. No geral, os discursos apontam que mesmo homens e mulheres buscam estratégias de controle. Deixar que a mulher tome as rédeas absolutas das ações aponta para um		

aspecto desqualificador do que vem a ser homem, ferindo assim uma prerrogativa masculina de ser dono do seu próprio domínio e dos outros e não o contrário. Por isso, qualquer movimento no sentido de inversão dessa ordem pode levar ao desencadeamento de práticas violentas.

<b>RELATO 16:</b> VIRGULINO	<b>DEPOIMENTO:</b> 04/06/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Está sendo acusado pela ex-namorada (Kátia) de agressão física e depredação de patrimônio privado. Namoraram por dois anos e tiveram um relacionamento de muitos conflitos por causa do ciúme dele: <i>"ele é tão ciumento que amassou o tanque da moto do meu atual namorado. Ele não concorda que o namoro chegou ao fim..."</i>. Virgulino nega as agressões físicas e diz que o episódio da moto do namorado dela foi um acidente: <i>"eu estava passeando de moto, um carro me fechou e ao tentar desviar bati no retrovisor de uma moto que estava encostada, nem imaginava que era do namorado dela..."</i>.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>A separação se apresenta como uma situação de desconforto, especialmente, quando a (ex) <i>esposa/companheira/namorada</i> encontra outra pessoa. A existência de <i>"outro"</i> pode ser interpretado como o término da relação, o que pode levar a reações violentas. Não tomar a decisão de terminar um relacionamento pode ser um complicador para um homem, porque evidencia que as escolhas não obedecem a uma única via, tanto homens como mulheres podem fazê-las. Isso pode ser um indicador que o <i>poder do macho</i> está se diluindo e/ou se reconfigurando. Nas palavras de Parry Scott, o machismo está</p>		

murchando. Ele nega que tenha agredido Kátia e procura inverter o que a ex-namorada disse afirmando que ela é que não está satisfeita com o fim do relacionamento. Explica ainda que o episódio do carro do atual namorado dela não passa de uma mera coincidência, um mero acidente de trânsito. Aqui o acaso é acionado como estratégia de defesa para desvincular qualquer tipo de ressentimento porque a Kátia foi quem quis terminar o namoro. Longe de um caráter investigativo/policial sobre tal episódio, entende-se que *Virgulino* marca não só o carro do namorado de Kátia, mas também marca a dificuldade masculina de ser "*trocado*", "*substituído*" por outro, indicando que a decisão final não fora do sujeito masculino da ação, invertendo o território visto como masculino.

<b>RELATO 17:</b> VINICIO	<b>DEPOIMENTO:</b> 22/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Analuzia o acusa de agressões físicas pela segunda vez. A primeira queixa foi na 1ª DEMUL em Recife. Naquela ocasião, ela não foi ao IML, resolveu não prosseguir com o processo e deu uma chance ao companheiro. A agressão ocorreu porque ele ficou com ciúmes ao saber que ela iria trabalhar fora. Não concordava com o fato de ela trabalhar fora como babá, o que ele ganhava era considerado suficiente para o sustento da casa. Residiam na casa dela, mas depois do ocorrido ela o botou para fora de casa. Para ele, o relacionamento já vinha se deteriorando, e para se estabilizar financeiramente ainda estava na casa, no entanto, ela pediu que ele pegasse seus pertences e fosse embora: "<i>quando ela me mandou ir embora, ela tinha tomado umas cervejas, eu não, não tinha tomado nada. Daí, ela pegou no meu braço e para</i></p>		

*me livrar dela acabei acertando minha mão no rosto dela, com isso ela caiu sentada, mas foi um acidente".* O aparelho celular dela (presente dele) foi quebrado por ela no momento da discussão e parte dos móveis da casa. Ela disse: *"se você não levar seus móveis eu toco fogo ou entrego tudo no Curado"*. Ele disse que deixaria tudo para ela. Ultimamente eles vêm tendo contatos amigáveis, mas nada de retorno da vida conjugal. Ele respondeu processo em São Paulo por tráfico de drogas. Faz uso de bebidas alcoólicas. Fuma. Não é usuário de drogas. Não toma remédios controlados.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A divisão sexual do trabalho é um aspecto interessante e perpassa os conflitos conjugais. Tal divisão obedece às "*ordens lógicas*" que um grupo ou determinados grupos entendem como certas. Para muitos homens, o fato das mulheres/esposas/companheiras trabalharem contrariam essas ordens lógicas. Para muitos, cabe ainda ao homem o papel de provedor, não havendo necessidade do trabalho feminino. Sendo este necessário apenas quando a renda do trabalho masculino for insuficiente para o sustento da família. Analuzia afirma que *Vinício* pensa assim. Elenão admitia que a mulher trabalhasse fora, mesmo assim o pensamento dele não fora levando em consideração. O fato de ser ela a proprietária da casa, onde habitava o casal, possibilitou que ela o expulsasse de casa. Situação atenuada pelo discurso de *Vinício* ao dizer que àquela altura o relacionamento já estava no seu fim e que ele ainda se encontrava na casa apenas como forma de buscar sua estabilidade financeira. Ele afirma ainda que a agressão não passou de um acidente. Procura demonstrar em seu discurso que Analuzia é uma descontrolada, impulsiva, agressiva, e bebe. Veja que o fato dela ter bebido e não ele, quando a ocorrência do

episódio, é transformado em estratégia de defesa. Até mesmo porque mulher bebendo, parece ser, aos olhos de *Vinício*, mais uma inversão da ordem de gênero. Então, além dela beber, ela perde o controle, bota ele pra fora, diz que vai tocar fogo nos móveis porque foi ele quem comprou etc., sinal de desequilíbrio. O discurso busca construir a ideia de uma racionalidade masculina, só perdida acidentalmente, em contraposição a uma irracionalidade feminina, temperada com emotividades e descontrole de si.

<b>RELATO 18:</b> VALARICO	<b>DEPOIMENTO:</b> 13/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA E AMEAÇA		
<p>Conviveu maritalmente por dez anos com a vítima (Neusa). A separação com Neusa aconteceu há três meses, ocasionada pelos ciúmes dele. O fato dele não ter condições financeiras de dar tudo a ela e aos filhos gerava muitas discussões. Atualmente, ela tem um namorado (Diogo), esse namorado trabalha na serralharia do pai dela. Ela trabalhava num motel em Paulista, mas perdeu o emprego porque <i>Valarico</i> foi até lá e promoveu uma verdadeira quebradeira num dos quartos do motel, quebrou uma TV, um aparelho de som e um telefone, mas segundo ele já foi tudo acertado com o proprietário do motel. Depois dessa confusão ela foi demitida. Para justificar, ele disse que ela também o fez perder o emprego, mas não entrou nos detalhes. <i>Valarico</i> atualmente mora em Abreu e Lima. Tem pequenas cicatrizes nos braços. Mostrou os braços arranhados por ela, depois de uma discussão. Disse que não recebeu, nem foi procurado pela justiça sobre as medidas protetivas que ela pedira quando fizera a queixa. Para confirmar que ela ainda o procura</p>		

ele disse que certo dia recebeu uma ligação dela às duas da madrugada e foram para o motel. Em outro momento ela ligou para pedir dinheiro e ameaçá-lo. Disse que contribui com as despesas das crianças semanalmente através da compra de produtos essenciais para sustentar os filhos: *"se eu der dinheiro pra ela, ela gasta tudo com futilidade, roupas, etc."*. Confessa que a ameaçou de morte porque ela não quis cuidar dos filhos, ficou dançando. Outra vez ele tomou o celular dela por que: *"ouvi ela dizendo ao cara que eu não era homem pra ela. O cabra se dedica a vida inteira pra uma mulher e de repente ela não quer mais a gente"*. Ao ouvir o deboche dela, ele pulou o muro, tomou e quebrou o celular: *"ela chamou o namorado de gostoso na minha frente... disse que eu era um otário, que eu não era de nada"*. Considera justificável quebrar o celular porque foi ele quem comprou o objeto, por isso se viu no direito de tomar e quebrar quando bem entender. Além de quebrar o aparelho de celular, não devolveu os três chips (Tim, Oi e Vivo). Retrucado sobre seus atos diz: *"O que tiver na casa dela eu não posso quebrar não? Mesmo que tenha saído do meu suor?... Ela disse que ia colocar outro macho dentro de casa para usufruir das coisas que eu comprei..."*. Ao dizer que iria ao supermercado fazer compras para os meninos, ela disse não querer alegando que não aceitaria mais porcarias. Para impedir sua saída fechou as grades e disse: *"agora você só sai daqui morto..."*. Tudo isso com raiva porque ele não deu dinheiro para ela e optou em fazer diretamente as compras para os meninos. Em outra oportunidade justifica sua agressividade porque ela não cumpre adequadamente seu papel de mãe, ao se recusar em levar um dos filhos numa UPA, e ainda disse: *"te vira aí, tu não é pai não..."*. Segundo ele, nesse mesmo momento ela se arrumava para sair para a balada. Enfim, nega ter cometido agressões

físicas e que na verdade foi vítima dela, mas não teve coragem de fazer uma denúncia contra ela, até porque ficaria feio para ele enquanto homem.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

O caso de *Valarico* é bastante interessante e traz detalhes ricos que contribuem significativamente para esta pesquisa. Primeiro, ele se considera vítima de toda essa situação. E não somente vítima dos acontecimentos, do comportamento fora dos padrões de sua ex-companheira, assim considerado por ele, mas porque ele disse que fora vítima de violência física e mostrou as marcas da agressão. Ao mostrar as marcas da agressão ele procura dizer que tem provas físicas do fato, e que o fato de não procurar a justiça está diretamente relacionado à sua visão de mundo sobre o que é ser *homem*. Um homem até pode apanhar da mulher, mas tornar isso público torna-se vergonhoso, desonroso, fere o ethos masculino. Ao mesmo tempo em que fora vítima de agressão, ele não nega ter cometido práticas violentas, mas sempre voltadas para os objetos (quebrar objetos no motel). Nesse episódio, ele quis punir a ex-companheira fazendo-a perder o emprego, provavelmente como estratégia para mantê-la sobre auspício do seu rendimento. Considerada pelo universo masculino uma das estratégias mais direta e eficaz de dominação. Se, ser homem implica, entre outras coisas, não publicizar que sofreu agressão da mulher/esposa/companheira/namorada, também é inadmissível, intolerável que a ex o exponha, ridicularizando frente ao "outro". Essa exposição o levou a ter uma ação agressiva: quebrou o aparelho celular que dera de presente para Neusa. Considera inconcebível que ela usufrua (juntamente com outro macho) dos objetos que fora comprado com o fruto do *seu (Valarico) suor*. Como forma de impedir o uso inapropriado de certos objetos

resolve quebrá-los. Por ter comprado as coisas, se considera portador do direito de fazer o que quiser, até quebrá-los. Ainda como tentativa de exercer algum controle sobre Neusa, *Valarico* se recusa a contribuir com as despesas dos filhos através de dinheiro, preferindo, ele mesmo, fazer as compras para suprir as necessidades básicas de sua prole. Fazendo isso, impede ou tenta impedir uma possível autonomia de sua ex-companheira. Claro que sua justificativa é de que Neusa é fútil, não destinaria o dinheiro para comprar o estritamente necessário para os filhos. Indicando que ela não seria uma boa mãe, não pensa nos filhos. Ele acrescenta, para confirmar sua posição, que ela deixou de levar um dos filhos para UPA sobre o pretexto de que iria se divertir na balada, algo inadmissível na visão masculina, *como pode uma mãe de família deixar suas obrigações para ir a uma festa?* Não passa pela cabeça de *Valarico* que isso possa ter sido uma estratégia de Neusa para dividir as obrigações (*"Te vira aí, tu não é pai não..."*). Na sua visão de mundo, trata-se do não cumprimento de uma norma tácita de que as mulheres devem sempre estar de prontidão para cuidar dos filhos, em qualquer situação que seja.

<b>RELATO 19:</b> VALDO	<b>DEPOIMENTO:</b> 14/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA		
<p>Está separado de Marisa há cinco meses. Durante o relacionamento existiam brigas comuns entre casais. Mas, por questão de infidelidade de Marisa se separaram, segundo o próprio. Afirma que chegou a ver uma foto dela nua com outro cara no celular. Hoje ela está com outra pessoa. Ela o acusa de ameaçá-la e também o namorado. Ele teria dito: <i>"vou encher a</i></p>		



*cara de teu namorado de bala, sua rapariga, sua vadia...". Na versão dele, as acusações são inverídicas até porque tais atitudes não se coadunam com sua vida atual de evangélico. Até acha estranho a denúncia, aja vista que ele e a vítima vêm se relacionamento pacificamente nos últimos dias. Mas, nega que venha procurando sistematicamente por ela e diz que o contrário é o que vem acontecendo: "ela quem vive me ligando, me procura no trabalho quando precisa de alguma coisa". Segundo ele, do relacionamento o que mais sente falta é das crianças, sente muita saudade deles. Tem receio que o novo namorado dela maltrate de alguma forma os seus filhos. Por isso, num dos raros momentos em que conversou com o namorado da ex-esposa pediu para que ele cuidasse bem dos filhos. Esse contato gerou uma discussão entre Marisa e Valdo, inclusive nesse dia ela o chamou de corno e ele disse que agora ela era uma amante, tinha deixado de ser uma mulher direita. Por conta desse episódio, ela se aproveitou da Lei para se beneficiar, já que os "homens na delegacia da mulher não têm vez, mas vou buscar meus direitos...".*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Para *Valdo*, o fato de a mulher o ter chamado de corno confirma o fato de que ela deixou de ser uma "*mulher direita*", agora não passa de uma amante. Se ele foi corno, assim o foi, no seu entendimento, porque a mulher é quem não presta, ele foi quem fora vítima da infidelidade feminina. Não é a toa que Marisa relata que numa das discussões *Valdo* teria a chamado de *rapariga, de vadia*. Se o tratamento com a ex-esposa é carregado de adjetivos que servem para desqualificá-la e colocá-la no lugar das mulheres que não merecem respeito, visto que não seja mais uma "*mulher direita*", por outro lado, o tratamento com o atual namorado dela gira em torno de ameaças, apelos de violência no

sentido de medir forças e resolver de uma vez por todas quem seria um *homem de verdade*.

<b>RELATO 20:</b> VALDEMARO	<b>DEPOIMENTO:</b> 14/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA E MORAL		
<p>Maria (sua companheira) o acusa de agressões verbais e que no momento da discussão houve empurrões de ambas as partes. Retroagindo no tempo, ela disse que em 09/02/2012, ele chegou bêbado, dormiu e quando acordou queria sair, mas ela não deixou, fechou a porta e guardou a chave. Diante de tal situação, ele ficou inconformado e então discutiram, desembocando em agressões físicas dele para com ela. A razão de sair em plena madrugada, segundo ela, é que ele é usuário de drogas, mas ela luta constantemente para retirá-lo dessa vida. Além do uso de drogas, ele bebe todos os dias. Ele nega que faz uso de entorpecentes, mas confirma as agressões verbais e os empurrões. Na sua versão da história, o fato dela o impedir de sair na madrugada foi por puro ciúme, <i>"ela não admite que eu saia com meus amigos, ela não aceita, aí rola discussão"</i>. Quanto às agressões verbais, ele disse que aconteceu realmente, mas de ambas as partes: <i>"sempre sobra pros homens mermo..."</i>.</p>		
<b>IMPRESSÕES ANALÍTICAS</b>		
<p>Ele assumiu que cometera agressões contra a companheira, ocasionadas porque ela é muito ciumenta e vive tentando impedir que ele se divirta com os amigos. Justifica que é natural um home sair de madrugada para beber e conversar com os amigos sobre assuntos que são e devem ser tratados pelos homens, não caindo bem a presença de uma mulher (<i>direita</i>) no meio de homens. Pensar assim justifica não só o fato de sair na</p>		

madrugada, mas também não querer que a companhia participe e/ou frequente o mesmo ambiente que ele. Esses lugares seriam impuros, inapropriados para o público feminino devido ao teor do que se conversa. Os espaços de sociabilidades femininas, na concepção geral dos homens, são regidos por outras lógicas, sendo privilegiados os espaços privados como lócus de interação feminina. Numa verdadeira gramática de gênero que demarca as *coisas masculinas* e as *coisas femininas*.

<b>RELATO 21:VALÉRIO</b>	<b>DEPOIMENTO:</b> 09/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO: AMEAÇA</b>		
<p><i>Valério e Silvana</i> conviveram juntos por seis anos. O fim da relação deu-se porque a irmã dela mudou o caráter de <i>Silvana</i>, segundo palavras dele. A filha do casal sempre está sendo usada como meio de disputa e desencadeamento de conflitos. Vejamos nas palavras dele: "<i>fico irritado, cabuloso com o que ela faz com a nossa filha. Ela deixa a filha ir para a praia com outras pessoas sem a autorização dela</i>". No B. O. ela diz que ele anda ameaçando de tomar a filha: ele diz: - "<i>Ela age como uma criança...</i>"; "<i>eu vou tomar ela (a filha) de você...</i>". Segundo ela, no dia do ocorrido, ele chegou bêbado na casa dela e queria levar a filha a todo custo. A partir do momento que ela não permitiu, ele ficou enfurecido e começou ameaçá-la. Palavras dela: - "<i>ele chegou uma hora e meia atrasado no dia que iria pegar a filha</i>". Para Valério, Silvana não respeita o direito dele enquanto pai. Vejamos a versão dele: "<i>ela foi para a casa da avó por causa do meu atraso e eu decidi ir para a casa do meu cunhado. Ela retornou pra casa umas dezenove e vinte. Ao ver minha filha doente perguntei por que ela tinha saído sabendo que ela estava</i></p>		

*doentinha. Você precisa cuidar melhor da menina".* Ele, então pediu para ficar uns vinte minutinhos com a filha, mas Silvana não deixou: *"deixe eu ficar uns vinte minutinhos, eu estou com saudade dela. Eu quero ver a menina crescer, dar amor... com isso ela fez um escândalo, a menina começou a chorar... Quantas vezes ela já desligou o celular só para não falar comigo e para não dar notícias da minha filha".* No dia da discussão, ele disse que não estava alcoolizado. Disse que nunca usou drogas. Já é a segunda queixa que ela faz contra *Valério* e nessa última ela pediu medidas protetivas.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A centralidade que move os conflitos familiares gira principalmente em torno da criação da filha. Cada qual buscando exigir do outro a melhor forma de cumprir seu papel de pai ou de mãe. Cabendo a mulher a função de ficar com a criança em caso de separação, como geralmente acontece. Raros são os casos em que o homem fica com a guarda dos filhos. Ser pai é um dos pré-requisitos para ser um *homem de verdade*. Garante ao homem/pai o estatuto de um homem viril, capaz de engravidar uma mulher. Mas ser pai também traz consigo uma série de atribuições, de deveres que coadunam com o que se espera de homem pai de família, capaz de educar os filhos e prover a família. Mesmo em casos de separação, essas atribuições e deveres paternos não desaparecem e, nesse caso específico, são resgatados no sentido de construir uma imagem de gênero que se espera. Nesse sentido, ter pouca atenção com a filha, se atrasar nos dias de visita, deixar de ficar com a filha para ir beber são falhas apontadas por Silvana que explicitam quais as expectativas são esperadas de um homem pai de família. Na medida em que tais expectativas não são preenchidas, vai haver um questionamento sobre a masculinidade de *Valério* ("você não

*cumpre seu papel de pai*"). Por outro lado, *Valério* diz ser tolhido seu direito de participar ativamente da criação da filha. Não lhe sendo permitido ver sua filha crescer, lhe dar muito amor, educação e tudo que um pai dedicado e carinhoso dá ao filho. Na medida em que esse direito não é respeitado por Silvana, no seu entender, as discussões são vias para procurar exercer algum poder sobre a criação da filha, e conseqüentemente exercer um certo poder sobre *Silvana*. *Valério* também se justifica das acusações de que é um pai ausente alegando que trabalha em Paulista, tendo que passar a semana por lá. Mas afirma que mediante suas possibilidades não deixa faltar nada para a filha. Esse aspecto de não deixar faltar nada para filha é dito com muito orgulho, afinal em sua concepção, cabe ao pai o sustento da família, no seu caso particular, da sua filha. Esse provimento o torna um homem pai digno, cumpridor de suas obrigações do ser homem pai de família.

<b>RELATO 22:</b> VÍTOR	<b>DEPOIMENTO:</b> 23/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO MORAL E RECUSA A PAGAR PENSÃO ALIMENTÍCIA		
Sua ex-companheira Margarida o acusa de agressões morais e de não pagar pensão alimentícia para o filho mais novo. Ele pediu exame de DNA e disse que não daria mais nenhum tostão para seu filho mais novo, segundo informações dela. Ele nega que tenha se recusado a ajudar o filho e diz que continua ajudando mesmo sem o exame ter sido feito. Vítor e Margarida estão separados há seis meses. Durante o relacionamento, houve muitos conflitos, especialmente pelo não cumprimento dos papéis de gênero ( <i>"eu pedia para ela cuidar dos afazeres domésticos</i>		

*direito”; “exigia que ela cuidasse dos meninos”); mas também por ciúmes e uso de bebidas alcoólicas. Segundo versão dele: “fui na casa dela fazer um acordo, a princípio houve uma conversa amigável, mas logo começou os insultos, os xingamentos...”. Durante a conversa, disse para ela que tinha recebido uma ligação denunciando a infidelidade de Margarida com o seu vizinho. Daí ele diz: “caso estivéssemos vivendo juntos eu poderia ter até dado um tiro em você”. Contudo, afirma que não a ameaçou de morte, foi apenas uma hipótese, uma suposição. Também afirmou que não tem arma em casa. Está convicto da efetiva separação de Margarida, que até já superou esse momento, mas confessa que nunca aceitou que ela tivesse outro relacionamento: “nunca aceitaria ser traído. Infelizmente o homem é fraco, gosta de mulher...”.*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A suspeita da paternidade é utilizada como estratégia para apontar que sua ex-companheira não cumpre seu papel de *mulher/esposa*. Aqui há um forte marcador de gênero. A divisão sexual do trabalho tradicional é posta em xeque por Margarida, quando ela não cumpre o que socialmente é destinado aos gêneros. Quando ela deixa de fazer as tarefas domésticas e/ou traí o marido, expõe seu desajustamento a uma ordem de gênero tradicional atingindo diretamente a vida conjugal. *Cuidar da casa e dos filhos* foram argumentos levantados por ele para justificar a separação e as discussões que tiveram quando estavam juntos. Aquilo que Vítor tem como uma ordem natural das coisas. Trabalhar e infidelidade feminina são vistos como práticas que contrariam a lógica masculina porque são práticas percebidas como uma inversão de lógicas. O Homem é quem trabalha para o sustento da casa, é permitindo socialmente ao homem ser infiel. Quando o inverso acontece, isso põe em xeque a autoridade

masculina e expõe sua inabilidade de manter sob seu julgo a mulher. Quando Vítor diz que "*nunca aceitaria ser traído. Infelizmente o homem é fraco, gosta de mulher...*", nota-se uma ambiguidade: não aceita ser traído, mas ao mesmo tempo diz que os homens têm uma fraqueza por mulheres, fazendo uma alusão ao fato de um possível perdão a infidelidade feminina. É uma ambiguidade construída dentro dos componentes do modelo hegemônico de masculinidade. A fraqueza masculina é pelas *mulheres*. O desejo pelas mulheres é visto como símbolo de masculinidade, dessa forma, a fraqueza masculina é admissível porque acaba por reforçar um aspecto importante na constituição de tal modelo hegemônico. Claro que isso permite dizer que o modo de ser homem não corresponde a um único modelo, porque são acionadas inúmeras características na sua constituição.

<b>RELATO 23:</b> VAMBAST	<b>DEPOIMENTO:</b> 24/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>É casado com Antônia há oito anos, tem um casal de filhos. Tem histórico de agressões físicas e morais, mas ela nunca foi até a delegacia denunciar. O que motivou sua ida a DEMUL desta vez foram às inúmeras humilhações que sofrera e o fato dele ter agredido a filha mais velha, de seis anos de idade. No momento da agressão, ele estava alcoolizado. Quando bebe fica agressivo, desrespeita os filhos e a ela. Em decorrência das repetidas vezes que o fato ocorreu, pediu para ele sair de casa. "<i>Como eu trabalho posso muito bem sustentar meus filhos sozinha</i>". Vambast é um réu confesso. Afirma ter agredido a esposa quando estava bêbado. Todas as vezes que bebe perde o controle de si e fica violento: "<i>de fato agredi minha esposa, me arrependi</i></p>		

*do que fiz, ela é uma mulher que todo homem gostaria de ter, uma boa dona de casa, trabalhadeira, mas infelizmente quando bebo fico assim violento. Até já procurei ajuda, um amigo meu me indicou um psicólogo para fazer um tratamento". Diz-se arrependido e que já pediu a esposa uma nova chance, prometendo que isso não vai mais se repetir e que está parando de beber.*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Um aspecto que se sobressai é a dependência alcoólica de Vambast. O álcool se apresenta como um agente externo que transforma a personalidade dele. O comportamento feminino não é usado como justificativa das práticas violentas, mas o uso continuado e exagerado da bebida alcoólica. Sua mulher é um *"modelo de esposa, uma boa dona de casa, trabalhadeira, é uma mulher que todo homem gostaria de ter"*.

<b>RELATO 24:</b> VASCO	<b>DEPOIMENTO:</b> 08/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA DE MORTE		
<p>Convive com Angelita há dez anos. O casal tem um filho. A relação entre eles sempre foi conturbada, tendo histórico de agressões e idas e voltas no relacionamento. O ciúme e a bebedeira dele são apontados como causas do desencadeamento das brigas e das ameaças. Ela o acusa de ameaça de morte. Na versão dele, as brigas e discussões são ocasionadas porque a companheira não cumpre adequadamente seu papel de esposa, de dona de casa: <i>"como pode uma mulher deixar as coisas por fazer em casa e ir bater perna, ir conversar não sei o que com as amigas, pode? Quem garante que não estão arrumando macho pra ela..."</i>. Apesar de tudo isso, nega que esteja ameaçando a</p>		



companheira de morte, confessa que há brigas e discussões, mas que são normais em qualquer casamento.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Ciúmes, divisão sexual do trabalho e os vizinhos ocupam lugar de destaque. O interessante é que as três coisas andam juntas: o fato da esposa viver conversando com as vizinhas leva a duas situações: sobra pouco tempo para as tarefas domésticas, portanto, ela deixa de cumprir uma “obrigação” feminina; e ao mesmo levanta-se a suspeita de infidelidade feminina. Por sinal, a suspeita é por si só uma situação suficientemente justificada por parte dos homens como desencadeador de práticas violentas. Não é necessária a materialidade da infidelidade, basta a suspeita para gerar conflitos. Os (as) vizinhos(as) são os agentes propiciadores de desvios de condutas. Uma má influência pode transformar a cabeça de uma *mulher direita* botando tudo a perder: o controle masculino, a fidelidade feminina e o descumprimento das regras do gênero. Além disso, as brigas, as discussões são vistas como algo normal, presentes em toda e qualquer relação, por isso, os homens que foram denunciados por terem discutido com a (ex) companheira não entendem por que foram denunciados. Na percepção deles, violência é violência física, as outras modalidades de violência presentes na Lei Maria da Penha (simbólica, psicológica e patrimônio) não são vistas como práticas violentas.

<b>RELATO 25:</b> VESPASIANO	<b>DEPOIMENTO:</b> 15/02/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
Durante o período em que conviveu com Jacilene moraram na residência dela. É a segunda vez que ele a agride. Em		

20/05/2012 ela o denunciou na 1ª DEMUL, mas não foi fazer exame de corpo de delito porque a família dele pediu. O motivo da agressão: ele ficou com ciúme porque queria que ela ficasse em casa, não admitia que ela fosse trabalhar fora, cabendo a ele a função de sustentar a casa. Como ele queria que Jacilene abandonasse o emprego de babá e não foi atendido, houve uma forte discussão, foi quando ela pegou no braço dele e no afã de se livrar dela sua mão a atingiu, que de pronto caiu sentada. Todos esses acontecimentos não passaram de um mero acidente. A discussão entre o casal foi desencadeada porque, a partir do momento em que ela começou a trabalhar, queria que ela deixasse o trabalho de babá e que ele ficasse provendo o lar, justifica Vespasiano. Portanto, ele nega que tenha dado mordidas, socos e tapas nela. Confessa que a chamou de *rapariga safada*, que realmente quebrou o celular dela e os móveis da casa. Justificou tal ação dizendo que o celular e os móveis fora ele quem comprara, e que, portanto, tinha todo o direito de fazer o que quisesse. De pronto foi retrucado pelo escrivão que afirmara que o fato de ter sido ele quem compara os objetos não o dava o direito de sair quebrando tudo e amedrontando a vítima.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Mais uma vez se repete o modo como alguns homens veem a questão da posse, tanto dos objetos como das pessoas. O fato de ter comprado objetos para casa, para a namorada, esposa, companheira parece mais ser uma espécie de concessão. Elas não detêm a posse definitiva dos bens, porque em momentos cruciais dos conflitos conjugais eles quebram, tomam para si esses objetos. Como foi comprado com o *suor do seu trabalho* creem que a qualquer momento podem destituir a posse desses objetos. Na verdade, essa prática reforça o modelo machista de

comportamento, porque os objetos são usados como instrumentos de controle sobre as pessoas, no caso, sobre as companheiras. O domínio sobre elas atravessa vários níveis da relação conjugal, desde a violência explícita, passando pelo controle dos objetos e indo até para pressões psicológicas.

<b>RELATO 26:</b> VIRIATO	<b>DEPOIMENTO:</b> 10/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p><i>Viriato e Rosemary moram juntos por mais de um ano. Com eles vivem o filho dela de outro relacionamento, apontado por ele como um dos motivos dos conflitos conjugais. Viviam até bem, mas de uns tempos prá cá: "ele batia muito em mim"; "no dia do fato, de madrugada, ele estava bêbado e começou me bater do nada, deu pontapé em todo o meu corpo, nos meus seios até eu perder o fôlego".</i> Depois disso, ela pediu para ele sair de casa. A posse da casa também é apontada como um fator de desencadeamento das agressões. Na versão de <i>Viriato</i>, tudo começou a partir do momento em que ele fez uma reforma na casa, uma vez a casa reformada ela deu um "chute" nele. Diariamente ela o expulsava da casa. Nega que venha sistematicamente agredindo a companheira, houve uma única vez em que chegou a dar um soco nela, mas porque tentou se defender, quando ela o arranhou. Em relação ao filho dela, ele o acusa de "roubar" suas camisas, com o consentimento e/ou omissão de <i>Rosemary</i>. Ele também reclama das "saídas" da companheira: "ela sai às nove da manhã de casa e só retornava às oito horas da noite e quando eu ia reclamar ela achava ruim e ainda por cima ia para a casa das amigas dela, deixando tudo por fazer". Ele disse que com esses episódios e a denúncia da</p>		

companheira, o relacionamento entre os dois não tem mais sentido de existir. Deixando claro que as medidas protetivas serão respeitadas e que ele não irá mais procurá-la.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A presença de um filho que não é do casal é apontado como um dos problemas da relação conjugal. *Viriato* não tem autoridade perante o filho de *Rosemary*. A ausência dessa autoridade o deixa incomodado porque ele não exerce um atributo importante: a *autoridade*. Autoridade esta que, na sua visão, deveria se estender a todos os membros da casa. Seu papel de chefe da casa vai se esvaindo na medida em que não consegue acionar a lógica da dominação. Essa perda de autoridade é expressa através da queixa de que a companheira deixa de fazer as tarefas domésticas para ficar conversando com as amigas. Quando reclamada, ela questiona sua autoridade. Tal questionamento é possibilitado pela posse da residência. Mesmo tendo ele contribuído para reformar a casa, isso não o dava direito de propriedade, sendo usado por ela como mecanismo de equalizar as relações de poder. Se por um lado, ele era o provedor da casa, por outro, ela era a proprietária da casa.

<b>RELATO 27:</b> VALERIANO	<b>DEPOIMENTO:</b> 10/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA		
<p>Valeriano e Fátima vivem juntos há três anos (ele disse 5 anos). Estão separados há dois meses, mas ele não aceita. Ela o acusa de tê-la coagido a fazer sexo sem a sua vontade. Na versão dele, a questão central envolve a disputa pela casa: <i>"fiz uma reforma na casa com o meu dinheiro, depois vendi a casa, com o consentimento dela, vendi por oito mil reais, comprei outro</i></p>		

*imóvel por nove mil reais, para completar fiz um empréstimo de hum mil reais". Na reforma da casa, ele disse que fez quase tudo, cabendo ao cunhado dele colocar a cerâmica e o sobrinho dela a área. O problema, com base no relato dos dois, é que a primeira casa era de propriedade dela, ao fazer a reforma ele entendeu que passou a ter propriedade sobre o imóvel. Quando esse imóvel foi vendido e adquirido outro ele investiu mais um mil reais, aumentando o sentimento de posse do imóvel, com isso os conflitos se avolumaram. Ela o acusa de forçá-la a ter relações sexuais com ele e chantageá-la. Ela diz: "ele me forçando a fazer sexo e eu chorando até que desmaiei quando ele tentava fazer sexo comigo e quando eu tornei ele disse: - 'se você desmaiar de novo irei te possuir desacordada mesmo. Vá me denunciar, vá...'"*. Ela afirma que estão separados de corpos, que não quer dar continuidade a queixa, por isso estão vivendo "harmoniosamente". Na versão dele, as discussões foram desencadeadas por conta da instalação de fio de internet do vizinho por dentro da casa deles. A partir da discussão ele pediu um tempo. Negou ter dito que iria embora se ela fizesse sexo com ele todo dia e se ela ficasse "boazinha". Ele nega todas as acusações: "se fosse verdade ela não estaria na cama comigo até hoje...". Ele lembra que muitas vezes Fátima chegava depois das dez da noite e ele já estava dormindo. "Na verdade as agressões morais partem dela, a família dela é quem tem o costume de chamar um ou outro de pistoleiro". Nega ter chamada a companheira de jumenta. E disse que ao saber que ela tinha o denunciado disse: "porque você foi fazer isso minha filha, você sabe que tudo isso é mentira. Ela até me convidou para ir a São Paulo fazer uma viagem romântica e deixasse a casa fechada. Não entendo porque ela veio aqui me denunciar, eu gosto dela, não tenho vergonha de dizer".

## IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Uma questão que se apresenta são as relações sexuais. Outros trabalhos apontam que a esposa tem obrigação moral de fazer sexo com os seus maridos. *Valeriano* pensa assim, para ele é uma obrigação da esposa ter relações sexuais com ele. Ele usa as relações sexuais para impor sua vontade, seja forçando-a a ter relações sexuais com ele, seja chantageando-a através do sexo: "*Se você não fizer sexo comigo todo dia eu não saio da casa...*". Ao ouvir o depoimento dele, lembrei-me imediatamente da frase de uma senhora que estava na delegacia: "*Aqui eles ficam encolhidos, mas em casa abrem as asas*". Fazendo uma leitura da héxis corporal de *Valeriano*, pode-se dizer que se os acontecimentos relatados por *Fátima* existiram, na DEMUL os homens "fecham as asas". Ele se apresentou como evangélico, e disse ser uma pessoa incapaz de cometer tamanha barbaridade, essa afirmação vinha acompanhada de uma confirmação corporal, expressada por uma suposta fragilidade e externalizada num discurso romântico: "*não entendo porque ela veio aqui me denunciar, eu gosto dela, não tenho vergonha de dizer*". Lembro-me que esse depoimento foi difícil para a escritã porque foram versões diametralmente opostas.

<b>RELATO 28:</b> VLADIMIR	<b>DEPOIMENTO:</b> 28/05/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AMEAÇA DE MORTE		
Atualmente vive maritalmente com Luciana, com quem tem dois filhos. Mas, quem o denunciou foi Gláucia, sua ex-esposa que o acusa de ameaçá-la de morte: " <i>ele me ameaçou dizendo que iria me dar um tiro...</i> ". Com Gláucia ele morou por vinte anos e estão separados há oito. Ele nega as acusações e afirma que tudo não		

passa de uma estratégia dela para ficar com parte dos bens. Ele mostrou os B. Os. contra ela, nos quais acusa a ex-esposa de assédio moral. A base dos conflitos é a divisão dos bens. "*Você acha que eu com essa idade iria cometer um crime dessa natureza*". Por ser um empresário, senhor de posses, veio acompanhado de um amigo que fazia a função de advogado. *Vladimir* explica que o problema central dos conflitos entre ele e sua ex-esposa é a partilha dos bens. Segundo ele, é interesse dela ficar com a metade de tudo que é dele. Por isso que ela o denunciou na Delegacia da Mulher, para que as acusações de agressões constassem negativamente na audiência sobre a divisão dos bens. Tal expediente também é utilizado por ele, na medida em que fez um B.O acusando-a de assédio moral. No jogo de acusações vão eles apimentando os conflitos.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A centralidade dos conflitos é a divisão dos bens. Como *Vladimir* já constituiu família com outro relacionamento a briga pela posse do seu patrimônio fica latente. O que chama mais atenção no discurso dele é que o patrimônio foi construído por ele, não há nenhuma menção da co-participação de Gláucia. Nem mesmo o fato dela ter dedicado parte da sua vida para criar os filhos e administrar a casa é percebido como algo que possibilitou o crescimento do patrimônio da família. O fato de estar numa certa idade é utilizado no seu argumento para descredibilizar a denúncia da ex-esposa: "*Você acha que eu com essa idade iria cometer um crime dessa natureza*". Ter constituído uma nova família com uma mulher mais nova do que ele também acirrou os conflitos com o grupo da família inicial, a ex-esposa e os filhos do casal não aprovam tal situação, além de alegar que Luciana (a segunda esposa) casou-se com ele por puro interesse financeiro.

<b>RELATO 29:</b> VALFRIDO	<b>DEPOIMENTO:</b> 13/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 5ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO MORAL E AMEAÇA		
<p>Aparecida (ex-companheira) o denunciou reclamando de agressões morais, calúnia, difamação e ameaças. No B. O. consta que ele a chamou de puta, gaeira, etc. e que iria matá-la. Ainda consta que ele foi bêbado ao trabalho dela e disse, em alto e bom som, que ela roubava o patrão (roubava uísque, cigarros, etc.). Também gritava para os clientes que ela tem aids, contaminando os alimentos que ela manuseia. Ela trabalha numa lanchonete. É a segunda vez que vai a 5ª DEMUL. Na primeira ocasião, ela pediu medidas protetivas. Ele disse que compareceu ao fórum, mas alega que não recebeu nada acerca das medidas protetivas. Referente ao depoimento dele, nega que tenha batido nela: <i>"nunca houve agressões físicas, nem morais, nem tampouco ameaça de morte"</i>. Nega que a tenha procurado e diz que desde que se separaram nunca mais a procurou. A última vez que tiveram contato foi no dia 01/01/2011. Diante de tanta negação, a escrivã pergunta se ele não estaria mentindo, daí ele diz: <i>"eu hoje sou evangélico, me converti, porque vou mentir..."</i>. Perguntado sobre o uso de bebidas alcoólicas, diz: <i>"ao me tornar evangélico deixei de beber. Hoje quem bebe é ela. Ela é quem está me perseguindo, que vive me ligando. Até já ando meio assombrado. Desde que a gente separamos não vejo a cara dela. Como poderia ameaça-la de morte, não sou homem de está ameaçando ninguém, meus pais me deram educação..."</i>. Ao se retirar da sala a escrivã fez questão de frisar que não acreditava nas palavras dele, que ele estava mentindo e que realmente a ex-companheira vive amedrontada e corre até o risco de perder o emprego por conta dos escândalos que ele fez no trabalho dela. Se ela for demitida ele será responsabilizado.</p>		



### IMPRESSÕES ANALÍTICAS

Nota-se que por estar inconformado com a separação ele usa de artifícios para prejudicar a vida da ex-companheira. Interessante, nesse caso, é o uso que faz da religião para se livrar das acusações. Ser evangélico, no seu entender, faz com que sua fala tenha mais credibilidade, que as pessoas duvidem daquelas acusações, afinal, agora ele é um homem de bem, devotado as coisas de Deus e, portanto, incapaz de cometer as atrocidades que está sendo acusado.

<b>RELATO 30:</b> VAGNER	<b>DEPOIMENTO:</b> 27/03/2012	<b>DELEGACIA</b> : 2ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>A relação dele com Carmelita, sua companheira, sempre foi conturbada, com histórico de agressões mútuas. Estão em processo de separação e divisão de bens. É a terceira vez que ele se encontra na delegacia, nas duas últimas vezes que ela prestou queixa, ela pediu medidas protetivas. Carmelita o acusa de ter jogado dois tijolos nela. Ele nega: <i>"se eu tivesse jogado aquelas duas tijoladas nela, hoje eu estaria no presídio... Ela é quem é agressiva. Quando ela bebe bate nos filhos, fica agressiva. Já me ameaçou dizendo: - 'cuidado na sua vida, se eu não faço, tem quem faça...'. "</i> Ele disse que estava movendo um processo contra ela por lesão corporal e que não sai da casa onde residem. Ele disse que nunca foi preso, mas tramita um processo contra ele relativo ao descumprimento de medidas protetivas. No dia do fato, ele disse que deixou Carmelita dormindo e foi para o fórum, portanto, não poderia estar em casa, negando as acusações. Na verdade, segundo ele, ela tinha uma audiência marcada no fórum, faltou e para não ficar por baixo, não perder a viagem o</p>		

denunciou outra vez na delegacia. *"Tudo que ela quer é me processar criminalmente..."*.

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Um argumento muito presente nas falas dos homens é a tentativa feminina de querer prejudicá-los: *"Tudo que ela quer é me processar criminalmente..."*. Independentemente da veracidade dos fatos, uma questão é importante de ser refletida. Em nenhum caso as mulheres são colocadas como sujeitos passivos. Indicando que numa relação conjugal, os conflitos são desencadeados por que o casal age, pensa relacionalmente. Os argumentos são feitos através de contraposições. Claro, que isso fica evidenciado mais ainda porque esses discursos foram "fabricados" no espaço da delegacia, espaço da denúncia e da defesa.

<b>RELATO 31:</b> VALTER	<b>DEPOIMENTO:</b> 16/04/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> AGRESSÃO FÍSICA		
<p>Mora com Tamara há mais de um ano. Quando residiam próximo a casa da mãe dela conviviam de forma mais tranquila, mas depois que foram morar longe ele se mostrou quem era: <i>"depois de nos mudamos, ele se mostrou quem era, me batia, me agredia e mim ameaçava de morte... ele batia muito em mim, por isso nos separamos. No dia do ocorrido ele estava muito bêbado e começou a me bater do nada, levei pontapé por todo corpo, nos seios, até perder o fôlego, depois disso ele não foi mais lá em casa, ficou só me ameaçando"</i>. Na versão dele, são inverídicas as acusações: <i>"tudo não passa de invenção dela. Ela quer me prejudicar. Ela não aguenta um pontapé não. De qualquer forma, é melhor assim mesmo, ela prá lá e eu pra cá."</i></p>		

*Não vou querer uma mulher quem não dar valor ao que tem”.*

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

Ver-se um caso onde a tônica do relacionamento era pautada por agressões físicas por parte de *Valter*. Bater na esposa está vinculado ao modo de expressar sua virilidade. A separação é a saída: *“Não vou querer uma mulher que não dar valor ao que tem”*. Quem ordena também obedece. O conteúdo das ordens está fixado pelo modelo de dominação masculina. Nesse caso, obedece a uma estrutura de dominação masculina que tende a naturalizar as relações sociais. No entanto, percebe-se que o poder do macho está sendo destituído e deslegitimado por uma nova ordem social que valoriza os princípios da igualdade de gênero. A dominação masculina, no entanto, não se trata de uma continuidade decorrente do funcionamento do sistema social já dado, nem do exercício de um consenso geral, mas de uma persistência *problemática* que envolve o confronto de interesses e a possibilidade sempre presente de ruptura por abandono, pelos dominados, da crença da legitimidade dos mandatos.

<b>RELATO 32:</b> VANDER	<b>DEPOIMENTO:</b> 04/06/2012	<b>DELEGACIA</b> : 1ª DEMUL
<b>ACUSAÇÃO:</b> DANO AO PATRIMÔNIO PRIVADO		
<p>É acusado por Shirley, sua ex-namorada (namoraram por três anos) de riscar o carro do atual namorado dela. Com o fim do relacionamento, a vida de Shirley virou um inferno, segundo ela: <i>“tudo ficou pior quando acabamos o namoro e piorou quando arrumei outro namorado. Só para você ter uma ideia ele riscou meu carro com os dizeres dizendo que fui para o Motel Jamaica...”</i>. Vander nega as acusações e que não sabe dizer quem escreveu essa frase no carro dela, deve ter sido alguém</p>		

querendo me prejudicar. Quanto ao fim do namoro, disse que está tranquilo que ele é quem não quer mais saber dela: "*mulher é bicho ingrato...*".

### **IMPRESSÕES ANALÍTICAS**

A insatisfação com a separação soma-se ao fato da presença de outra pessoa na vida da ex-namorada. Para ridicularizá-la, escreve na lataria do carro a confirmação do fim do relacionamento. Publiciza a vida privada de Shirley dizendo que ela foi para Motel Jamaica.